



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - N° 058 - TERÇA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2011 - BRASÍLIA-DF

| MESA DO SENADO FEDERAL | |
|---|--|
| PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) | 3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) |
| 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) | 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) |
| 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) | SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM) |
| 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) | |
| 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) | |

LIDERANÇA

| Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30 | Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 | Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 |
|--|---|---|
| Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias | Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner | Líder Mário Couto - PSDB (9) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) |
| Líder do PR - 5 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque | Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amelia | Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5) |
| Líder do PSB - 3 Antônio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata | Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim | PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti |
| Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella | PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS | Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo |
| PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL | | |

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM N° 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

| Expediente | |
|--|--|
| Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial | Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia |

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

| | |
|--|-------|
| 1 – ATA DA 51ª SESSÃO, ESPECIAL, EM | |
| 18 DE ABRIL DE 2011 | |
| 1.1 – ABERTURA | |
| 1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO | |
| Destinada a comemorar o Dia do Índio, nos termos do Requerimento nº 145, de 2011, do Senador Vicentinho Alves e outros Srs. Senadores... | 11688 |
| 1.2.1 – Execução do Hino Nacional | |
| 1.2.2 – Oradores | |
| Sr. Antonio Alves (Secretário Nacional de Saúde Indígena) | 11688 |
| Sr. Ivan Xerente (Vereador do Estado do Tocantins) | 11688 |
| Sr. Jeremias Xavante (Vereador do Estado do Mato Grosso)..... | 11689 |
| Sr. Marcos Terena (Professor da Cátedra Indígena Internacional)..... | 11690 |
| Sr. João Oliveira (Vice-Governador do Estado do Tocantins) | 11691 |
| Senador Vicentinho Alves | 11692 |
| Senador Paulo Paim | 11696 |
| Senador Wilson Santiago..... | 11698 |
| 1.2.3 – Execução de Cantos e Danças da Cultura Indígena | |
| 1.3 – ENCERRAMENTO | |
| 2 – ATA DA 52ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE ABRIL DE 2011 | |
| 2.1 – ABERTURA | |
| 2.2 – EXPEDIENTE | |
| 2.2.1 – Leitura de projeto | |
| Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2011, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que <i>autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas</i> | 11701 |
| 2.2.2 – Mensagem da Presidente da República | |
| Nº 61, de 2011 (nº 92/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora Vera Zaverucha para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – Ancine, na vaga do Senhor Paulo Xavier Alcoforado. | 11702 |

| | |
|--|-------|
| 2.2.3 – Comunicação da Presidência | |
| Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2011..... | 11707 |
| 2.2.4 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados | |
| Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2011 (nº 4.082/2008, na Casa de origem, do Deputado Walter Brito Neto), que <i>dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil</i> | 11707 |
| Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2011 (nº 5.947/2009, na Casa de origem, do Deputado Paes Landim), que <i>revoga o art. 23 da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e o coletivo e dá outras provisões</i> | 11711 |
| 2.2.5 – Comunicação da Presidência | |
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 24 e 25, de 2011, onde serão apreciados terminativamente..... | 11711 |
| 2.2.6 – Leitura de proposta de emenda à Constituição | |
| Nº 27, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Rodrigo Rollemberg, que <i>altera a Constituição Federal para estabelecer que as leis que disponham sobre matéria referente à reforma do sistema político-eleitoral somente entrarão em vigor se forem aprovadas em referendo</i> | 11714 |
| 2.2.7 – Pareceres | |
| Nº 125, de 2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2011. | 11719 |
| Nº 126, de 2011, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2009..... | 11727 |
| Nº 127, de 2011, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2007..... | 11734 |
| Nº 128, de 2011, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2010..... | 11740 |

| | | | |
|--|-------|---|-------|
| Nºs 129 e 130, de 2011, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005..... | 11745 | SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> , como Líder – Expectativa com a construção do terminal de carga, que será transformado em armazém alfandegado, do aeroporto de Boa Vista, Roraima; e outro assunto..... | 11804 |
| Nºs 131 e 132, de 2011, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2008..... | 11764 | SENADOR <i>PAULO DAVIM</i> – Reflexão sobre a falta de recursos para a saúde pública do País, detalhando o montante aplicado pela União, Estados e Municípios, comparando a atuação do Brasil e a de outros países no setor e apresentando sugestões para a solução do problema..... | 11805 |
| Nº 133, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2008..... | 11776 | SENADOR <i>ROBERTO REQUIÃO</i> – Comentários sobre a reunião dos Ministros de Finanças do G-20, em Washington, no último fim de semana, para discutir medidas que diminuiriam os riscos da economia global; e outros assuntos. | 11808 |
| 2.2.8 – Comunicações da Presidência | | SENADOR <i>RODRIGO ROLLEMBERG</i> – Realização, em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, da próxima Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Rio+20, e apelando para a necessidade de preservação do planeta. .. | 11810 |
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (<i>Ofício nº 2/2011, do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária</i>)..... | 11787 | SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Homenagem ao ex-Procurador da República, Dr. Antonio Fernando de Souza; e críticas ao corte de recursos do orçamento que comprometerá a fiscalização das regiões fronteiriças. | 11814 |
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 266, de 2009; 427, de 2007; 32, de 2010; 329, de 2005; e 37, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. (<i>Ofícios nºs 23, 25, 26, 27 e 28/2011, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais</i>) | 11787 | SENADOR <i>ANIBAL DINIZ</i> – Agradecimentos ao Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, pelo socorro às pessoas atingidas pela cheia do rio Acre; e outros assuntos..... | 11819 |
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2008, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (<i>Ofício nº 29/2011, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</i>)..... | 11788 | 2.2.10 – Mensagem do Vice-Presidente da República no exercício da Presidência | |
| 2.2.9 – Discursos do Expediente | | Nº 27, de 2011-CN (nº 98/2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 2, de 2011-CN, que <i>dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências</i> . Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. (<i>Publicada em Suplemento à presente edição</i>) | 11823 |
| SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – Realização de audiência pública, hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir a violência no País, sobretudo nas escolas; e outros assuntos. | 11788 | 2.2.11 - Discursos do Expediente (continuação) | |
| SENADOR <i>VITAL DO RÉGO</i> – Registro do 175º aniversário do Liceu Paraibano, a mais antiga e mais tradicional escola pública da Paraíba; e outro assunto. | 11790 | SENADOR <i>VITAL DO RÉGO</i> , como Líder – Registro dos problemas enfrentados por pequenos agricultores junto ao Banco do Nordeste do Brasil, os quais correm o risco de perderem suas terras. | 11823 |
| SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Comentários acerca das declarações do Senador José Sarney, em sua biografia, sobre o ex-Deputado Ulysses Guimarães. | 11796 | SENADOR <i>MARCELO CRIVELLA</i> – Críticas à aposta na alta da inflação e defesa da política do Banco Central..... | 11825 |
| SENADOR <i>GEOVANI BORGES</i> – Homenagem a Dorina Nowill, deficiente visual que criou a Fundação para o Livro do Cego do Brasil, cujo objetivo é difundir e tornar acessíveis materiais escritos em braile. | 11799 | SENADOR <i>WILSON SANTIAGO</i> – Alerta para o cancelamento dos Restos a Pagar do orçamento dos exercícios de 2007 a 2009, o que pode levar os municípios brasileiros a viver uma crise, pedindo apoio ao Governo Federal e ao Congresso Nacional para juntos encontrarem soluções para esse problema. | 11828 |
| SENADORA <i>ANA AMELIA</i> – Considerações sobre barreiras comerciais impostas pela Argentina, que prejudica as negociações para assinatura de acordo de comércio entre a União Européia e o Mercosul. | 11802 | SENADORA <i>MARINOR BRITO</i> – Apelo em favor do fim do autoritarismo na Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA..... | 11831 |

2.2.12 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre a necessidade de se continuar a investir de maneira maciça em transporte hidroviário no Brasil.....

11834

2.2.13 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 19, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

11835

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

3.1 – Mensagem nº 27, de 2011-CN

Encaminhando o Projeto de Lei nº 2, de 2011-CN, que *dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências*.....

11835

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos

Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 51^a Sessão, Especial, em 18 de abril de 2011

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência dos Srs. Wilson Santiago e Vicentinho Alves

(Inicia-se a Sessão às 11 horas e 18 minutos e encerra-se às 13 horas e 9 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Dia do Índio, nos termos do **Requerimento nº 145, de 2011**, do Senador Vicentinho Alves e outros Senadores.

Convido a compor a Mesa: o Vice-Governador do Tocantins, João Oliveira, representando o Governador Siqueira Campos; o autor do requerimento, Senador Vicentinho Alves; o Presidente da Funai, Sr. Márcio Meira; o Secretário Especial de Saúde Indígena, Dr. Antonio Alves; o Professor da Cátedra Indígena Internacional Marcos Terena. (Pausa.)

Composta a Mesa, de pé, vamos ouvir o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Para usar da palavra, o Secretário Nacional de Saúde Indígena, Dr. Antonio Alves.

O SR. ANTONIO ALVES – Bom-dia a todas e a todos!

Quero saudar a Presidência da Mesa, o Senador Vicentinho Alves, o Vice-Governador, as lideranças indígenas aqui presentes e demais participantes deste ato, e dizer da minha satisfação de voltar a esta Casa, passados oito meses em que aqui estivemos para a aprovação da MP nº 483, que foi aprovada por unanimidade por todos os Senadores e Senadoras que, naquele momento, estavam aqui presentes. Hoje, estamos voltando para agradecer: primeiramente, ao Presidente Lula, que teve a coragem e a determinação de propor a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena; agradecer ao Congresso Nacional, ao Senado e à Câmara, que acataram e aprovaram a MP nº 483, transformando-a na Lei nº 12.314, que autorizou

o Ministério da Saúde a criar mais uma secretaria no âmbito de seus órgãos.

Neste momento, passados seis meses da criação da Sesai – 20 de outubro –, já podemos sinalizar que temos muito a comemorar. Hoje, estamos reunidos em Brasília com todos os presidentes de Fóruns Permanentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena, com lideranças das organizações indígenas do Brasil, com os chefes e as chefes dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, justamente para, durante esta semana, especialmente amanhã, dia 19 de abril, anunciar os Distritos Sanitários Especiais Indígenas como unidades gestoras autônomas, uma das principais reivindicações do movimento indígena, desde 86, quando se realiza a I Conferência Nacional de Saúde Indígena.

Portanto, vínhamos trabalhando no período da gestão do Ministro Temporão e do Presidente Lula, e agora do Ministro Padilha e da Presidenta Dilma, para organizar e consolidar a Secretaria Especial de Saúde Indígena como a grande coordenadora nacional da política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil.

É uma satisfação poder participar desta solenidade. Agradeço ao Senador Vicentinho Alves, que a convocou, ao Senado e às lideranças indígenas. E manifesto nossa certeza de que estamos no caminho certo. Para isso, precisamos contar com o apoio das lideranças dos movimentos. Há uma determinação política do Ministério da Saúde, do Ministro Padilha, para que a Secretaria se fortaleça e possa levar saúde de qualidade à população indígena do Brasil.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Vereador Ivan Xerente, do Estado do Tocantins.

V. Ex^a dispõe da palavra.

O SR. IVAN XERENTE – Bom-dia!

Primeiramente, eu quero agradecer a Deus por esta oportunidade para nós, comunidade indígena e lideranças. E, também, agradecer a primeira vez dessa solenidade em que tivemos este espaço para nós, principalmente a comunidade indígena. Agradecer aqui

ao Senador Vicentinho, porque nós sempre esperamos para apresentar e trazer nossas necessidades ao Senado Federal. Com o poder de Deus, veio uma pessoa aqui para apresentar o que estamos sofrendo.

Também quero dizer a verdade, porque nós que estamos nas aldeias, que lá estamos morando, é que sabemos falar da situação. Eu, como político, vereador, sei muito bem o que a comunidade está reclamando, colocando para nós que somos representantes do povo indígena. Sou Xerente, mas estarei falando aqui em nome de todos os povos indígenas, porque a situação de todos é igual.

Eu coloco aqui a situação da saúde indígena, principalmente da área Xerente. Estamos vendo que é preciso tomar providências o mais rápido possível. Estamos em uma situação que não tem mais como esconder. Nossa povo está morrendo. A situação precária está cada vez mais se aproximando e está tomando conta.

Os nossos funcionários estão trabalhando para receber seus salários há quatro meses, estão trabalhando quatro meses para receber um mês. Isso para nós não é certo; tem-se que tomar medidas, de forma que cada um esteja executando a sua área. Há falta de transporte, para estar respondendo ao trabalho da saúde, das equipes.

Falo aqui em nome de todos da comunidade indígena e da comunidade xerente. Estamos com mudança da reestruturação da Funai. Sim, muito bom, mas, na verdade, não estamos vendo nada funcionando, principalmente na área xerente. Uma pessoa que está tomando conta da CTL está sem condições.

Isso, Senador Vicentinho, estou falando aqui, porque estou vendo, estamos vendo, e os caciques estão reclamando aos dois órgãos. Tem-se que ter uma mudança, acelerar o andamento – na Funai e na área da saúde.

Agradeço muito ao meu amigo Lázaro, que é Presidente do Conselho Distrital. Ele está sempre vindo, buscando e correndo atrás, para responder a essa área de Tocantins.

Essa é minha palavra e a minha colocação.

Muito obrigado por esse espaço para nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Vereador Jeremias Xavante, do Mato Grosso.

O SR. JEREMIAS XAVANTE – Bom-dia a todos e a todas, principalmente aos índios que se fazem presentes nesta solenidade!

Eu também quero agradecer a oportunidade ao Senador Vicentinho Alves e à Mesa Diretora.

Da minha parte, quero dizer a todo o Brasil que nós, povo indígena brasileiro, não temos o que comemorar neste Dia do Índio, porque a nossa situação é de extrema calamidade.

Quero, primeiramente, chamar a atenção do Brasil e também do Governo Federal para o fato de que o nosso Presidente da Funai é um ditador, é um anti-democrata que até agora não viabilizou o diálogo com as principais lideranças indígenas do País, no que diz respeito ao Decreto nº 7.056/2009.

Esse decreto, em vez de trazer o benefício, o desenvolvimento, a melhoria do órgão indigenista, que é a Fundação Nacional do Índio, o que nos trouxe foi um retrocesso total!

Esse decreto acabou com os postos indígenas; acabou com os núcleos de apoio; acabou com as administrações regionais, que serviam de suporte às populações indígenas.

Portanto, meus amigos, meus irmãos presentes aqui, nós temos de exigir, neste Dia do Índio, a atenção do Governo Federal.

O Governo Federal, o Governo Lula e agora o Governo Dilma estão achando que a Funai está viabilizando o diálogo. Não está.

Então, fica registrada aqui a minha indignação desta falta de diálogo. Não é isso que está acontecendo, meus irmãos? É isso que está acontecendo.

Quanto à situação da saúde, foi preciso, na minha área, Município de Campinápolis – todos são sabedores de que a situação lá é preocupante. As nossas crianças morreram, 32 crianças no ano passado. Neste ano, já ultrapassam 20 pacientes. Sr. Senador, foi preciso que este vereador denunciasse o nosso prefeito pelo descaso total que está ocorrendo. Foi preciso que este vereador convocasse uma audiência pública, para expormos, tanto por parte do Município quanto da Sesai, que assume agora a saúde indígena, para se saber o que realmente se está fazendo lá. É uma situação preocupante.

Porém, essa nossa ação fez com que a Sesai tomasse providências urgentíssimas. Sr. Secretário, o senhor está de parabéns. O grupo compareceu lá, mas é preciso que o senhor cobre deles que fiquem lá, até solucionar o problema definitivamente. Esse grupo que está lá vai e volta, vai e volta. Por quê? Por que lá não há conforto.

Então, Sr. Secretário, por favor, reveja essa situação. Quero, neste Dia do Índio, chamar a atenção do Governo Federal e do Presidente da Funai, que sempre está fugindo como se fosse o “diabo que foge da cruz”, às solenidades, às reuniões de que ele está sendo convidado a participar, para dar satisfação às populações indígenas, mas ele não vem.

Portanto, quero dizer, mais uma vez, que espero que o Senado nos ajude nesse ponto, porque aqui é a Casa do povo, a Casa da lei, dos guardiões da lei, e nós, povos indígenas brasileiros, somos um povo sofrido e precisamos desta Casa.

Muito obrigado e até a próxima. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Professor da Cátedra Indígena Internacional, representando as comunidades indígenas, o Sr. Marcos Terena.

V. S^a tem a palavra.

O SR. MARCOS TERENA – Meus parentes; guerreiros e guerreiras; Senador Wilson Santiago, que está presidindo e que veio da terra dos potiguares, da Paraíba; Vice-Governador de Tocantins, Dr. João; Dr. Antônio, Secretário de Saúde Indígena brasileira; e, destacando, meu colega de aviação, Comandante e agora Senador Vicentinho Alves, de Tocantins; não esperávamos que o Senado Federal tivesse esta disposição e esta coragem de, pela primeira vez na história do Brasil, abrir as portas desta plenária, por onde passaram Teotônio Vilela, Mário Covas, Fernando Henrique, José Sarney, que continua. Através desses Senadores novos, conseguimos mudar uma idéia de relacionamento conosco, nós, os povos indígenas, mostrando também, pessoal, meus parentes e minhas parentas, que nós entramos aqui pela porta da frente. Entramos aqui com dignidade, sendo respeitados, trazendo os nossos políticos, como os vereadores, as nossas lideranças, homens e mulheres.

Vejo aqui o grande chefe, já caminhando para os oitenta anos – acho que é o cacique mais velho nesta plenária –, Celestino Xavante, o homem que lutou pela demarcação das terras de seu povo. (*Palmas.*)

Vejo aqui também o companheiro de luta e amigo, que foi símbolo da luta da Rio 92, o grande Chefe Davi Kopenawa, ianomâmi de Roraima. (*Palmas.*)

Vejo aqui também muitos jovens, lideranças. Vocês estão participando de um momento histórico. Pela primeira vez na história do Brasil – vou repetir –, o Senado Federal abre as portas da sua plenária, para celebrar com a gente o Dia do Índio. (*Palmas.*)

Não podemos nos esquecer disto: no dia 18 de abril de 2011, nós entramos na plenária dos Senadores da República. Não entramos como Senadores ainda, mas, um dia, vamos ter Senadores indígenas também. (*Palmas.*)

Uma outra questão que eu gostaria de salientar para todas as lideranças é exatamente esses pronunciamentos que foram feitos sobre a realidade de nossos povos, das nossas aldeias, das nossas comunidades com o Governo Federal.

Realmente, não sei se a Presidente Dilma sabe disso, mas a Funai não está mais conosco dentro das aldeias. “Ué, mas, então, qual é o papel da Funai?” A Funai foi criada para ficar dentro da aldeia, por isso se chama indigenista. E, de repente, da noite para o dia, alguém deu uma ideia: “Ah, vamos tirar a Funai da aldeia.” E tiraram a Funai. E o mais complicado: não avisaram às aldeias, não avisaram aos caciques. E, de repente, o Chefe de Posto foi embora. Quem cuida das terras indígenas, agora, em nome do Governo Federal? Quem? Nós, os índios, somos autoridades como indígenas, mas o Governo Federal não pode lavar a mão e dizer: “Agora, os índios que se vierem!”, porque a dívida que o Governo Federal tem com o índio brasileiro é muito grande. Mais de mil povos indígenas morreram para dar lugar a este Brasil de árabes, de judeus, de negros, asiáticos, e, com 190 milhões de brasileiros, lá no cantinho, na última escala estamos nós que somos chamados de “as primeiras nações indígenas do Brasil.”

Então, o Governo Federal precisa rever essa posição, precisa reconstruir essa relação com os povos indígenas de maneira digna. Não como índio sofredor, não como índio vítima, mas como povos indígenas, primeiras nações do Brasil. Quinze por cento do território brasileiro, quinze por cento do Brasil tem água, tem remédio, tem comida, tem urânia para fazer bomba atômica, tem nióbio para fazer satélite, tem ouro, tem mineral, tudo guardado pelos índios ao longo da história do Brasil. E agora nós somos tratados como pobres, pobres coitados. Não, meus irmãos, nós não podemos baixar a cabeça, e sabe por quê? Porque o mundo está sendo açoitado por nossa mãe terra, o meio ambiente está mostrando para o branco que ele tem de ouvir a voz do índio.

Então, nossos pajés, nossos líderes – homens, mulheres – têm de mostrar essa força que todo esse patrimônio, o equilíbrio da mãe terra existe por causa da espiritualidade do índio. Quando Davi, os ianomâmis cantam em suas terras; quando os guaranis cantam em suas terras; os potiguares; os pancararés; os pataxós; os terenas; os xavantes estão tocando seus chocalhos, estão dançando com sua borduna é porque nós estamos conversando com o Grande Espírito para cuidar da mãe Terra, para cuidar dos rios, para cuidar da natureza, dos passarinhos... (*Palmas.*) Tudo isso, pessoal, muitas vezes, o homem branco não comprehende. Mas nós temos de continuar perseguindo isso.

Para terminar, eu queria dizer para todos os irmãos indígenas a importância de estarmos no Congresso Nacional hoje. A partir de hoje e amanhã, teremos vários encontros e várias reuniões, como o próprio Dr. Antônio disse que fará a reunião da área

da saúde. Significa que os índios estão empurrando essa carroça. E nós temos de empurrar. Nós temos que fazer com que o Ministro da Justiça aprenda a ouvir as organizações indígenas, mas também aprenda a ouvir os caciques indígenas, que são as verdadeiras autoridades das nossas aldeias. As organizações indígenas têm uma representação, mas, na verdade, quem fala pelo povo indígena são os caciques, são os líderes, homens, mulheres. São os pajés. Não apenas as organizações. (Palmas.)

Então, eu queria dizer para os irmãos indígenas que nós vamos, no ano que vem, fazer a grande conferência do meio ambiente no Rio de Janeiro. Estou responsável por isso e vou convidar vários líderes indígenas brasileiros para mostrar para o mundo, para mostrar para a ONU que a nossa voz é forte, que, se não for a água dos nossos rios, o mundo não vai sobreviver só com petróleo; se não for a biodiversidade, eles não vão sobreviver só com penicilina.

Não, pessoal. Nós temos valores, nós temos uma ciência. E, para este ano, já apresentamos – queria anunciar com muita alegria – um projeto dos jogos dos povos indígenas, para que o Tocantins, terra dos xerente, dos carajás, dos apinajé, receba os jogos dos povos indígenas este ano. Vamos reunir cerca de 1.400 atletas para mostrar para o Ministério do Esporte o que significa Olímpiada Verde: respeito ao meio ambiente, respeito à natureza – e não ficar criticando aquele que perdeu, mas ajudar aquele que perdeu, porque, no ano que vem, ele pode ganhar também –, orgulho de sermos povos indígenas e sermos brasileiros.

Então, agradecemos ao Senado Federal, agradecemos a todas as lideranças que puderam chegar aqui. Sei que não é fácil, mas a gente tem que participar de algum jeito. Não podemos ficar esperando ônibus, não podemos esperar. Temos de lutar! Temos de participar e falar com seriedade – seriedade! – para que o homem branco também respeite a gente com seriedade. Somos as primeiras nações do Brasil e temos que ter orgulho.

O futuro da modernidade, o futuro do computador, do celular, da tecnologia não será feliz se não ouvir a nossa voz, a voz dos nossos povos, a voz do índio.

Vivam os povos indígenas e viva o Brasil! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns.

Com a palavra, o Vice-Governador do Tocantins João Oliveira, aqui representando o Governador do Estado Siqueira Campos.

O SR. JOÃO OLIVEIRA – Cumprimento o Senador Wilson Santiago, Presidente do Senado nesta sessão; o ilustrado Senador da República represen-

tando o Estado do Tocantins Vicentinho Alves, que nos orgulha muito; o ilustrado Secretário Nacional de Saúde Indígena, Sr. Antônio Alves; o Sr. Professor da Cátedra Indígena Internacional Marcos Terena; o Sr. Vereador do meu Tocantins, da cidade de Tocantínia, Ivan Xerente; o ilustre Vereador Jeremias Xavante, do Estado do Mato Grosso; os senhores representados e representantes de todos os nossos irmãos índios do Brasil.

Estou muito feliz e entusiasmado, Vicentinho, diante do que ouvi. Motivo de especial entusiasmo foi o que mencionou o Professor Marcos Terena, que afirmou ser este o primeiro evento desse tipo dentro do Senado da República, e nos entusiasma saber que V. Ex^a foi o Senador que se esforçou para que pudéssemos estar aqui hoje, olhando estes tão importantes representantes brasileiros que levam consigo tanto sofrimento, apesar de serem os primeiros donos do Brasil, aqueles que aqui estavam quando do Descobrimento.

Esta declaração do Vereador Xavante, de Mato Grosso, é a pura verdade: só conhece o sofrimento dos índios por todo o Brasil quem vai ver *in loco* onde eles moram.

Eu estou aqui neste momento, nesta sessão especial, representando o Governo do Tocantins, Estado criado em 1988 de forma democrática, algo jamais visto no plenário destas duas Casas – não é fácil aprovar um projeto de lei na Câmara dos Deputados, onde há 513 cabeças, e aqui no Senado, onde há 81 cabeças, cabeças pensantes e que divergem. Aqui nasceu, na Constituinte de 88, o Estado do Tocantins, orgulho de todos nós.

Siqueira Campos volta, pela quarta vez, a governar o Tocantins. Volta, desta vez com seus 82 anos, com o firme propósito de ajudar as pessoas, propósito este que deve ser de todos os que governam – não somente da Presidenta da República, mas dos Governadores de Estado e dos Prefeitos –, que devem cuidar de forma responsável deste povo que a cada dia perde vidas, que a cada dia tem aumentado o seu sofrimento.

Nós estamos vivendo a época da informação em tempo real, não adianta querer esconder a realidade. Estivemos recentemente em Tocantínia, fomos fazer uma visita *in loco*. Levamos cestas básicas, ainda que isso não seja o mais importante. É necessário que os governos busquem, de forma imediata, trazer para as aldeias uma condição sustentável, e que procurem fazer com essa seja uma condição definitiva, não esporádica.

Não são tantos os índios, e deveriam ser, porque foram eles que chegaram primeiro. A colonização foi perversa, cheia de maldades e de vícios. Usaram

os índios e os negros apenas como instrumento para a obtenção de riqueza para aqueles que vieram desbravar o Brasil.

Esta Secretaria criada para o atendimento ao índio me deixa seguro de que há boas intenções. Agora, é necessário, Secretário, que o senhor visite cada etnia para conhecer a real situação por que passam os nossos índios: estão morrendo de fome e em decorrência de doenças – a fome é uma grande doença, que leva à precariedade e à morte.

Represento um Governo que está preocupado com essa situação. Bom seria que Governo tivesse como missão cumprir a sequência do trabalho de outro, mas, quando um sai, o outro interrompe com o mandato, às vezes desinteressado.

Cito como exemplo o Estado do Tocantins, que recebemos agora, um Estado em situação caótica, principalmente na saúde, um desprezo total, dívida, e a gente sabendo que é apenas um dinheiro que é desviado e levado para rumos ignorados. Mas o Governo do Tocantins – e gostaria que o Mato Grosso, Rondônia e todos os Estados tivessem o cuidado de olhar estas pessoas que sofrem – está acabando de reorganizar o Estado – até junho estará reorganizado –, e a missão maior é cuidar de quem passa fome. Já está cuidando, mas vai intensificar esse cuidado pelas aldeias. Vamos criar pioneiros mirins nas aldeias, vamos aumentar o número de pioneiros mirins, olhar todos aqueles que passam necessidades. E ninguém passa mais necessidade do que o povo indígena, os negros, os pobres.

O Governo volta com a missão de fazer, porque o dinheiro dá. Dinheiro que não se desvia e é colocado no caminho certo, dá. A missão do Governo do Tocantins é não roubar e não deixar que os outros roubem. Assim sendo, teremos dignidade e recursos para atender o nosso povo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Vicentinho Alves, autor do requerimento que resultou nesta sessão.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wilson Santiago, que, em uma deferência muito especial aos povos indígenas, veio aqui nesta segunda-feira para colaborar com a sua presença, na condição de membro da Mesa, presidindo esta sessão solene.

Saudo também, de forma muito especial, muito embora não podendo estar presente, o Presidente da Casa, o Senador José Sarney, que, tão logo apresentamos o requerimento para esta sessão solene, de

pronto, atendeu-nos, para que pudéssemos estar aqui nesta sessão comemorando e debatendo também os problemas dos povos indígenas no Brasil.

Saudo o Vice-Governador João Oliveira, que, neste ato, representa o nosso grande amigo e grande líder Governador Siqueira Campos.

Os indígenas do Tocantins sabem, Presidente Wilson, da atenção e do carinho que o Governador Siqueira Campos tem para com os povos indígenas do Estado.

Saudo também o Secretário Nacional de Saúde Indígena, Sr. Antônio Alves, e o parabenizo por ter vindo a esta solenidade, mesmo, às vezes, enfrentando as dificuldades da Pasta recém-criada. Sua presença mostra a atenção, o gesto de boa vontade para com os índios do Brasil. Parabéns por ter vindo.

Deixo de cumprimentar o Presidente da Funai, que deu uma demonstração de total desatenção, Presidente Wilson. Se o Presidente da Funai não pôde vir a uma sessão solene no Senado da República, como se sentirá a Presidenta Dilma, em quem votei e apoiei com muita alegria e muito prazer, ao saber de sua ausência? Deveria estar aqui o Presidente da Funai, sim. A ausência aqui, naturalmente, representa a ausência nas aldeias, como já disseram vários oradores indígenas. Sentimos muito a ausência do Presidente da Funai.

Cumprimento o amigo Marcos Terena, indígena, aviador competente, de quem tenho muito prazer em dizer que desfruto da amizade. Juntos vamos trabalhar muito pelos índios do Brasil. Tenha segurança nisso.

São muitas as etnias que aqui se encontram, de quase todos os Estados. Quero escolher alguns nomes para citar, a fim de não avançarmos no horário. Cumprimento o Sr. Celestino, xavante que aqui se encontra, com certeza o mais velho de todos, o mais sábio, porque já viveu muito, adquiriu muita sabedoria, um grande ancião da aldeia xavante do Mato Grosso. Cumprimento você, Ribamar, grande líder xavante; cumprimento o Ivan Xerente, da nossa Tocantínia, meu amigo.

Quero dizer a todos, ao Brasil, que, com a presença do Lenivaldo, do Ivan e do Lázaro, tivemos a honra de gravar um programa eleitoral, talvez o primeiro que um candidato a Senador se propôs a fazer, para a sociedade tocantinense. Vocês foram fantásticos! Olha que o programa ficou bonito: as mulheres dançando, as crianças comigo, os líderes. Muito obrigado pela confiança. Este já é um gesto inicial do que nos propomos a fazer pela frente. Vamos trabalhar muito para dar alegria aos índios do Brasil.

Alegra-me muito ouvir do líder Marcos Terena - o que por mim passaria despercebido, mas por ele

não, estudioso, atuante, Sr. Presidente - que esta é a primeira sessão solene especial no Senado da República. Honra-me muito marcar este momento o nosso requerimento. Acho que todos os dias deveriam ser dia de índio, mas, uma vez por ano, pelo menos, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional deveriam, sim, debater os problemas dos nossos índios e homenageá-los nesta data importante de amanhã, dia 19. Dia 19 de abril é o Dia do Índio.

E por que tenho essa atenção especial de muito tempo com os nossos índios? Porque é o dia do aniversário do meu saudoso e falecido pai. Quando eu era pequeno, ele já dizia: "Hoje é o meu dia, e é o Dia do Índio". E ele era aviador também. E, voando pelo Tocantins, pelo Pará, pelo Mato Grosso, transportou muitos índios, no seu aviãozinho, ali pela Cristalândia, Lagoa da Confusão. Tem gente que conhece essa história. E às vezes eu, de pequeno ali, já envolvido. Passado algum tempo, tornei-me aviador também, piloto comercial, e fui voar na Amazônia, lá com os caiapós. Três anos ali, vivendo diretamente naquelas aldeias: Kikretum, Gorotire, A'ukre, Kuben-kran-ken, Baú, e por aí afora. Lá conheci, voando, Marcos Terena. Então, de aviador a Senador, para homenagear vocês todos no dia 19 de abril, o Dia do Índio. (Palmas.)

Eu vou fazer uma leitura, porque entendo eu que, neste momento solene, tenho que fazer algum compromisso com vocês. Às vezes, palavras são levadas pelo vento, e eu quero que fique registrado como documento deste Senador nos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, é preciso lembrar que, um dia, nas Américas, habitaram cerca de 100 milhões de índios, sendo que 5 milhões se encontravam aqui no Brasil. Hoje, pouco mais de 400 mil índios ocupam o território nacional, delimitados em reservas indígenas demarcadas e protegidas pelo Governo Federal, com as suas deficiências que precisamos corrigir.

É importante que os brasileiros e as brasileiras saibam que, das 671 terras indígenas identificadas no País, apenas 449 foram demarcadas, apesar de os prazos legais para demarcação já se terem esgotado há quase dez anos. Então, precisamos cuidar da demarcação das áreas indígenas que ainda não foram feitas no nosso País.

Se antes os índios andavam livres, hoje têm espaço definido para morar. Tiveram que incorporar a cultura do homem branco em suas vidas, e, entre aqueles poucos que sobreviveram ao choque desse contato, muitos perderam suas raízes, outros tantos perderam seus costumes, muitos morreram por contato com novas doenças, sem contar os que continuam a ser tratados com políticas públicas ineficientes.

Nossa raiz miscigenada é primordialmente índia em sua essência mais brasileira possível. Nossos costumes, tradições e gostos bem brasileiros se formaram e se desenvolveram da mistura de povos europeus, africanos, povos de todas as partes do mundo, como bem disse Marcos Terena, mas foi em nossa raça nativa, presente nos genes de cada um dos brasileiros, que a força de nossos índios imprimiu, em nossa identidade, um jeito índio na alma brasileira.

Depois de quase 511 anos de redescobrimento... A história oficial fala em descobrimento. Como que é descobrimento, se aqui já existiam os nossos índios? Então, eu considero um redescobrimento do País, até porque já havíamos sido descobertos pelos amérindios, que habitavam há milhões de anos o nosso continente. Pois bem, depois de quase 511 anos de redescobrimento, chegamos à condição preocupante de dizer: nosso País, ao longo do nosso tempo, não soube tratar os índios como deveria.

Javaé, carajá – importante dizer ao Brasil que os nossos índios não usam o "s"; então, não são os javaés –, tamoio, tapuia, timbira, tupi, guajajara, terena, avá-canoeiro, xerente, apinajé, xavante, craô, caiapó e outras etnias.

Deixe de citar alguma? (Pausa.)

Gavião, pataxó, tapeba, arara, potiguar, tremembé...

Vou fazer assim: eu vou pedir à assessoria para coletar as etnias que aqui estão, para eu não cometer nenhuma injustiça, e, antes de o Presidente Wilson Santiago usar da palavra, a gente anuncia todos – pode ser, Presidente? –, para que não saia nenhum insatisfeito com este Senador aqui da tribuna.

Portanto, se temos hoje conhecimento de todos esses povos, é que há 101 anos coube ao Marechal Rondon iniciar o trabalho desbravador e indigenista, por assim dizer, que iniciou a discussão sobre a assistência governamental à população indígena do Brasil.

Depois de 100 anos, o trabalho dos pioneiros na defesa dos direitos e dos legítimos interesses dos povos indígenas prosseguiu, mas de forma muito insuficiente.

Como tocantinense legítimo, nascido ali nas barrancas do nosso Tocantins, próximo da aldeia xerente, nascido na minha centenária Porto Nacional, desde a infância, como já disse, convivendo com os índios no meu Estado, depois como aviador, diretamente ligado às aldeias caiapó, tão logo iniciei a minha vida pública, quero dizer a todos que tomei, como uma das minhas bandeiras, resgatar o reconhecimento pela contribuição dos indígenas à nossa formação cultural.

A todos aqueles que se dedicaram a esse trabalho, como o brilhante brasileiro ex-Senador Darcy Ribeiro, que criou o Museu do Índio e trabalhou mui-

to com os povos indígenas do nosso País, fica aqui a nossa lembrança e o nosso reconhecimento; os irmãos Villas-Bôas, que trabalharam diretamente na criação do Parque Nacional do Xingu; a todos os homens e as mulheres que defenderam e que defendem as causas indígenas, o Brasil tem uma dívida por essa missão que tentou preservar todos os povos indígenas do País, fica aqui o nosso reconhecimento.

Ao falar sobre esses lutadores da causa indígena, não posso deixar de citá-lo, companheiro Marcos Terena. Você que representa com tanto esforço e dedicação essa luta incansável, saiba que, nesta Casa, neste Senado, poderá contar com o esforço dedicado do meu trabalho como Senador da República na defesa de políticas públicas para os nossos índios.

Você, Marcos, e o seu irmão, Carlos, tanto têm nos ajudado com o projeto de retomarmos mais uma edição dos jogos dos povos indígenas, que este ano deverá ser realizado na centenária cidade de Porto Nacional. É importante ressaltar, mais uma vez, a presença do Governador Siqueira Campos. Tivemos um encontro de povos indígenas, quando Jaime Lourenço, hoje assessor, era Secretário de Estado. Jaime está aqui e é um grande colaborador. Em seu nome Jaime, cumprimento toda nossa equipe que contribuiu para que chegássemos até aqui nesta solenidade especial.

Naquela época, nós tivemos os jogos. Passaram-se oito anos e agora vamos voltar a tê-los novamente, neste grande entendimento com o governo de Estado, com o Governador Siqueira Campos, com a sua equipe, Secretária Kátia Rocha, aqui representada pela sua assessora Joana, que se dedica muito à causa indígena do nosso Estado. Vamos trabalhar muito para fazer um encontro dos povos indígenas através dos jogos, no nosso Estado de Tocantins.

Parabéns a você também, Marcos, pela dedicação e pela força representativa com que ocupa uma cadeira na ONU, defendendo os índios brasileiros. Receba de mim o reconhecimento pela sua qualidade, pelo seu notório saber na área dos índios. Parabéns, você é um índio Terena que todas as etnias o tem como grande referência, inclusive eu como Senador da República.

Enfim, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, se o Brasil precisa avançar e reavaliar a forma como vem tratando os nossos índios, que essa discussão comece agora, já!

Ouvimos vereadores exatamente colocando isso para o Senado Federal e para o povo brasileiro. Precisamos rediscutir tudo isso, esse modelo. Não podemos mais deixar que crianças e idosos morram nas aldeias por problemas de desnutrição.

Eu, quando Deputado Federal, ocupei a nobre missão de ser o Relator da CPI das mortes de crian-

ças indígenas por subnutrição. Detectamos os problemas, apontamos soluções, mas praticamente nada foi feito.

Portanto, alegro-me quando vejo as crianças brincando no plenário, as nossas indiazinhas e indiozinhos. Que maravilha ver vocês! A pele bonita, o cabelo bonito, dentes saudáveis! Eu gostaria que fosse de todas as crianças indígenas do Brasil esse sorriso bonito.

Portanto, não podemos mais deixar que os jovens não tenham acesso ao estudo de nível superior. Está muito difícil o acesso dos nossos jovens à universidade. Precisamos encontrar mecanismos mais eficientes para que a juventude indígena possa adentrar às universidades brasileiras.

E precisamos, em um esforço conjunto, unir a todos, e não ficar no patamar dos discursos e das frases sem ação. Não é isso, Marcos?

Então, nesse momento, que é um momento de reavaliar o modelo que temos hoje de Funai, de Secretaria de Saúde Indígena, por onde ando, nas reuniões, Dr. Antonio, com os nossos líderes indígenas, o Lázaro, que ali está presente, um dia, em um debate na Assembleia Legislativa do Estado de Tocantins, disse: "Eu não posso ficar dividido ao meio. De um lado, a Funasa." À época, ele disse Funasa. Hoje, é a Secretaria de Saúde Indígena, ligada ao Ministério da Saúde. "Do outro, a Funai, ligada ao Ministério da Justiça".

Na base, eles não se entendem, e o índio fica sem saber a quem ele pertence. Por isso, vou aqui ler um compromisso que já apresentei à Casa, sugerindo à Presidenta Dilma...

Recebemos com muita alegria o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, homem sensível a todas essas causas, principalmente às das minorias – apesar de que, somando todos, somos a maioria deste País. (Palmas.)

Como eu estava dizendo, Senador Paulo Paim, Presidente da minha comissão, de que gosto muito de participar, nós precisamos reavaliar. Aqui discursaram vereadores indígenas exatamente com essa preocupação.

Temos de unificar tudo isso em um ponto comum, convergente: a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas, unificando as ações da Secretaria de Saúde e unificando as ações da Funai.

A Funai é um modelo que já passa de mais de vinte anos. Está ultrapassada. Está parecendo um cabide de emprego. Um abandono total. Os nossos índios vêm para uma solenidade como essa, Senador Paulo Paim, do bolso deles, porque a Funai, o seu presidente, tão desatencioso que é, nem para uma solenidade como esta veio estar presente representando a Presidente Dilma. E o abandono é geral.

Como aviador, Marcos Terena, você é testemunha do que vou dizer agora. As aeronaves da Funai estão aqui, no pátio de Brasília, abandonadas há mais de dez anos, bem aqui na Capital federal do País. Qualquer cidadão ou cidadã brasileira que se dirigir ao pátio 2 do Aeroporto de Brasília vai ver uma aeronave Xingu e uma aeronave Seneca abandonadas, entregues às moscas ali no aeroporto.

Então, precisamos rever esse modelo. Não podemos continuar com este modelo. A Presidente Dilma, que tenho prazer de ter como minha presidente, de ter trabalhado por ela, de nela ter votado, e confio nela, com certeza, vai observar, a partir de hoje, a ausência do Presidente da Funai nesta solenidade, como também vai valorizar a sua presença, Dr. Antonio, como Secretário de Saúde Pública, com certeza. (*Palmas.*)

Por isso, anuncio ao Senado, ao Brasil e aos povos indígenas que protocolei um projeto de lei de minha autoria que autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas na estrutura ligada à Presidência da República, nos moldes da Secretaria da Mulher, da Igualdade Racial. Por que não os povos indígenas serem ligados diretamente à Presidenta da República? Sensível como a Presidente Dilma é, com certeza vamos ter uma mudança, uma transformação para melhorar a qualidade de vida de todos os índios do Brasil. (*Palmas.*)

Espero contar com o apoio também do Presidente José Sarney, dos colegas Senadores e Senadoras, para que seja aprovada num espaço curto de tempo.

Então, logo a Presidenta Dilma tendo conhecimento, apresente a este Congresso, ou por meio de projeto de lei ou de medida provisória, a criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas. Aí os índios, as nossas crianças, as nossas mulheres indígenas... Que beleza! Numa sessão solene como esta, uma mãe indígena amamentando seu filhinho ali. Este é o País que todos nós queremos, esse é o espaço democrático.

Portanto, queremos uma melhoria na saúde das crianças indígenas, da mulher indígena, dos idosos. Precisamos avançar nisso.

E quero ser o instrumento, no Senado Federal, para doar o que puder de condições, de inteligência, de articulação, de amizade aqui no Senado, eu quero somar tudo isso para melhorar a condição de vida de vocês. Essa nova secretaria deverá, como disse, absorver as finalidades e as competências atuais da Funai e da Secretaria Especial de Povos Indígenas, ligada à Presidência da República. Aí, os nossos índios, com certeza, vão ficar felizes.

Para se ter uma ideia, Senador Paim, fomos fazer uma audiência pública quando eu era Relator da CPI sobre mortes de crianças indígenas por subnutrição,

na cidade de Imperatriz, na Câmara Municipal. Puxa vida! O representante da Funai e o representante da Funasa na época, que não era o senhor, Dr. Antonio, nunca tinham se encontrado para fazer uma reunião e quase se atracaram numa briga corporal! Foi preciso que a Polícia Federal os apartasse. Eu até disse: vejam bem como estão os índios nas mãos deles aqui.

Então, precisamos unir essas estruturas de modo que os índios não fiquem sem saber aonde vão. Em Palmas, eles não sabem se vão à Secretaria da Saúde Indígena ou à Funai. Aí, um joga para o outro. Temos de ter uma ação articulada e um ponto só na Secretaria Nacional dos Povos Indígenas. Esse órgão, dotado de comando único e capaz de integrar todos os serviços e esforços oficiais destinados às populações indígenas, haverá de ser uma resposta positiva aos velhos e repetidos desafios que ora enfrentamos. A experiência das últimas décadas não deixa dúvidas de que a pluralidade institucional tem resultado apenas em dispersão de recursos, sobreposição de esforços, lacunas e baixíssimos atendimentos nas demandas existentes nas aldeias. Essa é a realidade.

Nesta sessão solene em celebração ao Dia do Índio, tenho plena convicção de afirmar que a criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas será fator decisivo na reversão de um quadro de abandono que envergonha profundamente todos nós, brasileiros.

Por isso, é hora de arregaçarmos as mangas e trabalharmos pela construção de um País que respeite suas origens ao manter preservada a memória de sua gente. É isso que queremos dizer para o Senado Federal, para o Governo Federal e para o povo brasileiro, principalmente para os que acabam de chegar – sejam todos muito bem-vindos.

Vou encerrar as minhas palavras nesta sessão solene.

Senador Paim, que não estava presente – e eu tenho V. Ex^a como uma boa referência aqui, no Senado da República –, o Terena citou, como estudioso que é, que é a primeira sessão solene do Senado Federal em homenagem aos índios do Brasil.

Fico muito agradecido pela lembrança, muito embora eu tenha a impressão de que todos os Senadores e Senadoras, com certeza, estão aqui no firme propósito de somar para melhorar, cada vez mais, a condição de vida do povo indígena do Brasil.

Encerro minhas palavras, nesta sessão solene, citando a frase escolhida pelo Governador Siqueira Campos para o brasão do Estado do Tocantins.

Em nossa bandeira, Presidente Wilson Santiago, está escrito, em tupi-guarani: *Co vyv ore retama* – Esta terra é nossa.

Portanto, salve todos os índios e índias do Brasil!
Salve o povo brasileiro!

Aqueles que deixei de citar – as etnias são muitas – sintam-se citados e valorizados por mim.

Digo a vocês que, quando estávamos organizando esta solenidade, eu imaginava que nós iríamos preencher, pela dificuldade da vinda de todos, apenas as primeiras filas. Mas, olhem que beleza! O plenário lotado, as tribunas de honra lotadas, as galerias lotadas, os senadores e senadoras prestigiando. Fica, aqui, a nossa gratidão.

Estaremos, Presidente Paim, na Comissão de Direitos Humanos, logo em seguida, com vários representantes e líderes indígenas, porque eles têm muito com que contribuir, nessa audiência pública, para que a gente possa encaminhá-los.

Esta sessão solene é apenas um ato de respeito e de admiração, mas nós teremos de desencadear, Dr. Antonio Alves, várias outras ações para que o Governo Federal – e eu tenho a mais plena convicção de que a Presidenta Dilma tem esse pensamento também – chegue com ações eficazes até as aldeias de nosso País. Lá é onde eles moram. Não tem cabimento desativarem-se, como aqui ouvimos e vimos líderes se expressando, os postos indígenas nas aldeias. É como se retirassem de todos eles a condição de assistência e de ouvidoria.

Como será? Sem um representante da Funai nas aldeias, como ela vai ter um ouvidor e vai chegar lá com as ações? Então, é um projeto equivocado e precisamos repensar em tudo isso.

Eu também não quero mais, assim como vocês, Vereador Jeremias Xavante e Vereador Ivan, que aqui se pronunciaram, ver mortes de crianças indígenas por subnutrição em nosso País. Não queremos mais, nós, homens públicos, ver isso em várias etnias deste País. Nós precisamos cuidar de nossas crianças, como eu disse, e de nossas mulheres. Por quê? As mulheres das aldeias têm de ter o mesmo acesso à saúde que as mulheres da cidade, assim como as crianças, é claro que respeitando as suas tradições culturais. O Governo pode, sim, melhorar, cada vez mais, a atenção às crianças, às mulheres, aos idosos e a todos os indígenas deste País.

Portanto, fica aqui meu agradecimento, em nome de toda a equipe de meu gabinete, que trabalhou muito para que ocorresse esta sessão solene.

Agradeço ao Presidente Sarney, que nos atendeu prontamente; à Mesa Diretora; a V. Ex^a, Presidente Wilson Santiago; ao Vice-Governador João Oliveira, amigo dileto – fomos Deputados Federais e V. Ex^a, agora, é Vice-Governador, para honra e alegria deste velho amigo que lhe quer muito bem –; ao Dr.

Antonio; ao Senador Paim, que é muito dedicado às causas populares.

Marcos, muito obrigado. Você foi um baluarte, também, na articulação para que ocorresse esta sessão solene.

Agradeço a todos que contribuíram, de uma forma ou de outra; à imprensa, que está nos cobrindo; e, por intermédio da Dr^a Claudia Lyra, estendo meus agradecimentos a todos os servidores e servidoras do Senado Federal.

Portanto que, no dia 19 de abril do ano vindouro, de 2012, a gente possa vir ao Senado Federal novamente – se não for 19, 18 –, como hoje, comemorar algum avanço para melhorar, cada vez mais, a condição de vida dos nossos índios do Brasil.

Muito obrigado.

Bom-dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Vicentinho.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Wilson Santiago, que preside esta sessão, o Exmº Sr. Senador Vicentinho Alves, membro atuante da minha Comissão de Direitos Humanos, foi lá, quando eu estava presidindo, e disse: “Olha, se você não for lá falar, se prepara, porque a moçada vem aqui com tacape na mão...” Existe outro nome além de tacape? “A borduna e o tacape, e tu vais ter de chegar lá.”

Eu me lembro desse tacape numa negociação de que participei, há anos, sobre a questão das terras dos senhores. Esse tacape jogou pesado lá, como símbolo, como me disse o nosso querido Terena, de autoridade. Foi como símbolo de autoridade. Eu me lembro desse momento.

Enfim, parabéns, Vicentinho, pela iniciativa.

Eu estava presidindo os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, combatendo a violência nas escolas e nas ruas, essa violência absurda que acontece em todo o País. No momento em que encerrei, eu disse para eles que eu vinha para cá, com muita convicção, porque eu tenho certeza de que, se as tradições, a história, a forma de agir dos povos indígenas... Se aqueles que não são índios, sejam brancos ou negros, tivessem aprendido mais com vocês, nós não teríamos massacres como esse que aconteceu agora, no Rio de Janeiro, em que um filho desta geração assassinou 12 jovens.

Por isso, parabéns a vocês, à cultura de vocês. (*Palmas.*)

Nós, brancos e negros, temos de aprender muito, muito, muito com os povos indígenas.

Quero dizer também, com carinho, ao Vice-Governador do Estado do Tocantins, que representa aqui o Governador Siqueira Campos, que eu tenho muito orgulho de ter recebido o título de Cidadão de Tocantins. Acompanhei a luta do Siqueira, quando ele fez greve de fome – eu era Constituinte à época – para a fundação do Estado do Tocantins. (*Palmas.*) Assinei e participei, e foi um gesto nobre.

Meus parabéns ao Secretário Nacional de Saúde Indígena, Sr. Antonio Alves, que está aqui!

Para mim, o bravo são aqueles que não querem vir discutir, que não querem ouvir críticas. Têm que vir e ouvir as críticas. Por isso, a minha crítica aqui à Funai, que está ausente. Tem que vir e ouvir. (*Palmas.*) Este é o Governo de que faço parte.

Por isso, Secretário de Saúde Indígena, Antonio Alves, meus parabéns!

Amanhã, realizaremos uma audiência pública às 9 horas, e eu vou insistir para a Funai estar lá. Eu dizia agora mesmo ao nosso amigo Terena que a vantagem da audiência pública é que lá vocês poderão falar; vocês vão poder manifestar as suas angústias, as suas indignações e dizer o que vocês esperam de nós, que somos Governo. Nós somos Governo e nós queremos ouvi-los.

Esta sessão de homenagem tem uma simbologia importantíssima. Eu conversei com o Vicentinho, que, a partir desta sessão, me sugeriu que poderíamos marcar uma audiência pública no dia subsequente.

Então, quero cumprimentar, mais uma vez, o Senador Vicentinho Alves, que me propôs marcar uma audiência pública. Ele vai estar lá dividindo a Presidência comigo para ouvi-los amanhã.

Bom, eu diria aqui ao Marcos Terena, que o horário da audiência pública será, amanhã, às 9 horas, na Comissão de Direitos Humanos.

O Marcos Terena é um ícone. Eu tenho o maior respeito pelo Marcos.

Sabe, Terena, que eu insisti muito inclusive, para que você viesse e estivesse conosco amanhã. Você confirmou que vai estar amanhã conosco, haja vista a importância da sua presença. Segundo o meu protocolo, Marcos Terena estará representando as comunidades indígenas e, com alegria, ressalto que ele é Professor da Cátedra Indígena Internacional, queria pedir que déssemos uma grande salva de palmas a todo o povo indígena de todas as tribos, as origens e as etnias aqui presentes. (*Palmas.*)

Permitam-me, porque eu fiz um discurso por escrito e vou ler para vocês aqui. São rápidas palavras. Tive o orgulho de, em um desses chamados abril indígena, fazer uma audiência no auditório Petrônio Portella, e lá estavam, no Petrônio Portella, mais de mil, que lá

debateram com profundidade, cobraram, criticaram, lá vocês disseram: “Só discurso não adianta. Queremos ação”. E eu tive que ouvir, e dizer: “Vocês têm razão”. É isso mesmo. Não adianta acharmos que vocês vieram aqui só para ouvir o nosso discurso. Vieram para ouvir, para falar e para cobrar. E tem que ser assim mesmo. Eu sempre digo que não acontece nada se a gente não souber ouvir – e isso eu escrevo aqui no meu discurso – a batida do tambor; e o tambor bate e bate com razão.

Enfim, quero fazer uma síntese homenageando vocês. Escrevi ontem à tarde o pronunciamento em homenagem a vocês:

Uma vez falaram-me que houve um tempo em que tudo era bom. Tudo era alegre. Um momento feliz em que os deuses olhavam por todos nós.

Naquela época, não havia doenças, então, não havia pecado; então, não havia nenhuma dor, nem febre, nem varíola, nem azia, nenhum desperdício. Saudáveis vivíamos.

Mas esse tempo acabou. Foi embora, ficou para trás. Pois o ódio chegou e com ele seus hediondos cães de guerra.

Navios, com suas velas brancas trazendo cobiça, engano, mentira, traição. E, pelos séculos que passaram, podemos ver os semblantes refletidos, devastados, queimados, esmagados, torturados, mortos.

Fala-se em mais de 100 milhões de indígenas sacrificados, caídos em genocídios, um continente inteiro escravizado, para saquear a madeira, o ouro, a prata, a terra.

América Latina, ah, América Latina, o que fizeram com teus filhos que aqui nasceram? (*Palmas*)

Ah, América Latina, que se peça perdão, sim, aos negros – e eu sou negro –, que foram sequestrados na África; que se peça perdão! Mas que se peça também perdão porque massacraram toda uma nação dos povos indígenas! Peçam perdão também aos povos indígenas! (*Palmas.*)

América Latina, sim, América Latina! O que fizeram com teus filhos que aqui nasceram junto com a criação da terra, do sol, da lua, do ar e da vida?

Vitor Heredita assim descreveu Taki Ongoy: movimento indígena de dimensões complexas, que surgiu na América Latina, entre 1564 e 1572, em oposição à invasão do homem estrangeiro.

Este movimento combinava elementos políticos, religiosos e culturais.

Duzentos anos depois, no atual Estado do Rio Grande do Sul, o meu Estado, o Cacique Guarani Sepé Tiarajú, Corregedor dos Sete Povos das Missões, e mais de 1.500 indígenas são trucidados e tombam

em defesa do solo pátrio, em defesa do Rio Grande, em defesa do Brasil.

O bravo guerreiro Sepé não entendia de políticas externas e acordos internacionais, apenas desejava preservar a sua terra contra aqueles a quem via como inimigos de seu povo, que entravam pela fronteira.

A resistência heróica de Sepé não compreendia que o Tratado de Madri, assinado pelos reis de Portugal e Espanha, dava ao primeiro os Sete Povos das Missões e, ao segundo, a Colônia de Sacramento, hoje, a atual República do Uruguai.

Poderia lembrar aqui, no século passado, outros mártires, com Ângelo Kaigang – estão aqui os kaigangs –; lembro aqui de Marçal Tupã; lembro aqui de Xicão Xucuru; lembro aqui de Galdino Pataxó, queimado vivo; lembro aqui de Arnaldo Apurinã; lembro aqui de Marcos Verón, Dorvalino Guarani-Kaiowá, e tantos outros que se juntaram à constelação sagrada das estrelas que iluminam os caminhos que nos levam ao destino que nos espera, que é alcançar uma terra sem males.

Eles foram sacrificados, estão lá a iluminar a todos nós.

Enfim, os povos indígenas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, têm direito, sim, à memória, à verdade, à sua história, à preservação da sua cultura.

Fala-se tanto na Comissão da Verdade. Eu quero a Comissão da Verdade, para saber o que aconteceu no tempo da ditadura, mas por que a gente não faz a Comissão da Verdade para punir e lembrar aqueles que massacraram e que estão massacrando até hoje os povos indígenas? Que haja duas Comissões da Verdade!

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, paralelamente a isso, queremos os direitos que lhes garantam acesso à vida, à liberdade, à terra, à demarcação das suas terras, à proteção da biodiversidade, à saúde e ao ensino. Por que não lembrar aqui todas essas catástrofes que envolvem o meio ambiente? Se tivessem ouvido a sabedoria dos povos indígenas, isso não estaria acontecendo.

Sr. Presidente, existem hoje, no Congresso Nacional, tramitando nas duas Casas, mais de 100 propostas sobre o tema. Sei que é fundamental, sei que é importante a aprovação desses temas, desde que ouçam os povos indígenas. Que não prevaleça só a visão da maioria que está aqui dentro e que não são descendentes ou nem conhecem a história dos povos indígenas. Eu, por exemplo, confesso, tenho uma simpatia pelo estatuto dos povos indígenas, mas entendo que elas podem andar, tramitar, se vocês avalizarem.

Falo isso, porque sei da importância do estatuto. Sou autor do Estatuto do Idoso, aprovado, é lei, sancionada pelo Presidente Lula. Sou autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, aprovado aqui e agora tramitando na última Comissão da Câmara dos Deputados. Da mesma forma, sou autor do Estatuto da Igualdade Racial, que também é lei sancionada pelo Presidente Lula. Claro que ajudei na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, e sabemos da sua importância. Mas, quanto ao Estatuto dos Povos Indígenas, se vocês assim entenderem, teremos de fazer um grande movimento para aprová-lo na visão dos povos indígenas e não na visão deste ou daquele Parlamentar.

Sabemos que os interesses contra o estatuto são enormes – e vocês sabem disso, principalmente se ele representar a visão de vocês –, mas entendemos também que só alcança uma vitória quem está na luta – e vocês sabem disto – exigindo seus direitos.

Eu sempre digo que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário só escutam o barulho das ruas, o vento das florestas, o movimento bonito, lindo das águas dos rios e dos mares e a batida dos tambores com uma grande mobilização. E sei que vocês estão peleando historicamente com esses objetivos.

Termino, Sr. Presidente. Deixo aqui com essas simples palavras a minha sincera homenagem, o meu respeito e a minha permanente adesão à causa de todos os indígenas do Brasil e da chamada Pachamama, a nossa América Latina.

Viva! Vida longa aos povos indígenas!

Um abraço a todos.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vicentinho Alves.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Assumo esta Presidência e passo a palavra ao Senador Wilson Santiago, que, como membro da Mesa Diretora, nos dá a honra de presidir esta sessão solene.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Senador Vicentinho Alves, autor do requerimento que resultou nesta grandiosa e, digo até, Senador Paulo Paim, justa sessão em favor dos povos indígenas brasileiros.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a não só preside uma das Comissões importantes da Casa, mas tem carregado em sua consciência e também em suas ações aquilo que representa de melhor em favor das classes menos favorecidas deste País. Parabéns a V. Ex^a pela atitude e também pelo comportamento que tem, com

certeza, significado não só o Senado Federal, através da sua pessoa, como também o mandato que exerce em favor do povo brasileiro e, em especial, do Rio Grande do Sul.

Meu caro Professor Marcos Terena, V. S^a com dignidade representa os povos indígenas por onde passa, com cadeira cativa até mesmo na ONU, tem feito aquilo que merecem os povos indígenas e, com certeza, continuará lutando muito mais, dando exemplo aos demais para que ingressem nessa luta em favor dos povos indígenas de todo o Brasil.

Caro Vice-Governador do Tocantins, João Oliveira, que conheço de perto desde quando era seu companheiro como Deputado Federal na Câmara dos Deputados. Sempre acompanhei o trabalho de V. Ex^a, que, graças a Deus, sempre honrou a confiança do povo do Tocantins no que se refere aos mandatos para os quais foi eleito e agora, para a honra de todos nós, é Vice-Governador do Estado e aqui representa o Governador Siqueira Campos.

Antonio Alves, Secretário Especial de Saúde Indígena, que aqui representa a estrutura pública da saúde indígena nacional, o Ministério da Saúde, V. Ex^a dá uma demonstração de que, mesmo não estando aqui os representantes maiores, levará o pensamento dos povos indígenas e o pensamento do Senado Federal no que se refere às necessidades e ao apoio aos pleitos desse grandioso povo que foi a nossa origem e, além de tudo, nos ensinou a chegar até onde estamos.

Meus caros vereadores representantes do povo indígena, aqui estão representantes do Tocantins e também de Mato Grosso. Veja bem, Senador Paim, como estão se ampliando os direitos e a consciência do povo indígena no que se refere até ao voto popular, já estão elegendo vereadores! Com certeza, teremos prefeitos, deputados e ocupantes de outros cargos, para representar melhor essa categoria, essa classe de trabalhadores brasileiros que, com certeza, conhece muito mais a real situação do povo indígena do que nós que não tivemos essa origem. O Sr. Davi Yanomami e o cacique Celestino Xavante, entre tantos outros, são representantes dos povos indígenas aqui presentes.

Sr. Presidente Vicentinho Alves, em atenção ao requerimento de V. Ex^a, firmado também por vários outros Senadores, a exemplo do Senador Paim, esta presente sessão especial do Senado Federal destina-se a homenagear a passagem do Dia do Índio.

Nós ouvimos anteriormente o professor Marcos Terena, que registrou e fez uma lembrança muito justa a esta Casa, o Senado Federal, quando ela decidiu abrir as portas para ouvir os reclamos dos povos indígenas nacionais. Nós devemos isso ao Presidente da Casa,

Senador José Sarney. Temos que agradecer a ele a sua liberdade, a sua vontade de fazer com que todo o povo brasileiro tenha de fato acesso aos seus direitos. Tive uma demonstração deste porte por parte do Senador Sarney quando ainda jovem, Senador Paim, na época da conhecida redemocratização do Brasil – e V. Ex^a lutou muito nesse tempo –, quando ele, por um gesto nobre, determinou a liberdade do Partido Comunista do Brasil. Então, só isso demonstra a intenção do Presidente Sarney de fazer com que não só esta Casa represente o pensamento da classe trabalhadora brasileira, mas também tenha uma integração com todos os povos que, de fato, merecem o respeito e a atenção de todos os representantes do Congresso Nacional na pessoa do Presidente José Sarney.

Para honra minha, estou no exercício da Presidência da Casa em decorrência da viagem do Presidente Sarney e da Vice-Presidente Marta. Como 2º Vice-Presidente da Casa, assumi a Presidência interinamente e tenho a obrigação e o dever de reconhecer o trabalho digno e a dedicação, que todo o Brasil conhece, do Presidente Sarney em relação aos movimentos sociais e aos direitos de toda a sociedade e de todo o povo brasileiro.

Os índios, primeiros habitantes destas terras, formam o nosso DNA original, a fonte primária de nossa civilização. São um retrato vivo de nossas raízes, as quais temos o dever cívico e indelegável de resguardar e proteger.

Nesse caldeirão de raças e etnias que gestou e modelou a nossa Nação, a pátria indígena se destaca como inspiradora direta de significativa parte de nossa culinária, de nossa língua e de hábitos e costumes assimilados. Temos todos um pedaço da cultura indígena ao comer um prato de mandioca, beber guaraná, tomar banho de cuia, enfim, praticar todos os atos e até todos os verbos de sonoridade tão expressiva que herdamos de sua cultura, a cultura indígena.

Zelar pela manutenção e sobrevivência de todo esse patrimônio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de mais público presente, é mais do que uma obrigação moral. Trata-se, em verdade, da preservação de nossa própria identidade, do culto ao que fomos, ao que somos e ao que pretendemos ser como uma única e diversa nação.

Como pilares da nossa política indigenista, não podemos deixar de citar aqui os grandes vultos históricos que lutaram por esse intento maior: Marechal Rondon, os irmãos Villas-Bôas, Darcy Ribeiro, entre tantos outros, embora em momentos e circunstâncias diversas, representaram o ideal da descoberta, da valorização e da proteção aos ritos e costumes dos primeiros habitantes do Brasil.

No ano em que celebramos o cinquentenário de criação do Parque Nacional do Xingu – monumento maior da luta pela preservação das comunidades indígenas de nosso País –, nada mais apropriado do que aproveitarmos o ensejo para enaltecermos a importância do seu legado e a relevância da política de salvaguarda dos direitos de sobrevivência dessas aldeias.

É no Xingu, Sr. Presidente, e também nos potiguaras lá do meu Estado, a Paraíba, enfim, em todas as comunidades indígenas brasileiras, que nos deparamos com o verdadeiro Brasil profundo, com o interior de nossa gênese como nação. Lá, os índios puderam encontrar a guarda necessária que os preparam para o choque inevitável com a nossa sociedade.

Mantendo-os em suas terras e permitindo-lhes a vivência em sua organização social e cultural, o Parque consubstanciou a política indigenista tal qual conceberam nossos grandes e históricos defensores da causa, cuja memória inspira e fortalece o movimento de proteção aos povos indígenas em todo o Brasil.

Só isso, Sr. Presidente, além de tudo aquilo que, de fato, foi relatado por tantos outros companheiros que me antecederam, a exemplo do Senador Paim, a exemplo do Senador Vicentinho Alves, autor da proposta, a exemplo do Professor Antonio e, além de tudo, do Secretário Nacional de Saúde Indígena, todos nós aqui testemunhamos a real necessidade de nos unirmos em favor de uma causa justa, em favor de objetivos que atendam não só os interesses da classe indígena brasileira, como também de uma sociedade que tanto clama por justiça, por respeito aos direitos e também por soberania de um povo.

Todos nós sabemos que os povos indígenas, além de preservarem a natureza, Senador Paim, de preservarem as riquezas nacionais, a exemplo dos minérios, a exemplo da preservação do meio ambiente, a exemplo, enfim, de tantas outras ações que, na verdade, preservam nossas riquezas culturais e também nossas riquezas naturais, nós temos, sim, o dever e a obrigação de nos posicionarmos e nos unirmos em favor dessas causas e desses direitos, que representam o pensamento e o desejo da grande maioria do povo brasileiro.

É com o exemplo e a força dos índios do Xingu, tão representativos de todas as comunidades originárias do nosso Brasil, que reafirmo a absoluta necessidade de defendermos, de maneira incansável, a preservação

da autonomia e da identidade de todos os povos indígenas do Brasil, para que juntos tenhamos condições de fazer aquilo que não só a classe indígena, como também todo o povo brasileiro, espera de cada um de nós, representantes do Congresso Nacional e, enfim, representantes do País e dos Estados.

Vida longa aos índios brasileiros, especialmente proclamando e fazendo com que seus direitos sejam respeitados e suas conquistas, com certeza, sejam preservadas.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Passo a Presidência ao eminente Senador Wilson Santiago.

O Sr. Vicentinho Alves deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Convido a todos para acompanhamos a apresentação de cantos e danças típicas da cultura indígena.

(Procede-se à apresentação.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Antes de encerrar a sessão, comunico a todos que, no dia 21 de abril, teremos aqui, em Brasília, um jogo da seleção feminina indígena com a seleção feminina de Brasília, na Esplanada dos Ministérios.

Vamos agora ouvir mais uma apresentação.

(Procede-se à apresentação.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Cumprida a finalidade da sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com seu comparecimento.

Encerro a sessão, convidando a todos para a sessão ordinária, a realizar-se às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a Sessão às 13 horas e 9 minutos.)

Ata da 52^a Sessão, Não Deliberativa, em 18 de abril de 2011

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência dos Srs. Geovani Borges, Vital do Rêgo, Paulo Davim e da Sr^a Ana Amélia

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 18 horas e 41 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 173, DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura da Presidência da República, a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas.

Art. 2º A Secretaria Nacional dos Povos Indígenas absorverá as finalidades e as competências atualmente atribuídas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e à Secretaria Especial de Saúde Indígena, bem como os recursos humanos e materiais a elas vinculados.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações constantes do Orçamento da União.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A situação dos povos indígenas em nosso país, de modo geral, revela-se muito mais precária que a da população envolvente, embora a responsabilidade pela política indigenista brasileira esteja teoricamente nas mãos da mesma entidade há quase meio século: referimo-nos à Fundação Nacional do Índio (Funai), criada em 1967, no âmbito do Ministério do Interior, para substituir o Serviço de Proteção aos Índios e superar os impasses e as irregularidades que levaram à extinção desse órgão.

Desde que foi criada, porém, a Funai apresenta a instabilidade como característica maior: esteve sob

o comando de 32 dirigentes distintos, sendo alguns de triste lembrança; vivenciou uma alteração radical de abordagem da questão indígena a partir da promulgação da Carta Política de 1988; mudou de vinculação ministerial em 1991, incorporando-se à estrutura da Pasta da Justiça; e viu-se cada vez mais desacreditada em função das seguidas reformas administrativas que esvaziaram a maior parte de suas competências, legitimando órgãos de outros ministérios para intervenções setoriais na política indigenista. Assim, ao longo dos últimos anos, responderam por ações e programas de interesse dos povos indígenas a Funai, o Ministério da Educação, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o Ministério da Cultura, o Ministério dos Esportes, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Infelizmente, em vez de trazer os retornos esperados para o fortalecimento da causa comum, a pluralidade institucional tem resultado em dispersão de recursos, sobreposição de esforços, lacunas e baixo atendimento das demandas existentes.

Ilustra essa triste realidade o péssimo tratamento dispensado à saúde indígena no Brasil, não obstante alguns avanços pontuais obtidos na última década, como a melhoria da cobertura de vacina e a redução da taxa de mortalidade infantil. Afinal, como explicar que a média de expectativa de vida do índio brasileiro é de apenas 46 anos e não passa dos 37 em Roraima, enquanto a do restante da população nacional supera a idade de 70 anos? Como explicar que as taxas de morbidade e mortalidade entre os autóctones sejam três vezes maiores do que as dos outros brasileiros, mesmo sendo desprezado o alto número de óbitos sem registro ou indexados sem causas definidas, espelho da pouca cobertura e da baixa capacidade de resolução dos serviços disponíveis para os índios? Pior ainda: como aceitar que, entre os casos registrados, as causas de morte mais frequentes sejam pneumonia, diarréia, malária e tuberculose, todas elas doenças curáveis e passíveis de prevenção?

Torna-se óbvio, assim, que os esforços da Funasa não foram suficientes para suplantar os problemas crônicos do setor, como a falta de profissionais, de infra-estrutura e de medicamentos, afora as dificuldades de acesso às aldeias. Tampouco bastaram para proporcionar aos índios, de forma geral, os serviços de água, esgotamento sanitário, coleta, remoção e destinação final do lixo.

Na verdade, os serviços do órgão (marcados pela inconstância e pela insuficiência) nem sequer conseguiram evitar o agravamento dos problemas de saúde de diversas etnias, ameaçadas pelo avanço da desnutrição, da obesidade, da cárie, do alcoolismo, das doenças sexualmente transmissíveis, da hepatite, do câncer, da aids e da Síndrome Febril Íctero-Hemorrágica Aguda (SFIHA). Por falta de assistência sanitária, a sfiha ceifou a vida de vários índios no Estado do Amazonas, a desnutrição matou dezenas de crianças no Mato Grosso do Sul e outras oito no Tocantins, que também apresentaram vômito e diarréia.

Esse descalabro na área da saúde foi, sem dúvida, alimentado pela falta de transparência e regulamentação na gestão dos recursos, muitas vezes desviados. Não por acaso, aliás, o governo recentemente retirou da Funasa a atribuição de gerenciar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, entregando-a a uma secretaria especial do Ministério da Saúde.

A Funai, por seu turno, não tem demonstrado desempenho muito superior, mesmo depois do esvaziamento de suas atribuições na década de 1990. A partir de então, ela se concentrou nas políticas de regularização fundiária, legalmente fundadas no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973) e na Constituição Federal e até hoje deficitárias de efetiva implementação. Com efeito, das 671 terras indígenas já identificadas no País, somente 449 (67%) foram demarcadas, apesar de se terem esgotado todos os prazos legais há quase uma década: o primeiro, estabelecido pelo Estatuto, findou em 1978; o segundo, fixado pela Constituição em 1988, encerrou-se em 1993.

A lentidão desse processo tem gerado um embate pelas terras cada vez mais acirrado e violento, com reflexos negativos sobre o nível de qualidade de vida dos indígenas, sobretudo em relação à sua integridade física e cultural. Trata-se, portanto, de um problema que põe em xeque a própria razão de ser da Funai.

É com o objetivo de ver essas falhas sanadas que apresentamos este projeto de lei, mediante o qual buscamos angariar maior engajamento do Governo Federal com a causa indígena. Nesse sentido, sugerimos ao Poder Executivo criar um órgão com *status* de ministério, diretamente vinculado à Presidência da República, para articular as diversas políticas de atenção aos povos indígenas hoje dispersas por várias Pastas.

Acreditamos que esse órgão poderá, com a configuração projetada, exibir as seguintes qualidades: ter clareza no tocante à sua missão; ser dotado de estrutura organizacional bem dimensionada; contar com número adequado de técnicos, bem qualificados e dignamente remunerados; valer-se de processos administrativos modernos e céleres; dispor de orçamento suficiente e ter uma orientação política bem definida. Por tudo isso, esperamos contar com o apoio dos nobres Congressistas para a aprovação desta matéria.

– Senador **Vicentinho Alves**.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 61, de 2011** (nº 92/2011, na origem), da Senhora Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora VERA ZAVERUCHA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – Ancine, na vaga do Senhor Paulo Xavier Alcoforado.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM

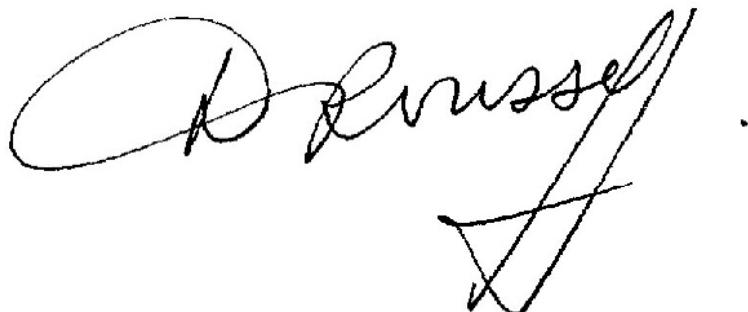
Nº 61, DE 2011

(nº 92/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora VERA ZAVERUCHA, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga da Senhor Paulo Xavier Alcoforado.

Brasília, 7 de abril de 2011.



VERA ZAVERUCHA

Rua Maria Angélica, 146/1004

Tel: (21) 2537-2417/9769-2238

Nasc.: 19/08/1952

zaveruch@visualnet.com.br

verazaverucha@gmail.com

CPF 405994267-72

Identidade – IFP 2691675 expedida em 20/08/1970

Identificação Única SIAPE - 002223759

Filiação – Moysés Zaverucha e Shirley Derbander Zaverucha

Natural de Minas Gerais

RESUMO

Bacharel em Comunicação Social, formada em 1976, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desde fevereiro de 2010 é consultora do SESC RIO DE JANEIRO para área do cinema e do audiovisual.

Assessora a Casa Civil da Presidência da República (2000 –2002) e o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica – GEDIC , colaborando na redação da MP 2228-1/01 , que cria novos mecanismos de Incentivo para a atividade audiovisual.

Na ANCINE desde 2002, momento de sua criação, ocupou o cargo de Assessora-Chefe do Diretor Presidente, auxiliando no seu desenho institucional e na sua implantação. Cria junto com a Secretaria da Receita Federal os mecanismos de recolhimento da CONDECINE – Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.

Posteriormente, ainda na ANCINE, de 2006 até fevereiro de 2010 ocupou o cargo de Superintendente de Acompanhamento de Mercado na Agência Nacional do Cinema- ANCINE . Responsável pela idealização de sistemas de acompanhamento do mercado de salas de exibição, vídeo doméstico, TV paga e TV aberta, gerencia uma equipe de análise das informações sobre o setor audiovisual geradas pela própria Agência e pelos agentes do mercado, dando suporte a avaliação das políticas públicas vigentes e das políticas públicas a serem implementadas para o setor cinematográfico e audiovisual brasileiro.

Sua trajetória nas diversas instituições governamentais (Embrafilme, Fundação do Cinema Brasileiro e Secretaria para o Desenvolvimento do Audiovisual) responsáveis pelas políticas públicas para o setor audiovisual foi marcada pela sua estreita colaboração na elaboração das Leis de incentivo fiscal e sua implantação quando Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.

Internacionalmente foi designada a acompanhar as Rodadas de negociação da OMC, em novembro de 2002, em Genebra, na Suíça, representar a ANCINE junto a TVs por assinatura norte-americanas, para tratar de assuntos relativos as Leis Brasileiras, entre outras diversas representações.

Em 1997 publica o primeiro livro brasileiro sobre as leis de incentivo a cultura "LEI DO AUDIOVISUAL - PASSO A PASSO"

A- INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

SESC RIO DE JANEIRO

Consultora

Responsável pelo projeto Salas de Cinema Digital

Fevereiro 2002 até esta data

ANCINE - Agencia Nacional do Cinema

Superintendente de Acompanhamento de Mercado, Assessora-Chefe do Diretor

Presidente da ANCINE

Área de responsabilidade - análise das informações sobre o setor audiovisual geradas pela própria Agência e pelos agentes do mercado, deverá dar suporte para a avaliação das políticas públicas vigentes e das políticas públicas a serem implementadas para o setor cinematográfico e audiovisual brasileiro.

2002 até fevereiro 2010

ANP - Agência Nacional do Petróleo

Colabora com o GEDIC e Casa Civil na elaboração dos mecanismos que nortearão a nova política para o Cinema Nacional e da redação da Medida Provisória que cria a Agência Nacional do Cinema e os novos mecanismos de fomento à atividade.

Agosto/2001 à Fevereiro/2002

ACERP - Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - TVE BRASIL.

CHEFE DA ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA

Maio/99 à Novembro/2000

Secretaria de Estado da Cultura e Esporte do Rio de Janeiro

SUPERINTENDENTE CINEMA/TV/vídeo

Maio/96 à Abril/99

SECRETÁRIA DE ESTADO INTERINA; COORDENADORA GERAL

Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual, Ministério da Cultura.

Áreas de responsabilidade: Aprovação de projetos para financiamento por meio das leis de incentivo; Elaboração e gerenciamento de projetos institucionais no setor audiovisual

Elaboração de editais de fomento; Assessoria do Ministro da Cultura no que tange as políticas públicas para o setor; Contato com exibidores, distribuidores, programadores de TV por assinatura

Dezembro/92 à Abril/96

Fundação Roquette Pinto**CHEFE DA ASSESSORIA DE EVENTOS ESPECIAIS**

Áreas de responsabilidade:

Análise de Projetos

Gerenciamento de Projetos Especiais

Junho/92 à Dezembro/92**Instituto Brasileiro de Arte e Cultura -Centro de Tecnologia Audiovisual****COORDENADORA GERAL****Gerenciamento de Projetos**

Áreas de responsabilidade: Produção e difusão de filmes culturais; Comercialização de filmes culturais; Festivais nacionais e internacionais; Serviços Técnicos para produção; Formação e aperfeiçoamento técnico na área audiovisual.

Janeiro/91 à maio/92**FUNDAÇÃO DO CINEMA BRASILEIRO****Diretora de Operações; Coordenadora de Produção**

Áreas de Responsabilidade: Gerência do Fundo de Curta Metragem; Apoio à Produção, Difusão e Distribuição de Filmes; Mostras e Festivais nacionais e internacionais.

1989 a 1990 e 1988**EMBRAFILME DISTRIBUIDORA DE FILMES SA****Gerente do Departamento de Produção; Assessora Técnica da Diretoria-Geral****Assessora da Diretoria de Operações; Assessora da Diretoria Técnica e de****Operações Não-Comerciais ; Produtora Executiva do Departamento de Produção**

Áreas de responsabilidade: Coordenação e supervisão da comissão de seleção de projetos para produção; Acompanhamento da produção de filmes contratados; Liberação de financiamentos; Acompanhamento da instalação do Centro Técnico audiovisual - CTAv

1988 a 1989 e 1982 a 1987**B- EMPRESAS PRIVADAS****EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO CINEMATOGRÁFICA MA MARCONDES/ART FILMS.****Assessora para Assuntos Corporativos**

Empresa especializada na distribuição de filmes para o mercado de salas de exibição

Dezembro/2000 a Julho de 2001**MPC - MEIOS DE PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO****Diretora de Produção**

Empresa voltada para a produção de filmes institucionais, fisionais de treinamento e didáticos;

Maio a Agosto 1982**ZOOM CINEMATOGRÁFICA LTDA****Chefe do Departamento Audiovisual**

Direção, produção e montagem de audiovisuais de treinamento, didáticos e institucionais.

1976 a 1977**TRABALHOS REALIZADOS NO EXTERIOR****INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA DE MOÇAMBIQUE****Assessora da Diretoria Geral de Produção**

Áreas de responsabilidade:

Elaboração de projeto de reestruturação da Diretoria;

Organização da metodologia de trabalho dos departamentos técnicos;

Elaboração da proposta de regulamentação da profissão da área cinematográfica na República Popular de Moçambique;

Responsável pela formação teórica e prática de diretores de produção e produtores executivos.

Agosto/1980 a Agosto/1982**EXPERIÊNCIA ACADÊMICA**

Professora da FGV - Fundação Getúlio Vargas do Curso FILM&TELEVISION BUSSINESS - Formação Executiva em Cinema e TV e do curso Cinema Documentário coordenado por Eduardo Escorel

2003/2010**PUBLICAÇÕES****LEI DO AUDIOVISUAL PASSO A PASSO**

Primeiro livro sobre a utilização das Leis de Incentivos Fiscais

Publicação Própria

1997

GUIA DO PROJEÇÃOISTA

Supervisão da publicação, editado pela Fundação do Cinema Brasileiro.
1987

MANUAL DE PRODUÇÃO - COMO SE FAZ UM FILME

Elaboração da Publicação
Publicação do Instituto Nacional de Cinema de Moçambique.
1981/1982

REPRESENTAÇÕES NO BRASIL E EXTERIOR

Ao longo de sua trajetória participou como representante das diversas instituições em que trabalhou em vários festivais nacionais e internacionais, inclusive na Organização Mundial do Comércio, e como conferencista, em congressos e seminários.

PRÊMIOS

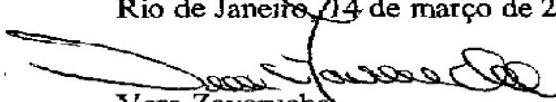
Prêmio de Emulação Socialista - Trabalhadora de Vanguarda
Instituto Nacional de Cinema
Ministério da Informação
República Popular de Moçambique
1982

LÍNGUAS

Inglês
Espanhol

Intermediário
Básico

Rio de Janeiro, 14 de março de 2011


Vera Zaverucha

Aviso nº 142 - C. Civil.

Brasília, 7 de abril de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora VERA ZAVERUCHA, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga da Senhor Paulo Xavier Alcoforado.

Atenciosamente,


ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2011**, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização,

que aprova o Relatório e as Contas do Tribunal de Contas da União, relativas ao Exercício de 2008.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, as seguintes matérias:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2011

(nº 4.082/2008, na Casa de origem, do Deputado Walter Brito Neto)

Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera normas relativas à emancipação voluntária.

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º A menoridade cessa aos 18 (dezoito) anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

S 1º Cessará, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver 16 (dezesseis) anos completos;

II - pelo casamento;

III - pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;

V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 (dezesseis) anos completos tenha economia própria.

S 2º Na hipótese de emancipação voluntária feita mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial (inciso I do § 1º deste artigo), o emancipando deve participar do ato como anuente." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.082, DE 2008

Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "Institui o Código Civil".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera normas relativas à emancipação voluntária.

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

§ 1º Cessará, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II - pelo casamento;

III - pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;

V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

§ 2º Na hipótese de emancipação voluntária feita mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial (inciso I do § 1º deste artigo), o emancipando deve participar do ato como anuente (NR)."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A norma vigente sobre emancipação voluntária fala em ato de concessão dos pais, de modo que não exige a intervenção do filho emancipando para o aperfeiçoamento e validade do ato de emancipação. Trata-se, portanto, de um ato unilateral.

Contudo, para que não se coloque em dúvida a intenção dos pais, nem se alegue que a emancipação está sendo feita para que se livrem da obrigação de sustento do filho, é conveniente que o emancipando participe do ato como anuente.

Cuida-se de medida legislativa em consonância com a proteção ao adolescente, prevista pelo art. 227 da Constituição Federal.

Por esse motivo, contamos com o endossos dos ilustres Pares para a conversão deste projeto em norma jurídica.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2008.

Deputado WALTER BRITO NETO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II - pelo casamento;

III - pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;

V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2011

(nº 5.947/2009, na Casa de origem, do Deputado Paes Landim)

Revoga o art. 23 da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e o coletivo e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei revoga o art. 23 da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que estabelece prazo de 120 (cento e vinte) dias para o direito de requerer mandado de segurança.

Art. 2º Fica revogado o art. 23 da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.947, DE 2009

Revoga o art. 23 da Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei revoga artigo 23 da Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, que estabelece prazo de cento e vinte dias para o direito de requerer mandado de segurança.

Art. 2º Fica revogado o artigo 23 da Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora submeto à apreciação desta Casa visa a revogar dispositivo legal que limita a possibilidade de impetração de Mandado de Segurança, extinguindo o direito de requerê-lo, quando decorridos cento e vinte dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

Passado esse prazo, pois, ocorre a decadência do direito.

Creio, no entanto, que tal prazo é arbitrário, pois atenta contra a natureza da ação do mandado de segurança. De há muito fixado, na doutrina e na jurisprudência, o conceito de direito líquido e certo a autorizar o ajuizamento do writ (incontroversos os fatos ou provados estes documentalmente, torna-se possível o aforamento da segurança), o prazo de cento e vinte dias não tem razão de ser.

Figure-se um exemplo que demonstra a arbitrariedade desse prazo: o indivíduo pode comprovar, de plano, os fatos que dariam nascimento ao seu direito. Impetra, então, o mandado de segurança, fazendo-o no 125º dia. Reconhecendo a decadência, o juiz o remeterá às vias ordinárias – onde vai-se repetir tudo o que se fez, pois nem haveria necessidade de audiência: seria caso de julgamento antecipado da lide. Tal absurdo agride o princípio da economia processual.

Note-se que, assim, acompanhamos o raciocínio do ilustre ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso, ao relatar o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 21364-7, quando o instituto do Mandado de Segurança era regido pela revogada Lei nº 1.533 de 1951:

"Nas minhas cogitações a respeito do tema, tenho pensado e refletido a respeito do prazo do art. 18 da Lei 1.533/51, e tenho verificado que ele não se assenta numa razão científica, ele simplesmente veio, através dos anos, desde a Lei 221, de 1894, art. 13, pelo gosto de copiar coisas, sem se indagar da razão de sua existência. No trabalho doutrinário que escrevi, lembrei que Amir José Finocchiaro Sarti, eminente membro do Ministério Público Federal, demonstra, profICIENTEMENTE, que o citado prazo de decadência não tem razão de ser, assentando-se mais na força do hábito, que fez "com que o legislador ordinário, conscientemente ou não, deixasse de adaptar-se às mudanças do sistema constitucional que, evoluindo, tornou obsoletas e inaplicáveis as práticas do passado. ("O prazo preclusivo para a impetração do mandado de segurança", AJURIS 25/210).

O Ministro Seabra Fagundes que, no seu preciso 'Do Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário', sustentou a legitimidade do referido prazo, já retificou a sua opinião e sustenta, agora, ser ilegítimo o prazo de caducidade do mandado de segurança. Isto pude verificar dos debates que S. Ex^a participou, no Instituto dos Advogados Brasileiros, após palestra que ali proferi, em 1984, a respeito do tema."

Aliás, a propósito do tema o nobre Deputado Federal Régis Fernandes de Oliveira já escreveu que:

"dentro deste enfoque de se dar às garantias constitucionais uma nova visão, suponho que o mandado de segurança não pode ter prazo de impetração" ("Instrumentos brasileiros de defesa e participação dos administrados", in "RT", vol. 1 677/82-94, especialmente págs. 90/91).

No mesmo texto citado retro, o eminentíssimo Deputado acrescenta que:

"só perco o prazo de impetração do mandado de segurança na medida em que eu perca o próprio direito que quero exercer no mandado de segurança" (ob. cit., pág. 91).

Ocorre que tal entendimento vai de encontro à jurisprudência do STF, que acolhe o prazo do artigo 18 da Lei de 1951, revogada pela Lei nº 12.016 de 2009.

De todo o exposto, creio que é chegada a hora de promovermos a alteração da citada norma.

Assim, conto com o esclarecido apoio de meus pares, no sentido da aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 2009.

Deputado PAES LANDIM

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009.

Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

.....
Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, os Projetos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco

dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 2011

Altera a Constituição Federal para estabelecer que as leis que disponham sobre matéria referente à reforma do sistema político-eleitoral somente entrarão em vigor se forem aprovadas em referendo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 12:

"Art. 14.

§ 12. As leis que disponham sobre matéria referente à reforma do sistema político-eleitoral somente entrarão em vigor se forem aprovadas em referendo." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação de uma reforma do sistema político-eleitoral é matéria de grande envergadura, na medida em que tem consequências para toda manifestação da soberania popular.

Trata-se de definir como o povo exercerá o poder, do qual é o titular, na forma do parágrafo único do art. 1º da Constituição.

Ou seja, como se dá, na prática, o funcionamento da nossa democracia representativa, na escolha que o povo faz de seus representantes, que decidirão em seu nome.

Assim, é fundamental que a população seja ouvida quando se pretendam modificações no sistema político-eleitoral. A decisão não pode ficar restrita apenas nas mãos dos próprios representantes.

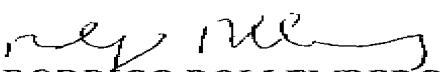
A questão ganha importância nesse momento quando o tema voltou à ordem do dia das duas Casas do Congresso Nacional, que vêm debatendo uma série de alterações estruturais.

Foi exatamente para situações como essa que o constituinte previa a existência dos mecanismos de democracia direta, estabelecidos no art. 14 da Carta.

Desta forma, estamos apresentando a presente proposta de emenda à Constituição (PEC), prevendo que *as leis que disponham sobre matéria referente à reforma do sistema político-eleitoral somente entrarão em vigor se forem aprovadas em referendo*.

Temos a certeza de que a aprovação desta PEC não apenas dará mais legitimidade a qualquer alteração que se proponha em nosso sistema político-eleitoral, como permitirá que o tema seja objeto de amplo debate popular.

Sala das Sessões,


Senador RODRIGO ROLLEMBERG

| | |
|---|---|
| <p>John Barnard</p> <p>Joe - BE ONE</p> <p>Yester</p> <p>Sept 12</p> <p>for a</p> <p>Wool</p> <p>wood</p> <p>in</p> | <p>Joe Pimentel</p> <p>—</p> <p>Paul B. Terry</p> <p>Paul Sauer</p> <p>Westminister Min</p> <p>Mill Hill</p> <p>has been</p> <p>RANDOLFF</p> |
| <p>Wool</p> <p>wood</p> <p>in</p> <p>for</p> <p>Sept 12</p> <p>Yester</p> <p>John Barnard</p> <p>Joe - BE ONE</p> | <p>has been</p> <p>Paul Sauer</p> <p>Westminister Min</p> <p>Mill Hill</p> <p>Paul B. Terry</p> <p>Joe Pimentel</p> <p>John Barnard</p> <p>Joe - BE ONE</p> |

LEGISLAÇÃO CITADA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO I
Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

- a) os analfabetos;
- b) os maiores de setenta anos;
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período da serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária; Regulamento

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

§ 6º - Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º - São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º - O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)

§ 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

TÍTULO IV**Da Organização dos Poderes****CAPÍTULO I****DO PODER LEGISLATIVO****Seção I****DO CONGRESSO NACIONAL****Seção VIII****DO PROCESSO LEGISLATIVO****Subseção II****Da Emenda à Constituição**

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 125, DE 2011

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2011, da Senadora Gleisi Hoffmann, que altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC sobre as transferências de recursos para ações de socorro assistência às vítimas , restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas , e dá outras providências, para socorrer agricultores familiares atingidos por desastres naturais.

RELATOR: Senador **JOÃO PEDRO**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 85, de 2011, da Senadora Gleisi Hoffmann, que *altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências, para socorrer agricultores familiares atingidos por desastres naturais.*

O Projeto é composto de dois artigos, sendo que o art. 1º altera o art. 8º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010. Este artigo dispõe que Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) terá como finalidade custear ações de reconstrução em áreas atingidas por desastres nos entes federados que tiverem a situação de emergência ou estado de calamidade

pública reconhecidos. O PLS em questão acresce a este artigo um parágrafo único, para estabelecer que *entre as ações de reconstrução estão as destinadas à recuperação dos solos e dos investimentos produtivos realizados em propriedades de agricultura familiar, definidas nos termos da Lei nº 11.326, de 2006.*

Em sua justificação, a autora argumenta que em caso de chuvas catastróficas que causem o deslizamento de encostas em áreas agrícolas, a lama leva também não apenas o produto da agricultura familiar, mas toda a camada do solo que já estava preparada, fertilizada e semeada para essa atividade econômica, cuja recuperação se dá no longo prazo e envolve mais investimentos.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Quanto à análise da matéria, em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão se manifestar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Compete a esta Comissão, nos termos dos incisos VIII, X e XVII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre o uso e a conservação do solo na agricultura, política de seguro rural e endividamento rural, e políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais.

No que se refere à constitucionalidade do PLS nº 85, de 2011, observa-se que a União é competente para planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas (art. 21, XVIII) e, em comum com Estados, Distrito Federal e Municípios, para legislar a respeito da proteção ao meio ambiente e da produção agropecuária (art. 23, VI e VIII).

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF) e quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

No tocante à juridicidade, a proposição também se afigura correta, pelos seguintes motivos: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; a matéria nele tratada inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; se

revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e se afigura dotada de potencial coercitividade.

No que se refere à técnica legislativa, a redação não demanda reparos, estando, portanto, vazada na boa técnica legislativa de que trata a Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Com respeito ao mérito, entende-se ser o Projeto de Lei muito oportuno, pois é patente que o planeta passa por mudanças climáticas caracterizadas por eventos cada vez mais extremos, frequentes e imprevisíveis, como ciclones, tempestades e secas, que afetam demasiadamente a produção agropecuária.

Se as políticas de seguro rural existentes são adequadas para a recuperação dos custos de produção diante da ocorrência de chuvas e secas excessivas, o PLS em questão vem socorrer os produtores mais gravemente afetados por chuvas excessivas que causam enxurradas e perdas da camada superficial ou mesmo da camada arável do solo. Tais perdas não podem ser recuperadas apenas com a reposição dos recursos destinados ao preparo do solo e plantio. São necessárias obras de engenharia rural, reflorestamento, recomposição da camada fértil do solo, que demandam investimentos maiores que os relacionados à produção tradicional.

Devemos considerar a contribuição da produção da agricultura familiar para o equilíbrio dos preços locais dos produtos alimentares, e a importância de serviços ambientais decorrentes da manutenção ou recuperação de áreas florestadas. É importante que sejam destinados para esse fim recursos do Fundo Especial de Calamidades Públicas (FUNCAP), previsto na Lei nº 12.340, de 2010, que também dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2011, na forma apresentada.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2011.

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 81, DE 2011ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/4/2011, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):PRESIDENTE: Sen. Acir GurgaczRELATOR: Relator: J. de Souza

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

| | |
|------------------------------|-----------------------------|
| DELcídio do AMARAL | 1. ANGELA PORTELA |
| GLEISI HOFFMANN (autora) | 2. EDUARDO SUPLICY |
| JOÃO PEDRO | 3. WALTER PINHEIRO |
| CLÉSIO ANDRADE | 4. BLAIRO MAGGI |
| ACIR GURGACZ (Presidente) | 5. JOÃO DURVAL |
| RODRIGO ROLLEMBERG | 6. ANTONIO CARLOS VALADARES |

BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

| | |
|------------------|-----------------------|
| WALDEMAR MOKA | 1. GARIBALDI ALVES |
| CASILDO MALDANER | 2. ROBERTO REQUIÃO |
| EDUARDO AMORIM | 3. VALDIR RAUPP |
| ANA AMÉLIA | 4. LUIZ HENRIQUE |
| IVO CASSOL | 5. CIRO NOGUEIRA |
| BENEDITO DE LIRA | 6. JOÃO ALBERTO SOUZA |

BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)

| | |
|---------------|---------------------------|
| FLEXA RIBEIRO | 1- ALOYSIO NUNES FERREIRA |
| CYRO MIRANDA | 2- MARISA SERRANO |
| JAYME CAMPOS | 3- DEMÓSTENES TORRES |

PTB

| | |
|------|-------------------------|
| VAGO | 1- MOZARILDO CAVALCANTI |
|------|-------------------------|

PSOL

| | |
|------|---------|
| VAGO | 1- VAGO |
|------|---------|

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA

PLS Nº 85, DE 2011

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

| TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PI, PR, PDI, PSB, PC DO B, PRB) | | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDI, PSB, PC DO B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
|---|---|-----|-----|-------|-----------|---|-----|-----|-------|-----------|
| DÉCIO D'AMARAL | X | X | | | | 1. ANGÉLICA PORTELA | | | | |
| GLEISI TOFFMANN | X | X | | | | 2. EDUARDO SUPlicY | | | | |
| JOÃO PEDRO (Reforço) | | | | | | 3. WALTER PINHEIRO | | | | |
| CLESTIO ANDRADE | | | | | | 4. BLAISE MAGGI | | | | |
| ACIR GURGACZ (Reforço) | | | | | | 5. JOSÉ DURVAL | | | | |
| RODRIGO ROLEMBERG | X | | | | | 6. ANTÔNIO CARLOS VÁJÁDARES (sem voto) | X | | | |
| TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PRB, PMN, PV) | | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PRB, PMN, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| WALDEMAR MOKA | X | X | | | | 1. GARBALDI ALVES | | | | |
| CASILDO MALDANER | | | | | | 2. ROBERTO REQUÍAO | | | | |
| EDUARDO AMORIM | | | | | | 3. VALDIR RAUUP | | | | |
| ANA AMÉLIA | | | | | | 4. LUIZ HENRIQUE | | | | |
| IVO CASSOL | | | | | | 5. CIRIO NOGUEIRA | | | | |
| BENEDITO DE LRA | | | | | | 6. JOSÉ ALDÉRIO SOUZA | | | | |
| TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM) | | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| FLEXA RIBEIRO | | | | | | 1. ALOYSIO NUNES FERREIRA | | | | |
| CYRIO MIRANDA | | | | | | 2. MARISA SERRANO | | | | |
| JAYMÉ CAMPOS | | | | | | 3. DEMÓSTENES TORRES | | | | |
| TITULAR - PTB | | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| VAGO | | | | | | 1. MOZARILDO CAVALCANTI | | | | |
| TITULAR - PSOL | | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PSOL | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| VAGO | | | | | | 1. VAGO | | | | |

TOTAL: 9 SIM: 7 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1
 SALA DAS REUNIÕES, EM 14/4/2011
 Senador ACIR GURGACZ
 PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 21. Compete à União:

XVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Públíco e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Públíco e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.(Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR N° 107, DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

LEI N° 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

LEI N° 12.340, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências.

Art. 8º O Funcap, de natureza contábil e financeira, terá como finalidade custear ações de reconstrução em áreas atingidas por desastres nos entes federados que tiverem a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos nos termos do art. 3º.

OF.- PRES Nº 002/2011-CRA

Brasília, 14 de abril de 2011.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão aprovou, em 14 de abril do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2011, que "Altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências, para socorrer agricultores familiares atingidos por desastres naturais", de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann.

Atenciosamente

Senador Acir Gurgacz

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Exmo. Sr.
Senador José Sarney
MD. Presidente do Senado Federal
N E S T A

PARECER

Nº 126, DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2009, do Senador Gilvam Borges, que altera a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, que “regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências”, para revogar dispositivo que possibilita a cobrança pela realização de exames e a utilização de insumos, reagentes, materiais descartáveis e mão-de-obra, inclusive a cobrança de honorários médicos, na coleta de sangue, componentes ou derivados.

RELATORA: Senadora LÚCIA VÂNIA

I – RELATÓRIO

Encontra-se sob exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 266, de 2009, de autoria do Senador Gilvam Borges.

O referido projeto veda a cobrança pela realização de exames laboratoriais e a utilização de insumos, reagentes, materiais descartáveis e mão-de-obra, inclusive a cobrança de honorários médicos, na coleta de sangue, componentes ou derivados.

Para tanto, o art. 1º da proposição sob análise revoga o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.205, de 2001, o qual dispõe que não se considera como comercialização a cobrança de valores referentes a insumos, materiais, exames sorológicos, imunoematológicos e demais exames laboratoriais definidos pela legislação competente, realizados para a seleção de sangue, componentes ou derivados, bem como honorários por serviços médicos prestados na assistência aos pacientes e aos doadores.

O art. 2º – cláusula de vigência – determina que a lei originada da proposição entre em vigor na data de sua publicação.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição destacou o fato de que, não obstante a Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados vedar a comercialização de coleta, processamento, estocagem, distribuição e transfusão do sangue, componentes e hemoderivados, ela permite a remuneração dos custos dos insumos, exames, reagentes, materiais descartáveis e da mão-de-obra especializada, inclusive a cobrança de honorários médicos. Ao amparo dessa permissão e sob o argumento de estarem cobrando apenas pelos insumos, exames e honorários médicos, as unidades hemoterápicas têm comercializado seus serviços, contrariando o princípio constitucional que proíbe tal prática.

A proposição não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

A partir dos anos 1980, o governo brasileiro resolveu adotar medidas para garantir a qualidade do sangue no País, notadamente em razão do preocupante avanço do número de pessoas infectadas com o vírus HIV. Nesse sentido, o Ministério da Saúde passou a gerir efetivamente toda a área de hemoterapia, com a criação do Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados (Pró-Sangue). Desde então, a progressiva melhoria da qualidade da hemoterapia brasileira tem sido reconhecida nacional e internacionalmente.

Ademais, após a regulamentação do art. 199 da Carta Magna, que dispõe sobre a participação da iniciativa privada no sistema de saúde, houve alteração legal verdadeiramente decisiva para o setor, pois no texto do § 4º desse artigo ficou expressamente vedada a doação remunerada de sangue no País.

Hoje, a estrutura da coleta de sangue no Brasil é composta por uma rede de hemocentros públicos responsáveis pelo abastecimento de sangue aos hospitais públicos e alguns particulares e de diversos bancos de sangue privados vinculados a hospitais particulares. Essa rede é fiscalizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A iniciativa sob análise tem o propósito de revogar o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.205, de 2001. É justamente nele que está estabelecido que “não se considera como comercialização a cobrança de valores referentes a

inssumos, materiais, exames sorológicos, imunoematológicos e demais exames laboratoriais definidos pela legislação competente, realizados para a seleção do sangue, componentes ou derivados, bem como honorários por serviços médicos prestados na assistência aos pacientes a aos doadores".

No entanto, tal proposta não leva em conta que todo o processamento do sangue – da coleta à transfusão – é feito em inúmeras etapas, entre as quais merece destaque a de aplicação de testes que requerem insumos específicos, manipulados e realizados por profissionais especializados que, evidentemente, recebem honorários pelos serviços médicos prestados.

Tampouco considera que todos os materiais, substâncias e insumos industrializados (bolsas, equipos de transfusão, seringas, filtros, conjuntos de aférese, agulhas, anticoagulantes e outros) usados para coleta, preservação, processamento, armazenamento e transfusão do sangue e seus componentes, assim como os reagentes industrializados usados para a triagem de doenças transmissíveis pelo sangue e para a triagem imunoematológica têm custos elevados. De acordo com as normas vigentes, todos os materiais e substâncias que entram em contato direto com o sangue ou componentes a serem transfundidos em humanos devem ser estéreis, apirogênicos e descartáveis.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que a revogação do parágrafo único em comento pode ter consequências desastrosas para a área de sangue no País. O legislador, sem dúvida alguma ciente desses fatores, deixou explícito no texto da norma em vigor que não se considera como comercialização a cobrança dos valores nele mencionados.

Cumpre destacar, ainda, que o legislador, ao regulamentar na Lei nº 10.205, de 2001, permitiu a remuneração dos serviços não apenas no parágrafo único do art. 2º. No inciso V do art. 14 da mesma Lei, também está claramente expressa a permissão de remuneração dos custos dos insumos, reagentes, materiais descartáveis e da mão-de-obra especializada, inclusive honorários médicos, na forma do regulamento e das normas técnicas do Ministério da Saúde.

A nosso ver, portanto, a remuneração desses custos está perfeitamente de acordo com as normas em vigor. Nada indica que haja comercialização de sangue no País e, assim sendo, não há razão para que a alteração aqui proposta seja contemplada.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2009.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2011.

Senador JAYME CAMPOS , Presidente
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

Jayme Campos , Relatora

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

| | |
|---|---|
| <i>Projeto de Lei de Senado nº 266 de 2009</i> ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13 / 04 / 2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS) | |
| PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS | |
| RELATORIA: Senadora Lúcia Vânia <i>Lúcia Vânia</i> | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | |
| PAULO PAIM (PT) <i>Paulo Paim</i> | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Edmundo Suplicy</i> |
| ÂNGELA PORTELA (PT) <i>Angela Portela</i> | 2- MARTA SUPLICY (PT) <i>Marta Suplicy</i> |
| HUMBERTO COSTA (PT) <i>Humberto Costa</i> | 3- JOÃO PEDRO (PT) <i>João Pedro</i> |
| WELLINGTON DIAS (PT) <i>Wellington Dias</i> | 4- ANA RITA (PT) <i>Ana Rita</i> |
| VICENTINHO ALVES (PR) <i>Vicentinho Alves</i> | 5- LINDBERGH FARIA (PT) <i>Linbergh Faria</i> |
| JOÃO DURVAL (PDT) <i>João Durval</i> | 6- CLÉSIO ANDRADE (PR) <i>Clésio Andrade</i> |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) <i>Rodrigo Rollemberg</i> | 7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Crystovam Buarque</i> |
| VANESSA GRAZIOTIN (PC do B) <i>Vanessa Graziotin</i> | 8- LÍDICE DA MATA (PSB) <i>Lidice da Mata</i> |
| BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| WALDEMAR MOKA (PMDB) <i>Waldemar Moka</i> | 1- VITAL DO RÉGO (PMDB) <i>Vital do Rêgo</i> |
| PAULO DAVIM (PV) <i>Paulo Davim</i> | 2- PEDRO SIMON (PMDB) <i>Pedro Simon</i> |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) <i>Romero Jucá</i> | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) <i>Lobão Filho</i> |
| CASILDO MALDANER (PMDB) <i>Casildo Maldaner</i> | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) <i>Eduardo Braga</i> |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) <i>Ricardo Ferraço</i> | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) <i>Roberto Requião</i> |
| EDUARDO AMORIM (PSC) <i>Eduardo Amorim</i> | 6- SÉRGIO PETECÃO (PMN) <i>Sérgio Petecão</i> |
| ANA AMELIA (PP) <i>Ana Amélia</i> | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) <i>Benedito de Lira</i> |
| BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM) | |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) <i>Cícero Lucena</i> | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) <i>Aécio Neves</i> |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) <i>Lúcia Vânia</i> | 2- CYRO MIRANDA (PSDB) <i>Cyro Miranda</i> |
| MARISA SERRANO (PSDB) <i>Marisa Serrano</i> | 3- PAULO BAUER (PSDB) <i>Paulo Bauer</i> |
| JAYME CAMPOS (DEM) <i>Jayme Campos</i> | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) <i>Maria do Carmo Alves</i> |
| PTB | |
| MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i> | 1- ARMANDO MONTEIRO <i>Armando Monteiro</i> |
| (vago) | 2- GIM ARGELLO <i>Gim Argello</i> |

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO
Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2009

| PROPOSTA | | | | | | SUPLEMENTO | | | | | |
|--|-----|-----|------------|-----------|--|------------|-----|-------|------------|--|--|
| PROPOSTA | | | SUPLEMENTO | | | PROPOSTA | | | SUPLEMENTO | | |
| | | | | | | | | | | | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPlicy (PT) | | X | | | | |
| ANGELA PORTELA (PT) | X | | | | 2- MARTA SUPlicy (PT) | | | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | | | | | 3- JOÃO PEDRO (PT) | | | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | | | |
| VICENTINHO ALVES (PR) | X | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | | | | | 6- CLÁUDIO ANDRADE (PR) | | | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | | | | | 7- CRISTOVAM Buarque (PDT) | | | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | | | | | 8- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| WALDEMAR MOKA (PMDB) | | | | | 1- VILALDO REGO (PMDB) | | | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | | | |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | | | | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | | | |
| CASILDO Maldaner (PMDB) | X | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | | | |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | | | | | 5- ROBERTO REQUÍAO (PMDB) | | | | | | |
| EDUARDO AMORIM (PSC) | X | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PMN) | | | | | | |
| ANA AMÉLIA (PP) | | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| CICERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | | | |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | X | | | | 2- CYRIO MIRANDA (PSDB) | | X | | | | |
| MARISA SERRANO (PSDB) | | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | | | | | | |
| JAYMÉ CAMPOS (DEM) | | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| MOZARILDO CAVALCANTI | X | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | X | | | | |
| vago | | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | | | |

TOTAL: 12 SIM: — NÃO: 11 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 13/04/2011

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)



Senador JAYMÉ CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º - A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

LEI N° 10.205, DE 21 DE MARÇO DE 2001

Regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências.

CAPÍTULO II**DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES**

Art. 14. A Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

V - permissão de remuneração dos custos dos insumos, reagentes, materiais descartáveis e da mão-de-obra especializada, inclusive honorários médicos, na forma do regulamento desta Lei e das Normas Técnicas do Ministério da Saúde;

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. N° 23/2011 – PRES/CAS

Brasília, 13 de abril de 2011.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2009, que *Altera a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências, para revogar dispositivo que possibilita a cobrança pela realização de exames e a utilização de insumos, reagentes, materiais descartáveis e mão-de-obra, inclusive a cobrança de honorários médicos, na coleta de sangue, componentes ou derivados, de autoria do Senador Gilvam Borges.*

Cordialmente,

Senador JAYMÉ CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECER Nº 127, DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2007, da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a segurança e higiene do trabalho rural.

RELATOR: Senador EDUARDO AMORIM

I – RELATÓRIO

Esta Comissão recebe para análise, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2007, de iniciativa da nobre Senadora Lúcia Vânia, que pretende alterar a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a segurança e higiene do trabalho rural.

A iniciativa pretende elevar o nível hierárquico de disposições que constam de normas regulamentadoras do trabalho rural, emitidas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, notadamente no tocante à distribuição e utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Ao final, o texto em análise veda a dispensa arbitrária dos titulares da representação dos empregados nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural – CIPATRs, entendendo-se como arbitrária a despedida que “não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro” (art. 13-H, acrescido à Lei nº 5.889, de 1973).

Em defesa de sua proposta a autora registra que, em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), foram registrados diversos abusos cometidos contra os trabalhadores rurais. Pretende-se, em consequência, alterar a legislação para garantir melhores condições de sanidade e segurança no trabalho rural.

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho Rural – CIPATR e o Serviço Especializado em Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural – SEPATR, instrumentos considerados essenciais para que os objetivos visados sejam atingidos, passam a constar da legislação do trabalho rural e é concedida garantia de emprego aos empregados eleitos para as CIPATRs.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A proposta da ilustre Senadora Lúcia Vânia está em conformidade com os pressupostos constitucionais que definem a iniciativa para tramitação das leis e a competência para legislar (art. 61 e *caput* do art. 48 da Constituição, respectivamente). Está redigido com boa técnica legislativa e atende também às exigências de juridicidade e regimentalidade.

Consideramos criticável a existência de regulamentos que disponham sobre matérias que deveriam ser reservadas à legislação ordinária. Elas acabam gerando insegurança jurídica. Afinal o trabalho precisa de normas com certo grau de permanência e consolidação, até para que uma interpretação justa dos dispositivos legais seja alcançada.

Também gostaríamos de registrar que, em nosso entendimento, a elevação das normas do ponto de vista hierárquico, por si só, não garante o fim dos abusos no trabalho do campo. Mas a publicidade da lei ordinária favorece os procedimentos de orientação aos interessados e de punição dos empregadores relapsos.

Há, então, vantagens na normatização através da lei, em relação às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e do Emprego. O poder coercitivo e o reconhecimento legal são maiores quando se trata de lei ordinária. Normas de hierarquia inferior podem ser questionadas em diversos aspectos e, muitas vezes, extrapolam a competência do ente regulamentador.

Destaque-se, entre as novas disposições, a exigência de Equipamento de Proteção Individual (EPI) que, tendo força de lei, certamente colaborará para a diminuição de acidentes de trabalho no campo, área na qual, via de regra, o atendimento médico é precário e demorado.

Finalmente, a introdução, na Lei nº 5.889, de 1973, de normas sobre o Serviço Especializado de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural – SEPATR e sobre as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural – CIPATR, muito pode contribuir para que essas instituições sejam efetivamente criadas. E a garantia de emprego dos titulares de representação dos empregados nas CIPATR dará a esses trabalhadores condições de exercer, sem constrangimentos, as funções a eles atribuídas.

III – VOTO

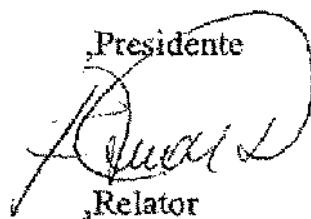
Analisando o Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2007, constatamos que foram observados os pressupostos constitucionais, a matéria não apresenta vício de injuridicidade e está dotada de méritos. Opinamos, então, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

,Presidente

,Relator



COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Lei do Senado nº 427 de 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13 / 04 / 2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS

RELATORIA: Senador Eduardo Amorim

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | |
| PAULO PAIM (PT) <i>Paulo Paim</i> | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Edmundo Suplicy</i> |
| ÂNGELA PORTELA (PT) <i>Angela Portela</i> | 2- MARTA SUPLICY (PT) <i>Marta Suplicy</i> |
| HUMBERTO COSTA (PT) <i>Humberto Costa</i> | 3- JOÃO PEDRO (PT) |
| WELLINGTON DIAS (PT) <i>Wellington Dias</i> | 4- ANA RITA (PT) |
| VICENTINHO ALVES (PR) <i>Vicentinho Alves</i> | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) |
| JOÃO DURVAL (PDT) <i>João Durval</i> | 6- CLÉSIO ANDRADE (PR) |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) <i>Rodrigo Rollemberg</i> | 7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) <i>Vanessa Graziotin</i> | 8- LÍDICE DA MATA (PSB) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| WALDEMAR MOKA (PMDB) <i>Waldemar Moka</i> | 1- VITAL DO RÉGO (PMDB) |
| PAULO DAVIM (PV) <i>Paulo Davim</i> | 2- PEDRO SIMON (PMDB) |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) <i>Romero Jucá</i> | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) |
| CASILDO MALDANER (PMDB) <i>Casildo Maldaner</i> | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) <i>Ricardo Ferraço</i> | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) |
| EDUARDO AMORIM (PSC) <i>Eduardo Amorim</i> | 6- SÉRGIO PETECÃO (PMN) |
| ANA AMELIA (PP) <i>Ana Amélia</i> | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) |
| BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM) | |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) <i>Cícero Lucena</i> | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) <i>Lucília Vânia</i> | 2- CYRO MIRANDA (PSDB) <i>Cyro Miranda</i> |
| MARISA SERRANO (PSDB) <i>Marisa Serrano</i> | 3- PAULO BAUER (PSDB) |
| JAYME CAMPOS (DEM) <i>Jayme Campos</i> | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) |
| PTB | |
| MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i> | 1- ARMANDO MONTEIRO |
| (vago) | 2- GIL ARGELLO |

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2007

| TITULARES | | | | | | SUPLENTES | | | | | |
|---|-----|-----|-------|-----------|---|-----------|-----|-------|-----------|--|--|
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PCD, B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PCD, B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| PAULO PALM (PT) | X | | | | 1-EDUARDO SUPLICY (PT) | X | | | | | |
| ANGÉLA FORTELA (PT) | | | | | 2-MARTA SUPLICY (PT) | | | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | X | | | | 3-JOÃO PEDRO (PT) | | | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | | | | | 4-ANA RITA (PT) | | | | | | |
| VICENTINHO ALVES (PR) | X | | | | 5-LINDBERGH FARIA (PT) | | | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | | | | | 6-CLESTO ANDRADE (PR) | | | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | | | | | 7-CHRISTOVAM BUARQUE (PDT) | | | | | | |
| VANESSA CRAZZOTIN (PC do B) | | | | | 8-LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| WALDEMAR MOKA (PMDB) | X | | | | 1-VITAL DO RÍCIO (PMDB) | | | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2-PEDRO SIMON (PMDB) | | | | | | |
| ROMERO JUCA (PMDB) | | | | | 3-LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | | | |
| CASILDO Maldaner (PMDB) | X | | | | 4-EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | | | |
| RICARDO FERRÃO (PMDB) | | | | | 5-ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | | | |
| EDUARDO AMORIM (PSC) | X | | | | 6-SÉRGIO PETECÃO (PMN) | | | | | | |
| ANA AMÉLIA (PP) | | | | | 7-BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1-AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | | | |
| LÚCIA VÁNIA (PSDB) | X | | | | 2-CYRIO MIRANDA (PSDB) | X | | | | | |
| MARISA SERRANO (PSDB) | | | | | 3-PAULO BAUER (PSDB) | | | | | | |
| JAYMÉ CAMPOS (DEM) | | | | | 4-MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| MOZARILDO CAVALCANTI | X | | | | 1-ARMANDO MONTEIRO | | | | | | |
| vago | | | | | 2-GIL ARGELLO | | | | | | |

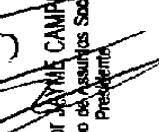
TOTAL: 11 SIM: 8 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: - AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 13/04/2011.

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓUM (art. 132, § 3º - RISF)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

P.S. N° 487 DE 2011

Actualizada em 16/03/2011

Senador JOSÉ WILHELM CAMPOS
Coronel de Engenheiros Sociais
Presidente


OF. Nº 25/2011 – PRES/CAS

Brasília, 13 de abril de 2011.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2007, que *Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a segurança e higiene do trabalho rural*, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Cordialmente,

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECER Nº 128, DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei de Senado nº 32, de 2010, do Senador Antônio Carlos Júnior, que acrescenta § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o pagamento do salário-maternidade no caso de micro e pequenas empresas com dez ou menos empregados e dá outras providências.

RELATORA: Senadora MARIA DO CARMO ALVES

I – RELATÓRIO

A Comissão de Assuntos Sociais passa a deliberar, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 32, de 2010, de autoria do eminente Senador Antônio Carlos Júnior, que tem por escopo acrescentar § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os benefícios concedidos pela Previdência Social.

A alteração proposta no PLS nº 32, de 2010, estabelece que, no caso das micro e pequenas empresas com dez ou menos empregados, o pagamento do salário-maternidade será efetuado diretamente pela Previdência Social, consistindo numa renda mensal igual a sua remuneração integral.

Na sua justificação o autor afirma que o sistema atualmente vigente, no qual o pagamento do salário-maternidade por micro e pequenas empresas é efetuado com posterior compensação nas contribuições devidas, acaba representando um encargo para empreendimentos dessa envergadura. Os micro e pequenos empresários precisam antecipar, em última instância, o pagamento de encargos sociais, abrindo mão de parte do seu capital de giro.

O proponente registra também que o sistema atual pode ensejar uma discriminação velada das mulheres em idade fértil, que entram em desvantagem na disputa pelos empregos disponíveis nas micro e pequenas empresas. Afinal, muitos aspectos subjetivos podem ser utilizados na seleção das empregadas, infelizmente.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O salário-maternidade é benefício inscrito no campo do Direito Previdenciário. Normas nesse sentido estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. A proposição atenta para esses pressupostos. Não há, portanto, impedimentos no que se refere a esses ditames constitucionais.

O texto foi redigido com boa técnica legislativa e cabe a esta Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do inciso I art. 100 do Regimento Interno da Casa, em decisão terminativa, manifestar-se sobre proposições que digam respeito, dentre outros temas, a *segurança e previdência social*. No caso presente, o objeto da proposição é a responsabilidade burocrática pelo pagamento do salário-maternidade nas micro e pequenas empresas.

Atualmente, recebem o pagamento do salário-maternidade, diretamente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, as seguintes seguradas: contribuintes individuais e facultativas; empregadas adotantes ou com guarda judicial para fins de adoção, empregados domésticos; trabalhadoras rurais (seguradas especiais) e avulsas; e desempregadas.

Em nosso entendimento, essa forma de pagamento é apropriada para as condições das beneficiárias acima citadas. O mesmo podemos dizer das empregadas em micro e pequenas empresas. Em empreendimentos desse porte, a maternidade pode representar um ônus em duplidade: pagamento de um empregado ou trabalhador que substitua à gestante ou mãe e, também, da remuneração devida às substitutas. Isso pode, em última instância, inviabilizar a manutenção da atividade.

Além disso, há os procedimentos burocráticos envolvidos no pagamento, que também representam custos adicionais para as empresas. Como o INSS já dispõe de uma estrutura montada, ágil e informatizada, é natural que esse custo seja assumido por ele.

Ademais, o interesse público é a razão mais relevante para a concessão da licença-maternidade e da remuneração respectiva. Sendo assim, nada mais natural do que o Estado assumir as responsabilidades pela eficácia e efetividade desses benefícios, mormente quando os custos para o empregador podem ser maiores do que os benefícios transferidos para os empregados.

Finalmente, cremos que a transferência da responsabilidade pelos pagamentos do salário-maternidade para o INSS poderá representar um estímulo à formalização dos contratos de trabalho, nas micro e pequenas empresas. As próprias interessadas poderão exigir a assinatura do contrato, já que o eventual pagamento “por fora” desse benefício não é garantido e, muitas vezes, dependerá de recurso ao Poder Judiciário Trabalhista.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2010.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2011.

Senador JAYME CAMPOS , Presidente
Comissão de Assuntos Sociais.
Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Lei do Senado nº 32 de 2010

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13 / 04 /2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS

RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

TITULARES

SUPLENTES

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)

| | | |
|------------------------------|---------------------|--|
| PAULO PAIM (PT) | <i>[Assinatura]</i> | 1- EDUARDO SUPILCY (PT) |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | | 2- MARTA SUPILCY (PT) |
| HUMBERTO COSTA (PT) | | 3- JOÃO PEDRO (PT) |
| WELLINGTON DIAS (PT) | | 4- ANA RITA (PT) <i>[Assinatura]</i> |
| VICENTINHO ALVES (PR) | <i>[Assinatura]</i> | 5- LINDBERGH FARIA (PT) <i>[Assinatura]</i> |
| JOÃO DURVAL (PDT) | <i>[Assinatura]</i> | 6- CLÉSIO ANDRADE (PR) <i>[Assinatura]</i> |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | <i>[Assinatura]</i> | 7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>[Assinatura]</i> |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | | 8- LÍDICE DA MATA (PSB) |

BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

| | | |
|-------------------------|---------------------|--|
| WALDEMAR MOKA (PMDB) | <i>[Assinatura]</i> | 1- VITAL DO RÉGO (PMDB) |
| PAULO DAVIM (PV) | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | <i>[Assinatura]</i> | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) |
| EDUARDO AMORIM (PSC) | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PMN) |
| ANA AMELIA (PP) | <i>[Assinatura]</i> | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) <i>[Assinatura]</i> |

BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)

| | | |
|-----------------------|---------------------|---|
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | | 2- CYRO MIRANDA (PSDB) |
| MARISA SERRANO (PSDB) | <i>[Assinatura]</i> | 3- PAULO BAUER (PSDB) |
| JAYME CAMPOS (DEM) | <i>[Assinatura]</i> | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) <i>[Assinatura]</i> |

PTB

| | | |
|---------------------|--|---------------------|
| MOZARILDO CAVALENTI | | 1- ARMANDO MONTEIRO |
| (vago) | | 2- GIM ARGELLO |

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2010

| SITUAÇÕES | | | | | | SUPLENTES | | | | | |
|--|-----|-----|-------|-----------|--|-----------|-----|-------|-----------|--|--|
| | | | | | | | | | | | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPLÍCY (PT) | | | | | | |
| ANGÉLA PORTELA (PT) | | | | | 2- MARTA SUPLÍCY (PT) | | | | | | |
| BUMBERTO COSTA (PT) | | | | | 3- JOÃO PEDRO (PT) | | | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | | | |
| VICENTINHO ALVES (PR) | X | | | | 5- LINDBERGH FARIA (PT) | | | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | X | | | | 6- CLÉSIO ANDRADE (PR) | | | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | X | | | | 7- CRISTOVAM Buarque (PDT) | | | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | | | | | 8- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| WALDEMAR MOKA (PMDB) | X | | | | 1- VITAL DO RÉGO (PMDB) | | | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | | | |
| ROMERO JUCA (PMDB) | | | | | 3- LOBAO FILHO (PMDB) | | | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | X | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | | | |
| RICARDO FERRACO (PMDB) | | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | | | |
| EDUARDO AMORIM (PSC) | | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PMN) | | | | | | |
| ANA AMÉLIA (PP) | X | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| CICERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | | | |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | | | | | 2- CYRIO MIRANDA (PSDB) | | | | | | |
| MARISA SERRANO (PSDB) | X | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | | | | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) | | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | X | | | | | |
| PTB | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| MOZARILDO CAVALCANTI | X | | | | 1- ARMANDO MONTERO | | | | | | |
| vazio | | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | | | |

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 13/04/2011.

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SÉ SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 134, § 8º - RISF)

*Senador JAYME CAMPOS
Assuntos Sociais
Presidente*

OF. nº 26/2011 – PRES/CAS

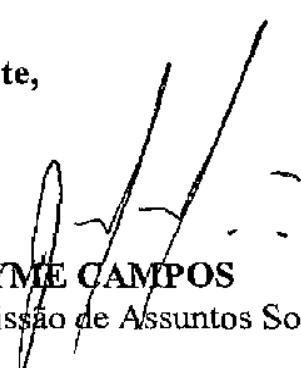
Brasília, 13 de abril de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal
Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2010, que *Acrescenta § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o pagamento do salário-maternidade no caso de micro e pequenas empresas com dez ou menos empregados e dá outras providências*, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior.

Cordialmente,


Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECERES

Nºs 129 E 130, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, do Senador Pedro Simon, que acrescenta artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que “extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC e dá outras providências”.

PARECER Nº 129, DE 2011

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador ALVARO DIAS

RELATOR “AD HOC”: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 329, de 2005, de autoria do Senador PEDRO SIMON, cuja ementa é transcrita acima.

A proposição pretende, pela inserção do art. 15-A na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, vedar a concessão de qualquer dos benefícios previdenciários previstos no diploma legal, que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) e cria o Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC), ao parlamentar que tenha tido seu mandato cassado ou que tenha renunciado com o objetivo de frustrar a instauração de procedimento capaz de resultar na decretação da perda desse mandato.

A justificação se assenta na necessidade de ser exigida uma postura minimamente condizente com a ética e o decoro parlamentar para que o legislador tenha direito aos benefícios previdenciários instituídos por lei em seu favor.

Após o exame desta Comissão, o projeto seguirá à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Inicialmente, o PLS nº 329, de 2005, foi distribuído à relatoria do Senador EXPEDITO JÚNIOR, que opinou por sua aprovação, com duas emendas. O relatório de Sua Excelência, entretanto, não chegou a ser votado por esta Comissão e, com a sua saída desta Casa, a matéria foi redistribuída.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Do ponto de vista da constitucionalidade formal, não há qualquer reparo a fazer, já que a matéria, por dizer respeito ao sistema de aposentadoria dos legisladores federais, visivelmente se insere no âmbito normativo da União.

Igualmente, não há vício de iniciativa, por não haver reserva constitucional de autoria para provocação do processo legislativo da proposição sob exame.

No tocante ao mérito, fazemos nossas as palavras do Senador EXPEDITO JÚNIOR, cujo relatório é inatacável.

É de grande necessidade a medida percorrida pela proposição que temos sob exame.

O momento em que se encontra o Poder Legislativo da União exige – até como questão de sobrevivência institucional – a adoção de medidas moralizadoras em todas as áreas de atividade do Parlamento.

É nessa linha o Projeto de Lei do Senado apresentado pelo Senador PEDRO SIMON. Ao vedar a concessão de benefícios previdenciários ao parlamentar que tenha perdido o mandato por decisão de seus pares, ou que se tenha esquivado desse processo pela manobra condenável da renúncia, retira-se, como medida de justiça, do mau legislador, o direito de acesso aos benefícios previdenciários erigidos pela lei, os quais não devem premiar os que corromperam, com suas atitudes, a honorabilidade do Congresso Nacional.

Deve ser assinalado, contudo, que esta Casa já aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2007, que altera a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, para impedir a aposentadoria, pelo Plano de Seguridade Social dos Congressistas, de parlamentar que tenha perdido o mandato *de acordo com o art. 55 da Constituição Federal por ato ou omissão ilícitos relacionados a recursos públicos.*

A aprovação da proposição referida deu-se em 15 de maio do ano em curso, não tendo havido recurso no prazo regimental. Por conseguinte, em 1º de junho corrente ocorreu seu envio à Câmara dos Deputados, para a fase revisora do processo legislativo ordinário.

Como há proximidade de objetos, e para manter a proposição que temos sob exame, vemos a necessidade de ser especificada, na redação que se

pretende, a sua abrangência apenas aos benefícios concedidos pelo IPC, eliminando a sobreposição com o PLS nº 113, de 2007, acima referido. A alteração que propomos é veiculada como emenda, na qual também buscamos homogeneizar o texto com aquele já aprovado por esta Casa.

Finalmente, com o objetivo de compatibilizá-la com a alteração proposta, estamos, igualmente, sugerindo modificação na ementa da proposição.

III – VOTO

Por todo o exposto, somos pela **aprovacão** do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, com as seguintes emendas:

EMENDA N° 1 - CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 10, 11 e 12:

‘Art. 1º.....

....
§ 10. Será negada a aposentadoria prevista no § 6º ao parlamentar que, estando submetido a processo que vise ou que possa levar à perda do mandato por ato ou omissão envolvendo recursos públicos, apresente renúncia.

§ 11. Será cassada a aposentadoria concedida pelo Instituto de Previdência dos Congressistas ao ex-parlamentar que venha a ser condenado definitivamente por ato ou omissão lesivos ao Erário, cometidos durante o mandato.

§ 12. É assegurada ao ex-parlamentar, nos casos previstos nos §§ 10 e 11, a contagem do tempo de contribuição do Instituto de Previdência dos Congressistas para o Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.’(NR)’

EMENDA N° 2 – CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, a seguinte redação:

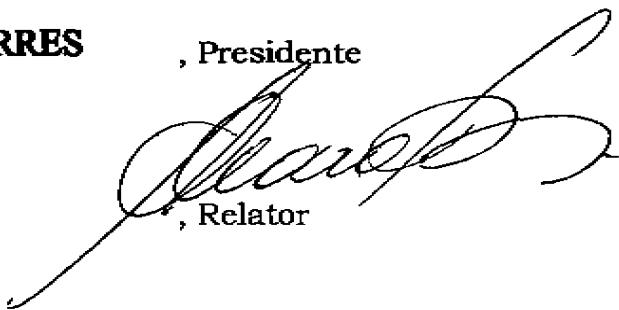
Altera a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, para impedir a aposentadoria, pelo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), de parlamentar que tenha perdido o mandato de acordo com o art. 55 da Constituição Federal por ato ou omissão ilícitos relacionados a recursos públicos.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

Sen. DEMÓSTENES TORRES

, Presidente

, Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 329 DE 2005ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/02/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):PRESIDENTE: Senador Demóstenes TorresRELATOR: 'ad hoc' Senador Gleba Ribeiro

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)

| | |
|--------------------------|----------------------|
| SERYS SHHESSARENKO | 1. RENATO CASAGRANDE |
| ALOIZIO MERCADANTE | 2. AUGUSTO BOTELHO |
| EDUARDO SUPLICY | 3. MARCELO CRIVELLA |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | 4. INÁCIO ARRUDA |
| IDELI SALVATTI | 5. CÉSAR BORGES |
| JOÃO PEDRO | 6. MARINA SILVA (PV) |

MAIORIA (PMDB, PP)

| | |
|--------------------------------|----------------------------|
| PEDRO SIMON | 1. ROMERO JUCÁ |
| ALMEIDA LIMA | 2. RENAN CALHEIROS |
| GEOVAN COLOMBO | 3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR |
| FRANCISCO DORNELLES | 4. LOBÃO FILHO |
| VALTER PEREIRA | 5. VALDIR RAUPP |
| WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA | 6. NEUTO DE CONTO |

BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)

| | |
|-----------------------|---------------------|
| KÁTIA ABREU | 1. Efraim MORAIS |
| DEMÓSTENES TORRES | 2. ADELMIR SANTANA |
| JAYME CAMPOS | 3. RAIMUNDO COLOMBO |
| MARCO MACIEL | 4. JOSE AGRIPIINO |
| ANTONIO CARLOS JÚNIOR | 5. ELISEU RESENDE |
| ALVARO DIAS | 6. EDUARDO AZEREDO |
| JARBAS VASCONCELOS | 7. MARCONI PERILLO |
| LÚCIA VÂNIA | 8. ARTHUR VIRGÍLIO |
| TASSO JEREISSATI | 9. FLEXA RIBEIRO |

PTB

| | |
|------------|----------------|
| ROMEU TUMA | 1. GIM ARGELLO |
|------------|----------------|

PDT

| | |
|------------|--------------------|
| OSMAR DIAS | 1. PATRÍCIA SABOYA |
|------------|--------------------|

PARECER Nº 130, DE 2011 **(Da Comissão de Assuntos Sociais)**

RELATOR: Senador CRISTOVAM BUARQUE

RELATOR "AD HOC": Senador WALDEMAR MOKA

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 329, de 2005, de autoria do Senador PEDRO SIMON, cuja ementa é transcrita acima.

O projeto tem por objetivo alterar a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) e cria o Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC), para vedar a concessão de qualquer dos benefícios previdenciários previstos no diploma legal ao parlamentar que tenha tido seu mandato cassado ou que tenha renunciado com o objetivo de frustrar a instauração de procedimento capaz de resultar na decretação da perda desse mandato.

A justificação se assenta na necessidade de ser exigida uma postura minimamente condizente com a ética e o decoro parlamentar para que o legislador tenha direito aos benefícios previdenciários instituídos por lei em seu favor.

A matéria foi examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que acolheu relatório do nobre Senador FLEXA RIBEIRO, favorável à proposição, com duas emendas, apresentadas com o objetivo de atualizá-la, tendo em vista a aprovação, por esta Casa, do PLS nº 113, de 2007, que altera a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, para

impedir a aposentadoria, pelo Plano de Seguridade Social dos Congressistas, de parlamentar que tenha perdido o mandato *de acordo com o art. 55 da Constituição Federal por ato ou omissão ilícitos relacionados a recursos públicos.*

Esse último projeto foi remetido à Câmara dos Deputados, onde tramita com o nº 5.313, de 2009, tendo sido despachado ao exame das Comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. A matéria encontra-se aguardando a sua redistribuição na primeira comissão, em razão do final da 53ª Legislatura.

Segundo a CCJ, como há similaridade entre os dois projetos, e para manter o PLS nº 329, de 2005, impõe-se *ser especificada, na redação que se pretende, a sua abrangência apenas aos benefícios concedidos pelo IPC, eliminando a sobreposição com o PLS nº 113, de 2007, acima referido.* Ademais, com o objetivo de compatibilizá-la com a alteração proposta, a CCJ sugere modificação na ementa da proposição.

II – ANÁLISE

Nada temos a acrescer ao parecer da douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O PLS nº 329, de 2005, é proposta coerente com tudo o que o seu eminent autor sempre defendeu nesta Casa, onde é um dos principais arautos da ética na política.

Efetivamente, vedar a concessão de benefícios previdenciários ao parlamentar que tenha quebrado o decoro ou buscado impedir o seu julgamento por meio de renúncia, é providência que se impõe ao Congresso Nacional como uma forma de se tentar dar uma resposta à sociedade brasileira, que não suporta mais a falta de ética e a corrupção.

Qualquer ato que tenha por objetivo atacar a corrupção, por menor que seja, significa um passo à frente na tentativa de oferecer um futuro melhor para as nossas crianças.

Isso porque, como sempre insisto, a corrupção não apenas se traduz no enfraquecimento das instituições democráticas, na medida em que conduz ao seu descrédito, como significa, para as crianças, daqui a dez, quinze anos, em permanecendo assim, um constrangimento. Significa menos recursos para os projetos sociais, para as suas escolas, significa uma indignação maior que vão sentir daqui para frente.

Aprovar proposições como esta, daí, é uma obrigação nossa.

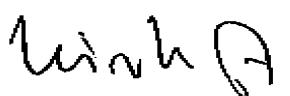
Quanto às emendas apresentadas pela CCJ, elas, com certeza, aperfeiçoam o projeto, harmonizando-o com fatos supervenientes à sua apresentação.

III – VOTO

Por todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, com as Emendas nºs 1 e 2–CCJ.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em Reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 329 de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, e as Emendas nº 1-CCJ-CAS e nº 2-CCJ-CAS.

EMENDA N° 1 – CCJ-CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 10, 11 e 12:

‘Art.1º.....

§ 10. Será negada a aposentadoria prevista no § 6º ao parlamentar que, estando submetido a processo que vise ou que possa levar à perda do mandato por ato ou omissão envolvendo recursos públicos, apresente renúncia.

§ 11. Será cassada a aposentadoria concedida pelo Instituto de Previdência dos Congressistas ao ex-parlamentar que venha a ser condenado definitivamente por ato ou omissão lesivos ao Erário, cometidos durante o mandato.

§ 12. É assegurada ao ex-parlamentar, nos casos previstos nos §§ 10 e 11, a contagem do tempo de contribuição do Instituto de Previdência dos Congressistas para o Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.’(NR)’

EMENDA N° 2 – CCJ-CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, para impedir a aposentadoria, pelo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), de parlamentar que tenha perdido o mandato de acordo com o art. 55 da Constituição Federal por ato ou omissão ilícitos relacionados a recursos públicos.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

| | |
|--|-------------------------------|
| <i>Projeto de Lei do Senado nº 329 de 2005</i> ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13 / 04 /2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS) | |
| PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS | |
| RELATORIA: <i>Ad hoc</i> Senador Waldemir Mora | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | |
| PAULO PAIM (PT) | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | 2- MARTA SUPLICY (PT) |
| HUMBERTO COSTA (PT) | 3- JOÃO PEDRO (PT) |
| WELLINGTON DIAS (PT) | 4- ANA RITA (PT) |
| VICENTINHO ALVES (PR) | 5- LINDBERGH FARIA (PT) |
| JOÃO DURVAL (PDT) | 6- CLÉSIO ANDRADE (PR) |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | 7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | 8- LÍDICE DA MATA (PSB) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| WALDEMAR MORA (PMDB) | 1- VITAL DO RÉGO (PMDB) |
| PAULO DAVIM (PV) | 2- PEDRO SIMON (PMDB) |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) |
| EDUARDO AMORIM (PSC) | 6- SÉRGIO PETECÃO (PMN) |
| ANA AMELIA (PP) | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) |
| BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM) | |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | 2- CYRO MIRANDA (PSDB) |
| MARISA SERRANO (PSDB) | 3- PAULO BAUER (PSDB) |
| JAYME CAMPOS (DEM) | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) |
| PTB | |
| MOZARILDO CAVALCANTI | 1- ARMANDO MONTEIRO |
| (vago) | 2- GIM ARGELLO |

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 329, DE 2005

Abril de 2011

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 19 11755

| TITulares | | | | | | Suplentes | | | | | |
|--|-----|-----|-------|-----------|--|---------------------|-----|-------|-----------|--|--|
| | | | | | | | | | | | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) | X | | | | | |
| ANGELA PORTELA (PT) | | | | | 2- MARTA SUPLICY (PT) | | | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | X | | | | 3- JOÃO PEDRO (PT) | | | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | | | |
| VICENTINHO ALVES (PR) | | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | X | | | | 6- CLESTO ANDRADE (PR) | | | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | | | | | 7- CRISTOVAM Buarque (PDT) | | | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | | | | | 8- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| WALDEMAR MOKA (PMDB) | X | X | | | 1- VITAL DO REGO (PMDB) | | | | | | |
| PAULO DÁVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | | | |
| ROMERO JUCA (PMDB) | | | | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | X | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | | | |
| RICARDO FERRACO (PMDB) | | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | | | |
| EDUARDO AMORIM (PSC) | X | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PMN) | | | | | | |
| ANA AMÉLIA (PP) | | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar Minorista (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minorista (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | | | |
| LÚCIA VÁNIA (PSDB) | X | | | | 2- CYRIO MIRANDA (PSDB) | X | | | | | |
| MARISA SERRANO (PSDB) | | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | | | | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) | | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| MOZARILDO CAVALCANTI | X | | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | | | | |
| vago | | | | | | 2- GIL ARGELLO | | | | | |

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: — SALA DAS REUNIÕES EM 13/04/2011.

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 134, § 8º, RISF).

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDADAS U¹-L-CCJ-CAS E U²-CCJ-CAS AO PLS N¹º 329, de 2005

INSTITUIARES

| PROPOSTAS A SEREM VOTADAS | | | | | | SUPENTES | | | | | |
|--|-----|-----|-------|-----------|--|-----------------|-----|-------|-----------|--|--|
| | | | | | | | | | | | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) | X | | | | | |
| ANGÉLA PORTELA (PT) | | | | | 2- MARTA SUPLICY (PT) | | | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | X | | | | 3- JOÃO PEDRO (PT) | | | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | | | |
| VICENTINHO ALVES (PR) | | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | X | | | | 6- CLÉSIO ANDRADE (PR) | | | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | | | | | 7- CRISTOVAM Buarque (PDT) | | | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | | | | | 8- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| WALDEMAR MOKA (PMDB) | X | | | | 1- VITAL DO RÉGO (PMDB) | | | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | | | |
| ROMERO JUCA (PMDB) | | | | | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) | | | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | X | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | | | |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | | | |
| EDUARDO AMORIM (PSC) | X | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PMN) | | | | | | |
| ANA AMELIA (PP) | | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | | | |
| LÚCIA VÁNTIA (PSDB) | X | | | | 2- CYRIO MIRANDA (PSDB) | X | | | | | |
| MARISA SERRANO (PSDB) | | | | | 3- PAUULO BAIER (PSDB) | | | | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) | | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | | | |
| PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| MOZARILDO CAVALCANTI | X | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | | | | | |
| vago | | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | | | |

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 13/04/2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 329, DE 2005

Altera a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, para impedir a aposentadoria, pelo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), de parlamentar que tenha perdido o mandato de acordo com o art. 55 da Constituição Federal por ato ou omissão ilícitos relacionados a recursos públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 10, 11 e 12:

“Art.1º.....

§ 10. Será negada a aposentadoria prevista no § 6º ao parlamentar que, estando submetido a processo que vise ou que possa levar à perda do mandato por ato ou omissão envolvendo recursos públicos, apresente renúncia.

§ 11. Será cassada a aposentadoria concedida pelo Instituto de Previdência dos Congressistas ao ex-parlamentar que venha a ser condenado definitivamente por ato ou omissão lesivos ao Erário, cometidos durante o mandato.

§ 12. É assegurada ao ex-parlamentar, nos casos previstos nos §§ 10 e 11, a contagem do tempo de contribuição do Instituto de Previdência dos Congressistas para o Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 6, de 1994)

LEI N° 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

LEI N° 9.506, DE 30 DE OUTUBRO DE 1997.

Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências.

Art. 1º Fica extinto o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, criado pela Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, e regido pela Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, sendo sucedido, em todos os direitos e obrigações, pela União, por intermédio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os quais assumirão, mediante recursos orçamentários próprios, a concessão e manutenção dos benefícios, na forma estabelecida nesta Lei, preservados os direitos adquiridos em relação às pensões concedidas, atualizadas com base na legislação vigente à data da publicação desta Lei, bem como às pensões a conceder, no regime das Leis nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, nº 4.937, de 18 de março de 1966, e nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982.

§ 1º A liquidação do Instituto ocorrerá em 1º de fevereiro de 1999 e será conduzida por liquidante nomeado pela Mesa do Congresso Nacional, competindo-lhe administrar o patrimônio deste, recolher ao Tesouro Nacional os saldos bancários ao final subsistentes e transferir para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal o acervo patrimonial.

§ 2º São assegurados os direitos que venham a ser adquiridos, na forma da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, até a liquidação do IPC, pelos segurados facultativos.

§ 3º Os atuais segurados obrigatórios do IPC, ao término do exercício do presente mandato, poderão se inscrever como segurados do Plano de Seguridade Social dos Congressistas, independentemente de idade e de exame de saúde.

§ 4º Os benefícios referidos no caput serão pagos pela última Casa Legislativa ou órgão a que se vinculou o segurado.

§ 5º A Casa Legislativa ou órgão a que se vinculou o segurado ressarcirá as contribuições por este recolhidas ao IPC, atualizadas monetariamente, mês a mês, pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, no prazo de sessenta dias:

I - a partir de 1º de fevereiro de 1999, aos atuais congressistas que o requererem;

II - a partir de 1º de fevereiro de 1999, aos atuais segurados facultativos que não tiverem adquirido direito a pensão, na forma da legislação vigente até a data de publicação desta Lei;

III - a partir de 1º de fevereiro de 1999, aos ex-segurados que, embora tendo adquirido o direito a pensão, não o tenham exercido, e desde que optem, em detrimento deste, pelo ressarcimento previsto neste parágrafo.

§ 6º Ao atual segurado obrigatório do IPC que renunciar à devolução prevista no parágrafo anterior aplicar-se-á o seguinte:

I - àquele que, ao término do exercício do atual mandato, preencher os requisitos previstos na legislação vigente à data de publicação desta Lei, fica assegurado o direito à aposentadoria;

II - àquele que, ao término do exercício do atual mandato, houver cumprido o período de carência correspondente a oito anos de contribuição, fica garantido o direito a percepção da aposentadoria proporcional, após cumprir os demais requisitos previstos na legislação vigente à data de publicação desta Lei;

III - aquele que, ao término do exercício do atual mandato, não tiver cumprido o período de carência correspondente a oito anos de contribuição, e, naquela data, tornar-se segurado do Plano instituído por esta Lei, poderá averbar seu tempo de contribuição à razão de um trinta avos do valor da aposentadoria integral por ano de contribuição;

IV - aquele que teve garantido o direito a pensão, na forma da legislação vigente à data de publicação desta Lei, e se inscrever no Plano de Seguridade Social dos Congressistas, incorporará aos seus proventos, a cada ano de exercício de mandato, o valor correspondente a um trinta e cinco avos da remuneração fixada na forma do § 1º do art. 2º.

§ 7º O segurado facultativo poderá requerer que sua inscrição no IPC seja cancelada antes de 1º de fevereiro de 1999, ficando-lhe assegurado o direito ao ressarcimento a que se refere o inciso II do § 5º.

§ 8º Com a liquidação do IPC precluirá o prazo para aquisição de direitos com base na satisfação das condições instituídas nas Leis nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, e nº 4.937, de 18 de março de 1966.

§ 9º Precluirá no momento da liquidação do IPC o direito ao recolhimento previsto no caput do art. 24 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, permitindo-se ao segurado obrigatório a antecipação do recolhimento correspondente ao tempo de até doze meses de contribuição.

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OF.nº 27/2011-PRES/CAS

Brasília, 13 de abril de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal
Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, e as Emendas nºs 1-CCJ-CAS e 2-CCJ-CAS, que *Acrescenta artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que “extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências”*, de autoria do Senador Pedro Simon.

Cordialmente,

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, que *acrescenta artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC e dá outras providências.*

RELATÓRIO

RELATOR: Senador EXPEDITO JUNIOR

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, pretende, pela inserção de um art. 15-A à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, vedar a concessão de qualquer dos benefícios previdenciários previstos no diploma legal, que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) e cria o Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC), ao parlamentar que tenha tido seu mandato cassado ou que tenha renunciado com o objetivo de frustrar a instauração de procedimento capaz de resultar na decretação da perda desse mandato.

A justificação se assenta da necessidade de ser exigida uma postura minimamente condizente com a ética e o decoro parlamentar para que o legislador tenha direito aos benefícios previdenciários instituídos por lei em seu favor.

Após o exame desta Comissão, o projeto seguirá à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

É de grande necessidade a medida percorrida pela proposição que temos sob exame.

O momento em que se encontra o Poder Legislativo da União exige – até como questão de sobrevivência institucional – a adoção de medidas moralizadoras em todas as áreas de atividade do Parlamento.

É nessa linha o Projeto de Lei do Senado apresentado pelo Senador Pedro Simon. Ao vedar a concessão de benefícios previdenciários ao parlamentar que tenha perdido o mandato por decisão de seus pares, ou que se tenha esquivado desse processo pela manobra condenável da renúncia, retira-se, como medida de justiça, do mau legislador, o direito de acesso aos benefícios previdenciários erigidos pela lei, os quais não devem premiar os que corromperam, com suas atitudes, a honorabilidade do Congresso Nacional.

Deve ser assinalado, contudo, que esta Casa já aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2007, que altera a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, para impedir a aposentadoria, pelo Plano de Seguridade Social dos Congressistas, de parlamentar que tenha perdido o mandato *de acordo com o art. 55 da Constituição Federal por ato ou omissão ilícitos relacionados a recursos públicos.*

A aprovação da proposição referida deu-se em 15 de maio do ano em curso, não tendo havido recurso no prazo regimental. Por conseguinte, em 1º de junho corrente ocorreu o envio à Câmara dos Deputados, para a fase revisora do processo legislativo ordinário.

Como há proximidade de objetos, e para manter a que temos sob exame, vemos a necessidade de ser especificada, na redação que se pretende, a sua abrangência apenas aos benefícios concedidos pelo IPC, eliminando a sobreposição com o PLS nº 113, de 2007, acima referido. A alteração que pretendemos é veiculada como emenda, na qual também buscamos homogeneizar o texto com aquele já aprovado por esta Casa.

Finalmente, com o objetivo de compatibilizá-la com a alteração proposta, estamos, igualmente, sugerindo modificação na ementa da proposição.

III – VOTO

Por todo o exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, nos termos das emendas a seguir:

EMENDA N° – CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 10, 11 e 12:

‘Art. 1º

.....
§ 10. Será negada a aposentadoria prevista no § 6º ao parlamentar que, estando submetido a processo que vise ou que possa levar à perda do mandato por ato ou omissão envolvendo recursos públicos, apresente renúncia.

§ 11. Será cassada a aposentadoria concedida pelo Instituto de Previdência dos Congressistas ao ex-parlamentar que venha a ser condenado definitivamente por ato ou omissão lesivos ao Erário, cometidos durante o mandato.

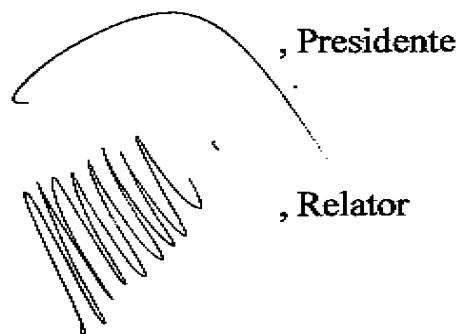
§ 12. É assegurada ao ex-parlamentar, nos casos previstos nos §§ 10 e 11, a contagem do tempo de contribuição do Instituto de Previdência dos Congressistas para o Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.’(NR)’

EMENDA N° – CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, para impedir a aposentadoria, pelo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), de parlamentar que tenha perdido o mandato de acordo com o art. 55 da Constituição Federal por ato ou omissão ilícitos relacionados a recursos públicos.

Sala da Comissão,



, Presidente
, Relator

PARECERES

Nºs 131 E 132, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2008, do Senador Tião Viana, que acrescenta o art. 19-A à Lei nº 8.212, de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 95 da Lei nº 8.213, de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social.

PARECER Nº 131, DE 2011

(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATOR: Senadora FÁTIMA CLEIDE

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 37, de 2008, de autoria do Senador TIÃO VIANA, vincula as multas oriundas do descumprimento do disposto no art. 93 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ao financiamento das ações de habilitação e reabilitação profissional e social previstas na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Tais ações, estipuladas nos arts. 89 a 91 da Lei nº 8.213, de 1991, visam proporcionar ao beneficiário incapacitado para o trabalho e à pessoa portadora de deficiência os meios para a educação e adaptação profissional e social necessários para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive. Assim, compreendem o fornecimento, reparação ou substituição de aparelhos de prótese, órtese e de instrumentos de auxílio para locomoção, bem como dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional. Também é incluído, quando necessário, o transporte do acidentado ao trabalho e o auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, por seu turno, estabelece que a empresa com pelo menos cem empregados deve preencher seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção:

- I - empresa com até 200 empregados..... 2%;
- II - de 201 a 500 empregados 3%;
- III - de 501 a 1.000 empregados 4%;
- IV - de 1.001 empregados em diante 5%.

Além disso, esse artigo dispõe que a dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

As multas são as previstas no art. 133 da Lei nº 8.213, de 1991, e regulamentadas na Portaria nº 1.199, de 28 de outubro de 2003. Elas têm por base a multiplicação do número de trabalhadores portadores de deficiência ou de beneficiários reabilitados que deixaram de ser contratados por um valor mínimo legal. Ao resultado desta multiplicação, aplicam-se os seguintes acréscimos, sujeitos a um teto:

- I - empresas com 100 a 200 empregados, zero a 20%;
- II - empresas com 201 a 500 empregados, de 20 a 30%;
- III - empresas com 501 a 1.000 empregados, de 30 a 40%;
- IV - empresas com mais de 1.000 empregados, de 40 a 50%.

Eis os valores dessas multas na vigência da Portaria MPS nº 142, de 11 de abril de 2007:

- I - de R\$ 1.195,13 a 1.434,16, para empresas com 100 a 200 empregados;
- II - de R\$ 1.434,16 a R\$ 1.553,67, para empresas com 201 a 500 empregados;
- III - de R\$ 1.553,67 a R\$ 1.673,18, para empresas com 501 a 1.000 empregados;

IV - de R\$ 1.673,18 a R\$ 1.792,70, para empresas com mais 1.000 empregados.

Ressalte-se, por fim, que, de acordo com a citada portaria, o valor da multa não pode ultrapassar R\$ 119.512,33.

À proposição, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O PLS nº 37, de 2008, atende os requisitos constitucionais, jurídicos e apresenta adequada técnica legislativa.

Quanto ao mérito, há que ressaltar a valorosa preocupação social do Senador TIÃO VIANA. É realmente fundamental garantir recursos para a consecução das ações de habilitação e de reabilitação profissional. Em especial, quando os recursos são escassos e as necessidades previdenciárias quase ilimitadas.

Além disso, é justa a vinculação das multas à habilitação e reabilitação de trabalhadores. Afinal, impõe-se convergir a necessária política de inclusão dos trabalhadores portadores de deficiência à progressiva eliminação das barreiras físicas e sociais que ainda os alijam do mundo do trabalho.

III – VOTO

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2008.

Sala da Comissão, 23 de setembro de 2009.

, Presidente



, Relator

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 37, DE 2008

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23 /09 / 2009, OS SENHORES SENADORES

| | |
|--|---|
| PRESIDENTE: | <i>W. W. W.</i> |
| RELATOR: | <i>J. L. de</i> |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCDOB, RRB) | |
| FLÁVIO ARNS | 1 - JOÃO PEDRO |
| FÁTIMA CLEIDE | 2 - SERYS SLESHARENKO |
| PAULO PAIM | 3 - MARCELO CRIVELLA |
| ALOIZIO MERCADANTE | 4 - MARINA SILVA |
| JOSÉ NERY (vaga cedida ao PSOL) | 5 - MAGNO MALTA |
| PMDB/PP | |
| VAGO | 1 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA |
| GERSON CAMATA | 2 - ROMERO JUCÁ |
| VAGO | 3 - VALTER PEREIRA |
| GILVAM BORGES | 4 - MÃO SANTA |
| PAULO DUQUE | 5 - LEOMAR QUINTANILHA |
| BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB) | |
| JOSÉ AGRIPINO | 1 - HERÁCLITO FORTES |
| ROSALBA CIARLINI | 2 - OSVALDO SOBRINHO (vaga cedida ao PTB) |
| ELISEU RESENDE | 3 - MARIA DO CARMO ALVES |
| VAGO | 4 - ADELMIR SANTANA |
| ARTHUR VIRGÍLIO | 5 - VAGO |
| CÍCERO LUCENA | 6 - MÁRIO COUTO |
| VAGO | 7 - PAPALÉO PAES |
| PTB | |
| VAGO | 1 - SÉRGIO ZAMBIASI |
| EDT | |
| CRISTOVAM BUARQUE (PRESIDENTE) | 1 - JEFFERSON PRAIA |

PARECER N° 132, DE 2011
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2008, que acrescenta o art. 19-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei nº 8.213, também de 24 de julho de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social.

Como justificativa o eminente autor argumenta que a Organização Internacional do Trabalho (na Convenção nº 15, de 1º de junho de 1983) estabelece como finalidade da habilitação e reabilitação profissional *permitir que uma pessoa com deficiência obtenha e mantenha um emprego adequado e nele progrida, promovendo-se assim a sua inclusão social*. Nesse ponto, merece reparo um erro de digitação, pois a convenção em questão é, em realidade, a de nº 159.

Nesse contexto se insere a presente proposição, que busca, de maneira mais efetiva, assegurar às ações de habilitação e reabilitação profissional e social, de que trata a Subseção II da Seção VI do Capítulo II do Título III da Lei nº 8.213, de 1991, recursos financeiros específicos, provenientes da aplicação de multa pelo descumprimento das normas ali presentes. Isso, num momento que são crescentes e estratégicas as políticas desenvolvidas com o objetivo de construir um contexto inclusivo de trabalho, que envolvam a implantação de serviços de apoio à pessoa com deficiência e ações dirigidas à sociedade, destinadas a eliminar barreiras sociais e físicas.

No âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a matéria foi aprovada nos termos do voto da Senadora Fátima Cleide, que, entre outras razões, consignou ser justa a vinculação das multas à habilitação e reabilitação de trabalhadores.

Nesta Comissão de Assuntos Sociais, até a presente data, não foram oferecidas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

O projeto de lei em exame está em conformidade com os pressupostos constitucionais que regem a elaboração de leis. A legislação sobre a matéria – pertencente ao campo da Previdência Social – é atribuição do Congresso Nacional.

Analisando-se a juridicidade e a regimentalidade da proposição, não se detectam impropriedades. No mérito, consideramos relevantes os argumentos expostos pelo autor e plenamente justificável a aprovação da proposta, que pretende o acréscimo à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, do seguinte artigo:

“Art. 19-A. Anualmente, para o financiamento das ações de habilitação e reabilitação profissional e social, previstas na Subseção II da Seção VI do Capítulo II do Título III da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao Ministério da Saúde será destinado, obrigatoriamente, a totalidade do montante arrecadado com a aplicação das multas pelo descumprimento do seu art. 93.”

Importante assinalar, para melhor compreensão, que o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, assim dispõe:

“Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

| | |
|------------------------------|-----|
| I - até 200 empregados..... | 2%; |
| II - de 201 a 500..... | 3%; |
| III - de 501 a 1.000..... | 4%; |
| IV - de 1.001 em diante..... | 5%. |

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.”

Assim, pela regra proposta, os recursos originários de multas por infração ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, passarão a ser destinados ao Ministério da Saúde.

Como bem salienta o autor, é *bem verdade que, sob a ótica da hermenêutica constitucional, há a compreensão da existência da unidade orçamentária, segundo a qual deve existir um único orçamento, que compreende todas as receitas e despesas, quaisquer que sejam sua natureza. Dessa forma, o orçamento fiscal da União deverá conter a projeção de receitas e despesas de todos os Poderes, de seus órgãos, fundos e demais entidades da Administração direta e indireta, instituídas e mantidas pelo Poder Público.*

Por fim, como ainda sustenta o Senador Tião Viana, não há restrição constitucional no que diz respeito à vinculação de recursos provenientes de multas, ainda que devam constar do orçamento da União. Operacionalmente, portanto, devem passar pela conta única do Tesouro Nacional, para, posteriormente, serem destinados aos órgãos que os produziram, em conformidade com a alocação dos recursos públicos prevista e autorizada pela lei orçamentária.

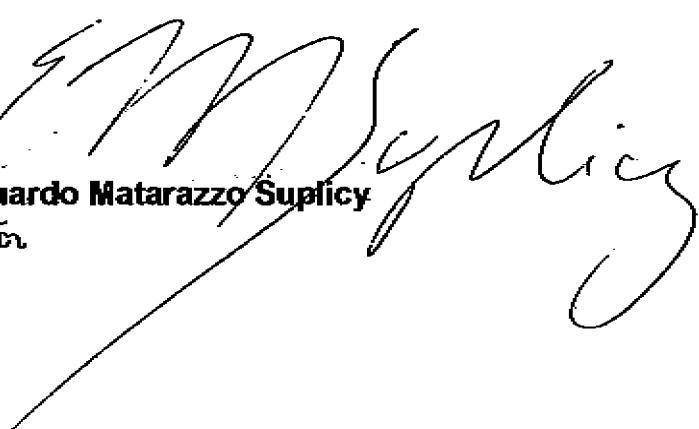
III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2008.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente
Presidente

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy
Relator



COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Lei do Senado nº 37 de 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13 / 04 / 2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS

RELATORIA: Senador Eduardo Suplicy

TITULARES

SUPLENTES

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)

| | |
|------------------------------|--|
| PAULO PAIM (PT) | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Relator</i> |
| ÂNGELA PORTELA (PT) | 2- MARTA SUPLICY (PT) |
| HUMBERTO COSTA (PT) | 3- JOÃO PEDRO (PT) |
| WELLINGTON DIAS (PT) | 4- ANA RITA (PT) |
| VICENTINHO ALVES (PR) | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) |
| JOÃO DURVAL (PDT) | 6- CLÉSIO ANDRADE (PR) |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | 7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | 8- LÍDICE DA MATA (PSB) |

BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

| | |
|-------------------------|---------------------------|
| WALDEMAR MOKA (PMDB) | 1- VITAL DO RÉGO (PMDB) |
| PAULO DAVIM (PV) | 2- PEDRO SIMON (PMDB) |
| ROMERO JUCÁ (PMDB) | 3- LOBÃO FILHO (PMDB) |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) |
| RICARDO FERRAÇO (PMDB) | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) |
| EDUARDO AMORIM (PSC) | 6- SÉRGIO PETECÃO (PMN) |
| ANA AMELIA (PP) | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) |

BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)

| | |
|--------------------------------------|-------------------------------|
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | 2- CYRO MIRANDA (PSDB) |
| MARISA SERRANO (PSDB) | 3- PAULO BAUER (PSDB) |
| JAYME CAMPOS (DEM) <i>Presidente</i> | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) |

PTB

| | |
|----------------------|---------------------|
| MOZARILDO CAVALCANTI | 1- ARMANDO MONTEIRO |
| (vago) | 2- GIM ARGELLO |

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 37 de 2008

| TITULARES | | | | | | SUPLENTE | | | | | |
|--|-----|-----|-------|-----------|--|----------|-----|-------|-----------|--|--|
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB) | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPLICY (PT) | X | | | | | |
| ANGELA PORTELA (PT) | X | | | | 2- MARIA SUPLICY (PT) | | | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | X | | | | 3- JOÃO PEDRO (PT) | | | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | | | |
| VICENTINHO ALVES (PR) | | | | | 5- LINDBERGH FARIAS (PT) | | | | | | |
| JOAO DURVAL (PDT) | X | | | | 6- CLÉSIO ANDRADE (PR) | | | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | | | | | 7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | | | | | | |
| VANESSA GRAZZOTIN (PC do B) | | | | | 8- LIDICE DA MATA (PSB) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| WALDEMAR MOKA (PMDB) | X | | | | 1- VITAL DO RÉGO (PMDB) | | | | | | |
| PAULO DA VIM (PV) | | | | | 2- PEDRO SIMON (PMDB) | | | | | | |
| ROMERO JUCA (PMDB) | | | | | 3- LOBAO FILHO (PMDB) | | | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | X | | | | 4- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | | | |
| RICARDO FERRACO (PMDB) | | | | | 5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | | | |
| EDUARDO AMORIM (PSC) | X | | | | 6- SÉRGIO PETECÃO (PMN) | | | | | | |
| ANA AMÉLIA (PP) | | | | | 7- BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | | | |
| LÚCIA VÁNIA (PSDB) | X | | | | 2- CYRIO MIRANDA (PSDB) | X | | | | | |
| MARISA SERRANO (PSDB) | | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | | | | | | |
| JAYME CAMPOS (DEM) | | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | | | |
| PTB | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | PTB | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| MOZARILDO CAVALCANTI | X | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO | | | | | | |
| VAGO | | | | | 2- GIM ARGELLO | | | | | | |

TOTAL: 11 SIM: 10 NAO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 3/04/2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 13, § 8º, RISF)

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

16/03/2011

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.**

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

~~Art. 93. Da decisão que aplicar multa cabe apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.~~

~~Art. 93. O recurso contra a decisão do INSS que aplicar multa por infração a dispositivo da legislação previdenciária só terá seguimento se o interessado o instruir com a prova do depósito da multa atualizada monetariamente, a partir da data da lavratura. (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 1994). (Revogado o caput pela Lei nº 9.639, de 25.5.98.)~~

~~Parágrafo único. A autoridade que reduzir ou relevar multa recorrerá de ofício para autoridade hierarquicamente superior, na forma estabelecida em regulamento. (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008) (Revogado pela Lei nº 11.941, de 2009)~~

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

**TÍTULO III
DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL****Capítulo II
DAS PRESTAÇÕES EM GERAL****Seção VI
Dos Serviços****Subseção II
Da Habilitação e da Reabilitação Profissional**

Art. 89. A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.

Parágrafo único. A reabilitação profissional compreende:

a) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional;

b) a reparação ou a substituição dos aparelhos mencionados no inciso anterior, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário;

c) o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário.

Art. 90. A prestação de que trata o artigo anterior é devida em caráter obrigatório aos segurados, inclusive aposentados e, na medida das possibilidades do órgão da Previdência Social, aos seus dependentes.

Art. 91. Será concedido, no caso de habilitação e reabilitação profissional, auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

| | |
|------------------------------|-----|
| I - até 200 empregados..... | 2%; |
| II - de 201 a 500..... | 3%; |
| III - de 501 a 1.000..... | 4%; |
| IV - de 1.001 em diante..... | 5%. |

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 133. A infração a qualquer dispositivo desta Lei, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeita o responsável, conforme a gravidade da infração, à multa variável de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros). Atualizações decorrentes de normas de hierarquia inferior

OF. N° 28/2011 – PRES/CAS

Brasília, 13 de abril de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal
Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2008, que *Acrescenta art. 19-A à Lei 8.212 de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei 8.213 de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social*, de autoria do Senador Tião Viana.

Cordialmente,

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECER Nº 133, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2008, do Senador José Sarney, que confere interpretação autêntica ao art. 70, caput, e ao art. 58, I e III, da lei nº 8.906, 4 de julho de 1994, que dispõem sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.

RELATOR: Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**

I – RELATÓRIO

Em exame, nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2008, de autoria do nobre Senador José Sarney, que pretende conferir interpretação autêntica ao art. 70, caput, e ao art. 58, I e III, da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõem sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Basicamente, a proposição afirma que o poder de punir não deve ser exclusivo dos Conselheiros Seccionais, que as infrações disciplinares que envolverem mais de uma seccional devem ser de competência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; que os Conselhos Seccionais devem criar Câmara ou Turmas para julgar, em grau de recurso, questões decididas pelo Tribunal de Ética e Disciplina e; que, para a composição das referidas Turmas ou Câmaras, deve ser permitida a convocação de advogados de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetivo exercício da advocacia.

Em sua justificação, o autor defende a eficácia e celeridade dos julgamentos dos processos ético-disciplinares, para o afastamento do exercício dos advogados que possuam conduta incompatível com a dignidade. Segundo ele, o Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994), traz dispositivos que “podem ensejar uma interpretação formalista prejudicial à celeridade e eficácia do processo ético-disciplinar, no sentido de que seriam nulos os julgamentos recursais efetuados por Câmaras ou Turmas, constituídas por norma regimental e Resolução do Conselho Seccional”.

Em defesa do princípio do juiz natural, expresso nos incisos LIII e XXXVII, da Constituição Federal, defende o proponente que, em primeiro lugar, o julgador “deve ser pré-constituído, não sendo possível indicá-lo após o fato conflituoso, menos ainda indicado para aquela questão específica”; além disso, deve ser preservada a competência estabelecida por lei e vedada a instituição de juízes extraordinários.

A interpretação proposta então “ao possibilitar a instituição de órgãos fracionários, para julgamento recursal, viabiliza o funcionamento das seccionais com maior número de inscritos”. Segundo o texto da justificação, a OAB de São Paulo possui apenas 60 Conselheiros titulares para mais de 200 mil advogados inscritos (tramitam lá cerca de 6 mil processos novos por ano, em média). Seria, então, inviável o “processamento desses feitos sem a constituição de órgãos fracionários da Seccional, dos quais façam parte advogados não-conselheiros, escolhidos nos termos regimentais”.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II - ANÁLISE

A matéria veio a esta CCJ por força da competência prevista na alínea *f* do inciso II do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, na qual está prevista a emissão de parecer desta Comissão sobre “órgãos do serviço público civil da União e servidores da administração direta e indireta do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Territórios”. A Ordem dos Advogados do Brasil – OAB é uma autarquia especial, submetida, portanto, aos ditames do Direito Administrativo. Ainda assim, o assunto tratado possui conteúdo autorizativo e trata mais da regulamentação do exercício da profissão, razão pela qual entendemos não se tratar de iniciativa privativa do Poder Executivo. Afasta-se, assim, qualquer vício de constitucionalidade.

Sobre a proposição, consultamos o Conselho Federal da OAB, que nos encaminhou o Ofício nº 2.158/2008/GPR, de 20 de outubro de 2008, subscrito pelo Presidente Cezar Britto. Em anexo, parecer da lavra do Conselheiro Federal Alberto Zacharias Toron. Analisando as considerações constantes do parecer, constatamos que elas são válidas e transcreveremos os argumentos ali expostos.

Em primeiro lugar, o PLS nº 127, de 2008, teria sido sugestão do próprio Conselho Federal, apresentada pelo Conselheiro Sérgio Ferraz. Objetivava-se trazer para a competência desse colegiado os “casos de infrações ético-disciplinares de repercussão nacional”. O parecer posterior, que acompanha o ofício citado, entretanto, detecta problemas de redação no art. 1º do PLS, dada a impossibilidade de uma “infração disciplinar em território abrangendo mais de uma seccional”. Afinal, “o fato infracional é sempre praticado em certo lugar e este se situa no âmbito de uma Seccional”. Essa redação fulminaria, como inócuas, a norma do artigo citado.

Conclusivamente, o parecer que acompanha o ofício da OAB, propõe o retorno à redação original aprovada no Conselho Federal, no que se refere ao art. 1º do PLS. O mesmo documento manifesta concordância com as mudanças propostas no art. 2º do PLS.

Creemos que as sugestões merecem ser acatadas, permitindo-se a criação de Turmas ou Câmara para julgamentos, em grau de recurso, das decisões dos Tribunais de Ética e Disciplina, com a convocação de advogados de reputação ilibada e com mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício da advocacia, ainda que não Conselheiros das Seccionais.

Nesse sentido, estamos apresentando emendas, com acatamento das sugestões do próprio Conselho Federal. Incluímos as alterações no texto da Lei nº 8.906, de 1994, para adequá-las aos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, que trata da boa técnica legislativa na elaboração das leis.

III – VOTO

Em face dos argumentos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2008, com as seguintes Emendas:

**EMENDA N° 1-CCJ
(Ao PLS 127, 2008)**

Dê-se à Ementa do PLS nº 127, de 2008, a seguinte redação:

“Altera o art. 70 e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, para modificar a competência do Conselho Federal e permitir a criação de Câmaras ou Turmas pelos Conselhos Seccionais para julgamento, em grau de recurso, de questões decididas pelo Tribunal de Ética e Disciplina e dá outras providências.”

**EMENDA N° 2-CCJ
(Ao PLS 127, 2008)**

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 127, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 70 da Lei nº 8.906, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70. O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração.

.....(NR)”

**EMENDA N° 3-CCJ
(Ao PLS 127, 2008)**

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 127, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 2º .Acrescente-se os seguintes dispositivos à Lei nº 8.906, de 1994:

“Art. 70-A. Fica facultada aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos dos incisos I e III do art. 58 desta Lei, a edição de normas regimentais e Resoluções criando câmaras ou turmas para julgar, em grau de recurso, questões decididas pelo Tribunal de Ética e Disciplina.

Parágrafo único. Para a composição das referidas turmas ou câmaras poderão ser convocados advogados de reputação ilibada e com mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício da advocacia, ainda que não conselheiros da seccional.

Art. 70-B. Cabe ao Conselho Federal instaurar, processar e julgar originariamente os processos disciplinares quando a falta for cometida em suas dependências ou quando for imputada a membro de sua Diretoria ou conselheiro federal, ou a Presidente de Conselho Seccional.

Art. 70-C Quando as consequências da infração, ou suas repercussões à dignidade da advocacia, ultrapassarem a base territorial do Conselho Seccional em que ocorreu a falta, o Conselho Federal, de ofício ou mediante solicitação de qualquer Conselho Seccional, poderá originariamente instaurar, processar e julgar o processo disciplinar.

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, o Conselho Federal poderá suspender provisoriamente o advogado, até final decisão, observando-se o disposto nos parágrafos 2º e 3º do art. 70 desta Lei.”

**EMENDA N° 4-CCJ
(Ao PLS 127, 2008)**

Dé-se ao art. 3º do PLS nº 127, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.”

Sala das Sessões, 13 de abril de 2011.

SENADOR EDUARDO OLIVEIRA, Presidente


, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 127 DE 2008ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/04/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

| | |
|---|---|
| PRESIDENTE: | <u>SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA</u> |
| RELATOR: | <u>Senador Antonio Carlos Valadares</u> |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB) | |
| JOSÉ PIMENTEL | <u>José Pimentel</u> |
| MARTA SUPILCY | <u>Marta Suplicy</u> |
| PEDRO TAQUES | <u>Pedro Taques</u> |
| JORGE VIANA | <u>Jorge Viana</u> |
| MAGNO MALTA | <u>Magno Malta</u> |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | <u>Antônio Carlos Valadares</u> |
| INÁCIO ARRUDA | <u>Inácio Arruda</u> |
| MARCELO CRIVELLA | <u>Marcelo Crivella</u> |
| BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| EUNÍCIO OLIVEIRA | <u>Eunício Oliveira</u> |
| PEDRO SIMON | <u>Pedro Simon</u> |
| ROMERO JUCÁ | <u>Romero Jucá</u> |
| VITAL DO RÉGO | <u>Vital do Rêgo</u> |
| LUIZ HENRIQUE | <u>Luiz Henrique</u> |
| ROBERTO REQUIÃO | <u>Roberto Requião</u> |
| FRANCISCO DORNELLES | <u>Francisco Dornelles</u> |
| SÉRGIO PETECÃO | <u>Sérgio Petecão</u> |
| BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM) | |
| AÉCIO NEVES | <u>Aécio Neves</u> |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA | <u>Aloysio Nunes Ferreira</u> |
| ALVARO DIAS | <u>Alvaro Dias</u> |
| DEMÓSTENES TORRES | <u>Demóstenes Torres</u> |
| PTB | |
| ARMANDO MONTEIRO | <u>Armando Monteiro</u> |
| GIM ARGELLO | <u>Gim Argello</u> |
| PSOL | |
| RANDOLFE RODRIGUES | <u>Randolfe Rodrigues</u> |
| | 1. MARINOR BRITO |

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLIS Nº 127, DE 2008

| TITULARES | | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTES | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
|---|---|-----|-----|-------|-----------|--|-----|-----|-------|-----------|
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSE, PT, PC do B, PR e PRB) | | | | | | | | | | |
| JOSE PIMENTEL | X | | | | | BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSE, PT, PC do B, PR e PRB) | | | | |
| MARTA SUPlicy | X | | | | | 1 - EDUARDO SUPlicy | | | | |
| PEDRO TAQUES | X | | | | | 2 - ANA RITA | | | | |
| JORGE VIANA | X | | | | | 3 - ANÍBAL DINIZ | | | | |
| MAGNO MALTA | X | | | | | 4 - ACRÍLIO GURGACZ | | | | |
| ANTONIO CARLOS VALADARES (X) (autor) | X | | | | | 5 - JOÃO RIBEIRO | | | | |
| INÁCIO ARRUDA | X | | | | | 6 - LINDBERGH FARIA'S | | | | |
| MARCELO CRIVELLA | X | | | | | 7 - RODRIGO ROLLEMBERG | | | | |
| TITULARES | | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | | | | | | | | | | |
| EUNICIO OLIVEIRA (X) (autor) | X | | | | | 1 - RENAN CALHEIROS | | | | |
| PEDRO SIMON | X | | | | | 2 - VALDIR RAUPP | | | | |
| ROMERO JUCA | X | | | | | 3 - EDUARDO BRAGA | | | | |
| VITAL DO RÉGIO | X | | | | | 4 - RICARDO FERRACO | | | | |
| LUIZ HENRIQUE | X | | | | | 5 - LOBÃO FILHO | | | | |
| ROBERTO REQUIÃO | X | | | | | 6 - WALDEMIRO MOKA | | | | |
| FRANCISCO DORNELLES | X | | | | | 7 - BENEDITO DE LIRA | | | | |
| SERGIO PETECÃO | X | | | | | 8 - EDUARDO AMORIM | | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTES - Bloco Parlamentar (DEM) | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | | | | | | | | | | |
| AÉCIO NEVES | X | | | | | 1 - MARIO COUTO | | | | |
| ALOYSIO NUÑES FERREIRA | X | | | | | 2 - FLEXA RIBEIRO | | | | |
| ALVARO DIAS | X | | | | | 3 - CICERO LUCENA | | | | |
| DEMÓSTENES TORRES | X | | | | | 4 - JOSE AGREDO | | | | |
| TITULAR - PTB | X | | | | | SUPLENTE - PTB | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| ARMANDO MONTEIRO | X | | | | | 1 - CIRIO NOGUEIRA | | | | |
| GIM ARGELLO | X | | | | | 2 - MOZARULDO CAVALCANTI | | | | |
| TITULAR - PSOL | X | | | | | SUPLENTE - PSOL | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| RANDOLFE RODRIGUES | X | | | | | 1 - MARINOR BRUTO | | | | |

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: —

SALA DAS REUNIÕES, EM 13 / C4 / 2011

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF) (atualizado em 05/04/2011).


 Senator EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

Comenda n.º 1-CCJ Q. n.º 4-CCJ Q.
PROPOSIÇÃO: PLIS Nº 127, DE 2008

| TITULARES | | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
|---|--|-----|-----|-------|-----------|---|-----|-------|-----------|
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PI, PC do B, PR e PRB) | | | | | | SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PI, PC do B, PR e PRB) | | | |
| JOSE PIMENTEL | | X | | | | 1 - EDUARDO SUPLICY | | | |
| MARTA SUPLICY | | X | | | | 2 - ANA RITA | | | |
| PEDRO TAQUES | | X | | | | 3 - ANIBAL DINIZ | | | |
| JORGE VIANA | | X | | | | 4 - ACR GURGACZ | | | |
| MAGNO MALTA | | X | | | | 5 - JOÃO RIBEIRO | | | |
| ANTONIO CARLOS VALADARES (2º Voto) | | X | | | | 6 - LINDBERGH FARIA'S | | | |
| INACIO ARRUDA | | X | | | | 7 - RODRIGO ROLLEMBERG | | | |
| MARCELO CRIVELLA | | X | | | | 8 - HUMBERTO COSTA | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| EUNICIO OLIVEIRA (2º Voto) | | X | | | | SUPLENTES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | | | |
| PEDRO SIMON | | X | | | | 1 - RENAN CALHEIROS | | | |
| ROMERO JUCA | | | | | | 2 - VALDIR RAJUPP | | | |
| VITAL DO REGO | | | | | | 3 - EDUARDO BRAGA | | | |
| LUIZ HENRIQUE | | X | | | | 4 - RICARDO FERRACO | | | |
| ROBERTO REQUÍAO | | | | | | 5 - LOBAO FILHO | | | |
| FRANCISCO DORNELLES | | | | | | 6 - WALDEMAR MOKA | | | |
| SERGIO PETECÃO | | | | | | 7 - BENEDITO DE LIRA | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| AÉCIO NEVES | | | | | | SUPLENTES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | | | |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA | | X | | | | 1 - MARIO COUTO | | | |
| ALVARO DIAS | | X | | | | 2 - FLEXA RIBEIRO | | | |
| DEMOSTENES TORRES | | X | | | | 3 - CICERO LUCENA | | | |
| TITULAR - PTB | | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | 4 - JOSE AGUIRINO | | | |
| ARMANDO MONTEIRO | | X | | | | SUPLENTE - PTB | | | |
| GIM ARGELO | | | | | | 1 - CIRIO NOGUEIRA | | | |
| TITULAR - PSOL | | SIM | NAO | AUTOR | ABSTENÇÃO | 2 - MOZARILDO CAVALCANTI | | | |
| RANDOLFE RODRIGUES | | X | | | | SUPLENTE - PSOL | | | |
| | | | | | | 1 - MARINOR BRITO | | | |

TOTAL: 16 SIM: 14 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 13 / 04 / 2011

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
(atualizado em 05/04/2011).

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**TEXTO FINAL
Do PROJETO DE LEI DO SENADO N° 127, DE 2008
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera o art. 70 e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, para modificar a competência do Conselho Federal e permitir a criação de Câmaras ou Turmas pelos Conselhos Seccionais para julgamento, em grau de recurso, de questões decididas pelo Tribunal de Ética e Disciplina e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O art. 70 da Lei nº 8.906, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70. O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração.

.....(NR)”

Art. 2º. Acrescente-se os seguintes dispositivos à Lei nº 8.906, de 1994:

Art. 70-A. Fica facultada aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos dos incisos I e III do art. 58 desta Lei, a edição de normas regimentais e Resoluções criando câmaras ou turmas para julgar, em grau de recurso, questões decididas pelo Tribunal de Ética e Disciplina.

Parágrafo único. Para a composição das referidas turmas ou câmaras poderão ser convocados advogados de reputação ilibada e com mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício da advocacia, ainda que não conselheiros da seccional.

Art. 70-B. Cabe ao Conselho Federal instaurar, processar e julgar originariamente os processos disciplinares quando a falta for cometida em suas dependências ou quando for imputada a membro de sua Diretoria ou conselheiro federal, ou a Presidente do Conselho Seccional.

Art. 70-C Quando as consequências da infração, ou suas repercussões à dignidade da advocacia, ultrapassarem a base territorial do Conselho Seccional em que ocorreu a falta, o Conselho Federal, de ofício ou mediante solicitação de qualquer Conselho Seccional, poderá originariamente instaurar, processar e julgar o processo disciplinar.

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, o Conselho Federal poderá suspender previamente o advogado, até final decisão, observando-se o disposto nos parágrafos 2º e 3º do art. 70 desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2011.



, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994.

Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Art. 58. Compete privativamente ao Conselho Seccional:

I - editar seu regimento interno e resoluções;

II - criar as Subseções e a Caixa de Assistência dos Advogados;

III - julgar, em grau de recurso, as questões decididas por seu Presidente, por sua diretoria, pelo Tribunal de Ética e Disciplina, pelas diretorias das Subseções e da Caixa de Assistência dos Advogados;

Art. 70. O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.

§ 1º Cabe ao Tribunal de Ética e Disciplina, do Conselho Seccional competente, julgar os processos disciplinares, instruídos pelas Subseções ou por relatores do próprio conselho.

§ 2º A decisão condenatória irrecorribel deve ser imediatamente comunicada ao Conselho Seccional onde o representado tenha inscrição principal, para constar dos respectivos assentamentos.

§ 3º O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Neste caso, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR N° 107, DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Ofício nº 29/11-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 13 de abril de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com as Emendas nº 1-CCJ a 4-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2008, que "Confere interpretação autêntica ao art. 70, caput, e ao art. 58, I e III, da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõem sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil", de autoria do Senador José Sarney.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,



Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 2, de 2011**, do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Of. PRES nº 2/2011-CRA

Brasília, 14 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão aprovou, em 14 de abril do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2011, que “Altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências, para socorrer agricultores familiares atingidos por desastres naturais”, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann.

Atenciosamente, – Senador **Acir Gurcacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Com referência ao Ofício nº 2, de 2011, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu os Ofícios nºs 23, 25, 26, 27 e 28, de 2011, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunicam a apreciação, em caráter terminativo, dos Projetos de Lei do Senado nºs 266, de 2009; 427, de 2007; 32, de 2010; 329, de 2005; e 37, de 2008, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 23/2011-PRES/CAS

Brasília, 13 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelê-

cia que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2009, que altera a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências, para revogar dispositivo que possibilita a cobrança pela realização de exames e a utilização de insumos, reagentes, materiais descartáveis e mão de obra, inclusive a cobrança de honorários médicos, na coleta de sangue, componentes ou derivados, de autoria do Senador Gilvam Borges.

– Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Of. nº 25/2011-PRES/CAS

Brasília, 13 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2007, que altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a segurança e higiene do trabalho rural, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

– Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Of. nº 26/2011 – PRES/CAS

Brasília, 13 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2010, que Acrescenta § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o pagamento do salário-maternidade no caso do micro e pequenas empresas com dez ou menos empregados e dá outras providências, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior.

– Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Of. nº 27/2011 – PRES/CAS

Brasília, 13 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, e

as Emendas nºs 1-CCJ-CAS e 2-CCJ-CAS, que acrescenta artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997 que “extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC e dá outras providências”, de autoria do Senador Pedro Simon.

– Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Of. nº 28/2011 – PRES/CAS

Brasília, 13 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2008, que acrescenta art. 19-A à Lei nº 8.212 de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social, de autoria do Senador Tião Viana.

– Senador **Jaime Campos** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Com referência aos Ofícios nºs 23, 25, 26, 27 e 28, de 2011, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 29, de 2011**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2008.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 29/11-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 13 de abril de 2011

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com as Emendas nº 1-CCJ a 4-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2008, que “Confere interpretação autêntica ao art. 70, **caput**, e ao art. 58, I e III, da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe, sobre o Estatuto da Advocacia

e a Ordem dos Advogados do Brasil”, de autoria do Senador José Sarney.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Com referência ao Ofício nº 29, de 2011, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Geovani Borges, solicito a V. Exª a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Convidamos o primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geovani Borges; Senadores e Senadoras, hoje, pela manhã, realizamos uma audiência pública para discutir a violência em nosso País, na escola e também fora da escola.

Foi uma audiência, Sr. Presidente, em que procuramos dar um enfoque a esse debate, sem ficar naquela questão somente de arma e desarma. Como disseram lá os professores, o presidente da associação nacional dos psiquiatras, dos psicanalistas, o representante dos psicólogos, dos estudantes, nós não podemos tornar a escola uma prisão, como se fosse um cárcere. Vamos simplesmente instalar cerca elétrica, levantar muro, contratar policiais armados, naturalmente, porque esse foi o caso levantado, enquanto o debate é outro, segundo eles. E me somo a essa linha de entendimento.

É claro que tem de haver segurança, é claro que, quanto menos arma circulando, melhor. Foi falado também – não temos como fugir disso – que as armas contrabandeadas, enfim, as que entram pelas fronteiras são as principais.

Foi um bom debate, porque ele saiu deste primeiro momento só da repressão e entrou no campo, de fato, de discutirmos que juventude é essa que estamos

forjando no nosso País, que comportamento é esse que estamos ajudando a construir em suas mentes, em suas almas e em seus corações. Para mim, foi interessante ouvir lá de todos que participaram que eles entendem também que é preciso aprofundar o debate com clareza. É preciso que haja uma campanha, de fato, nacional, que eles chamam de cultura da paz. Assim entendem a UNE e também a União Nacional dos Estudantes Secundários, e a Associação Nacional dos Psiquiatras vai na mesma linha.

Enfim, foi uma bela audiência. Ficou lá acertado que haveria, no mínimo, sobre o tema, uma reunião por mês entre a Comissão de Educação – e aí se falou na subcomissão lá instalada – e a Comissão de Direitos Humanos, para continuarem discutindo e apontarem caminhos e soluções. Eu mesmo falava aqui, outro dia, da iniciativa da Universidade de São Leopoldo, da nossa Univale, dos chamados jogos do bem, os *games*. Eles têm um trabalho muito interessante de incentivo a que nossa juventude – estão aí os computadores, a Internet – comece a percorrer outro caminho, sendo incentivada à solidariedade, à paz, ao amor, à fraternidade entre todos.

Quero também destacar que, por iniciativa do Senador Vicentinho Alves, nós fizemos hoje, pela manhã, uma sessão de homenagem à nação indígena do nosso País. Foi uma sessão, como sempre nesse tema, que emocionou a todos que estavam aqui. Eu cheguei a falar, dirigindo-me a nós todos que defendemos a comissão da verdade – e a defendemos, para saber o que aconteceu durante a ditadura: quem sabe não deveria haver também uma comissão da verdade, para discutir o massacre sobre a nação indígena? Foram mais de 100 milhões assassinados. Quem sabe não precisaríamos de uma comissão da verdade, para discutir o que foi feito com o povo negro, escravizado durante séculos, neste País?

Enfim, quero mais é homenagear o Senador Vicentinho pela iniciativa da sessão que tivemos hoje, pela manhã. Amanhã, pela manhã, dia 19 de abril, Dia Nacional do Índio – mas, como alguém já disse, todo dia deveria ser dia de discutirmos a questão de todos que são discriminados, enfim, de todo o nosso povo –, na Comissão de Direito Humanos, teremos, então, uma reunião de debates sobre a situação dos povos indígenas. Aqui houve um protesto de todos os setores – e me somei a ele na minha fala – da não presença do Presidente da Funai; e disse aqui, e repito: mesmo para ouvir as críticas. Não é só para ouvir elogios.

Lembro-me, Senador Geovani Borges, que, em uma oportunidade, estive no Nereu Ramos, no chamado Abril Indígena, com mais de mil líderes dos povos indígenas. Lá ouvi muito protesto, muito protesto. Mas

é o nosso papel; não é só receber elogios; saber ouvir e encaminhar às autoridades competentes o que eles estão, nesse momento, colocando, com muita clareza e protestando.

Sr. Presidente, além disso, eu queria dizer que hoje, 18 de abril, é também o Dia Nacional do Livro Infantil. Lembro-me de que, muitas vezes, vamos discutindo inúmeros assuntos, mas, no fundo, vamos ver que tudo converge para uma única preocupação. Por exemplo, o tema de hoje pela manhã tem tudo a ver com a educação, tem tudo a ver, consequentemente, com o livro infantil; tem tudo a ver com o dia 19 de abril, como é contada a história dos índios na formação do povo brasileiro. Falei inclusive dos jogos que envolvem tanto a nossa juventude.

Por isso, aproveito para comentar que, há poucos dias, lendo um artigo do Frei Betto, verifiquei ali que o assunto de que tanto falo aqui, seja de índio, deficiente, idoso, trabalhador, desempregado, criança, adolescente, juventude, tem tudo a ver com o dia de hoje. Lembro-me de que Frei Betto falava da criança entre livros e televisão.

Hoje é 18 de abril e festejamos o Dia Nacional do Livro Infantil. Achei importante **linkar** essas ponderações, com a preocupação que todos nós estamos tendo, a partir do fato lamentável e criminoso do Rio de Janeiro, em relação às crianças e aos nossos jovens.

Pois bem, esse texto a que me refiro começava falando sobre o psicanalista José Angelo Gaiarsa e sua indicação às obras do Instituto de Desenvolvimento Humano da Filadélfia. O casal no caso – e me referia a ele – é especialista no aprimoramento do cérebro humano. Veja que tem a ver com o tema que estamos debatendo hoje: a agressão, a violência na escola e nas ruas.

O que vi hoje pela manhã foi assustador: três jovens saem de um carro preto, derrubam um moço e, além do espancamento, começaram a dar facadas.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em seguida.

Segundo vi, foram filmadas 31 facadas. Naturalmente, eles mataram o jovem ali e disseram que foi porque eles discordavam ou porque estavam explorando a orientação sexual dele.

Outro dia, vi na televisão também – e não é filme; quando a gente fala televisão, parece que está vendo um filme. – um outro carro preto, também um carro preto, que atirou em oito jovens. Matou um, e outros seis ou sete ficaram feridos. Por isso, é importante esse tema da educação e do aprofundamento do debate sobre as questões do cérebro.

Permitam-me ler esta parte do artigo:

Os bichos homem e mulher nascem com cérebros incompletos. Graças ao aleitamento, em três meses as proteínas dão acabamento a esse órgão que controla os nossos mínimos movimentos e faz com que nosso organismo secrete substâncias químicas que asseguram o nosso bem-estar. Ele é a base da nossa mente e dele emana a nossa consciência. Todo o nosso conhecimento, consciente e inconsciente, fica arquivado no cérebro.

Senador, por favor, o aparte.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a nos lustra na tarde de hoje com mais um pronunciamento, muito mais uma reflexão sobre temas da nossa triste convivência que enfeiam o nosso cotidiano. Em cada um desses temas, eu teria de falar um pouco sobre a nossa preocupação tão bem posta por V. Ex^a, que vem fazendo um trabalho extraordinário à frente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, reunindo autoridades às segundas-feiras, dia quase inútil para tantos na Casa, mas, para V. Ex^a e para tantos outros, de bastante utilidade parlamentar. Entre todos os assuntos abordados no mesmo pronunciamento, todas as ideias, eu queria externar, com muita tristeza, algo que V. Ex^a citou agora há pouco, que foi marcadamente forte e aconteceu também na minha cidade, Campina Grande, Paraíba. Estamos há doze dias da tragédia de Realengo, e quantos fatos como esse acontecem no dia a dia, menores, maiores, mas com o mesmo efeito: a banalização da vida, e o clima de insegurança que vive a Nação brasileira? Pois bem. As câmeras de televisão que monitoram o trânsito de Campina Grande, da minha cidade, flagraram, na última sexta-feira, lá pelas quatro horas da manhã, um veículo com quatro jovens parando perto de uma calçada e abordando um outro jovem, de outra opção sexual, era um travesti. O fato mais forte – muitas vezes já ouvi no meu Estado que o que os olhos não vêem o coração não sente – está retratado agora para todo o Brasil em imagens aterradoras. Esses jovens perseguiam o outro jovem, imobilizaram-no e lhe desferiram trinta facadas. Veja a força, o ódio, a raiva, o ânimo interior dessas criaturas humanas contra o seu próximo! Há discussão sobre se foi um crime homofóbico ou não, se foi um acerto de contas por opções sexuais diversas. Para mim é muito mais o que registrei como banalização da vida. Hoje se mata no Brasil... E lamentavelmente o meu Estado tem sido recordista em homicídios proporcionalmente no País. São cinco homicídios por arma de fogo que acontecem diariamente na Paraíba, mais de quinhen-

tos ao longo do ano, e muitas autoridades não tomam providências, não adotam as ações necessárias. Eu iria falar um pouco sobre essa tragédia de Campina Grande, mas aproveitei, já que V. Ex^a, antenado nas coisas do mundo, trouxe o exemplo das imagens que o chocaram. Queria retratar o meu desencanto e dizer que, lá na minha cidade, mais um fato dessa natureza aconteceu. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus parabéns. Liguei os fatos, Senador, porque é o que estamos vendo todos os dias em todos os Estados. No meu Estado, por exemplo, recentemente um jovem, que inclusive tinha uma ascensão belíssima como pugilista – já estava sendo indicado porque ganhou um prêmio nacional –, teve uma discussão com um policial e simplesmente o matou. Não é apenas um caso de Porto Alegre, mas geral. Em todo o Brasil, está acontecendo isso. No meu Estado, foram pegos alunos com armas de fogo dentro da sala de aula. Um deles disse simplesmente que sofreu **bullying** e estava ali preparado para se defender.

Veja a que ponto chegamos! Parabéns a V. Ex^a! Peço que o seu aparte seja incluído no meu pronunciamento, mostrando os fatos ocorridos no seu Estado, que V. Ex^a relatou com muita clareza.

Sr. Presidente, volto à matéria que eu achei importante para o momento.

Fica evidenciada no artigo a importância da fase até os seis anos de idade, chamada de “a idade do gênio” E aí eu me lembro da Senadora Patrícia Saboya; eu tive a satisfação, a alegria de ser o Relator daquele projeto que garantiu a amamentação da criança, e aqui no artigo fala-se exatamente disso, acima daquilo que tínhamos até hoje.

O texto frisa também que “a inteligência de uma pessoa pode ser ampliada desde a vida intrauterina e que alimentos que a mãe ingere ou rejeita na fase da gestação tendem a influir mais tarde na preferência nutricional do filho”.

Mas fica assinalado também que o mais importante é incentivar aqui a produção de sinapses cerebrais, e que nesse sentido um excelente recurso – aí é que vem a grande pedra fundamental deste artigo – chama-se leitura.

Ler para o bebê acelera o seu desenvolvimento, ainda que se tenha a sensação de perda de tempo. Mas é importante fazer isso, interagindo com a criança: deixando que ela manipule o livro, desenhe, que vá colorir as figuras, complete as histórias e responda às indagações. Uma criança familiarizada desde cedo com livros terá, sem dúvida, linguagem

mais enriquecida, mais facilidade de aprendizado e melhor desempenho escolar

Achei o artigo interessante. E pondera:

A vantagem da leitura sobre a TV é que, frente ao monitor, a criança permanece inteiramente receptiva, sem condição de interagir com o filme ou o desenho animado. De certa forma, a TV “rouba” a capacidade “onírica” da criança, como se sonhasse por ela...

A leitura estimula a participação da criança, obedece ao ritmo dela e, sobretudo, fortalece os vínculos afetivos entre o leitor adulto e a criança ouvinte [que está ali, ouvindo, e de uma forma ou outra participando].

O artigo traz dados sobre a quantidade de comerciais voltados para o público infantil, exibido nas televisões.

Num período de dez horas, das 8h às 18h de 1º de outubro de 2010, foram exibidos 1.077 comerciais voltados para os pequenos; média de 60 por hora ou um por minuto. Foram anunciados 390 produtos, dos quais 295 brinquedos, 30 de vestuário, 25 de alimentos e 40 de mercadorias diversas.

O artigo pondera:

A criança é visada pelo mercado como consumista prioritário, seja por não possuir discernimento de valor e quantidade de produto, como também por ser capaz de envolver e influenciar o adulto na aquisição do objeto cobiçado.

Ao finalizar, consta do artigo:

Há no Congresso mais de 200 projetos de lei propondo restrições ou proibição de propaganda ao público. E Frei Betto diz concordar com Gabriel Priolli: só há um caminho razoável e democrático a seguir, o da regulação legal, aprovada pelo Legislativo, fiscalizada pelo Executivo e arbitrada pelo Judiciário.

E diz ele: “Isso nada tem a ver com censura. Trata-se de proteger a saúde de nossas crianças”.

Sr. Presidente, penso que, protegendo a saúde de nossas crianças, colaboraremos para a construção de um mundo mais saudável, menos violento e mais harmonioso. Temos hoje, como transcurso do Dia Nacional do Livro Infantil, uma grande oportunidade para lembrarmos, ponderarmos, refletirmos sobre a importância que a leitura pode ter na vida das crianças. Eu diria que a leitura faz a diferença.

Certamente, o nosso querido Monteiro Lobato sabia disso e fez, mágica e lindamente, a sua parte neste contexto. Creio que cabe a nós fazermos a nossa parte e enfrentarmos a regulação, como propõe o querido Frei Betto.

Sr. Presidente, este pronunciamento eu queria que V. Ex^a o considerasse na íntegra. Eu o resumi.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas, dentro do limite que me é concedido, depois de 20 minutos e mais 2, pela norma regimental, eu não falarei além desse tempo.

Eu quero apenas encaminhar a V. Ex^a outro documento onde eu faço uma análise não só dos cem primeiros dias do Governo de Dilma Rousseff, a nossa Presidente da República, mas também dos cem dias do Governo de Tarso Genro, o Governador do meu Estado.

Eu poderia dizer que o Tarso está fazendo um governo diferente. Eu diria rapidamente que o Governador Tarso Genro, do Rio Grande do Sul, e o seu vice Beto Grill estão sendo vitoriosos, uma vitória em parceria com o povo gaúcho e também com o Governo da Presidente Dilma.

Aqui eu poderia enumerar uma série de investimentos: a dívida de agricultores familiares foi anistiada, 45 mil famílias foram beneficiadas. Poderia aqui falar do piso regional.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Houve entendimento com as centrais e com as confederações de 11,6%. Poderia aqui falar do estímulo às micro e pequenas empresas, pois foi simplificada a carga de imposto, priorizando o estabelecimento das licitações públicas que envolvem valores até R\$80 mil. Poderia aqui dizer que foi lançada uma política estadual de combate à pobreza – e aqui eu vou detalhando –, que poderá tirar da miséria 500 mil gaúchos. Poderia aqui falar do Programa Casas da Solidariedade, que vai beneficiar outros milhares de gaúchos, a contratação emergencial de 85 servidores para a Fundação de Atendimento Socio-Educativo (Fase). Poderia aqui também falar, Sr. Presidente, do entendimento feito com os Cpegs, que aceitaram o reajuste de 10,91%, proposto pelo Governo de Tarso Genro.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E destaco também que a mesma assembleia deixou muito claro que aceitava 10,91% e que não abria mão, como não deve abrir mão, do piso salarial dos professores.

Esse percentual era o reajuste da categoria, mas que seja assegurado o piso salarial dos professores, conforme decisão do Supremo que nós aprovamos, o Lula sancionou e o próprio Governador Tarso Genro foi ao Supremo e disse que não concordava com a ação que a Governadora anterior tinha impetrado.

Deixarei para falar outro dia, Sr. Presidente, dos 100 primeiros dias da Presidenta Dilma, que está com uma aceitação de 83% dos brasileiros, inclusive 56% chegam a dizer que a sua atuação é considerada ótima ou boa.

Dilma deu continuidade a um projeto que foi liderado pelo Presidente Lula. Quero cumprimentar também o Vice-Presidente Michel Temer, que tem sido parceiro de todas as horas, sempre com a sua elegância, simplicidade e tranqüilidade, apontando caminhos, fortalecendo a política do Governo Lula e agora da Presidenta Dilma.

Não deixo de falar aqui – e aí eu encerro – que estou na expectativa ainda mais uma vez como tenho dito que falaria toda a semana, de acabarmos com o fator previdenciário e de construirmos uma política de reajuste para os aposentados.

Peço a V. Ex^a que considere na íntegra esses meus pronunciamentos.

Obrigado Sr. Presidente,

SEGUIM NA ÍNTegra PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitas vezes há um entrelaçamento de assuntos que convergem para uma mesma preocupação.

Por exemplo, hoje pela manhã realizamos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para tratar do tema violência nas escolas.

Outro dia também falei nesta Tribuna sobre os jogos saudáveis, um programa que busca enfrentar a questão da violência entre os jovens.

Então, há poucos dias, lendo um artigo do frei Betto, me deparei com mais um assunto que se entrelaça com os que mencionei: criança entre livros e televisão.

Como hoje, 18 de abril, nós comemoramos o Dia Nacional do Livro Infantil e o Dia de Monteiro Lobato, achei interessante lincar essas ponderações com nossa preocupação em relação as nossas crianças e jovens.

Pois bem, esse texto começava falando sobre o psicanalista José Ângelo Gaiarsa e sua indicação às obras de Glenn e Janet Doman, do Instituto de Desen-

volvimento Humano da Filadélfia. Esse casal é especialista no aprimoramento do cérebro humano.

O artigo continuava dizendo que:

os bichos homem e mulher nascem com cérebros incompletos. Graças ao aleitamento, em três meses as proteínas dão acabamento a esse órgão que controla os nossos mínimos movimentos e faz o nosso organismo secretar substâncias químicas que asseguram o nosso bem-estar. Ele é a base de nossa mente e dele emana a nossa consciência. Todo o nosso conhecimento, consciente e inconsciente, fica arquivado no cérebro.

Fica bem evidenciada no artigo a importância da fase até os seis anos de idade, chamada de “idade do gênio”. O texto frisa também que:

a inteligência de uma pessoa pode ser ampliada desde a vida intrauterina e que alimentos que a mãe ingere ou rejeita na fase da gestação tendem a influir, mais tarde, na preferência nutricional do filho.

Mas, fica assinalado também, que, o mais importante, é incentivar a produção das sinapses cerebrais e que, nesse sentido, um excelente recurso chama-se leitura.

“Ler para o bebê acelera seu desenvolvimento cognitivo, ainda que se tenha a sensação de perda de tempo. Mas é importante fazer isso interagindo com a criança: deixando que ela manipule o livro, desenhe e colora as figuras, complete a história e responda a indagações.

“Uma criança familiarizada desde cedo com livros, terá, sem dúvida, linguagem mais enriquecida, mais facilidade de alfabetização e melhor desempenho escolar.”

Sr. Presidente, o artigo é muito interessante e pondera que “a vantagem da leitura sobre a TV é que, frente ao monitor, a criança permanece inteiramente receptiva, sem condições de interagir com o filme ou o desenho animado. De certa forma, diz o artigo, a TV “rouba” a capacidade “onírica” da criança, como se sonhasse por ela.

A leitura estimula a participação da criança, obedece ao ritmo dela e, sobretudo, fortalece os vínculos afetivos entre o leitor adulto e a criança ouvinte.”

O artigo traz dados sobre a quantidade de comerciais voltados para o público infantil exibidos nas televisões. “Num período de 10 horas, das 8h às 18h de 1º de outubro de 2010, foram exibidos 1077 com-

erciais voltados para os pequenos; média de 60 por hora ou um por minuto.

Foram anunciados 390 produtos, dos quais 295 brinquedos, 30 de vestuário, 25 de alimentos e 40 de mercadorias diversas".

Preocupante, não é, Sr's e Srs. Senadores? O artigo pondera que

a criança é visada pelo mercado como consumista prioritária, seja por não possuir discernimento de valor e qualidade do produto, como também por ser capaz de envolver afetivamente o adulto na aquisição do objeto cobiçado.

Ao finalizar consta do artigo que:

há no Congresso mais de 200 projetos de lei propondo restrições ou proibições de propaganda ao público e Frei Betto diz concordar com Gabriel Priolli: só há um caminho razoável e democrático a seguir, o da regulação legal, aprovada pelo Legislativo, fiscalizada pelo Executivo e arbitrada pelo Judiciário. E, diz ele, isso nada tem a ver com censura, trata-se de proteger a saúde psíquica de nossas crianças.

Eu penso que, protegendo a saúde psíquica das nossas crianças, estaremos colaborando para a construção de um mundo mais saudável, menos violento, mais harmonioso.

Temos hoje, com o transcurso do Dia Nacional do Livro Infantil, uma grande oportunidade para ponderarmos sobre a diferença que a leitura pode fazer na vida das crianças.

Certamente o nosso querido Monteiro Lobato sabia disso e fez, magicamente e lindamente, a sua parte neste contexto.

Creio que cabe a nós, Sr's e Srs. Senadores, fazermos a nossa e enfrentarmos a regulação legal a qual Frei Betto se refere.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, quero dizer para vocês que o que eu mais gosto no outono é o amarelado das folhas que enfeitam os parques, as praças e as avenidas. E também me encanto com as vertentes que nascem nos sorrisos e nos olhos das pessoas como que em silencioso prelúdio à primavera que está longe.

Fernando Pessoa dizia que o homem é do tamanho do seu sonho. Se é verdade, eu não sei. Mas, sou um eterno sonhador. Sempre acredito no que

faço e dou fé naquilo que creio e no projeto do qual faço parte.

Estamos no meio de abril. Ora, não é nenhuma novidade. É o mês das folhas amareladas, das cartas na mesa, do sim ou do não, do balanço, do balancete, da reflexão sobre o que foi feito nos primeiros meses do ano.

Vejam só. O outono do governador Tarso Genro, do Rio Grande do Sul, e do seu vice, Beto Grill, está sendo de vitoriosas parcerias com o povo gaúcho e com o governo da presidente Dilma Rousseff.

Há uma característica nesses primeiros meses que é a marca de uma nova forma de governo no nosso querido torrão natal: a do respeito e do diálogo para com as pessoas na busca de um desenvolvimento justo, sustentável e equilibrado.

Em números há alguns significativos. O aumento do piso regional de 11,6% beneficiou mais de um milhão de trabalhadores. Isso representa o maior aumento desde que o piso foi criado, em 2001.

As dívidas de agricultores familiares foram anistiadas, beneficiando 45 mil famílias gaúchas. Agora, os agricultores poderão limpar seus cadastros, voltando a ter acesso a crédito e a políticas públicas.

Para estimular as micro e pequenas empresas foi reduzida e simplificada a carga de impostos, retomando o programa Simples Gaúcho, priorizando estes estabelecimentos nas licitações públicas que envolvem valores de até R\$ 80 mil.

O governo concederá benefícios tributários para centros de pesquisa que quiserem se instalar na chama da Metade Sul. Isto vai aumentar a participação da indústria gaúcha no Polo Naval e possibilitar que o estado aproveite as oportunidades do pré-sal.

Desde o dia 5 de abril o Rio Grande do Sul conta com uma Política Estadual de Combate à Pobreza Extrema, integrando secretarias, universidades, entidades, municípios e União em ações e programas para retirar da absoluta miséria os 500 mil gaúchos que ainda vivem nesta situação.

O Palácio Piratini encaminhou projeto à Assembléia Legislativa criando o Programa Casas da Solidariedade para abrigar, nas maiores cidades, familiares e pacientes que não têm recursos para pagar a hospedagem.

Está confirmada a contratação emergencial de 85 servidores para a Fundação de Atendimento Socio-educativo (FASE), que abriga menores infratores. São jovens que precisam de amplo atendimento para, ao deixarem a instituição, tocar a vida longe da violência e da criminalidade.

Foi criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, composto por 90 representantes da

sociedade gaúcha. O Conselhão já começou a debater as soluções para os principais problemas que afligem o estado, como os pedágios e o transporte coletivo de Porto Alegre.

A população está sendo convidada a dar suas idéias no Plano Plurianual Participativo, documento que aponta as metas do estado para os próximos quatro anos. Também serão retomadas as audiências do Orçamento Participativo, quando os cidadãos terão oportunidade de fazer suas contribuições sobre onde e como investir o dinheiro público.

E por fim, Sr. Presidente, é claro que existem outras ações do governo Tarso Genro e Beto Grill, mas eu gostaria de falar um pouco sobre a questão dos professores.

A valorização salarial e profissional dos trabalhadores em educação é prioridade do nosso governo, que está negociando com o CPERS o início da recuperação salarial dos professores. A categoria aceitou um aumento imediato de 10,91%. Mas, deixou claro que não abre mão do Piso Nacional dos Professores. Tenho absoluta certeza que o governador Tarso Genro está sensível a esse direito e reivindicação dos professores.

Também foi confirmado que, ainda este ano, será realizado concurso público para preencher a falta de professores.

Sr's e Srs. Senadores, o outono da presidente Dilma Rousseff e do vice, Michel Temer, por sua vez, está sendo de formatação de uma luz própria com a implantação de um novo ritmo de governar e de olhar a nossa gente.

Mas, antes, há de se destacar que o apoio popular é inquestionável. Segundo pesquisa Ibope/CNI o governo da Presidente Dilma é aprovado por 83% dos brasileiros. Para 56% dos brasileiros sua gestão é considerada ótima ou boa.

Mas, antes também, Sr. Presidente, quero dizer que com a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e das forças populares ao poder, em 2003, iniciou-se e criou-se o que eu chamo de "cultura de governabilidade" neste país, e que a presidente Dilma, sabiamente e com o mais profundo espírito de Pátria, está dando continuidade.

Os investimentos voltaram a crescer e os números indicam que a expansão da capacidade produtiva segue firme na economia.

Dilma Rousseff e Michel Temer iniciaram o governo mirando a questão fiscal e o combate à inflação.

Em fevereiro, o setor público gerou superávit primário de quase oito bilhões de reais. Com o resultado de fevereiro, o superávit acumulado no primeiro

bimestre foi de R\$ 25,6 bilhões, equivalente a 21,8% da meta fixada para 2011.

Para garantir a estabilidade sem atingir o desenvolvimento, o Banco Central vem conduzindo a política monetária adotando instrumentos alternativos à elevação dos juros.

Esses primeiros meses foram marcados por muitas medidas em favor do crescimento econômico, distribuição de renda, geração de emprego e renda, ou seja, melhoria de condições de vida das pessoas.

Foi definido um novo valor para o salário mínimo e a garantia da continuidade da política de valorização do piso até 2015, além de corrigir a tabela do Imposto de Renda. Sabemos e temos consciência de que estamos avançando, mas ainda precisamos fazer muito mais.

Vale destaque para o programa Bolsa Família que foi reajustado em até 45%, beneficiando 13 milhões de famílias de baixa renda.

Importante frisar o acordo para a construção de 718 creches em 419 municípios, que dá a largada no grande projeto de consolidação da educação infantil em nosso País.

Na área de saúde, o Programa Saúde Não Tem Preço, implantado há mais ou menos 50 dias, já atendeu a 3,5 milhões de pessoas, que puderam retirar medicamentos gratuitos para diabetes e hipertensão nos estabelecimentos associados ao Programa Farmácia Popular.

Esse novo programa praticamente dobrou o número de atendimentos do anterior, garantindo tratamento extensivo a duas doenças graves, responsáveis por muitos óbitos no Brasil.

O Programa Nacional de Combate ao Câncer de Mama e Colo de Útero em Manaus e, em Belo Horizonte, o Projeto Rede Cegonha, que garantirá atendimento público integral às gestantes, parturientes e recém-nascidos em todo o Brasil, também é muito positivo.

Os investimentos do PAC (Programa de Aceleração da Economia) estão sendo readequados e a sua aplicabilidade assegurada. Não podemos nos esquecer que as obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas 2016 estão em andamento.

Sr's e Srs. Senadores quero aqui dar o meu testemunho sobre um ponto que praticamente interessa a toda Nação, e que tem feito com que este senador fale no mínimo uma vez por semana na Tribuna, desde 2003, pedindo a sua extinção: o Fator Previdenciário.

Essa fórmula matemática é o grande carrasco do trabalhador brasileiro. Nos quatro cantos do nosso país não há viva alma que tenha dúvida sobre isso. Na hora da aposentadoria a perda salarial pode chegar até

os 40% para as mulheres, e 35% para os homens. O que significa isso se não o próprio descaso do Estado brasileiro para com aqueles que deram o seu suor pelo crescimento do país?

Há três anos o Senado Federal aprovou, por unanimidade, projeto de lei de minha autoria que acaba de vez com o fator previdenciário. Atualmente o projeto tramita na Câmara dos Deputados e está pronto para ser votado pelo plenário.

A disposição da presidente Dilma Rousseff em discutir, procurar, solucionar o problema do fator previdenciário é visível. Ela própria me disse isso quando nos reunimos para tratar da política de valorização do salário mínimo.

O ministro da Previdência Social, o ex-senador Garibaldi Alves Filho, tem dito publicamente que uma de suas metas é a busca de uma alternativa para o fator. Técnicos do meu gabinete e do Senado Federal já estão realizando reuniões semanais com os técnicos do Ministério da Previdência, e, dessas conversas, muito em breve teremos notícias alvissareiras.

Portanto, eu entendo, que a entrada do fator previdenciário, na pauta oficial do governo federal é um dos fatos mais importantes dos primeiros meses do governo Dilma Rousseff.

Outro ponto que entendo ser merecedor de destaque são as relações internacionais. O Brasil consolida cada vez mais o respeito das grandes nações. A própria visita, recentemente, do presidente norte-americano Barack Obama foi um exemplo desses novos ares que estão circulando.

O Mercosul está mostrando que temos capacidade de fazer uma integração econômica e social através da conquista e não da imposição. Aos poucos, dando passos não maiores que as pernas, estamos nos consolidando como potência regional.

Sou daqueles, Sr. Presidente, que continua acreditando no sonho cotidiano, do acreditar sempre sem retroceder, de lutar para que a nossa gente tenha direitos e oportunidade iguais. Mesmo que os pessimistas não aceitem, mesmo que os ventos sejam contrários, o destino do Brasil está num futuro bem próximo e com toda certeza em breve estaremos entre as cinco maiores potências mundiais.

Para finalizar, Sr. Presidente, na próxima semana pretendo usar este mesmo espaço para fazer um relato do que foram os primeiros meses do meu segundo mandato.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Para uma comunicação inadiável, convidamos o Senador Vital do Rêgo para ocupar a tribuna desta Casa.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer dois registros, um com muita satisfação. O Senador Paulo Paim falou agora há pouco sobre a importância do livro e do livro infantil neste dia ou neste mês que celebramos o Dia do Livro.

Hoje, faço referência ao mais antigo e tradicional ensino público da Paraíba, a escola pública Liceu Paraibano, que está completando 175 anos de existência. São 2.400 alunos, 66 professores e 75 funcionários, que fazem hoje, do Liceu, o maior e mais antigo educandário do Estado, fundado em 24 de março de 1836.

É com muita alegria que nós falamos dessa escola que dispõe de uma rede de informática, laboratório, recentemente inseriu na sua grade curricular Filosofia, Sociologia.

O Liceu, segundo o seu diretor, Professor Abraão Carvalho, tem alunos de diversas classes sociais. Porém, dos 2.400 alunos, a maioria é de filhos de pessoas de baixa renda familiar.

A Escola Estadual de Ensino Médio Liceu Paraibano funciona desde 1937 em sede própria, construída pelo então governador Argemiro Figueiredo, ex-aluno, inclusive, do Liceu Paraibano, dos mais brilhantes homens públicos da Paraíba, Senador de Itararé, Senador da República. Durante 100 anos, no período de 1836 a 1936, a escola funcionou no prédio da atual Faculdade de Direito.

Entre as muitas personalidades que passaram pelo Liceu, temos, por exemplo, o economista Celso Furtado, Elba Ramalho, Augusto dos Anjos, Tarcísio Burity, José Américo de Almeida, Ruy Carneiro, Antônio Mariz, João Pessoa, Lauro Xavier, Flávio Tavares, Ascendino Leite, Humberto Lucena, Biu Ramos, Argemiro de Figueiredo, Martinho Moreira Franco, entre tantos homens que hoje e ontem encantaram a vida social e política do meu Estado.

Por isso, é com muita satisfação e com muita honra, Sr. Presidente, que, no período de comunicação inadiável, eu registro os 175 anos do Liceu Paraibano.

Mas também faço outro registro, e terei de ser rápido, porém incisivo, no apoio e solidariedade aos médicos do meu Estado. Eles estão completando hoje 14 dias de paralisação. O movimento da greve dos médicos em João Pessoa vive o seu ponto mais delicado.

Leio uma nota oficial, emitida no dia 15 de abril, pelo comando de greve, na pessoa do médico Tarcisio Campos, presidente do sindicado, dizendo que não hou-

ve avanço nas negociações e colocando uma série de reivindicações que ainda estão postergadas, não obstante o esforço que o Ministério Público vem fazendo junto ao Governo do Estado e à Secretaria Municipal de Saúde: o direito de receber as férias e a licença prêmio com remuneração integral, enfim, uma série de reivindicações que são próprias da categoria.

Nós que somos médicos entendemos que são extremamente justas. Os médicos estão obedecendo a uma decisão da Drª Juíza Maria Guedes, colocando 50% do efetivo para atender urgências e emergências. Mas, efetivamente, estamos vivendo um caos no sistema de saúde pública e de seguridade social no Estado da Paraíba, com greves em todos os setores, em todos os Estados.

Em nenhuma macrorregião do Estado, em nenhum pólo de saúde da Paraíba, não há absolutamente nenhum tipo de providência sendo tomada por parte do Governador do Estado.

Fica o apelo e a solidariedade aos médicos da Paraíba que estão em paralisação.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Parabéns, Senador Vital do Rêgo, pela precisão cirúrgica no tempo regimental.

Convidamos para ocupar a tribuna desta Casa o segundo orador inscrito, Senador Pedro Simon. Ao mesmo tempo, convido o Senador Vital do Rêgo para assumir a Presidência e nos brindar com a condução dos trabalhos da Casa, já que fui o segundo orador inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna é um assunto sobre o qual meditei muito e pensei, inclusive, em não falar sobre ele, deixar passar.

A história, a vida julgará, de forma positiva ou não, muitos assuntos, independentemente de falar-se ou não sobre ele em determinado momento.

Eis que recebi uma manifestação da minha querida amiga Celina Campello, a filha de D. Mora, a filha e enteada de Dr. Ulysses.

Ela diz assim:

Prezado Pedro, não sei você leu a declaração do Senador José Sarney em sua última biografia sobre Ulysses e que foi publicada no jornal O Estado de S. Paulo, na semana passada. Sabendo de sua grande admiração e amizade por ele, gostaria que, com a sua inteligência e capacidade de comunicação, lembrasse, mais uma vez, seu legado político, fazendo um comentário sobre a matéria. Um abraço muito grato. Celina Campello (filha de D. Mora e Dr. Ulysses).

Ao receber essa mensagem da Celina, que todos nós, os mais antigos, conhecemos profundamente, lembrei-me que ela e seu irmão participavam não só aqui, no gabinete da Presidência do MDB, ou na Presidência da Câmara, mas lá em São Paulo, na residência do Dr. Ulysses, quando tantas e tantas vezes, no auge do rigor da ditadura, quando alguns imaginavam que a saída era quase impossível, pelo menos por vias pacíficas, quando Ulysses reunia os técnicos, professores, jovens, lá também estava a jovem Celina, ouvindo, analisando e dando a solidariedade do carinho da sua presença.

Diante da carta da Celina, fui olhar no **Estado de S. Paulo** a frase a que ela se referia. Sarney e Ulysses. Ulysses não tem grandeza nem espírito público. É um político menor, que tem o gosto da arte política, puro gosto do jogo sem mais nada.

Olha, quando li essa frase, pedi a um jornalista, meu colega do gabinete, que me emprestasse o livro e fui conferir, porque achei que era um exagero do jornal. Nunca me passou pela cabeça que era isso. E lá estava no livro: *“Ulysses não tem nem grandeza nem espírito público. É um político menor que tem o gosto da arte política, puro gosto do jogo, sem mais nada”*.

Até em relação à história de Cristo há muitos comentários a favor e muitos contra. Eu mesmo, às vezes, me pergunto se até Jesus errou, pois, na hora de escolher os doze apóstolos, foi entregar a Secretaria da Fazenda para Judas! Todos podem errar.

Se essa frase estivesse em um livro biográfico, tudo valeria. O jornalista faz a biografia de Fulano, de Beltrano e conta coisas a favor e coisas contrárias ao biografado. Isso faz parte. Esta biografia faz questão de registrar que foi uma biografia autorizada. O biografado leu e autorizou frase por frase. Se está ali, foi porque ele concordou. Não dá para dizer que é como em muitas biografias em que o autor escreve o que pensa o biografado e o que não pensa, pois escreve o que ele, autor, pensa, sendo que, às vezes, escreve duramente contra o próprio biografado.

Eu já tive casos assim, em que jornalistas escreveram sobre mim uma biografia, que se imaginava elogiosa, mas em que, no entanto, eu levava um pau danado por parte do cidadão que fazia a biografia. Era um direito dele. Eu não tinha de dar palpite.

Eu, que acompanhei, nos meus 81 anos, toda essa fase, fico a me perguntar o porquê dessa frase. Qual a razão que iria levar o biografado a concordar que um jornalista escrevesse uma frase dessa, que talvez seja a frase mais marcante em todo o seu livro?

Aí, eu fui ler. Realmente, o biografado, que fez longos depoimentos para o autor, é uma pessoa de pensamento muito duro, muito rígido. O que ele acha

de seu Ministro Marco Maciel é algo com o qual eu também não concordo. Considero Marco uma das criaturas mais dignas e mais competentes, e não me parece que seja um dos responsáveis pelos erros do governo do Presidente Sarney.

É verdade que estamos vivendo uma época de esquecimento, inclusive dentro do PMDB. Figuras como Ulysses, o próprio Tancredo, Teotônio. Meu amigo Requião, as figuras que fizeram a história do MDB, de ontem, estão sendo colocadas no livro.

Quando vejo o jornalzinho que o partido publica, quando vejo as manifestações, Ulysses, Tancredo, Teotônio e outros tantos são figuras do esquecimento. Por isso, faço questão de vir aqui. Venho aqui, minha querida Celina, para dizer que, perante a história do Brasil, a figura do Dr. Ulysses continua notavelmente respeitada. É uma dessas biografias que a história, com o tempo, vai aprofundar.

Diz-se que a história escreve a biografia dos vitoriosos. Pergunta-se como seria a história escrita, se Hitler tivesse ganho a guerra. Ulysses foi um vitorioso, mas a grande verdade é que, na fase áurea da vitória, ele teve a grandeza de renunciar. Doente Tancredo, dez horas antes de sua posse, não podendo assumir, operado em um hospital, quem tinha de assumir era o Dr. Ulysses.

Qualquer estudante de 1º ano que abra a Constituição vai ler que compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nos seus impedimentos, na sua doença, na sua vaga, nas suas viagens, nas suas férias e substituí-lo na sua morte. Isso estava lá.

Mas Tancredo não era Presidente, não tinha assumido a Presidência. Se Tancredo não tinha assumido a Presidência, como é que o Vice ia assumir no lugar daquele que não era Presidente? Quem deveria assumir ali era o Dr. Ulysses, Presidente da Câmara, até o Dr. Tancredo voltar e assumir a Presidência e, na morte, convocar outra eleição. Isso é claro.

Mas, quando chegou a hora, o Dr. Sarney e o General Leônidas, fardado, com a Constituição na mão... Quando Ulysses perguntou "o que faremos?", ele abriu a Constituição e leu o artigo a que me referi. Eu pedi para falar, mas o Dr. Ulysses pediu-me para eu calar a boca. Atropelou-me e disse: "É claro, General. É o Sarney que assume. És tu que assumes!" Eu levei um susto. Mas como? Mas como?

Quando se decidiu que o Sarney – não, mentira –, que o Dr. Ulysses, que o Presidente do Senado e mais o Líder do MDB iriam ao Chefe da Casa Civil, Dr. Leitão de Abreu, comunicar, antes de sair, o Dr. Ulysses virou para mim – o Sarney já havia saído, e o Leônidas também – e disse o seguinte: "Ô Pedro, o que tu achas? Nós estamos aqui agora, a dez horas

da posse, com todo o nosso esquema preparado. Nós já temos o substituto para o 1º, 2º, 3º e 4º Exércitos, regiões militares, distritos navais, polos aeronáuticos, Chefe da Casa Militar. Está tudo preparado". E quem coordenou esse esquema? O General Leônidas. Foi ele quem preparou todo esse esquema para nós, porque a gente não sabia, naquela altura, se o General Figueiredo ia dar posse ou não ia, ia sair ou não ia, o que ia fazer, o que não ia fazer. Então, a gente estava preparado para tudo, inclusive para o pior. Se nós estávamos todos preparados, se havia um esquema preparado e se quem comandava esse esquema era o General Leônidas, ele, com a Constituição na mão, disse que quem devia assumir era o Sarney. Se eu digo que "não, sou eu!", o que poderia terminar acontecendo era o Leônidas assumir. O que poderia acabar acontecendo era imprevisível.

Eu achei que a grande saída ali era o homem que tinha todo o esquema na mão, o General Leônidas, e ele disse que era o Sarney que assumiria.

Não são muitas as pessoas da história da humanidade que têm esse gesto que o Dr. Ulysses teve. Ele teve. Era para assumir a Presidência, mas não teve nenhuma preocupação. E ele orientou, coordenou todas as forças para que o Sarney assumisse, inclusive o MDB. Desde aqueles que já tinham resistência ao nome de Sarney para vice, todos o Dr. Ulysses coordenou para garantir a posse do Sarney. E, se o General Leônidas foi o militar que, com a sua espada, garantiu, e orientou, e impôs, e tinha todo o processo de coordenação militar na sua mão, o Dr. Ulysses, Presidente do MDB, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte e Presidente da Câmara dos Deputados, tinha todo o esquema político para garantir – como garantiu – a posse do Sarney.

Isso não é ato daquilo que está na biografia: "Ulysses não tem grandeza nem espírito público. É um político menor, que tem o gosto da arte da política, puro gosto de jogo, nada mais." Não! A atitude de Ulysses foi uma atitude de grandeza. Foi um gesto de grandeza. E o Dr. Sarney deveria ser grato.

Mas não foi só esse gesto que caracteriza a vida do Dr. Ulysses. Antes de chegar a esse gesto, um gesto da vitória, foram muitos os gestos na hora da luta contra a ditadura. Na época em que o Dr. Sarney era Presidente do PDS, era Presidente da Arena, foi o líder que liderou a campanha para derrubar as Diretas Já – ele coordenou e derrubou. Foi o líder da campanha para extinguir a Arena e o MDB, e foi o Presidente do PDS – naquela altura, o Dr. Ulysses estava do lado de cá, não de receber as benesses do governo, mas de ser apontado, permanentemente, como o chamado inimigo da revolução.

Não fora o Dr. Ulysses justamente chamado o Dr. Diretas Já...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) –... aquela comunidade não teria saído. E, se aquela comunidade não tivesse saído (*fora do microfone*), o Colégio Eleitoral não seria democrata, com a coragem de derrotar o candidato do governo. Ali foi também o Dr. Ulysses.

Candidato natural do MDB a Presidente da República se a eleição fosse direta, não precisou ninguém lhe dizer que, havendo a chance da indireta no Colégio Eleitoral... Ele, que no início era contra porque achava que seria uma humilhação participar do Colégio Eleitoral, que o MDB tinha combatido ao longo do tempo, aceitou. Aceitou a coordenação da campanha de Tancredo e, na última hora, o candidato de Tancredo a Vice-Presidente era Marchezan e era Marco Maciel, mas os dois não aceitaram, porque, naquela época, Presidente, estava na legislação que perdia o mandato o Parlamentar que se candidatasse por partido diferente daquele pelo qual ele foi eleito. O Marchezan tinha sido reeleito Deputado pela Arena no Rio Grande do Sul – perdão, Deputado pelo PDS no Rio Grande do Sul. E Marco Maciel tinha sido eleito pelo PDS de Pernambuco. Se eles fossem candidatos, havia o risco de não valer e de eles perderem o mandato. O Sarney tinha sido eleito Senador pela antiga Arena, que tinha sido extinta com a criação do PDS. E ele não fora eleito pelo PDS, fora eleito pela Arena. Por isso, ele tinha condição de ser candidato. Por essa razão, seu nome foi indicado. E o Dr. Ulysses concordou.

Quando nós do Rio Grande do Sul, o MDB do Rio Grande do Sul disse que não aceitava, em hipótese nenhuma, o Sarney para Vice-Presidente, em hipótese nenhuma, e dizia: “Se o MDB tem um candidato, que é o Dr. Ulysses, e abre mão da candidatura do Dr. Ulysses para fazer a unidade, porque acha que o Dr. Ulysses, pela sua biografia, não vai ser aceito, como vamos aceitar, de início, o Dr. Sarney, que foi nosso adversário, o chefe dos nossos adversários até ontem?”, foi o Dr. Ulysses que dobrou o Rio Grande do Sul, que dobrou o MDB e que deu a fiança para que o Dr. Sarney fosse o Vice de Tancredo.

Quando morreu Tancredo, havia um movimento no sentido de o MDB renunciar em conjunto aos seus mandatos e deixar que o Sarney fizesse o governo dele. Àquela altura, com a dor e a mágoa pela morte do Dr. Tancredo, eu não sei o que teria acontecido. Foi o Dr. Ulysses que, em conjunto com o Dr. Sarney, estabeleceu o entendimento de dar um prazo para que todos ficassem, para garantir nomes, todos escolhidos

ministros pelo Tancredo – nenhum pelo Sarney, todos pelo Tancredo –, que ficassem ali para dar solidariedade ao Presidente Sarney até o momento em que ele tivesse condições de fazer o seu Ministério, o que aconteceu meses depois. Esse é o Dr. Sarney!

O Dr. Ulysses, Sr. Presidente, casou com D. Mora, viúva com dois filhos. Não o estou fazendo em confidência, porque todos sabem: Dona Mora ficou uma viúva muito rica, com apartamentos e prédios deixados pelo seu marido. Uma vez, tempos depois, D. Mora falou para os mais íntimos: “Vocês têm de fazer alguma coisa”. Dos imóveis da D. Mora – o Ulysses era o administrador –, um estava alugado por R\$200,00, outro por 500,00. O Dr. Ulysses não tinha conhecimento do que era dinheiro. Teve de se encontrar alguém, um terceiro que fizesse a atualização normal, porque ele não sabia o que era.

Olha, quando eu recebi essa mensagem da Celia, eu voltei a me lembrar de que, até hoje, não se descobriu o corpo do Dr. Ulysses Guimarães. Tudo daquele acidente foi encontrado: toda a parte aérea, os destroços, todos os cadáveres, de todas as pessoas,...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... menos do Dr. Ulysses.

Já contei aqui e conto de novo: meses depois da morte, passei um dia caminhando ali, na beira do mar, onde os destroços tinham caído. Falando com os marinheiros, eles já tinham histórias até românticas. Eles diziam: “De madrugada, quando o sol está dando as primícias dos seus raios iniciais, a gente vê, lá onde as ondas iniciam, um vulto magro, magro e alto, alto, caminhando. Ele olha para nós e faz um sinal de abraço”.

Eu me aprofundei na análise dessa matéria. Falei com psicólogos e médicos, entendi por que, até hoje, não mais as mães, mas as viúvas da Praça de Maio querem porque querem encontrar os restos mortais de seus filhos e netos: é que faz parte do nosso ritual enterrar os nossos mortos. A gente vive, a gente convive, a gente tem amor, a gente tem afeto. Eles morrem, e a gente chora. A gente vai ao cemitério e enterra. De certa forma, a gente diz: “Ele está descansando”. Nesses casos em que não se consegue fazer isso, nos casos como os das torturas que aconteceram na Argentina, onde os mortos desapareceram e deles, até hoje, não se tem notícia, fica um vazio na alma dos parentes.

Eu mesmo fico a me perguntar, com relação ao Dr. Ulysses: o que terá acontecido? Era um lugar tão curto ali, não era nem alto mar, nem eram as profun-

dezas do mar! Ali se encontra tudo, menos o corpo do Dr. Ulysses.

Eu entendo a mágoa da Celina.

Olha, Celina, eu acho que o Dr. Sarney vai telefonar para ti.

Eu me lembro da amizade e de como foi bonito aquele tempo da caminhada da Aliança Democrática e do início do governo.

Eu tenho certeza, Celina, de que o Dr. Sarney vai telefonar para ti. Vai lamentar e vai dizer que, num livro de 600 páginas, isso escapou. Ele vai dizer o que já disse muitas vezes. Quantos foram os discursos! Quantos! Quantos os discursos em que o Dr. Sarney elogiou ao máximo a figura do Dr. Ulysses.

Isso vai acontecer. O Dr. Sarney, Presidente quase vitalício do Senado, membro perpétuo da Academia Brasileira de Letras, ex-Presidente, eu tenho convicção de que ele vai telefonar. Ele não vai deixar, dentro da sua biografia, permanecer uma frase como essa, uma frase menor, porque essa frase – e ninguém mais sabe o que o Dr. Sarney, muito mais do que eu, sabe – não atinge a figura do Dr. Ulysses. Em nenhum momento, o Dr. Ulysses será analisado, será credenciado, será julgado por causa dessa frase. Essa frase deixa mal a sua figura.

Ele não pode usar uma frase como essa e atingir uma pessoa que morta está, que não pode se defender, se, durante os tantos anos em que vivos estavam os dois, eles poderiam ter debatido um com o outro.

A saída é essa, e não é humilhante. O Dr. Sarney voltará a ter o respeito de todos nós se disser: “Houve um equívoco, houve um erro, houve um vazio, e eu peço desculpas”.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vital do Rêgo.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Vital do Rêgo deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

O próximo inscrito, para uma comunicação inadiável, é o Senador Geovani Borges, que disporá de cinco minutos. Em seguida, a Senadora Ana Amelia, no horário dos oradores.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, há poucos dias, a Comissão de Direitos Humanos desta

Casa realizou sessão comemorativa pelo Dia Nacional do Sistema Braile para cegos.

Outras citações foram feitas a respeito, e eu, de forma pessoal, não quero que o mês de abril se vá sem que outras palavras sejam trazidas em favor dos quase oito milhões de deficientes visuais, entre cegos e pessoas com baixa visão aqui no Brasil.

Como já foi mencionado por alguns colegas, 2011 é também ano referencial da iniciativa de uma mulher que mudou a vida dos deficientes visuais no Brasil e cujo marco está completando 65 anos. Eu me refiro a Dorina Nowill e à sua Fundação para o Livro do Cego do Brasil, criada em 1946, com o objetivo de difundir e tornar acessíveis materiais escritos em braile aos deficientes visuais.

Dorina Nowill morreu em agosto de 2010, aos 91 anos. Deficiente visual desde os 17 anos, viu seu legado crescer e recebeu o reconhecimento da sociedade por seu trabalho incansável e sua luta em favor dos seus semelhantes. Eu poderia até dizer semelhantes de infortúnio, mas, diante da grandeza de seu trabalho e de sua força, o certo mesmo é dizer semelhantes de desafios, de superação.

Dorina recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais pelo seu trabalho. Em 56 anos de existência, a Fundação produziu mais de seis mil títulos, atendeu cerca de 20 mil pessoas nos diferentes serviços que realizou, além de ter sido a primeira deficiente visual a estudar em uma escola regular.

É preciso que se diga que, durante todos estes anos, muitas transformações aconteceram no mundo em relação às pessoas cegas, condições sociais e à própria cegueira.

A deficiência visual é um fato que pode acontecer na vida e produz nas pessoas comportamentos e atitudes que diferem de pessoa para pessoa, mas, acima de tudo, se reconhece que a pessoa cega ou com baixa visão é um ser humano igual aos outros em sua essência, inclusive com os mesmos deveres e direitos.

A evolução dos processos de saúde, educação e a tecnologia trouxeram modificações na maneira de se avaliar e atender as pessoas com deficiência visual.

No Brasil, é preciso reconhecer que soluções foram apontadas e, no decorrer dos anos, muitos aspectos do atendimento especializado às pessoas com deficiência visual contribuíram para a melhoria das condições de vida, e, de certa forma, modificaram a participação das mesmas na vida cotidiana.

As novas tecnologias abriram acessos favoráveis à inclusão das pessoas com deficiência na vida comunitária, favorecendo uma adequada atitude em relação ao exercício da própria cidadania.

No entanto, toda essa luta ainda enfrenta desafios gigantescos a serem superados.

E ainda hoje, uma das maiores dificuldades das pessoas com deficiência visual está diretamente ligada à mobilidade, acrescida de outras dificuldades, como a perda do emprego, dificuldades financeiras, ausência de legislação adequada, entre outras insuficiências.

A Constituição brasileira diz que “a educação é um direito de todos”. Porém, se considerarmos os dados estatísticos disponíveis sobre o número de pessoas com deficiência visual, é fácil concluir que muitos não têm as mesmas oportunidades de acesso a esse bem, devido a fatores diversos como recursos financeiros e número de profissionais especializados.

Estou, portanto, aqui, trazendo este breve registro apenas para realimentar o compromisso que deve ser por todos abraçado, que é o de melhorar a qualidade de vida dessa parcela da sociedade, a começar pelo investimento na produção de livros e materiais acessíveis ao público com deficiência visual.

Muitas pessoas não imaginam, mas as pessoas que não enxergam gostam de ler e fazem uso da leitura com muita frequência.

O fato é que, para eles, a leitura se dá por meio de outros sentidos que não a visão, como o tato e a audição. O livro braile, o falado, e, mais recente, o livro digital garantem o acesso mais rápido à cultura, à informação e ao lazer.

É uma luta que já dura 65 anos Sr. Presidente. Nos anos 40, eram raros os livros em braile no País. Convencidas de que eles eram essenciais para a inclusão do deficiente visual, Dorina e um grupo de amigos criaram a Fundação para o Livro do Cego no Brasil. O que era uma pequena gráfica virou a maior editora de livros em braile da América Latina, uma instituição sem fins lucrativos, administrada por voluntários.

Por ano, 64 mil livros são distribuídos gratuitamente para bibliotecas e deficientes visuais em todo o País. Além de publicações em braile, tem também livros digitais e os livros falados. Assim, muito reaprendem a ler, a entender formas, a se localizar.

E nossos deficientes visuais, é preciso que se diga, não querem ser vistos e tratados como coitadinhos, de quem se tenha que ter pena.

Longe disso! São pessoas conscientes de suas limitações, porém capazes de realizar seus desejos.

Recentemente, lá no meu Amapá, o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual lançou o livro digital acessível para deficiente visual. O objetivo é disponibilizar o produto aos alunos cegos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– Sr. Presidente, estou quase concluindo.

O livro foi produzido por meio de um projeto do Ministério da Educação baseado no padrão internacional Daisy, uma ferramenta brasileira que traz sintetizador de voz e introdução para o uso em português.

Essa ferramenta de leitura permite a pessoa cega ou de baixa visão, acesso à leitura de forma rápida e estruturada. É possível manusear o texto sonoro de maneira semelhante ao texto escrito, onde o usuário pode visualizar o conteúdo do texto em vários níveis de ampliação e ouvir sua gravação em uma voz sintetizada de forma simultânea.

Sr. Presidente, dada a exiguidade do tempo, e V. Exª já tem sido muito generoso, solicito, na forma regimental, que seja transscrito, na íntegra, o nosso pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR GEOVANI BORGES.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, há poucos dias a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, realizou sessão comemorativa ao dia nacional do sistema braile para cegos.

Outras citações foram feitas a respeito, e eu, de forma pessoal, não quero que o mês de abril se vá, sem que outras palavras sejam trazidas em favor dos quase oito milhões de deficientes visuais, entre cegos e pessoas com baixa visão aqui no Brasil.

2011, como já foi mencionado por alguns colegas, é também ano referencial da iniciativa de uma mulher que mudou a vida dos deficientes visuais no Brasil e cujo marco está completando 65 anos. Eu me refiro à Dorina Nowill e sua Fundação para o Livro do Cego do Brasil, criada em 1946, com o objetivo de difundir e tornar acessíveis materiais escritos em Braille aos deficientes visuais.

Dorina Nowill morreu em agosto de 2010, aos 91 anos. Deficiente visual desde os 17 anos, viu seu legado crescer e receber o reconhecimento da sociedade por seu trabalho incansável e sua luta em favor de seus semelhantes.

Eu poderia até dizer semelhantes de infortúnio, mas diante da grandeza de seu trabalho e de sua força, o certo mesmo é dizer semelhante de desafios, de superação.

Dorina recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais pelo seu trabalho. Em cinquenta e seis anos de existência, a Fundação produziu mais de seis mil títulos atendeu cerca de 20 mil pessoas nos diferen-

tes serviços que realizou, além de ter sido a primeira deficiente visual a estudar em uma escola regular.

É preciso que se diga que durante todos estes anos, muitas transformações aconteceram no mundo em relação às pessoas cegas, condições sociais e à própria cegueira.

A deficiência visual é um fato que pode acontecer na vida e produz nas pessoas comportamentos e atitudes que diferem de pessoa para pessoa, mas, acima de tudo, se reconhece que a pessoa cega ou com baixa visão é um ser humano igual aos outros em sua essência, inclusive com os mesmos deveres e direitos.

A evolução dos processos de saúde, educação e a tecnologia trouxeram modificações na maneira de se avaliar e atender as pessoas com deficiência visual.

No Brasil é preciso reconhecer que soluções foram apontadas e no decorrer dos anos, muitos aspectos do atendimento especializado às pessoas com deficiência visual contribuíram para a melhoria das condições de vida, e, de certa forma, modificaram a participação das mesmas na vida cotidiana.

As novas tecnologias abriram acessos favoráveis à inclusão das pessoas com deficiência na vida comunitária, favorecendo uma adequada atitude em relação ao exercício da própria cidadania.

No entanto, toda essa luta ainda enfrenta desafios gigantescos a serem superados.

E ainda hoje, uma das maiores dificuldades das pessoas com deficiência visual está diretamente ligada à mobilidade, acrescida de outras dificuldades, como a perda do emprego, dificuldades financeiras, ausência de legislação adequada entre outras insuficiências.

A Constituição Brasileira diz que “a educação é um direito de todos”.

Porém, se considerarmos os dados estatísticos disponíveis sobre o número de pessoas com deficiência visual, é fácil concluir que muitos não tem as mesmas oportunidades de acesso a esse bem, devido a fatores diversos como recursos financeiros e número de profissionais especializados.

Estou portanto aqui, trazendo este breve registro, apenas para realimentar o compromisso que deve ser por todos abraçado, que é o de melhorar a qualidade de vida dessa parcela da sociedade, a começar pelo investimento na produção de livros e materiais acessíveis ao público com deficiência visual.

Muitas pessoas não imaginam, mas as pessoas que não enxergam gostam de ler e fazem uso da leitura com muita frequência.

O fato é que, para eles, a leitura se dá por meio de outros sentidos que não a visão, como o tato e a audição. O livro braille, o falado, e, mais recente, o li-

vro digital, garantem o acesso mais rápido à cultura, à informação e ao lazer.

Uma luta que já dura 65 anos. Nos anos 40, eram raros os livros em braile no País. Convencidas de que eles eram essenciais para a inclusão do deficiente visual, Dorina e um grupo de amigas criaram a “Fundação para o livro do cego no Brasil”.

O que era uma pequena gráfica virou a maior editora de livros em braile da América Latina, uma instituição sem fins lucrativos, administrada por voluntários.

Por ano, 64 mil livros são distribuídos gratuitamente para bibliotecas e deficientes visuais em todo o País. Além de publicações em braile, tem também livros digitais e os livros falados. Assim, muitos reaprendem a ler, a entender formas, a se localizar.

E nossos deficientes visuais, é preciso que se diga, não querem ser vistos e tratados como coitadinhos, de quem se tenha que ter pena.

Longe disso! São pessoas conscientes de suas limitações, porém capazes de realizar seus desejos.

Recentemente, lá no meu Amapá, o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual lançou o Livro Digital Acessível para deficiente visual. O objetivo é disponibilizar o produto aos alunos cegos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

O livro foi produzido por meio de um

projeto do Ministério da Educação, baseado no padrão Internacional Daisy, uma ferramenta brasileira que traz sintetizador de voz e introdução para o uso em português.”

Essa ferramenta de leitura permite a pessoa cega ou de baixa visão, acesso a leitura de forma rápida e estruturada. “É possível manusear o texto sonoro de maneira semelhante ao texto escrito, onde o usuário pode visualizar o conteúdo do texto em vários níveis de ampliação e ouvir sua gravação em uma voz sintetizada de forma simultânea.

Esse conjunto de celebrações no mês de abril, nos suscita a destacar também a importância de instalação de Centros de Adestramento de Cães Guias em todo o Brasil.

Pela falta desse amigo condutor, que a natureza aparelhou de forma peculiar para atender aos deficientes visuais, quando devidamente adestrados, tem-se uma consequência triste e inexplicável.

Quase todos os deficientes visuais do Brasil têm que se virar sozinhos, caminhando por ruas e calçadas em estado precário, sofrendo riscos e todos os obstáculos tais como buracos, postes, degraus e verdadeiras armadilhas.

É uma situação indigna para esses nossos irmãos.

Outro nicho que está sendo sistematicamente esquecido é o do turismo. O turismo é uma grande experiência e os deficientes também têm o direito de ter acesso a esse universo.

A idéia é possibilitar que esse nicho de mercado seja atendido, mas para isso, os meios de hospedagem precisam estar adaptados. E junto com eles, o transporte, as áreas de circulação e outros auxílios.

A bem da verdade, o alcance é muito superior. Pois os meios de hospedagem e demais elementos do turismo devem se preparar não apenas para os deficientes visuais, mas também para os cadeirantes, para os idosos, para as gestantes...

Do turismo, vamos a outra ferramenta também ainda distante para os deficientes visuais: a internet.

No Brasil o número de deficientes que têm acesso à internet ainda é baixo, embora ninguém duvide que esse tipo de iniciativa pode ajudar de forma significativa na inclusão digital de um maior número de pessoas, inclusive do ponto de vista da sociabilidade e da empregabilidade.

Toda grande caminhada começa com o primeiro passo. Mas uma mulher já teve coragem de começar essa batalha.

À cada país cabe a tarefa de planejar e propor programas de âmbito Federal, Estadual e Municipal que supram as deficiências existentes e contribuam para que a maioria das pessoas com deficiência visual possa ser atendida em suas necessidades específicas.

Só isso lhes permitirá usufruir verdadeiramente dos seus direitos de cidadãos.

Era que tínhamos a registrar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senador Geovani Borges. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A próxima oradora inscrita é a Senadora Ana Amélia, que disporá de 20 minutos. Em seguida, eu serei o próximo orador, Senador Requião; depois de mim, V. Ex^a.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, audiência da TV Senado, os exportadores brasileiros, em particular os do meu Estado, os gaúchos, no combate às barreiras comerciais impostas pela Argentina, agora já não estão mais sozinhos, Sr. Presidente, porque conseguiram um aliado de peso e de grande expressão econômica, nada menos do que a União Europeia.

Em maio do ano passado, foram retomadas as negociações, sempre difíceis, para a assinatura de um

acordo de comércio entre a União Europeia e o Mercosul. Os diálogos têm o objetivo de criar um mercado comum, que seria, na verdade, uma zona de livre comércio, a maior do mundo, porque contaria com 750 milhões de pessoas e US\$82 bilhões em produtos comercializados entre os dois blocos.

Porém, em meio a essas negociações – Mercosul e União Europeia –, na semana passada, o bloco comercial europeu ameaçou entrar com uma denúncia contra a Argentina junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), que pode prejudicar o avanço dessas negociações. Aliás, mais um pretexto para não firmar esse acordo entre os dois blocos. Sabem V. Ex^as, Sr. Presidente, e os demais Senadores, das resistências que têm os produtores agrícolas europeus ao entendimento dessa natureza, pelo fato de que a produção regional, especialmente do Brasil, da Argentina, do Uruguai e até do Paraguai, em certa medida, são altamente competitivas, pela produtividade, o que não acontece em relação aos produtos da União Europeia.

Aliás, muito interessante a declaração feita pelo ministro da agricultura francês à revista *IstoÉ Dinheiro*, Sr. Bruno Le Maire, que declarou que a França não é protecionista. Vamos convir que a realidade é muito diferente disso. Não fosse assim, produtos brasileiros do agronegócio estariam chegando, mesmo que, claro, se entendesse que a União Europeia é um grande centro absorvedor de boa parte da produção agrícola brasileira.

O Comissário de Comércio da União Europeia, a propósito dessas restrições argentinas, Karel de Gucht, disse que o organismo questionará a aplicação de barreiras às importações, chamadas de licenças não automáticas, que, desde fevereiro, afetam mais de 200 produtos europeus do setor industrial, vendidos para a Argentina.

O Brasil já sentiu esse problema, essa barreira há bastante tempo.

Aliás, aqui em nosso País, as entidades representantes dos principais segmentos exportadores também estão questionando fortemente as barreiras comerciais argentinas. Empresas do meu Estado do setor de máquinas agrícolas, por exemplo, já estão inclusive demitindo funcionários por conta dessas restrições, que têm limitado a produção desses equipamentos.

Os impasses são atualmente, Sr. Presidente, os principais entraves à consolidação do Mercosul, que há 20 anos foi criado sob a égide de um mercado comum de comércio entre os países membros, no caso o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, através da liberalização econômica e da coordenação comum de políticas macroeconômicas entre seus signatários.

Exemplo desse tipo de assimetria nas relações entre os países do Mercosul faz parte do cotidiano das empresas brasileiras exportadoras de calçados. A propósito disso e por meu requerimento, na última sexta-feira, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, durante três horas, debateu, com representantes do MDIC, do Ministério das Relações Exteriores, da Federação dos Produtores Rurais do Mercosul, e também com representantes da Câmara Federal, exatamente o impacto dessas assimetrias, especialmente sobre o setor agrícola e mais também sobre a área industrial. E aí se viram realmente os prejuízos provocados para os produtos brasileiros.

Mas não é só no setor de máquinas agrícolas e de produtos agrícolas que temos essas barreiras. No caso do setor calçadista, a situação é muito dramática. Segundo a Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados) e também a Associação Comercial de Novo Hamburgo, no mês de março havia mais de 1,2 milhão de pares de calçados brasileiros parados nas alfândegas devido à demora da liberação das licenças não automáticas. Em que pese boa parte da entrada desses calçados tenha sido liberada na última semana, alguns protocolos, Sr. Presidente, estavam demorando mais de 130 dias para serem autorizados, quando o prazo máximo, conforme determinam as regras de comércio internacional da OMC (Organização Mundial do Comércio) e o acordo com o Governo argentino, seria de 60 dias. Portanto, o Governo argentino hoje demora o dobro de tempo para a liberação, o que é inaceitável do ponto de vista da agilidade nas transações comerciais.

As alegações diplomáticas de parte do Governo argentino recaem, Sr. Presidente, principalmente sobre o argumento das dificuldades com a transição do sistema de emissão de licenças, ou seja, de sistema manual para informatizado. No entanto, exigências burocráticas recentemente registradas merecem novas críticas das autoridades brasileiras e deste Parlamento devido ao excesso evidente e à óbvia busca da criação de novas barreiras, ainda que de forma indireta.

Ocorre que as empresas brasileiras, ao buscarem a liberação de seus produtos através da aduana argentina – pasmem, senhores telespectadores, Srs. Senadores –, têm de recorrer a cartórios, aos tabelionatos argentinos para a autenticação individual de cada carga alfandegada através de documentos específicos para cada operação. Ou seja, no século XXI, estamos, em matéria de comércio e de relações comerciais bilaterais, andando de carroça.

Nesse contexto, são necessárias políticas continuadas pela diplomacia brasileira e pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com propos-

tas e soluções permanentes para esse relacionamento bilateral, Sr. Presidente, estabelecendo regras de longo prazo que impeçam a sucessão de incógnitas, surpresas, inseguranças e dúvidas, que prejudicam reiteradamente o setor exportador brasileiro, claro, provocando muita insegurança jurídica nessas relações com prejuízos diretos sobre o setor exportador brasileiro, provocando, como eu disse, no caso de uma indústria de máquinas, a necessidade de redução de custos e de demissão de funcionários.

O Governo brasileiro precisa e deve marcar posição firme para que os objetivos traçados no Tratado de Assunção sejam alcançados. Para isso, precisa cobrar dos demais países deste bloco atitudes coerentes com esses objetivos, de uma integração, no mínimo, solidária. O Governo brasileiro tem-se destacado exatamente pela compreensão dos problemas que viveram a Argentina, o Uruguai e o Paraguai; no entanto, não tem havido, aparentemente, reciprocidade na hora em que a exportação dos produtos manufaturados brasileiros sofre essas restrições.

O Brasil precisa exercer sua preponderância econômica dentro do Mercosul, para impedir que decisões comerciais unilaterais sejam tomadas pelos demais membros em prejuízo dos interesses legítimos brasileiros.

Sr. Presidente, 75% do Produto Interno Bruto do Mercosul é brasileiro. De acordo com os dados do Ipea, nosso País contribui com 70% dos recursos que compõem o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul – Focem, e o Brasil só se beneficia de apenas 10% do montante desse fundo.

A corrente de comércio brasileira com os países do Mercosul movimentou US\$39,2 bilhões no ano passado. O bloco econômico sul-americano é destino de 11,6% de nossas exportações, o que é extremamente alvissareiro, positivo e consolidador do processo de integração econômica. Mas não pode haver um tratamento diferenciado que crie essas barreiras com tanta frequência, como vem fazendo o Governo argentino, o que agora provoca até uma reação mais enérgica da União Europeia, não ficando apenas a crítica e as posições dos exportadores brasileiros, não só no setor calçadista, mas também no setor de máquinas e de outros setores que sofrem essas atitudes.

Dos US\$22 bilhões que o Brasil exportou para os países do bloco, no ano passado, Sr. Presidente, 82% são resultados da exportação de produtos manufaturados para a Argentina. Aliás, esse país adquire maior relevância entre nossos parceiros comerciais, quando observamos o tipo de produto que é exportado aos portenhos, *nuestros hermanos*, como costumamos dizer:

91% de nossa pauta de exportações para o país vizinho são compostos de produtos manufaturados.

Tenho a certeza e a convicção, Sr. Presidente, de que neste momento não existem mais passagens aéreas disponíveis para brasileiros que queiram passar a Páscoa em Buenos Aires ou em outras cidades argentinas. De novo, nós, o Brasil, estamos financiando o turismo na Argentina. É ótimo que isso aconteça, até porque, por conta do câmbio, veja só, Sr. Presidente, para um gaúcho que mora em Porto Alegre ou na região, é mais barato ir para Buenos Aires que ir para o seu Estado, para Natal, para a belíssima Natal, uma cidade maravilhosa, e para outras cidades do Nordeste, exatamente por conta do câmbio. E essa situação é que realmente faz haver uma distorção nesse processo de solidariedade comercial e de interesses do Bloco do Mercosul, particularmente entre a Argentina e o Brasil.

Nós temos que ampliar a nossa pauta de exportações desses produtos, e também de serviços, pois produtos manufaturados têm o chamado valor agregado, que é importante porque gera impostos e empregos e tem um peso maior para o nosso País.

A indústria calçadista, que tanto sofre com as barreiras impostas pelos argentinos... Depois do massacre que aconteceu com a concorrência dos calçados da China, quando a própria Organização Mundial do Comércio apoiou denúncia do Brasil de *dumping* e aplicou uma sobretaxa muito pesada a cada par de sapato importado de lá, a China acabou encontrando uma terceira via, terceiros mercados, para mandar os mesmos sapatos feitos na China via Vietnã, via Tailândia, via Indonésia. E seria conveniente que o Governo brasileiro também adotasse o mesmo processo contra esses países que tanto prejuízo têm causado às nossas exportações de calçados.

Ainda em relação à Argentina, Sr. Presidente, aquele país é o terceiro principal destino de nossos calçados, gerando, em 2010, 1,5 bilhão de dólares em divisas com exportações. O parque calçadista brasileiro – é importante que se ressalte – é formado por cerca de oito mil fábricas e emprega diretamente 340 mil pessoas. São empregos formais, que ainda impulsionam a indústria do maquinário para a produção de calçados, os serviços, a logística, o mercado de *design*, da moda, e tantos outros setores da economia que estão ligados diretamente a essa importante cadeia produtiva.

Portanto, fortalecer a equidade comercial entre os países membros do Mercosul é, além do cumprimento de um objetivo firmado há 20 anos entre essas nações, fundamental para que mantenhamos em nosso continente os postos de trabalho e a tecnologia produtiva,

gerando benefícios sociais para toda a população brasileira e, por que não, a população da América Latina – da América do Sul, em especial – e do Cone Sul, que formam esses blocos tão importantes.

Tenham certeza, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, Sr. Presidente, que se os países do Mercosul não fortalecerem suas relações diplomáticas e não fornecerem segurança jurídica para as relações comerciais, com o cumprimento dos objetivos comuns estabelecidos no Tratado de Assunção, nosso continente perderá mercado para os asiáticos em um curto espaço de tempo.

É exatamente por isso que tenho abordado com insistência este tema, Sr. Presidente. Quero informar que fui designada pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores desta Casa, Senador Fernando Collor, para relatar um acordo de fronteira entre Brasil e Argentina, que será um marco, tal qual já aconteceu em relação ao Uruguai, e que viabiliza facilidades para os moradores dos dois lados da fronteira, trazendo grande interesse para o meu Estado, o Rio Grande do Sul. No caso da Argentina, uma ou duas pontes e tantas outras que queremos que sejam construídas, mas duas principais e emblemáticas: a ponte que liga Uruguaiana a Paso de los Libres e a que liga São Borja a São Tomé. Essa relação será intensificada com esse acordo bilateral, que trata exatamente dos direitos e da harmonização de políticas públicas na relação de vizinhança com os moradores dessas regiões. Será um passo muito importante no estreitamento das relações. Portanto, é preciso que também nas relações comerciais haja entendimento e mais solidariedade.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada, Srs. Senadores que deram atenção a este pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

O próximo inscrito, pela liderança,...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra, pela liderança, para fazer uma breve comunicação, um relato rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – ... é o Líder Romero Jucá, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Parabenizo a Senadora Ana Amélia pelo discurso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – E eu convidaria a Senadora Ana Amélia para ocupar a Presidência porque, logo em seguida, eu farei uso da palavra.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero registrar que hoje, no final da manhã, recebi a visita do novo Presidente da Infraero, Dr. Gustavo Vale, que foi Diretor do Banco Central, um técnico de bastante gabarito e experiência.

Com ele, tratei de dois assuntos. O primeiro diz respeito à questão de Roraima, à construção do terminal de carga que faz parte do projeto de fortalecimento e ampliação do aeroporto de Boa Vista. Conseguimos os recursos e já fizemos o terminal de passageiros. Ficou uma excelente construção, atendendo bem à população de Roraima e da Amazônia, mas faltava construirmos – e desde 2009 solicitei isso à Infraero – o terminal de carga, que será transformado inclusive em armazém alfandegado, para atender às cargas da área de livre comércio de Boa Vista.

O Presidente da Infraero comunicou-me que, atendendo ao pleito, já havia lançado a licitação e que, na data de hoje, encerra-se o prazo para que as empresas que participaram da licitação entrem com algum tipo de recurso. Encerrando esse prazo hoje, na próxima semana deverá ser dada a ordem de serviço para a construção do terminal de carga e armazém alfandegado do aeroporto de Boa Vista, o que, para nós, é uma vitória muito importante. Será uma obra de mais de R\$2 milhões, que será feita no prazo de oito meses. Ao final desse prazo, teremos, em nosso aeroporto, condições de receber cargas de qualquer lugar do mundo e, portanto, de viabilizar operações da área de livre comércio de Boa Vista, que conseguimos, com tanta luta, durante o Governo do Presidente Lula.

Quero aqui registrar a confiança do Dr. Gustavo e de sua equipe de que o Governo brasileiro vai cumprir as metas, vai recorrer em ações prontas e vai recuperar o tempo perdido em relação ao desafio dos aeroportos brasileiros. Tratei dessa questão com o Presidente da Infraero. Ele me relatou as providências que está tomando e se colocou inclusive à disposição para vir a audiências públicas nas Comissões do Senado dar uma explicação, uma explanação, uma demonstração das providências que está tomando, junto com a Secretaria Nacional de Aviação Civil, para que o Brasil enfrente a necessidade não só de atender bem aos usuários durante a Copa do Mundo, mas já antes da Copa do Mundo, porque, hoje, alguns aeroportos são deficitários e criam problemas para a população. Nós não temos que esperar a Copa do Mundo para atender bem à população brasileira. O brasileiro tem o direito de ser bem atendido, independentemente de Copa do Mundo, independentemente de jogos olímpicos.

E o Presidente da Infraero realçou sua confiança, relatou as providências e colocou-se à disposição.

Tanto que apresentarei na Comissão de Infraestrutura, na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Turismo requerimentos para a realização de sessão conjunta, a fim de que possamos convidar o Presidente da Infraero, o Secretário Nacional da Aviação Civil e o Presidente da Anac para tratar dessas questões dos aeroportos, da aviação – portanto, uma questão que diz respeito direto a milhões de brasileiros que utilizam permanentemente o sistema aeroviário brasileiro.

Quero fazer esse relato e dizer que fiquei satisfeito com a visita do Presidente da Infraero. Entendi suas providências e ações e espero, efetivamente, que ele possa agir de pronto, recuperar o tempo perdido e dotar os aeroportos brasileiros das condições que toda população espera.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Paulo Davim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amelia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Romero Jucá, que falou pela liderança do Governo no Senado. As informações são relevantes porque a sociedade brasileira, especialmente os usuários do transporte aéreo, estão apreensivos com a situação de incerteza provocada pelas pesquisas realizadas pelo Ipea. As informações de V. Ex^a são, portanto, importantes para os usuários de todo o País.

Como orador inscrito, vai falar agora, em permuta com o Senador Walter Pinheiro, o Senador Paulo Davim, do Partido Verde do Rio Grande do Norte.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amelia, Sr^{as}s e Srs. Senadores, todos que aqui nos assistem pela TV Senado, hoje, eu gostaria de fazer uma reflexão sobre a saúde pública do Brasil.

Todos nós sabemos, não é novidade para ninguém, que a saúde pública do Brasil atravessa um momento difícil. Não é de agora e já faz algum tempo. Sabemos do subfinanciamento do sistema, sabemos das dificuldades de gestão, sabemos também da carência de uma política de recursos humanos que possa incrementar o sistema público de saúde deste País.

Há quem questione sobre o financiamento do sistema de saúde brasileiro. Há quem diga que não adianta muito aumentar os recursos destinados à saúde porque o problema é de gestão. Há outros até que acham que não temos nenhum problema, mas o que é fato é que existe, sim, um subfinanciamento da saúde no Brasil.

Vou me ater neste problema, fazer, como disse há pouco, uma reflexão, mostrar que realmente existe falta de recursos na saúde. Vejamos: existe, ou houve, em 2009, um investimento de R\$58 bilhões por parte da União na saúde; dos Estados, R\$34 bilhões; e dos Municípios, R\$35 bilhões; perfazendo R\$127 bilhões, o que corresponde a algo em torno de 4% do PIB.

A iniciativa privada investiu R\$64 bilhões, correspondentes a planos e seguros de saúde; R\$24 bilhões são os gastos diversos dos pacientes com exames, consultas e internações – ou seja, aquele paciente particular, que pagou exame, pagou consulta, pagou internação ou alguma coisa, e isso redundou em R\$24 bilhões –; e R\$55 bilhões correspondentes à compra de remédios, ou seja, o gasto daqueles pacientes que compraram diretamente na farmácia o seu tratamento veio a perfazer o total de R\$55 bilhões, fechando-se R\$143 bilhões de recursos privados, contabilizando-se 4,5% do PIB. Portanto, está comprovado que os recursos públicos são insuficientes, porque chegamos sofrivelmente à casa dos 4% do PIB. Isso é muito baixo em se tratando de um sistema de assistência à saúde universalizado, como é o do Brasil.

Para se ter uma ideia, levantei 16 países, para saber o gasto médio do PIB. Pesquisei a Austrália, a Áustria, a Bélgica, o Canadá, a Dinamarca, a Finlândia, a França, a Alemanha, a Irlanda, a Itália, o México, a Holanda, a Noruega, a Espanha, a Suécia e a Inglaterra, e o gasto médio do PIB desses países é de 9,7%.

Mas fiz outra avaliação: o gasto **per capita**/ano. Os Estados Unidos, o Canadá e a Suécia gastam mais de US\$2 mil **per capita**/ano, US\$2,5 mil, US\$2,3 mil; a Argentina, mais de US\$500; o Uruguai, mais de US\$400; o Brasil, próximo a US\$400.

Então, acho que está comprovado sobejamente que existe um investimento aquém para a saúde pública, para as demandas da saúde pública. É aquela história: se não há recursos, os problemas se agravam; se não há gestão, pior ainda. É mais ou menos esse dilema que vivemos.

Todas as vezes em que se fala de melhorar o aporte de recursos para a saúde, vem sempre o fantasma da CPMF; cria-se um novo imposto, aumenta-se a tributação no Brasil, que já é o campeão mundial de impostos.

Mas, Srª Presidente, não trago só esses números, nem trago o que todos já sabem, um discurso apontando as falhas do sistema e o sofrimento de todos que pensam o Sistema de Saúde no Brasil. Eu me atrevo a trazer sugestões para o problema. Acho que precisamos aumentar o aporte de recursos, sem necessariamente aumentar a tributação.

Vejamos: o Governo, preocupado com a dívida dos clubes de futebol do Brasil com a Previdência, criou a Timemania, iniciativa que acho muito louvável, criativa. Precisamos usar a mesma criatividade para a saúde.

Uma primeira proposta desse rol que citei foi criar um percentual das loterias destinado à saúde. E vou dizer por quê. A premiação das loterias corresponde a 46% da renda bruta: 30% são rateados entre os acertadores das seis dezenas – estou pegando o exemplo da Mega-Sena –, das cinco e por aí se vai, mas 22% são acumulado para integrar a primeira faixa de premiação da Sena nos concursos de final zero. Por exemplo, nos concursos de número dez, vinte, trinta, 22% são acumulados.

Acho que poderíamos extrair daí 5%, por exemplo, para destinar à saúde. Não vejo nada de mais nisso, até porque a destinação social dos recursos das loterias, Srª Presidente, vou dizer quais são: 1% para o Fundo Nacional de Cultura; 22,4% para a Seguridade Social; 9,6% para o Programa de Crédito Educativo; 3% para o Fundo Penitenciário Nacional; 4,5% para o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto. Ótimo, mas não há 1% para a saúde.

O meu discurso e a minha luta por onde passei é para fazer com que a saúde seja prioridade. Não estou tirando percentual de ninguém com essa proposta. Estou apenas diminuindo o acumulado que integra a primeira faixa de premiação nos concursos de final zero. Dos 22%, estou propondo 5% como percentual destinado à saúde. Acho que é viável. É a primeira proposta.

A segunda proposta diz respeito às multas de trânsito. Nem um centavo das multas de acidentes de trânsito é destinado à saúde. E dados de 2008 demonstram que o Governo gastou, Srª Presidente, R\$9,8 bilhões com assistência médica aos acidentados de trânsito. Repito: foram R\$9,8 bilhões só com os acidentados de trânsito. O acidente de trânsito mata mais do que a violência urbana.

Acidentes de moto. Aliás, isso está sendo um problema grave no interior do Brasil, sobretudo no Nordeste, onde as motos estão substituindo o cavalo. E, para cada 100 mil motocicletas vendidas no Brasil, 88 mortes por ano, enquanto que, para cada 100 mil veículos, 32 mortes por ano. A mortalidade no Brasil, mortes oriundas de acidente de trânsito, chega a 40 mil óbitos/ano. Entretanto, das multas dos infratores, nenhum centavo vai para a saúde. Eu proponho que seja destinado um percentual para a saúde, porque a saúde gasta com os acidentes de trânsito.

O terceiro item, dentro desse pacote: eventos públicos. O que acontece no Brasil? Os grandes eventos

públicos – as micaretas, os grandes festivais etc., etc. – deixam uma quantia enorme de lucro para os seus promotores e uma herança de dívidas enorme para o Estado, porque não há contribuição para a saúde, e esses grandes eventos, invariavelmente, são permeados por violência; neles acontecem exageros da bebida, exaltação de ânimos, o que resulta em mais atendimento de urgência nos hospitais dos Municípios e do Estado.

Portanto, proponho que sobre os eventos públicos que não sejam eventos culturais ou religiosos incida uma contribuição para a saúde. E não é difícil fazer isso.

Proponho o estímulo a empresas. Que o Governo estimule as empresas que tenham número maior que cem funcionários a oferecer a esses funcionários acesso à medicina suplementar, numa forma de desafogar os hospitais públicos e a assistência médica pública. O Governo criaria algum tipo de incentivo para que essas empresas promovam isso. Interessante que essa ideia também foi pensada pelo Presidente dos Estados Unidos Barack Obama logo que assumiu, que se deparou com uma assistência médica americana em grave crise, que persiste até hoje.

Proponho também a imediata regulamentação da Emenda 29. A Emenda 29 não só corresponde a um aporte de recursos para a saúde, mas também estabelece obrigações orçamentárias com a saúde entre União, Estados e Municípios. É importante que essa emenda seja regulamentada.

E a longo prazo, Srª Presidente, proponho que se estabeleça um percentual destinado à saúde no pré-sal. Eu sei que vai demorar um pouco, mas precisamos amarrar esse compromisso agora. Entendo que a necessidade premente, a necessidade de agora, com a saúde, essas sugestões acima, enumeradas por mim, eu acredito que darão um aporte necessário. Agora, para o futuro, não vejo outra saída a não ser amarrarmos um percentual no pré-sal para a saúde.

Falo isso por que todas as vezes que se discute financiamento de saúde surge o fantasma, como falei há pouco, do imposto da saúde. E as pessoas sempre dizem: "Mas eu não consigo enxergar outra saída. Qual seria a solução?"

Fiz questão, depois de uma pesquisa detalhada, juntamente com a assessoria, de trazer esses pontos que, seguramente, vão garantir um aporte de recursos de imediato, a curto e médio prazo, para a saúde, e, com isso, tenhamos uma saúde com recursos necessários para atender a sua demanda.

Evidentemente que nós não vamos ter uma saúde de primeiro mundo dessa forma, porque a saúde é cara – todos nós sabemos disso; e precisa também

de uma gestão profissionalizada. Sempre defendi isso. Não acredito nas nomeações meramente políticas, com interesses meramente políticos, e que os indicados para ocupar cargos estratégicos na saúde não sejam capacitados, não sejam preparados para a gestão da saúde propriamente dita.

Defendo a profissionalização da gestão, um gestor que saiba o que está fazendo. Sou contra a nomeação de apaniguados políticos. Acho que a saúde é prioridade; a saúde é, sim, estratégica para qualquer governo.

Duvido que se nomeie para o Banco Central alguém que não conheça a temática, alguém que não saiba o que está fazendo no Banco Central, porque a política econômica para o Brasil, e para todos os países do mundo, é uma política de estratégia. Não podemos brincar com política econômica, da mesma forma que não podemos brincar com a saúde da população.

Portanto, deveremos lutar incessantemente pela gestão profissionalizada na saúde. Colocar um diretor que tenha conhecimento em administração hospitalar; colocar um gestor que tenha conhecimento de saúde pública; colocar pessoas capazes nos pontos estratégicos da administração pública de saúde, para que a gente possa ter uma saúde verdadeiramente eficaz, resolutiva e universalizada, conforme prega o SUS.

Acho também, para concluir, Srª Presidente, que a assistência de saúde do Brasil carece de uma política de recursos humanos séria, que leve estímulo ao servidor. Precisamos de uma carreira de Estado. Falo isso não como Senador, mas sobretudo como médico. Precisamos de uma carreira de Estado. Tudo que é prioritário neste País, rapidamente se transforma em carreira de Estado. É assim com a tributação; é assim com a magistratura; é assim com o Ministério Público. Enfim, várias áreas deste País e nos Estados da Federação existem carreiras estabelecidas para determinados segmentos.

Por que não estabelecermos uma carreira de Estado para a saúde, para acabar definitivamente com essa história de faltar médico no interior do Brasil? Não é que falte médico no Brasil, não. O Brasil é campeão em escolas médicas do mundo. Nós temos mais escolas médicas do que os Estados Unidos da América; nós temos mais escolas médicas do que a China; nós temos escolas médicas demais! O que temos é concentração de médicos em centros urbanos.

Precisamos de uma política de interiorização do médico, mas dando ao médico condições de se interiorizar, levar o seu trabalho para a população do interior do Brasil, dando-lhe condições de trabalho e salário justo e digno. Por isso, precisamos de uma política de recursos humanos estabelecendo uma carreira de Es-

tado para a saúde. Que o médico faça concurso, comece no interior e depois possa ascender a um grande centro, onde a porta de entrada seja no interior, onde o médico saiba que vai para o interior mas vai ganhando bem, tendo condições de garantir, com dignidade, o sustento de sua família, sabendo que vai ser avaliado anualmente ou de dois em dois anos e que com sua performance poderá galgar outros espaços.

É isso que tem que ser garantido, assim como acontece com a carreira da magistratura, como acontece com o juiz de Direito, juiz de Primeira e de Segunda Instância. Então, queremos isso também para a saúde. Aí nós vamos, de uma vez por todas, ter uma saúde digna para a população.

Não acredito que a saúde do Brasil melhore se não melhorarmos, primeiro, o aporte de recursos; segundo, uma gestão profissionalizada; e, terceiro, uma carreira de Estado para os servidores da saúde. Só temos esse caminho. Não existe milagre. De outra forma não teremos uma assistência à saúde pública dos nossos sonhos.

Portanto, defendo peremptoriamente a carreira de Estado para o servidor da saúde; defendo peremptoriamente uma gestão profissionalizada e, definitivamente, um aporte de recursos necessários para a saúde pública do Brasil funcionar a contento.

Era só Srª Presidente. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Paulo Davim, que, como médico, trata do tema com autoridade técnica e também com responsabilidade política. E é interessante porque V. Exª não vem com a solução fácil do aumento de imposto, mas soluções criativas que viabilizam o financiamento da saúde, sem pegar o bolso do contribuinte.

O próximo orador inscrito é o Senador Roberto Requião, em permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Davim, enquanto V. Exª falava, fiquei imaginando se não caberia uma proposta de isonomia para os médicos com o salário, por exemplo, dos agentes de segurança do Senado ou com o piso mínimo de um editor da nossa televisão recém concursado, qualquer coisa, se não me engano, ao redor de R\$18 mil ou R\$22 mil. São essas disparidades absolutas que transformam a estrutura salarial do Brasil num verdadeiro samba do crioulo doido.

Vim para falar sobre a reunião dos Ministros do G-20. Mas, antes disso, quero dar um recado encorajado pela minha amiga Carolina Cattani, do Paraná. Ela me informa que, mais uma vez, o aeroporto

Afonso Pena está parado e me diz mais que, segundo notícia ou informação que recebeu, o tal do ILS-2 está parado há mais de um ano.

Então, qualquer neblina fecha o aeroporto de Curitiba – isso no País do trem-bala, no País em que o Senado aprova, com maioria fantástica, essa ilusão do trem-bala. Depois do trem-bala, provavelmente vai aparecer o aeroporto visando a pós-modernidade, para discos voadores, por exemplo.

Copa do Mundo, Olimpíada, trem-bala... E questões comezinhas como a estruturação de um plano de cargos e salários para profissionais da saúde não vicejam no País.

Eu não acho que seja só isso. Precisávamos de uma modificação dos currículos das faculdades de medicina e de uma estrutura de formação continuada para os profissionais de saúde, porque só com o aumento dos salários não chegaremos – e V. Exª sabe disso – a lugar algum também.

A reunião dos ministros de finanças do G-20 em Washington, nesse fim de semana, para discutir medidas que diminuiriam os riscos à economia global, como era de se prever, avançou muito pouco no pretendido esforço de se adotar “um novo sistema de vigilância contra o fluxo de capitais”, eufemismo para nos referirmos ao desatino, ao desenfreio da especulação financeira.

Elogie-se, reconheça-se a participação ativa do nosso Ministro da Fazenda, Guido Mantega, cada vez mais impaciente com a pasmaceira internacional diante da desenvoltura dos especuladores e da pouca eficiência das iniciativas tomadas por governos e organismos globais desde a explosão da crise, em 2008.

Em Washington, Mantega voltou a criticar a falta de limites para o fluxo especulativo.

Vemos agora o Fundo Monetário Internacional, com aquela lentidão que lhe é peculiar quando se trata de proteger economias em desenvolvimento, anunciar no sábado, dia 16, que “deve recomendar políticas nacionais para o controle do fluxo excessivo de capitais”.

Quando a crise financeira arrebentou, o Fundo também ensaiou discurso semelhante e ficou na retórica. Agora, diante dos sinais de recrudescimento, fala em excessos, adjetiva riscos e não toca na essência do mal, que é a prevalência, a preponderância da especulação financeira sobre o todo da economia mundial.

Quem sabe pouco crente na reunião do G-20, ainda no domingo, dia 17, a China anunciou, pela quarta vez neste ano, o aumento dos depósitos compulsórios de seus bancos. Agora, a quantia proporcional da reserva exigida no sistema bancário chinês bate recorde,

chegando a 20,5%. É a saída chinesa para enxugar a liquidez e combater a inflação.

A resistência ao controle do fluxo de capitais vem principalmente de países ricos e é poderosíssima. Com juro zero nos Estados Unidos, os especuladores buscam lucros inundando países como o nosso Brasil com suas aplicações, pressionando a inflação, “apreciando” a nossa moeda, para usar um neologismo tão em moda.

Dante da pressão tão formidável, avassaladora e impiedosa, pois estamos falando aqui em trilhões de dólares voando pelas bolsas do mundo à busca de lucros fáceis e fartíssimos, sem nenhum compromisso com a produção, com o emprego, com a inovação tecnológica, com a vida do ser humano, diante desses Atilas revividos, como reagir? Com as medidas táticas, medrosas do Fundo Monetário Internacional, propostas pelo Banco Mundial?

Em sua coluna na Internet, neste domingo, o jornalista Kennedy Alencar diz que chegou ao Palácio do Planalto o alerta de que o mercado financeiro está apostando contra as políticas monetárias e cambiais do Ministro Mantega e do Banco Central.

Segundo o jornalista, o mercado acredita que ganhará mais dinheiro se colocar fichas na alta da inflação e na desvalorização do dólar acima do que o governo vem dizendo, do que o governo vem prevendo.

Que se dá aos especuladores que o Brasil se envolva, se emaranhe em dificuldades? Que se dá a eles a volta da inflação, a quebra de nossa indústria, a exportação de empregos, o desemprego, a compressão dos salários, o atraso tecnológico?

Pouco se dá, porque o capital especulativo não tem pátria, não tem bandeira, não tem compromissos com o homem e sua aventura de vida, seus sonhos e realizações. O capital é tão nocivo à humanidade quanto às pestes e às guerras que colocaram em risco a existência do homem no planeta. O capitalismo financeiro é o obscurantismo, a idade média do desenvolvimento econômico, como dizia o Papa João Paulo II, anunciando que tinha vivido para ver o fim do comunismo burocrático na Polônia e esperava em Deus ver o fim do capitalismo financeiro especulando no mundo.

Sr's e Srs. Senadores, poucos aqui presentes, falo a este Plenário com três Senadores, o Alvaro Dias, o Paulo Davim e a Senadora Ana Amélia presidindo a Mesa. Mas, acredito que, de uma forma ou outra, este meu discurso, estas minhas observações, chegarão ao gabinete, à inteligência e à apreciação dos Senadores.

Faço essas observações como intróito à intervenção do economista inglês Magnus Ryner, professor da Universidade Oxford Brookes, no seminário que pro-

movemos no Paraná para debater a crise financeira internacional, e que pretendo repercutir aqui, hoje, se não para os Senadores, quase todos não presentes, ao menos pela TV Senado para a mídia nacional.

Coincidemente, o jovem economista inglês iniciou sua conferência falando de outro encontro do G-20, aquele que se deu em Washington, logo depois do estouro da crise financeira mundial. Ele falou de um Bush Júnior absolutamente surpreso, pasmo, não entendendo o que estava acontecendo, o que já prenunciava o fracasso do encontro.

Acrescentaria eu que, se hoje temos um presidente norte-americano menos abúlico, menos abugalhado, não é maior ou menor o seu poder – ou decisão – de intervir na crise e dobrar a espinha da especulação, embora isso parecesse ser a sua intenção, antes da posse e antes que nomeasse para os postos-chaves da condução da economia dos Estados Unidos uma coleção de financistas diretamente relacionados com o desastre.

Segundo Magnus Ryner, quem esperava da Europa uma atuação mais forte na crise subestimou sua fraqueza estrutural. Embora a União Europeia não seja mais apenas uma moeda, uma união aduaneira, e tenha peso coletivo em questões de finanças e comércio, ela revela uma fortíssima dependência dos Estados Unidos, seus negócios estão entrelaçados com os negócios norte-americanos.

Como essa dependência não é uniforme, variando de país para país, mais difícil uma ação de forma unida e coerente.

O regime do dólar, lembrava Ryner, dá aos Estados Unidos privilégios exorbitantes, como o de continuar prosseguindo com políticas macroeconômicas de expansão sem fazer nenhum ajuste interno.

Em contraste, a União Europeia busca a política monetária controlada e disciplina fiscal.

É chave entender que os Estados Unidos continuam a ter privilégios inenarráveis, que o dólar permanece sendo a moeda de reserva internacional e que isso permite ao setor financeiro norte-americano domínio global, advertia Magnus Ryner.

E tanto lá como cá, o mercado financeiro de curto prazo desestrutura a economia nacional e mina a possibilidade de as empresas e os Estados planejarem, perseguindo, dessa forma, um crescimento a longo prazo.

Na busca da maximização dos lucros, cortam-se custos, cortam-se vagas, cortam-se direitos e a Europa vê soçobrar o ideal socialdemocrata do Estado do Bem-Estar social, explicava Magnus Ryner.

A decepção com os partidos de tradição socialdemocrata, ideológica e historicamente compromissados

com os interesses dos trabalhadores, leva a uma crise de representação e cria um vácuo por onde ascende o populismo de direita, dizia Ryner. Daí Berlusconi, por exemplo, e a crise de representação que vivemos no Brasil hoje, diante do clamor de uma reforma política que ninguém sabe exatamente o que deveria, na verdade, ser.

Nas questões de política internacional, também vimos uma Europa dependente dos Estados Unidos, participando da invasão do Iraque, do Afeganistão, das pressões sobre o Irã, das ações da chamada “guerra contra o terror”.

Isso dividiu ainda mais a Europa, argumentava o professor Ryner. A inexistência de base doméstica com o mínimo de unidade dificultava uma estratégia coerente de contrapeso à influência norte-americana. Qual, então, a saída?

Magnus Ryner via a Europa diante de três possibilidades, descartando como desastrosa e improvável a continuidade da dependência. Lógico que me refiro à independência da economia norte-americana, a satelitização aos interesses políticos e militares do império.

Uma possibilidade seria o cenário que ele denominava como “Fortaleza Europa”, ou seja, o encastelamento do continente, o retorno ao protecionismo em combinação com o ascenso do populismo de direita, o que ameaçaria as próprias regras da União Europeia. A outra, a que ele chamava de “transformismo”, implicaria a continuidade dos esforços pela unidade e parceria entre os países do continente. Ao mesmo tempo da ampliação de suas relações, atraindo o Brasil, a China, a Índia, para gerar um sistema de gerenciamento internacional em contraposição ao domínio dos Estados Unidos e do dólar, sua moeda.

Dentro dessa perspectiva, o professor de Oxford falava em câmbio flexível, na convivência de duas moedas para escapar do dólar norte-americano, reconhecendo, no entanto, a fraqueza do euro para liderar e gerar uma nova ordem financeira internacional.

Para Magnus Ryner, no entanto, a saída mais atraente seria o caminho da socialdemocracia com a proteção ao trabalho, a criação de empregos, a preservação dos direitos dos assalariados e aposentados, a prevalência da produção sobre a especulação, os investimentos em infraestrutura, em inovação, em educação e em moradia.

O professor de Relações Internacionais de Oxford ponderava ainda que, no G-20, os países em desenvolvimento deveriam pressionar a União Europeia, empurrando-a à volta para uma forma de socialdemocracia, desgrudando-se da dependência do capitalismo financeiro, do dólar, o que fortaleceria, dentro do continente, os partidos de esquerda e as opções humanistas.

Seria Magnus Ryner um sonhador?

Como estudioso de Gramsci, um otimista quanto às possibilidades, mas realista, com dose necessária de ceticismo, quanto aos dados concretos da conjuntura.

Assim, vemos, por exemplo, a realidade europeia de hoje, com as crises em Portugal, Irlanda, Grécia e ameaças à Espanha a dar-lhe razão. Afinal, tanto lá como cá, enquanto não sacudirmos o jugo do capitalismo financeiro, a crise não é nada mais que uma pedra cantada no jogo bruto, sem regras, da especulação.

Nós apostamos as nossas fichas na eleição da companheira Dilma Rousseff e, hoje, estamos vendendo as iniciativas e as tentativas de Guido Mantega no comando da economia brasileira, embora tibias e indecisas, sendo duramente contestadas pelos donos do capital vadio, o capital que não produz um botão, uma peça de uma máquina e uma roupa, mas vive na ciranda das bolsas, da especulação e da tristeza, da pobreza e da miséria das populações.

Nosso Ministro Guido Mantega – Mantega, à moda da região de Bérgamo –, a esperança do Papa Paulo está agora nas suas mãos. Vamos ver se, pelo menos aqui no Brasil de Dilma Rousseff, no Brasil das magníficas eleições que atravessamos, haverá o enfrentamento desejado pelo Papa, com a valorização do trabalho, a valorização dos salários, a incorporação de novas tecnologias e um “não” redondo e firme aos interesses do capital financeiro.

Obrigado, Presidenta, mais uma vez, pela tolerância.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Roberto Requião. De fato, o capital especulativo é um capital sem pátria, sem sentimento, sem solidariedade e interessa a poucos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, Senadora, é um capital sem pátria, sem sentimento, sem solidariedade e sem vergonha.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Roberto Requião.

Como orador inscrito, usará da palavra agora o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, em pouco mais de um ano, mais precisamente em junho de 2012, ocorrerá o evento mais importante deste início de século para o futuro do Planeta. E esse evento se dará aqui mesmo no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

Refiro-me, é claro, à próxima Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Rio+20. Com efeito, 20 anos após a famosa ECO-92, a conferência que nos legou o arcabouço jurídico internacional sobre a questão ambiental, o mundo voltará a se encontrar

na Cidade Maravilhosa para tentar vislumbrar meios de preservar esta maravilha que é o nosso Planeta Terra, tão ameaçado por um modelo econômico de produção e consumo poluente, concentrador e excluente.

A ECO-92 foi, sem dúvida, a mais exitosa Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Dela emergiram, entre outros documentos de relevo, a Agenda 21, que propunha um plano de ação para conciliar desenvolvimento com conservação do meio ambiente, a Convenção da Biodiversidade, que impôs compromissos conjuntos para a preservação da diversidade biológica e genética, e a Convenção sobre Mudanças Climáticas, que estabeleceu as diretrizes internacionais para o combate ao efeito estufa de origem antropogênica. Desta última, resultou o Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, primeiro grande instrumento internacional que impôs aos países desenvolvidos metas de redução dos gases de efeito estufa.

Entretanto, decorridos quase 20 anos dessa conferência emblemática, é preciso constatar que as suas diretrizes internacionais não foram suficientes para provocar as mudanças necessárias à preservação do planeta e da nossa própria vida. Espécies e biomas inteiros desaparecem sem deixar vestígios, a poluição do ar e das águas torna-se aguda em muitas cidades, a água doce escasseia cada vez mais, o aumento estrutural dos preços internacionais dos alimentos leva fome a mais de um bilhão de pessoas e o efeito estufa antropogênico torna-se evidente até para o mais cético dos cientistas.

Estamos falhando em proteger o planeta. Estamos falhando em legar às futuras gerações meio ambiente equilibrado e qualidade de vida.

Por isso, os olhos do mundo começam a se deitar sobre o Rio de Janeiro, na esperança de que a próxima conferência ambiental dê respostas e soluções concretas, não apenas diretrizes vagas e compromissos frouxos, ao desafio essencial e inadiável de conciliar crescimento econômico com preservação ambiental e qualidade de vida.

A responsabilidade de todos os países com imprescindível êxito dessa conferência é, pois, imensa. Contudo, julgo que o Brasil tem uma dupla responsabilidade que se destaca sobre as demais.

Em primeiro lugar, está a óbvia responsabilidade de de país anfitrião. Temos o dever de ajudar a promover uma conferência bem organizada, com ampla participação popular e, ao mesmo tempo, segura. Mas esse é um desafio que o Rio de Janeiro saberá enfrentar com eficácia e desembaraço. As recentes medidas tomadas para enfrentar a criminalidade e levar a presença do Estado às regiões antes ocupadas pelo crime organizado acarretaram drástica redução

da violência urbana e prometem um clima de paz e serenidade para todos, ao longo da conferência. Não temos dúvida de que o Rio de Janeiro promoverá uma conferência exemplar.

Não obstante, há um desafio muito maior que o Brasil precisa enfrentar. Trata-se do desafio de construir pontes entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, de modo a conciliar os interesses diversos que dificultam e impedem o entendimento mundial em torno das questões ambientais.

De fato, as históricas divergências entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, nessa área, constituem-se em um formidável obstáculo à concertação de medidas efetivas para o enfrentamento global dos desequilíbrios ambientais.

Na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, no ano de 1972, houve um forte conflito de posições entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

Os primeiros, congregados no chamado Clube de Roma, questionaram fortemente a forma de desenvolvimento dos países emergentes, especialmente no que tange ao desmatamento, e chegaram até a pedir, pasmem, a internacionalização da Amazônia, "pulmão do mundo", e de outras florestais tropicais.

Inspirados por uma visão neomalthusiana e restritiva do desenvolvimento, os ambientalistas dos países avançados tendiam, assim, a demandar limites para o crescimento dos países emergentes, contrapondo o meio ambiente ao desenvolvimento. Com efeito, a tese preservacionista, que era hegemônica no movimento ambientalista dos países desenvolvidos, recomendava crescimento zero ou próximo de zero como única solução para as questões ambientais, pois, de acordo com tal visão, o desenvolvimento das nações emergentes levaria, inevitavelmente, ao rápido esgotamento dos recursos naturais e dos biomas em todo o planeta.

O Brasil e outros países reagiram duramente a essa visão simplista e injusta. Nossa País alegou, com razão, que a maior parte dos danos aos biomas e à biodiversidade havia sido ocasionada justamente pelos países desenvolvidos, nos quais as formações ativas foram quase totalmente dizimadas. Assim, as nações avançadas deveriam reconhecer a sua responsabilidade histórica com o desequilíbrio ambiental e cooperar com os países em desenvolvimento. A tese do preservacionismo absoluto só faria aumentar e cristalizar as enormes assimetrias entre os países.

Decorridos quase 40 anos dessa primeira conferência e apesar de alguns avanços feitos ao longo desse período, particularmente na Eco-92, as contradições entre países em desenvolvimento e desenvolvidos e

entre preservacionistas e desenvolvimentistas ainda persistem, o que dificulta o entendimento mundial nesse campo estratégico para o futuro da humanidade.

Pois bem, em nossa opinião, o Brasil deve e pode ter uma posição de liderança nesse debate internacional. O País reúne todas as condições para se colocar na vanguarda da conciliação entre meio ambiente equilibrado e o direito ao desenvolvimento, contribuindo decisivamente para fazer avanços significativos e concretos na implementação dos compromissos internacionais assumidos, a grande fragilidade da articulação mundial em prol do meio ambiente.

Temos matriz energética relativamente limpa e possuímos a maior biodiversidade do planeta. Somos liderança mundial no uso de energias renováveis e temos condições de estimular o uso planetário de biocombustíveis, sem prejudicar a produção de alimentos e a preservação dos biomas. Temos também água doce em abundância, recurso estratégico que se torna crescentemente escasso. Nossa potencial de geração solar não tem paralelo no mundo. A biotecnologia brasileira possui um futuro imenso. Enfim, temos vantagens comparativas inigualáveis.

Sr^a Presidente, tais vantagens comparativas e a nossa condição de país emergente, que caminha a passos largos para se tornar a quinta economia mundial, nos permitem exercer forte liderança nos debates ambientais mundiais. Com efeito, o Brasil tem a dupla condição de país que se torna cada dia mais próximo das grandes nações desenvolvidas, mas que, ao mesmo tempo, ainda tem de enfrentar os desafios de se desenvolver de forma plena, econômica e socialmente. Essa situação híbrida facilita a negociação com todos os atores internacionais.

Na COP-15, em Copenhague, o Brasil demonstrou tal capacidade de liderar, tendo apresentado compromissos ousados com relação ao desmatamento e às emissões de gases de efeito estufa, de CO₂. Esses compromissos internacionais, que embasam nossa capacidade de liderança, estão assentados em políticas internas que têm de ser mantidas. Por isso mesmo, temos que evitar quaisquer retrocesso nessa área.

Na discussão do novo Código Florestal, temos de usar o bom senso, de modo a conciliar os interesses dos agricultores com a necessidade de proteger nossos riquíssimos recursos naturais. Os ambientalistas têm de entender as necessidades e peculiaridades da atividade agrícola, particularmente as relativas ao pequeno e médio agricultor. Por outro lado, os agricultores têm de tomar plena consciência de que se as justas restrições ambientais não forem impostas na lei, elas serão impostas, de forma até mais severa, pelo próprio mercado de consumo, o qual vem rejeitando

crescentemente a produção predatória e ambientalmente insustentável.

Sr^a Presidente, Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, esse nosso otimismo em relação à Conferência Rio+20 e ao papel que o Brasil poderá nela desempenhar se baseia no grande tema que deverá monopolizar os debates do evento: a economia verde.

Conforme já destaquei em artigo que publiquei recentemente no *Correio Braziliense*, o último relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) sobre a chamada “economia verde” traça um quadro muito alentador sobre as potencialidades desse novo paradigma econômico para todo o planeta. Tal documento, intitulado “Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza” e emanado da reunião de Nairóbi, ocorrida em fevereiro último, contém avaliações e cenários otimistas para a imprescindível transição que o planeta deverá fazer de uma economia “carbonizada” e predatória para uma economia limpa e sustentável.

O relatório parte de uma constatação que está se tornando crescentemente óbvia: a economia baseada no carbono, também chamada de economia marrom, é insustentável e vem entrando em colapso. Esse caráter insustentável não se refere apenas à área ambiental, mas também à área social e à própria racionalidade econômica de longo prazo. De fato, a incorreta alocação de recursos e investimentos, típica da economia marrom, vem esgotando recursos ambientais estratégicos, como a água doce, destruindo a biodiversidade e os ecossistemas, concentrando renda e riqueza, produzindo escassez de alimentos e inviabilizando o desenvolvimento de longo prazo. A rápida acumulação de riqueza, obtida frequentemente à custa da predação dos recursos naturais e da desigualdade social, é seguida por crises que cada vez mais evidenciam o esgotamento do velho paradigma de produção e consumo.

A crise iniciada em 2008, a pior desde a de 1929, não deixa dúvidas quanto à necessidade de uma mudança profunda do modelo econômico predatório e concentrador adotado até aqui. Diga-se de passagem, esse esgotamento e a crise dele decorrente estão na origem dos atuais conflitos políticos do Oriente Médio.

Apesar do quadro atual, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente é bastante otimista quanto à possibilidade e à viabilidade de que a imprescindível mudança de paradigma econômico possa ser realizada ao longo da primeira metade deste século. Tal otimismo está embasado em duas conclusões do documento.

A primeira delas tange ao dinamismo superior da economia verde. Uma visão primitiva e equivocada antepôs, durante muito tempo, os países desenvolvidos, agregados no Clube de Roma, que apregoavam, como já mencionei, o crescimento zero para conservar o meio ambiente, e os países em desenvolvimento, os quais, com toda a razão, negavam-se a sacrificar seu crescimento. Pois bem, a conclusão do relatório é a de que a economia verde tende a ser mais dinâmica e a gerar mais empregos do que a economia marrom. Conforme as simulações feitas, investimento de apenas 2% do Produto Interno Bruto mundial em economia verde geraria um crescimento maior do que aquele previsto no cenário mais otimista para a economia marrom, ao longo do período 2011-2050. Ou seja, além do ganho óbvio em qualidade ambiental, a economia verde, com investimentos bem direcionados, geraria mais riquezas e empregos do que a economia carbonizada.

Sra Presidenta, Srs e Srs. Senadores, prezados visitantes que nos honram com a sua presença, a segunda grande conclusão do relatório é a de que a economia verde é fundamental para o combate à pobreza e à exclusão social. De fato, a economia verde teria uma capacidade maior para gerar empregos e renda para a mão de obra de baixa qualificação e novos negócios para o setor informal. Os investimentos na agricultura de pequena escala, na reciclagem dos resíduos, nos novos serviços ambientais, no reflorestamento, nas energias renováveis, na construção de prédios e residências mais eficientes, no turismo, no transporte menos poluente e em vários outros setores poderiam gerar ocupação e renda para um grande número de trabalhadores, especialmente para os mais pobres.

Portanto, a economia verde poderia mudar a face do Planeta e das sociedades, aumentando a nossa qualidade ambiental e de vida, sem nenhum sacrifício do crescimento econômico. Assim como os investimentos no Estado do Bem-Estar dinamizaram as economias e alteraram a face do capitalismo ao final da Segunda Guerra Mundial, os investimentos verdes poderiam acelerar a recuperação econômica mundial e contribuir para que os Desafios do Milênio, propostos pela ONU para o combate à pobreza, sejam atingidos. A transição para a economia verde apresenta, desse modo, mais oportunidades do que riscos.

Mas se tal transição enseja mais oportunidades do que riscos para a maior parte das economias do mundo, para a economia brasileira, que saiu à frente na recuperação pós-crise e na mudança de paradigma, a economia verde pode intensificar muito o processo de crescimento com inclusão social iniciado há alguns anos. O nosso potencial é evidente. Temos um capital natural inigualável, com destaque para a intensa biodiversidade e a abun-

dância de recursos estratégicos, e liderança em energias renováveis e na reciclagem de resíduos, destacada no relatório. Estamos controlando o desmatamento, nosso calcanhar de Aquiles na área ambiental, e ocupando lugar de destaque, com uma nova atitude propositiva, no debate mundial sobre meio ambiente.

Nossa grande debilidade continua a ser a falta de inovação tecnológica, já que a contradição entre preservação e desenvolvimento só será efetivamente superada com a geração massiva de tecnologias limpas.

A economia verde pode concretizar, dessa forma, o antigo sonho do desenvolvimento sustentável, conciliando, na prática, crescimento econômico com distribuição de renda e meio ambiente equilibrado.

Assim sendo, a discussão desse tema é estratégica não apenas para o sucesso da Conferência Rio+20, mas também para o próprio futuro da humanidade.

Na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que tenho a honra de presidir, pretendemos fazer uma série de debates de alto nível sobre o tema. No dia 26 de abril do corrente, estaremos recebendo o Sr. Achim Steiner, Subsecretário-Geral das Nações Unidas e Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

O Sr. Steiner é justamente um dos principais especialistas e propugnadores mundiais da economia verde, a qual pretende introduzir no Planeta um novo paradigma de produção e consumo que concilie desenvolvimento com qualidade ambiental.

A presença do Sr. Achim Steiner, máxima autoridade mundial em meio ambiente, em Brasília enseja, dessa forma, oportunidade única para que o Senado comece a debater com profundidade esses temas relevantes e estratégicos para o Brasil e o mundo, os quais serão objeto de negociação na Rio+20.

Dessa forma, conclamo todos os Pares, todas as Senadoras e Senadores desta Casa, a estarem presentes no dia 26 de abril. Convido-os a participarem desse debate a ser promovido pela Comissão de Meio Ambiente, mas especialmente para dar a importância que esse debate merece, para que o Brasil possa exercer um papel de grande protagonista mundial nas questões relativas ao meio ambiente, especialmente na realização da Rio+20.

Muito obrigado, Sra Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg, que aborda um tema importante, especialmente para esta juventude que visita o Senado da República e que precisa muito se envolver nessas questões, porque o futuro dela depende dessa preservação e desse entendimento entre ambientalistas e desenvolvimentistas.

O senhor, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, tem tido um papel extremamente relevante nesse processo, até nesse momento de discussão do Código Florestal por esta Casa.

Obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

Como orador inscrito, o Senador Alvaro Dias.

Pela sequência, estão inscritos, pela ordem, Senador Aníbal Diniz e Senador Marcelo Crivella.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, a minha homenagem é a um ex-Procurador da República que dignificou a instituição, o Dr. Antonio Fernando de Souza. E, ao homenageá-lo, Sr^a Presidente, peço a V. Ex^a que registre, nos **Anais do Senado**, a entrevista que concedeu ao jornal **Folha de S.Paulo**, ao jornalista Márcio Falcão.

Antonio Fernando de Souza, nessa entrevista, afirma que constatou haver elementos suficientes para condenar os 38 réus citados na denúncia do mensalão.

E reafirma que parte relevante dos valores teve origem em recursos públicos. Esses recursos saíram dos cofres públicos, do dinheiro do imposto pago com sacrifício pelo trabalhador do País.

Ele afirma que há demora excessiva da parte da Polícia Federal em investigar os desdobramentos do caso e pede celeridade na investigação.

Indagado sobre o fato de que alguns personagens retornaram ao cenário da política e se o fato de retornarem esvaziaria o julgamento, Antonio Fernando rechaçou a hipótese, afirmando que essa reabilitação política não pode sugerir que tudo passou de uma invencionice.

Não foi, realmente, uma invencionice, o Brasil sabe disso.

Antonio Fernando disse que se tivesse dúvida não teria apresentado a denúncia, pelo menos, repete “parte relevante dos valores teve origem em recursos públicos”.

Eu creio, Srs. Senadores, que esse fato, por si só, condena um governo e não há como o País não exigir que o julgamento ocorra em tempo, sem a prescrição de qualquer dos crimes, já que há uma seleção de crimes que foram praticados pelos chamados mensaleiros.

Portanto, o apelo que se faz, cotidianamente, para que o Supremo Tribunal Federal julgue é resultante de uma aspiração do povo brasileiro, que sonha em ver a impunidade combatida e a corrupção condenada.

Nós temos fé, temos esperança de que essa expectativa do povo brasileiro não será frustrada, que o Supremo Tribunal Federal haverá de realizar em tempo esse julgamento, da forma mais rigorosa possível.

Portanto, Sr^a Presidente, eu peço a transcrição, nos Anais do Senado, dessa entrevista de Antonio

Fernando de Souza, que, repito, dignificou a Procuradoria da República, entrevista na qual manifesta sua opinião sobre a lentidão dos procedimentos que estão sendo adotados pela Polícia Federal na investigação dos fatos posteriores à denúncia.

É bom lembrar que Antonio Fernando denunciou de organização criminosa que assaltou o poder e, em nome de um projeto de longo prazo, arquitetou um complexo e sofisticado esquema de corrupção.

Esse foi um dos grandes escândalos da história do nosso País e não pode, realmente, ficar impune.

Registro essa entrevista.

Sr^a Presidente Ana Amélia, o objetivo inicial da nossa presença na tribuna era a abordagem de um tema que é oportuno, sobretudo porque esta Casa, há poucos dias, suscitou a hipótese da realização de um plebiscito para o desarmamento, e nós estamos, há tanto tempo, dissertando sobre o contrabando de armas que ocorre na fronteira do meu Estado, o Paraná, com três países: o Paraguai, a Argentina e o Uruguai – a chamada tríplice fronteira.

Quantas vezes convocamos o Governo à responsabilidade, afirmando que a violência, que cresce de forma devastadora nos centros urbanizados do País, começa, invariavelmente, na fronteira, com o contrabando de armas que ocorre de forma livre e incontida.

Num momento como este, em que há comoção em razão de um ato perverso de violência, e que a mídia elegeu como sua prioridade dos últimos dias, neste momento, há notícia de que o Governo corta recursos do orçamento da Polícia Federal, comprometendo seriamente a fiscalização das regiões fronteiriças, bem como as ações de combate ao contrabando de armas e investigadas do narcotráfico.

Ora, nós aprovamos, aqui, 20 bilhões. O Governo anunciou mais cinco bilhões, além dos cinco bilhões, para um eventual prejuízo na operação do trem-bala; mais 3,4 bilhões para a organização da empresa; mais quatro bilhões para desapropriações necessárias. O Governo fala em realizar uma Copa do Mundo e diz que os recursos não faltariam. Noventa e sete por cento dos recursos destinados à preparação do País para a Copa do Mundo são públicos. O Governo fala em mais bilhões para a preparação do País para as Olimpíadas. E, num momento de comoção, quando há um ato de violência e de perversidade incomum, quando todos se preocupam em desarmar a população, o governo corta recursos para o combate do tráfico de armas na faixa de fronteira. Para isso não há recursos! Há recursos para o trem-bala, há recursos para a Copa do Mundo.

Aliás, eu soube que o Ministro Paulo Bernardo ironizou-me, hoje pela manhã, numa televisão do Paraná, porque ressaltei a incompetência do Governo na

preparação do País para a Copa do Mundo, com base em anúncio de um instituto do próprio Governo, o Ipea, que, taxativamente, afirma que 10 dos aeroportos onde teremos sedes e subsedes da Copa do Mundo não estarão em condições ideais por ocasião do evento.

O Ministro não apresenta solução, mas ironiza. Imaginei que ele fosse ironizar o discurso do Senador Roberto Requião, da última sexta-feira, que, desta tribuna, anunciou que o expulsou do seu gabinete, diante de uma proposta indecorosa. Aliás, o Governo, até este momento, não disse uma palavra a respeito da denúncia do Senador Roberto Requião, como se denúncia dessa natureza, feita por um integrante da base aliada da Presidente da República, não merecesse sequer a menor consideração por parte dos governistas.

Ao invés de ironizar a oposição, que cumpre o seu papel, o Ministro deveria responder à denúncia formulada desta tribuna, na última sexta-feira, pelo Senador Roberto Requião.

Com os cortes, a missão de vigilância de nossas fronteiras foi afetada em várias frentes; as diárias para o deslocamento de delegados e agentes e muitas diligências foram suspensas; falta combustível e equipamento para o desempenho até mesmo das funções rotineiras. Os cortes de verbas se refletiram nas ações da Operação Sentinela, desencadeada em conjunto com a Força Nacional de Segurança e as polícias militares estaduais.

O comprometimento do trabalho da Polícia Federal nas fronteiras é amplo, atingindo em cheio o combate ao tráfico internacional de drogas, entrada de armas, contrabando e imigração ilegal.

“Nas regiões de fronteira com a Colômbia e o Peru, a Operação Sentinela será levada até onde der”, segundo palavras do superintendente da Polícia Federal no Amazonas. “O corte foi muito severo”, conclui o delegado Sérgio Fontes.

Estou fazendo este relatório para que o nosso discurso não seja apenas retórica, mas a descrição de um fato.

O comprometimento das ações da Polícia Federal inspira preocupação, notadamente em razão da redução de efetivo em localidades estratégicas – Corumbá Ponta Porã, por exemplo, suspensão de *blitz* preventivas nas rodovias de acesso às áreas de fronteira, sem falar no fechamento do posto avançado de Eirunepé, fronteira com o Peru, e redução de efetivo nos postos de Santa Rosa do Purus, Plácido de Castro, Assis Brasil, entre outros. A diminuição de efetivo no Mato Grosso do Sul alcançou 60% das delegacias no Estado.

O comprometimento da atuação da Polícia Federal chega à fronteira do Rio Grande do Sul. Em Porto Mauá, a terra da nossa Senadora Ana Amélia, e em

Porto Xavier, por exemplo, há quatro agentes para cobrir 150 km, do rio que separa o Estado da Argentina.

Em que pese o Ministro da Justiça afirmar que a “Polícia Federal está trabalhando em ritmo normal”, os depoimentos dos integrantes da instituição vão de encontro às declarações do titular da Pasta da Justiça.

O Projeto Vant, fiscalização de fronteira com aeronaves não tripuladas, está igualmente comprometido. Aliás, a Presidente Dilma, durante a campanha eleitoral, falou muito do Projeto Vant, e ele está comprometido. Na campanha, a Presidente Dilma o elencou entre as prioridades do seu Governo.

O comprometimento deste Projeto Vant prejudica a fiscalização de vários rios na região de fronteira. Essa fiscalização foi simplesmente suspensa. Os contrabandistas estão livres da fiscalização e poderão contrabandear armas e drogas com a maior tranquilidade.

A segurança pública deveria ser prioridade. Infelizmente, o Governo não elegeu as prioridades, levando em conta os reclames da sociedade e a realidade das ruas e fronteiras do País. Digo melhor: na campanha, o Governo elegeu essa prioridade. Segurança pública foi prioridade dos candidatos que disputavam a Presidência. O candidato José Serra chegou a anunciar a criação de um Ministério estratégico, o ministério da segurança. A Ministra Dilma falou também em priorizar investimentos para a área de segurança pública e destacou especialmente, no que diz respeito às nossas fronteiras, este Projeto Vant, agora comprometido com o fim da fiscalização.

Srª Presidente, é mais um discurso, obviamente. E o que nos cabe, nesta Casa, além do discurso? A nossa obrigação é discursar, informar, denunciar, convocar à responsabilidade e cobrar do Governo. Eventualmente, se o Governo encaminhar projetos que viabilizem a ação administrativa, insubstituível nesse caso, obviamente a oposição estará tranquilamente disposta a aprovar. Neste caso, quando se trata de violência, quando se trata de contrabando de armas, a oposição não questionará nem mesmo a constitucionalidade da medida provisória. É tão grave a situação no País, a violência cresce de forma tão devastadora que, nessa hora, nós nos esqueceríamos até dessa questão de juridicidade e consideraríamos constitucional a medida provisória, por se tratar de matéria relevante e urgente.

Portanto, o que nos cabe dizer, nesta hora, à Presidente Dilma é: mãos à obra, Presidente!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, segunda-feira, 18 de abril de 2011

ENTREVISTA DA 2^a**ANTONIO FERNANDO DE SOUZA****Investigação do mensalão precisa ser mais célere**

EX-PROCURADOR-GERAL DIZ HAVER ELEMENTOS SUFICIENTES PARA CONDENAR OS 38 RÉUS CITADOS NA DENÚNCIA, PORQUE "PARTE RELEVANTE DOS VALORES TEVE ORIGEM EM RECURSOS PÚBLICOS"

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

Responsável pela denúncia do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal), o ex-procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza **critica a demora da Polícia Federal em investigar os desdobramentos do caso**.

Em fevereiro, cinco anos após o início das investigações, a PF concluiu relatório sobre a origem do dinheiro do esquema.

O documento faz parte de um inquérito aberto em 2007 e está em análise pelo Ministério Pùblico Federal, que pode pedir novas investigações. "O tempo [cinco anos] foi muito longo. A investigação deve ser mais célere."

Advogando desde que se aposentou do Ministério Pùblico, em 2009, ele afirma que há elementos suficientes para condenar os 38 réus que ainda permanecem na denúncia. O motivo: "parte relevante dos valores teve origem em recursos públicos".

Em entrevista à Folha, ele rechaça a ideia de que o mensalão possa ser esvaziado com a volta de personagens ao cenário político.

O ex-presidente Lula chegou a prometer que iria desmontar a "farsa do mensalão". "Esta reabilitação política não pode sugerir que tudo passou de uma invencionice", disse o ex-procurador.

A seguir, trechos da entrevista concedida em Brasília.

★

Folha - Como o senhor recebeu esse relatório da PF do inquérito paralelo ao mensalão?

Antonio Fernando - Embora o relatório não se refira à ação penal do mensalão que está no Supremo, mas a um inquérito [paralelo] aberto em 2007, foi positivo porque confirma o que foi descrito na denúncia quanto às fontes dos recursos. Só me preocupa que a investigação tenha demorado tanto.

Qual o efeito dessa demora?

O trabalho de investigação deve ser mais célere. Cinco anos atrás, houve críticas porque a denúncia foi oferecida antes do relatório final da CPI dos Correios, mas o Ministério Público compartilhava as provas obtidas pela CPI e o relatório era dispensável. Criticou-se a PF, que não tinha apresentado relatório, mas pedido novas diligências. Se dependéssemos desse relatório, é possível que estivéssemos esperando até hoje. A investigação tem que ser conduzida para esclarecer fatos com a maior brevidade, não pode ficar pesando indefinidamente sobre os ombros das pessoas.

O sr. acha que pode ter ocorrido alguma ingerência na PF?

Não tenho informação a respeito, mas tudo funciona em termos de prioridade. Aparece outro fato que ganha o interesse e a polícia, talvez por falta de pessoal ou de estrutura, não mantém o mesmo ritmo de atuação. Mas, nesse caso específico, o tempo [5 anos] foi muito longo. Nesse mesmo tempo, houve o oferecimento e recebimento da denúncia que resultou na ação penal e foi realizada praticamente toda a instrução, com elevado número de denunciados, para se chegar à conclusão de um inquérito em que os pilares da investigação já estavam estabelecidos.

Como o sr. avalia a reabilitação política de alguns personagens do mensalão, como o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), que comanda a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara?

Não sei se o termo certo seria reabilitação porque houve apenas o recebimento da denúncia, não houve condenação ainda. Essa questão da reabilitação está no plano político. Do ponto de vista jurisdicional, continuam submetidos a julgamento. Agora, esta "reabilitação política" não pode sugerir que tudo passou de uma invencionice. Estou plenamente qualificado a dizer que tal suposição é incorreta.

Mas esse retorno de alguns réus não pode representar a tentativa de esvaziamento da denúncia?

Os ministros julgarão com base nos elementos do processo. É claro que, ao julgar, podem condenar ou absolver. Apesar de ter deixado a Procuradoria-Geral da República há quase dois anos, o que posso dizer, com base no trabalho que fiz, é que já no momento inicial havia elementos suficientes para justificar condenação a respeito de muitas das imputações.

Como foi ter que investigar o ex-presidente Lula?

A denúncia apresentada ao STF decorreu da apreciação de todo o material probatório existente até aquele momento. Não havia preocupação de excluir ou de incluir o presidente

ou qualquer outra autoridade. Só foram denunciadas as pessoas contra as quais havia prova. Em relação a ele, não havia provas. Não foi uma exclusão. As provas não conduziam a ele.

O sr. se arrepende de ter denunciado 40 réus mesmo com risco de prolongar as investigações?

A denúncia foi elaborada durante muito tempo e com muito cuidado. Um trabalho artesanal de examinar as provas, os fatos penalmente relevantes, as pessoas que os tinham praticado, e colocar no papel um texto consistente. Não houve preocupação quanto ao número das pessoas, mas com a prova. Alguns fatos eram periféricos, mas relevantes, e a denúncia perderia coerência se fizesse referência apenas às pessoas com foro perante o STF.

Em sua avaliação, há risco de prescrição dos crimes?

Pelo que lembro, não há qualquer das imputações que esteja na undécima hora do prazo prescricional. Na hipótese de condenação, e concretizada a pena, não é impossível que uma ou outra seja atingida pela prescrição. Não creio, contudo, que se não houver julgamento imediato vá ocorrer a prescrição de todos os delitos.

Para o sr. não há dúvida de que houve emprego de dinheiro público no mensalão?

A investigação apontou neste sentido e a denúncia descreve que recursos públicos foram utilizados. Se eu tivesse dúvida, não teria apresentado a denúncia. Pelo menos parte relevante dos valores teve origem em recursos públicos.

Que desfecho o sr. espera?

O recebimento da denúncia pelo Supremo mostrou que a peça se apoiava em prova consistente. Agora, o juízo é mais aprofundado do que o anterior, na medida em que também se afere à culpabilidade dos denunciados. Considero que, já no momento do oferecimento, todos os denunciados têm um elevado grau de responsabilidade. Mas esse juízo quem vai fazer é o Supremo.

Qual a lição desse caso?

Independentemente do resultado do julgamento, fica a afirmação de que coisas públicas devem ser usadas apenas com finalidade pública, para atender à sociedade. A Justiça tem importante função educativa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias, que toca em questões relevantes para a política brasileira, para o Poder Executivo e também para o Poder Judiciário, no desafio de um julgamento tão importante, fruto de uma CPI feita pelo Congresso Nacional.

V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento, quando pediu a transcrição nos Anais do Senado da entrevista do ex-Procurador-Geral da República.

Como Senador inscrito, fará uso da palavra, neste momento, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Ana Amelia; senhores aqui presentes; jovens convidados em nossas galerias; Sr^s e Srs. Senadores que nos acompanham em seus gabinetes; nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, que acompanham sempre com muita atenção tudo que é discutido aqui no Senado da República, na tribuna do plenário e nas Comissões, eu começo esta minha fala, nesta tarde de segunda-feira, fazendo um registro e um agradecimento especial ao Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Ministro Fernando Bezerra Coelho, que nos atendeu prontamente na semana passada. Na sexta-feira, de madrugada, saímos daqui e fomos a Rio Branco, onde S. Ex^a pode ver de perto o sofrimento das pessoas vitimadas pela alagação do rio Acre.

O rio Acre, que tem sua cota de transbordamento em 14m, atingiu 16,16m e, assim, alagou a maior parte dos bairros de Rio Branco, principalmente bairros onde reside a população mais pobre, atingindo, direta ou indiretamente, mais de 20 mil pessoas, cerca de cinco mil famílias. Destas cinco mil famílias, pelo menos 650 foram abrigadas pela Prefeitura de Rio Branco e pelo Governo do Estado no Parque de Exposições.

Durante sua visita a Rio Branco, o Ministro Fernando Bezerra, juntamente com o Governador Tião Viana e o Prefeito Angelim, fez um sobrevoo e viu, de perto, todas as áreas mais atingidas. Depois, participou de um ato no Parque de Exposições, onde estão abrigadas as famílias, manifestando ali a plena solidariedade do Ministério da Integração Nacional e também da Presidenta Dilma, uma vez que ele foi em nome da Presidenta Dilma, em nome de todo o Governo Federal.

S. Ex^a, que levou também o Coordenador Nacional de Defesa Civil, falou a respeito de todos os compromissos que têm sido assumidos no sentido não só de fazer o atendimento emergencial neste momento em que uma intempéria climática causa todos esses transtornos, mas também, fundamentalmente, da necessidade de uma política de longo prazo em que se

trabalhe com previsão, que se planeje no sentido de evitar que as famílias continuem morando nas áreas alagadas. É um assunto bastante complexo, porque as cidades amazônicas são formadas, na sua grande maioria, senão em sua totalidade, às margens dos rios. E existe toda uma cultura dessas famílias que vivem às margens dos rios. Então, mesmo que elas sofram com a alagação no período de inverno, assim que o rio baixa o nível de suas águas, as famílias voltam para suas posições originais, pois é também nas margens dos rios onde estão as terras mais férteis e, portanto, onde essas famílias conseguem fazer os plantios de verão, os plantios nas praias. E é também o rio que fornece o peixe, fornece a navegabilidade, o passeio... Então, há toda uma questão cultural por trás dessa situação. Por isso, não cabe a reflexão apressada de alguns que falam assim: "Poxa, se alaga, por que não se tira de vez, por que não se tira para sempre?" Não; não é tão fácil. É uma situação bastante complexa, que envolve a cultura de um povo que, secularmente, vive dessa forma, e temos de respeitar a forma de vida dessas pessoas.

Então, o Ministro se mostrou muito sensível a essa situação e anunciou, inclusive, ações de governo que devem acontecer. Fundamentalmente, o mais importante nesse registro foi a sua solidariedade. S. Ex^a esteve lá de corpo presente para dizer que estava com o Governador Tião Viana, com o Prefeito Raimundo Angelim e com cada uma daquelas famílias que estava sofrendo, no sentido de levar a sua solidariedade.

Além de estarmos com o Ministro Fernando Bezerra, o Governador Tião Viana e o Prefeito Raimundo Angelim, acompanhando o sofrimento das famílias vitimadas pela enchente em Rio Branco, eu e o Senador Jorge Viana cumprimos, no último final de semana, saíndo na sexta-feira, uma agenda que envolveu todos os Municípios do Vale do Juruá.

O Vale do Juruá é a região mais ocidental do Estado do Acre e a região mais distante. Então, nós saímos e fizemos visitas e reunião de trabalho em Santa Rosa, com o Prefeito José Brasil. Estivemos no Município de Jordão, com o Prefeito Hilário Melo e a Câmara de Vereadores. Estivemos no Município de Cruzeiro do Sul, onde tivemos uma conversa com o Prefeito Wagner Sales e também fizemos um debate muito produtivo sobre reforma política, com a participação de pessoas de cinco Municípios vizinhos: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Taumaturgo e Porto Walter. Em todos esses Municípios, pudemos colocar os nossos mandatos à disposição, porque são Municípios isolados, pobres, que precisam da atenção dos governos, tanto do Governo Estadual quanto do Governo Federal, e um mandato de Senador da República pode ser um

ponto de suporte muito importante para esses Municípios que não têm a quem recorrer.

Nessas visitas, nessas conversas todas que fizemos, dois assuntos foram os mais recorrentes. O primeiro deles foi uma reclamação das pessoas, principalmente dos usuários de Internet, com relação ao sinal da Internet nessas comunidades isoladas. Nós precisamos, de forma urgente, ter um posicionamento das operadoras, da operadora Oi, da operadora Vivo, para que consigamos garantir um sinal com maior rapidez, a fim de que essas pessoas tenham acesso à Internet nesses Municípios isolados. Então, temos que insistir nesse assunto junto à Comissão de Ciência e Tecnologia.

Esse Plano Nacional de Banca Larga, que está sendo defendido pela Presidente Dilma e que está em execução pelo Ministério das Comunicações, com o Ministro Paulo Bernardo, é um plano que precisa chegar às comunidades mais distantes, porque a intenção é excelente. É fundamental que as pessoas ganhem acessibilidade, porque isso é conhecimento, é acesso à cultura, é acesso às novas tecnologias, a tudo que o mundo pode oferecer em termos de informação, e precisamos garantir esse direito, que hoje é um direito básico das pessoas: o direito à informação.

E com a Internet, nesse mundo globalizado em que vivemos, nesse mundo de extrema velocidade das informações, não é justo que as pessoas só saibam das coisas dias depois que elas acontecem. Precisamos garantir que essas pessoas sejam incluídas digitalmente, para que elas possam ter acesso à informação. Como bem disse aquele convededor profundo de novas tecnologias, o canadense que deu entrevista para as páginas amarelas da revista *Veja* da semana passada, nós vivemos uma era que é muito diferente da era industrial. Na era industrial, o conhecimento se passava de um para muitos. Hoje, vivemos uma realidade em que o conhecimento é partilhado de todos por todos. Todo mundo pode ter acesso à Internet e contribuir com o seu conteúdo, com as suas opiniões. Dessa forma, vivemos um momento de muita partilha. Nós vivemos na era da colaboração e não podemos simplesmente assistir a comunidades inteiras relegadas ao isolamento sem que tomemos uma atitude.

Então, nesse sentido, nós estamos procurando os meios, vamos fazer reunião com as diretorias dessas operadoras e ver que tipo de mecanismos podemos acionar para que seja garantido àquelas comunidades um acesso mais qualificado à Internet, porque eles precisam de mais velocidade para poderem se comunicar com o mundo.

Outro assunto recorrente em todas as Prefeituras é a questão das emendas retidas dos exercícios ante-

riores. As Prefeituras não têm condições de fazerem investimentos se não tiverem as emendas parlamentares liberadas. Por quê? Porque essas Prefeituras sobrevivem, basicamente, de recursos de repasse federal e estadual. E as emendas são exatamente aquele complemento que permite um investimento a mais, que permite uma geração de emprego, que permite a construção de um calçamento de rua, de um posto de saúde, de uma praça esportiva.

Essas Prefeituras todas por onde passamos apresentam a lista das emendas, e temos que fazer um esforço com a bancada federal do Acre, que é formada por oito Deputados Federais e os três Senadores, no sentido de passarmos por todos os Ministérios e tentarmos garantir que essas emendas retidas, de 2008 e 2009, fundamentalmente, sejam liberadas de alguma forma. Essa é uma questão vital para essas Prefeituras não só do Acre, mas do Nordeste. E Prefeituras isoladas de Estados mais pobres da União são as que mais sofrem com a retenção desses restos a pagar.

Queremos apelar para a sensibilidade da Presidente Dilma e também dos nossos Ministros da área econômica no sentido de encontrar um mecanismo. Nós somos favoráveis a que o Governo faça, sim, os ajustes fiscais para manter a inflação sob controle e para manter a estabilidade econômica do País; porém, nós não podemos arriscar exigir que as populações mais sacrificadas, as populações mais necessitadas tenham que pagar sem ter condições de arcar com uma situação como essa.

Então, a nossa reflexão e a nossa proposta ao Governo Federal é no sentido de que, ainda que se tenha que fazer a economia necessária, ainda que se tenha que reter despesas, que não sejam incluídas nessas retenções, nesses cortes, essas emendas a essas Prefeituras mais pobres. Para uma prefeitura, por exemplo, como a de São Paulo, uma emenda a mais ou uma emenda a menos não faz nenhuma diferença; mas, para uma prefeitura que sobrevive basicamente de uma arrecadação mínima, no interior do Acre, ou do Amazonas, ou de Rondônia, ou do Pará, de qualquer um dos Estados do Norte ou do Nordeste, com certeza, uma emenda faz muita diferença. Então, nesse sentido, fazemos este apelo.

Tenho certeza de que vamos encontrar um denominador comum junto à Comissão Mista de Orçamento, para que possamos ter propostas mais exequíveis para os anos subseqüentes; para que possamos, para o orçamento de 2012, definir regras mais claras; para que tenhamos garantia de que será liberado o que for definido no orçamento; a fim de que esses administradores municipais e também os administradores dos

Estados possam se planejar melhor e governar com maior segurança.

Mas, Srª Presidenta, eu gostaria também de fazer uma reflexão aqui sobre um assunto que é bastante recorrente. Quando se trata da análise da economia do Brasil, a oposição diz com muita veemência que há um certo descontrole do Brasil, que a inflação está batendo à porta. Já se ouve aqui expressão de que o Governo não estava se encontrando na sua equipe econômica. Mas a realidade iniciada com a estabilidade econômica a partir do Plano Real, depois aprofundada com o Presidente Lula e agora com a nossa Presidente Dilma, tranqüiliza-nos no sentido de que o Brasil é um país que está crescendo em termos de credibilidade, tanto no plano nacional quanto no plano internacional.

Gostaria de fazer uma reflexão aqui sobre a questão do Risco Brasil, em que demos um passo além, pois estamos oferecendo maior segurança ao mercado internacional. Esse é um reconhecimento obtido não a partir de dados empíricos, pois há científicidade nas informações. Os organismos que fazem essa medição têm dado ao Brasil a garantia de que nosso conceito tem se elevado e de que nosso risco no plano internacional tem diminuído. Isso é muito importante.

Vale a pena ressaltar que o conceito de Risco Brasil ou de Risco País é um assunto que costuma ser usualmente comentado e que afeta diretamente a vida das pessoas, de uma forma ou de outra. Independentemente da sua condição social, as pessoas são afetadas diretamente pelo conceito de Risco Brasil.

De maneira simplificada, o Risco País é uma medida empírica que informa aos governantes mundiais, às instituições internacionais e às empresas estrangeiras qual o grau de segurança ou de instabilidade que a economia oferece para receber investimentos externos e empréstimos, para honrar compromissos e para realizar outros negócios. Constitui-se, resumidamente, na probabilidade de um governo honrar seus compromissos.

Há duas formas para aferir o risco de um país: uma delas é a nota conferida pelas agências de classificação de risco, também chamadas agências de **rating**; outro indicador é o estimado pelo banco JP Morgan, o chamado **Emerging Markets Bond Index**, EMBI ou EMBI+. As agências de *rating* expressam sua medida em letras, que variam de “AAA” ou **Triple A**, o mais alto grau, ao conceito “C”. O intervalo entre as medidas “AAA” e “BBB-” classifica países que apresentam “grau de investimento”; no espaço entre “BB+” e “C”, estão aqueles que oferecem “grau especulativo”.

Vale lembrar que, desde que o Presidente Lula assumiu, vivemos aquele momento do risco extremo,

com o mercado em polvorosa, mas ele conseguiu manter esse controle logo após sua posse, e, desde então, estamos sempre numa classificação de risco menor.

Segundo essas agências, os principais fatores de risco político e econômico na atribuição de *ratings* de um país são: 1) forma pela qual as instituições e as tendências políticas no país, incluindo a segurança pública e a situação geopolítica, afetam a efetividade e a transparência das políticas governamentais; 2) estrutura econômica e perspectivas de crescimento; 3) flexibilidade da receita e pressão dos gastos do governo, déficits do governo em geral e tamanho do endividamento, além de possíveis passivos que podem surgir devido ao sistema financeiro e a empresas públicas; 4) condução da política monetária e controle da inflação, que é algo em que a Presidente Dilma tem trabalhado com muito rigor, com muita atenção, e que tem tudo a ver com os cortes e com as contenções de despesa que ela tem feito para manter o País em pleno equilíbrio; e 5) liquidez externa e tendências das obrigações dos setores público e privado em relação ao exterior. Os quatro primeiros fatores dizem respeito à capacidade e à disposição dos governos para pagarem suas dívidas, e há forte preocupação com as contas externas – é o que está expresso no item 5 –, que podem colocar em risco o pagamento de obrigações no exterior.

O indicador do J. P. Morgan é medido em pontos pela diferença entre a remuneração paga pelo título do governo de um país e a remuneração de um título equivalente do governo de um país considerado de risco próximo a zero. Normalmente, os Estados Unidos são utilizados como parâmetro. Reflete a percepção dos credores, a cada dia, do risco de um governo não honrar suas dívidas. Em relação à nota das agências de **rating**, este indicador não apresenta subjetividade e reflete rapidamente os fatores conjunturais que estão afetando a economia mundial e a economia de cada país.

Um risco EMBI igual a 100 significa que o governo do país paga uma taxa de juros 1% acima da paga pelo governo americano. Já um risco 1.240 mostra que esse governo paga uma taxa de juros 12,4% acima do governo dos Estados Unidos.

Para os investidores, quanto maior a pontuação do indicador de risco, mais perigoso é aplicar dinheiro. Ou seja, quando o mercado oferece uma taxa de juros muito maior, isso significa que o risco também é muito maior; por isso, há necessidade do controle permanente da inflação.

Nos últimos dezesseis anos, o Brasil enfrentou momentos graves, outros razoáveis e momentos muito bons no nível de risco. Desde 2003, a economia bra-

sileira convive com uma conjuntura altamente positiva e com uma imagem verdadeiramente respeitada no cenário internacional.

Até o surgimento do Plano Real, em 1994, tivemos de enfrentar um verdadeiro vendaval econômico e financeiro. A inflação era superior a 2.000% ao ano, e não era possível planejar absolutamente nada. No entanto, em apenas dois anos, entre 1995 e 1997, com os primeiros resultados positivos do Plano Real, o Risco Brasil, que era de 1.689 pontos, caiu para 337 pontos.

Logo após esse bom resultado, entre o final de 1997 e 1998, a crise financeira asiática e a moratória russa, que provocaram repercussões altamente negativas também em nossa economia, contribuíram para elevar o Risco Brasil, cujo índice chegou a 1.779 pontos.

Mais tarde, entre 2000 e 2002, a economia mundial entrou novamente em crise. Naquela ocasião, os sistemas econômicos foram seriamente afetados pela bolha tecnológica e pelos ataques terroristas nos Estados Unidos. O Brasil também foi duramente atingido por aqueles acontecimentos. Associado a esse fato, espalhou-se pelo mundo capitalista o boato de que o Partido dos Trabalhadores tinha a intenção de instalar uma “República Socialista” em nosso País, caso Lula vencesse a eleição presidencial. Nesse momento, o indicador disparou e chegou a 2.446 pontos em setembro de 2002. O dólar atingiu a cotação de R\$4,00, e a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acumulou uma perda de 30%.

No ano seguinte, o Presidente Lula mostrava ao mundo por que tinha sido eleito Presidente da República. A economia estava em acelerado processo de recuperação, com as contas internas e externas controladas, a inflação dominada, e não existia nenhuma “República Socialista” na maior economia da América Latina, como temiam os mal-informados e também mal-intencionados.

Com o pleno sucesso alcançado pela economia brasileira, entre 2003 e 2007, no apagar das luzes do primeiro Governo Lula, o Risco Brasil registrou o menor índice da década pelo J. P. Morgan: apenas 137 pontos. Vejam só que, com Fernando Henrique, em pleno vigor do Plano Real, o Risco era de 337 pontos; com Lula, reduzimos esse Risco a 137 pontos, ou seja, atingimos nossa melhor marca no plano internacional.

Em setembro de 2008, com a grave crise econômica e financeira que abalou gravemente as estruturas econômicas das nações mais desenvolvidas, o mundo entrou em parafuso. Embora o Brasil tenha recebido um golpe menor, em virtude da solidez de sua economia, o Risco Brasil ainda sofreu um salto: chegou a 677 pon-

tos. Com o processo de recuperação das chamadas economias centrais, o Risco Brasil caiu. No último dia 17 de março estava em 184 pontos.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de acordo com todos os analistas econômicos, o Brasil se torna cada vez mais um país consolidado economicamente, menos arriscado em relação à média mundial, para atrair grandes somas de recursos e grandes investimentos externos.

Em meados do último mês de março, a agência Fitch Ratings elevou em um grau a nota do Risco Brasil, que passou de “BBB-”, concedida em 2008, para “BBB”. O País está agora a apenas oito graus da nota máxima “AAA”, a chamada **Triple A**, que seria a nota do menor risco possível. Sem dúvida, esse foi um reconhecimento das ações implementadas pela nossa Presidenta Dilma para corrigir os rumos da nossa economia.

Como se pode perceber, o chamado Risco Brasil não é apenas mais um indicador do mercado financeiro que pouco afeta a vida de famílias e das empresas. Trata-se de um indicador elevado que faz com que o País tenha dificuldade de acesso a crédito e com que governos e empresas paguem taxas de juros pesadas, para conseguir recursos para investimentos e outros gastos relevantes.

Além disso, as variações do Risco País são a principal determinante das variações da taxa de câmbio no curto prazo, o que pode gerar instabilidade, que dificulta o planejamento de famílias e de empresas.

Nesse sentido, Sr^a Presidente, para concluir, faço um reconhecimento todo especial a esse esforço da Presidenta Dilma, que assume a total responsabilidade, ainda que isso gere alguns tipos de descontentamentos localizados. Temos de reconhecer o esforço que a Presidenta está fazendo, no sentido de preservar a credibilidade do nosso País, o que facilita a relação bilateral ou multilateral do Brasil com outras nações e também com organismos financiadores. Isso é importante tanto para o Governo, quanto para as empresas, que precisam sempre renovar seus investimentos, para que haja geração de empregos e melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, que é o objetivo de todos nós.

Muito obrigado, Sr^a Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Aníbal Diniz. Solidarizo-me, em nome da Casa, com as vítimas da enchente no seu Estado, o Acre.

Também quero reforçar seu alerta a respeito da importância da banda larga, tema que me tem ocupado muito a atenção e que tem sido minha prioridade nesta Casa. Solicitei à Comissão de Desenvolvimento

Regional e Turismo uma audiência pública com as operadoras, com o Governo e com todo o sistema, para que discutíssemos amplamente essa questão.

Reforço também seu alerta a respeito das necessidades das prefeituras municipais, não só do seu Estado, o Acre, mas também do meu Estado, o Rio Grande do Sul, e de todos os Municípios brasileiros, em relação aos Restos a Pagar, especialmente das pequenas prefeituras, que precisam demasiadamente desse recurso. Obras foram contratadas e precisam ser pagas.

Obrigada, Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado pela tolerância do tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Foram dez minutos, mas o assunto era muito importante, relevante.

Obrigada, Senador Aníbal Diniz.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu do Senhor Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência, a **Mensagem nº 27, de 2011 – CN** (nº 98, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 2, de 2011 – CN, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências”.

O Projeto de Lei nº 2, de 2011 – CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 92 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

| | |
|----------|---|
| Até 23/4 | - Prazo para publicação e distribuição de avulsos; |
| Até 30/4 | - Prazo para realização de audiências públicas; |
| Até 10/5 | - Prazo para apresentação, publicação e distribuição do Relatório Preliminar; |
| Até 13/5 | - Prazo para apresentação de emendas ao Relatório Preliminar; |
| Até 19/5 | - Prazo para votação do Relatório Preliminar e suas emendas; |
| Até 29/5 | - Prazo para apresentação de emendas; |
| Até 3/6 | - Prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas; |
| Até 3/7 | - Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório; |
| Até 8/7 | - Prazo para encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional; |

A matéria será publicada no **Suplemento ao Diário do Senado Federal** de 19 de abril do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Falará, agora, para uma comunicação de liderança pelo PMDB, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras que nos visitam na tarde de hoje, este assunto, Srª Senadora, certamente chama sua vocação de jornalista especializada em assuntos econômicos. Foi assim a sua história, foi assim a sua vida, foi assim a sua notabilização, foi dessa atividade que V. Exª recebeu o apoio dos gaúchos, e hoje, para nossa honra, V. Exª está aqui representando o Rio Grande.

O financiamento da agricultura, por ser matéria de interesse nacional, jamais deve converter-se em instrumento para a ruína, para a derrocada econômica dos proprietários rurais.

Porém, segundo relatos dos pequenos agricultores, o Banco do Nordeste do Brasil está trazendo enormes dificuldades para dezenas de milhares de clientes, que correm o risco de perder suas terras em decorrência dos ônus de dívidas e juros impagáveis.

A sociedade paraibana já começa a mobilizar-se, para evitar essa tragédia, e, no dia de hoje, a Associação de Mutuários de Crédito Rural da Paraíba, meu querido conterrâneo, Senador Wilson Santiago, realiza em Sumé – que V. Exª conhece tão bem – a defesa dos produtores rurais paraibanos.

No último dia 31, idêntico ato aconteceu em João Pessoa sob a presidência do Sr. Jair Pereira Guimarães, marco inicial desta série de protestos que deverão ganhar corpo em todo o nosso Estado.

No final de 2010, houve uma audiência pública aqui na CAE – Comissão de Assuntos Econômicos, para debater, de forma específica, as dívidas dos pequenos agricultores junto ao BNB.

Infelizmente, essa audiência, tendo em vista o apagar das luzes daquela sessão legislativa, não obteve o resultado esperado.

A prática lesiva continua acontecendo, e o desespero dos devedores da Paraíba toma conta do Nordeste inteiro – já tenho notícias de movimentos em Alagoas, na Bahia, no Maranhão – ante a cobrança do Banco do Nordeste, que simularia perdoar as dívidas dos agricultores nos termos da lei, sem, entretanto, oferecer nenhuma quitação do suposto perdão concedido.

Há uma legislação em vigor, e, quando os proprietários vão ao Banco, não encontram o menor respaldo, o menor interesse em se aplicarem os termos da lei e

se conseguir o perdão devido na forma da aprovação do Congresso Nacional.

Sr^a Presidente, a dívida se inicia em valores de pequena monta – não sei se os agricultores do Rio Grande também sofrem – e é amortizada nos termos contratuais. Estranhamente, alcança patamares impagáveis em um lapso temporal mínimo. Em pouco tempo, o que era uma fração de mil reais em um milhão passa a ser um todo de um milhão.

Ilustro o caso de um pequeno produtor que me passou um telefonema, um fax, cujo financiamento foi de R\$6 mil, passou para R\$20 mil em dois anos e hoje bate os R\$60 mil. Começou com R\$6 mil; hoje, já são R\$60 mil – dez vezes maior que o contratado e muito superior a sua propriedade, ao seu pequeno bem.

A Associação dos Mutuários de Crédito Rural do Estado da Paraíba fez cerca de 30 reuniões na capital e no interior, sempre reiterando aos devedores que paguem ao BNB aquilo que devem.

O BNB é gestor do FNE, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, e o agente financiador, a longo prazo, da região. Entre as suas missões está o microcrédito rural e urbano, nos programas Credamigo e Agroamigo.

O ativo total do BNB equivale a R\$48 bilhões, sendo que R\$32 bilhões desse total são alocados pelo Fundo Constitucional do Nordeste.

De todos os financiamentos realizados na Região Nordeste, 65% são do BNB, o maior banco de crédito rural do País. Apenas na Paraíba, 82% dos recursos de longo prazo da instituição são aplicados em crédito rural.

Quanto aos juros, Senadora Ana Amélia, a taxa plena seria de 5%, sendo que haveria de ser considerado também bônus de adimplência de 25% para a região semiárida e de 15% para a área que se situa além do semiárido.

Entretanto, o papel de fomento da instituição, em áreas como a agricultura familiar, tem sido contestado pelos pequenos agricultores que sofrem com rolagens de dívidas a juros escorchantes.

O quadro de desalento se repete no mesmo gesto, no mesmo ato, na mesma forma no Programa de Microcrédito Rural Agroamigo, firmado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que teve por meta a aplicação de R\$691 milhões, dos quais R\$473 milhões já teriam sido aplicados até o mês de outubro de 2010.

Sr^ss e Srs. Senadores, tanto o programa de crédito amigo, quanto os outros programas do BNB têm uma adesão espontânea dos ruralistas do nosso Estado e do nosso Nordeste.

Mais de 80% do crédito rural da região na Paraíba e mais de 65% são vinculados ao BNB. Isso quer dizer, existe uma demanda, existe uma necessidade e existe dinheiro. Temos o BNB com R\$48 bilhões em termos de fomento, de implementação de fomento.

No que tange à dívida dos pequenos agricultores, o BNB informa que já realizou mais de um milhão e seiscentas mil operações em carteira, com saldo acima de R\$5.600 bilhões.

Para o mini e o pequeno produtor rural ocorreram apenas 312 mil operações. A discussão agora passa a ser de fomento. O BNB informa que já realizou um milhão, seiscentas mil operações em carteira. Mas, para o pequeno, apenas 312 mil operações.

Na Paraíba, são 138 mil operações firmadas em carteira, com saldo de R\$750 milhões, a grande maioria em situação, Sr^a Senadora, desesperadora.

Hoje, está acontecendo em Sumé, semana passada aconteceu em João Pessoa, semana que vem em Campina Grande. Eles estão ligados e apelando ao Senado, apelando às comissões técnicas responsáveis, uma oitiva ao Banco do Nordeste, uma audiência pública para que possamos discutir esse grau exagerado de cobrança de juros a esses pequenos produtores.

É preciso fazer algo sobre as dívidas contraídas no passado, inclusive as que tinham correção monetária, pois não se pode tolerar a perpetuação do quadro de desespero que acabei de retratar aqui.

Assim, requeri uma nova audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, quarta-feira, numa reunião ordinária da comissão, para discutir e encaminhar esses assuntos vitais para a sobrevivência da agricultura familiar no meu Estado.

Em parceria com o Deputado Assis Quintans e outros deputados estaduais da Assembleia Legislativa da Paraíba e com a Associação de Mutuários de Crédito Rural da Paraíba, não pretendo dar trégua a este assunto até que encontremos uma solução aplicável a esses milhares e milhares de devedores do Banco do Nordeste, que querem pagar as suas contas, minha querida Presidente, que querem honrar as suas dívidas, mas não podem por estarem limitados com a faca, como chamamos, sobre a garganta dessas pessoas, que, por extensão, acaba com qualquer prognóstico de vida para a família de pequenos e mini agricultores no meu Estado.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a, Senador Wilson Santiago, pedindo vênia à Senadora Ana Amélia, para não, de forma indisciplinada, extrapolar o meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Na verdade, como sabe o nosso 2º Vice-Presidente, como é uma comunicação de liderança, não caberá aparte, Senador Wilson Santiago. Por isso, peço a sua compreensão a respeito dessa questão regimental.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Entendo o cumprimento de V. Ex^a ao Regimento.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Sem querer usar da telepatia, mas a manifestação semiótica da sua presença aparteando traduz-me efetivamente o seu compromisso. V. Ex^a já participou, por exemplo, em Guarabira, de uma mesma reunião e ouviu os mesmos reclames. Por isso tenho certeza de que, embora regimentalmente não possa fazer o seu depoimento, a sua manifestação, Senador Santiago, trago o seu apoio, o seu afeto, a sua solidariedade, o seu carinho a esses milhares de agricultores. V. Ex^a já foi um pequeno agricultor, já foi um homem da roça, como V. Ex^a se orgulho em dizer, e tem uma origem na agricultura familiar, na região do sertão paraibano.

Do mesmo modo, pretendo ainda procurar o Ministro da Fazenda, as entidades de classe, as federações, a Confederação Nacional da Indústria.

Enfim, para concluir, eminent Senadora, segue-se essa discussão sem trégua e sem hora para acabar. Não podemos admitir esta situação de penúria por que passam os agricultores de todo o Nordeste. Conto com a parceria da bancada nordestina, conto com a sensibilidade daqueles que entendem a realidade do nosso chão. Faremos todos os esforços no sentido de amainar, de diminuir esse grande sofrimento por que passa o agricultor do Nordeste.

Essa era a palavra não apenas do Senador Vital do Rêgo, mas da Liderança do PMDB, que, ungida neste momento pela nossa pessoa, está se pronunciando em favor dos agricultores do Nordeste.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Vital do Rêgo.

Peço a compreensão do Senador Wilson Santiago, que fará uso da palavra e certamente tocará nesse assunto.

Esse é um problema grave. Aliás, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promoveu recentemente, sob o comando do Senador Acir Gurgacz, um debate sobre o endividamento agrícola. É um tema recorrente e muito sério, porque a renda auferida pelo produtor não é capaz de assegurar esses compromissos. Ademais, juros nesses níveis, Senador Vital do Rêgo, realmente, são impagáveis. Certo Presidente do Banco do Brasil chegou a declarar que, com esses juros, nem macarona irrigada permite fazer o pagamento. Obrigada ao senhor pelo pronunciamento.

Visitaram-nos, agora, há pouco, os novos servidores do Prodasen, aprovados no último concurso público realizado.

Como orador inscrito, para usar a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^s Senadoras, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, venho a esta tribuna, nessa tarde/noite de hoje, para tratar de um assunto que, nos últimos dias, tem sido o principal tema do noticiário econômico nacional. Todavia, Sr^a Presidente, faço-o não sem antes dizer aqui, mais uma vez, do meu lamento e da minha profunda consternação pela morte brutal de Karine Lorraine Chagas de Oliveira, Milena dos Santos Nascimento, Mariana Rocha de Souza, Larissa dos Santos Atanázio, Bianca Rocha Tavares, Luiza Paula da Silveira Machado, Laryssa da Silva Martins, Géssica Guedes Pereira, Samira Pires Ribeiro, Ana Carolina Pacheco da Silva, Rafael Pereira da Silva e Igor Moraes da Silva. Meus sentimentos também para as crianças que ficaram feridas, algumas ainda hospitalizadas; aos pais, alunos e professores da Escola Municipal Tasso da Silveira. Que Deus guarde essas crianças que nós não soubemos guardar.

Como dizia, Sr^a Presidente, nos últimos dias, o noticiário econômico tem insistido no que ele próprio define como a escalada da inflação. Em outras palavras, noticia-se que está havendo um aumento generalizado e contínuo dos preços dos bens e serviços em nosso País.

Conquanto a expressão utilizada deixa transparecer evidente exagero, pois que, felizmente, estamos muito longe do cenário de instabilidade e de descontrolada espiral inflacionária que antecedeu o Plano Real, é bom que estejamos atentos a esses níveis preocupantes. Afinal, por amarga experiência, vivida durante décadas, sabemos, perfeitamente bem, o valor de uma economia estabilizada. Por isso mesmo, todo verdadeiro patriota tudo fará para impedir o retorno da inflação, pois essa é uma situação que não desejamos, porque ela pune o trabalho, avulta a moeda e asfixia os sonhos de uma vida segura. Não queremos mais viver naquele ambiente de in tranquilidade em que, todos os dias, subiam o preço do feijão, do arroz e da carne, enquanto os salários dos trabalhadores perdiam o valor rapidamente.

A despeito de eventuais problemas que poderão surgir na trajetória de nossa economia, não posso compartilhar da ideia de que estamos no rumo de uma economia insustentável, que possa ser comparada ao voo de galinha.

Essa é uma aposta de quem não tem o menor compromisso com o desenvolvimento do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes e telespectadores desta sessão, estou falando do mercado financeiro.

Com toda honestidade e falando claramente para os senhores: o mercado financeiro tem se mostrado uma criatura teratológica, sanguinária, sem alma e sem coração, cuja ação se move, exclusivamente, pela busca de satisfação de seus próprios interesses, simbolizados no insaciável anseio por mais e mais lucro. Lucro, aliás, que se materializa na vigência de taxas elevadíssimas de juros – como não se cansava de denunciar o grande e saudoso ex-Vice-Presidente da República José Alencar.

Assim, como ele teve a coragem de enfrentar o câncer, com toda força do seu otimismo, também o teve para combater os juros altos, mesmo sendo ele a segunda pessoa do governo.

O grave problema, Sr^a. Presidente é que, no momento em que se verifica uma tendência altista no nível da inflação, o mercado financeiro, movido – repto – exclusivamente pelo desejo de ampliar suas já expressivas margens de ganho, sem se importar com o resto, resolve lançar suas poderosas baterias contra o Banco Central, guardião de nossa moeda.

É contra esse absurdo, é contra essa espécie de crime de lesa-pátria que me insurjo neste momento, fazendo questão de manifestar esta posição aqui, neste plenário, para que fique registrada a repulsa do Partido Republicano Brasileiro (PRB) a esse fato lastimável.

Ao insistir na descrença de que as decisões emanadas da autoridade monetária nacional para coibir as pressões inflacionárias possam ter êxito, o mercado financeiro joga no “quanto pior, melhor”. Trata-se de gesto de pura insanidade, ademais profundamente impatriótico, incapaz de sustentar-se tecnicamente, mas que serve aos propósitos de maior acumulação de capitais por parte de quem não enxerga nada além de seus interesses mais imediatos.

O mercado financeiro, internacional e nacional, pouco se importa com os demais segmentos econômicos, justamente com aqueles que produzem de fato as riquezas de nosso país, a exemplo da indústria, da agricultura, do comércio e dos serviços.

Precisamente, por assim ser, Sr^a. Presidente, é que se pode afirmar ter esse tipo de crítica endereço certo e, acima de tudo, alvo facilmente identificável. Refiro-me à mal disfarçada pressão para que se eleve a já muito alta taxa de juros, sob a alegação de que ele é o único instrumento capaz de combater o crescimento da inflação.

O inaceitável, o mais terrível disso é que, na prática, uma pressão assim acaba por influenciar a especulação com os preços, ou seja, por influenciar, retroalimentar, a alta da inflação.

O Banco Central, que enfrenta, neste instante, os desafios naturais de um Governo que mal completou seus primeiros cem dias, está conduzindo a política monetária de maneira séria, com medidas macroprudenciais sobre a expansão do crédito, que se somarão ao controle gradual da taxa de juros. Tudo para não comprometer o crescimento do País.

Até há pouco, o mundo passou por uma crise econômica muito forte, que levou à estagnação do crédito internacional, mas agora a situação se inverteu com o retorno do fluxo de capitais internacionais.

Como temos aqui uma das mais altas taxas de juros do mundo, o País tornou-se grande atrativo de especuladores externos, o que põe em risco a nossa estabilidade econômica e avulta o valor do dólar em relação ao real, prejudicando a nossa indústria, nós que já vivemos um processo de desindustrialização expressivo.

É por isso que o mercado trava essa queda de braço com o Banco Central, contra as medidas macroprudenciais que o Banco vem tomado para conter o excesso de recursos estrangeiros.

Não obstante tudo isso, Sr^a Presidente, vemos o mercado financeiro massificando, de forma impiedosa, as críticas à ação da autoridade monetária, pouco se importando com as consequências disso para a economia do País.

Eles, os agentes do mercado financeiro, não querem que o Governo conceda qualquer vantagem para os demais setores da economia e muito menos para os trabalhadores. Um exemplo disso, é a lei que aprovamos, há pouco, nesta Casa, dando garantias de ganho real para o salário mínimo e que vem sendo fortemente criticada.

O problema, aos olhos do mercado, é que as medidas macroprudenciais de contenção ao crédito afetam diretamente os ganhos dos bancos, que por isso investem pesadamente contra o Banco Central.

Na verdade – e isso tem que ser dito aqui –, o mercado não se preocupa com a inflação alta, até porque ela aumenta seu lucro. Usa da crítica à política do Banco Central, unicamente, para forçar a alta dos juros. Essa é a sua intenção verdadeira.

É, portanto, um crime o que o mercado financeiro está fazendo, já que seu objetivo é tornar o Banco Central refém de seus interesses.

Apenas para argumentar, digamos que a posição da autoridade monetária suscite algum tipo de dúvida

no mercado. Nesse caso, o que faz sentido é o mercado cobrar os esclarecimentos necessários.

O que as pessoas de boa fé não podem aceitar é que o mercado, com a arregimentação da mídia nacional e de renomados economistas, moldados unicamente pelo pensamento ortodoxo, faça pressões, por todos os lados, para forçar uma mudança na política monetária do Banco Central, de acordo com seus interesses.

Ao dizer isso, penso externar a posição dos brasileiros, aqueles que, na maioria, não compreendem a dinâmica maliciosa do mercado financeiro e muito menos essa pressão descomunal, mas que sentem no bolso as consequências reais da inflação e dos juros altos.

Para esses brasileiros que torcem e que trabalham duro pelo sucesso do País e pela elevação dos padrões de vida do conjunto da população, e não apenas de uma minoria gananciosa e insaciável, é que trago aqui essa denúncia.

Muito mais do que uma percepção distinta do processo econômico, algo que seria normal e plenamente aceitável, pois sabemos que o mercado se movimenta com base na concepção globalista, mas o que nos parece estar ocorrendo é o intento deliberado de desmoralizar nossa autoridade monetária, desfazendo da nossa realidade.

E isso, Sr^a Presidente, não pode prosperar, sob pena de enredar a economia nacional num perigoso jogo, cuja derrota pode ser antecipada.

Jogo, eis a palavra! Até mesmo pela palavra desculpada de gente que bem o representa,

É assim que o setor financeiro enxerga o desenrolar da dinâmica econômico-financeira. Trata-se de um erro palmar. Se desejável, é a busca de lucro em uma economia de mercado, é necessário, também, que existam normas e regras às quais todos os agentes devem se sujeitar; normas e regras, diga-se, cuja existência se justifica para que se obtenha a estabilidade macroeconômica e o justo equilíbrio na relação entre seus agentes.

Assim, é moralmente injusto e imperdoável que se queira reduzir o conjunto da economia apenas aos interesses do setor do mercado financeiro. Ao insistir nessa miopia histórica, o dito mercado conspira contra si mesmo, movido pela estúpida ansiedade de ganhar sempre e mais e a curto prazo.

O Banco Central Europeu aumentou sua taxa básica de juros para 1,25% ao ano. Isso prova que a inflação, nesse momento, é muito mais um fenômeno mundial do que uma instabilidade econômica do Brasil, porque lá, na chamada zona do euro, há muito espaço para crescimento dos juros. Aqui, estamos na casa dos

11,75% com possibilidade de voltar ao 12,75%, o que, a meu ver, seria injusto e imprudente.

Espero, portanto, ter ficado claro que hipoteco e reitero minha integral solidariedade à direção do Banco Central do Brasil na pessoa do seu Presidente, Alexandre Tombini. Com raro domínio sobre a matéria, ele conduz a política monetária do País em perfeita sintonia com as orientações da ilustre Presidenta Dilma Rousseff, a qual tem reafirmado sua posição no sentido de que o combate à inflação está acima de qualquer interesse do mercado financeiro.

Por tudo isso, Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, senhores telespectadores e ouvintes da Rádio Senado, TV Senado, há motivos para ficarmos tranquilos ainda que atentos. Afinal, de um lado temos um Presidente do Banco Central, que cultiva a paciência e a perseverança, como valores e virtudes que inspiram sua atuação;

De outro, uma Presidente da República cujo compromisso com a sociedade brasileira é inquebrantável. Aliás, já foi provado nos porões da ditadura, especialmente por aqueles que mais sofrem ante uma inflação descontrolada.

Por tudo isso, Sr^a Presidente, reafirmo o meu integral apoio irrestrito e solidariedade ao Banco Central do Brasil pela credibilidade da moeda, pela estabilidade financeira, pelo desenvolvimento econômico do Brasil. Por fim, apenas um pedido, um apelo ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, no sentido de que esses recursos arrecadados a mais com o aumento IOF sejam usados, na sua totalidade, para promover investimentos no País. Esse é o verdadeiro superávit de que mais precisamos na infraestrutura, na saúde, na educação e na segurança pública.

Sr^a Presidente, o que está em jogo neste País é que essas medidas macroprudenciais têm objetivo de se complementarem à elevação dos juros, ou, de certa forma, evitar que essa elevação dos juros seja o único instrumento e nos traga os efeitos colaterais que todos sabemos que existem: desemprego, recessão, menos crescimento, em uma economia onde os brasileiros ainda precisam muito de emprego, saneamento, educação, saúde, etc.

Agora, as medidas macroprudenciais usadas pelo Banco Central comprometem o lucro do mercado financeiro que vive da agiotagem do dinheiro. A verdade é que esse capitalismo desalmado e insaciável não quer ter restrição. Ele quer combater a inflação desde que o seu lucro seja maior. E o único remédio que recomenda é a alta de juros.

É impressionante como a mídia foi raptada por esse pensamento. O mercado financeiro é um grande investidor de mídia, e nós sabemos que há grandes

meios de comunicação que estão endividados em dólar. E, claro, juros altos atraem capital externo; com muito dólar, cai o valor do real e diminui a dívida de quem está devendo dinheiro lá fora. Talvez seja por isso que a mídia brasileira tenha sido tão solidária. É impressionante!

Nos últimos 30 dias não se vê espaço para um economista heterodoxo falar sobre política econômica, não há apoio ao Banco Central, com medidas macroprudenciais que, certamente, iriam reduzir o volume de recursos na praça e, com isso, conter a demanda, trazendo-a para a linha da oferta. Isso é uma coisa matemática, aritmética e lógica.

Por que não dar uma chance ao Banco Central? Porque ele aumenta o compulsório, porque ele aumenta o pagamento mínimo dos cartões de crédito, porque ele diminui o volume de recursos na praça com venda de títulos da dívida pública, diminui os meses para os prazos de pagamento e, com isso, ele acaba, de certa forma, diminuindo a ação da banca, que tem um remédio apenas para a inflação, um só, e não é por acaso que esse remédio favorece seus lucros extraordinários.

Reportagem do jornal *O Globo*, da minha terra, de duas semanas atrás, mostra que o setor mais lucrativo da economia brasileira, acima do petróleo e gás e acima da mineração, é o dos bancos.

Não prosperou nesta Casa – e estou aqui há nove anos – qualquer medida que fizesse caminhar o cadastro positivo que diminuisse, de alguma forma, a diferença entre o que pagam os bancos para captar e o que cobram para emprestar.

Espero que nós, Parlamentares, nós do Senado, nós Senadores possamos – ouvi há pouco o pronunciamento do Senador Aníbal Diniz, do Acre, também preocupado com isso – dar sustentação à Presidente Dilma, para que ela tenha a fibra de um bandeirante, a fé de um mártir e a força que tinha o Senhor Presidente Lula para manter este País na rota do crescimento e o mercado financeiro domado.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Marcelo Crivella.

Bem lembrada a pessoa de José Alencar, nosso Vice-Presidente, que, de saudosa memória, sempre combateu a taxa de juros alta.

Como orador inscrito, Senador Wilson Santiago, da Paraíba.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. *Fora do microfone.*) – Srª Presidente, não sou eu?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Senador Wilson Santiago, pela ordem de inscrição, é antes da senhora.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. *Fora do microfone.*) – Subi agora. Só havia dois na minha frente e já falaram dois. Por isso que estou falando.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, profissionais da imprensa, demais senhores e senhoras, venho a esta tribuna para, juntos, levarmos ao conhecimento público aquilo que, de fato, já é do conhecimento público.

No final deste mês de abril, os Municípios brasileiros poderão viver uma crise. Falo do cancelamento dos Restos a Pagar do orçamento dos exercícios de 2007 a 2009.

Em dezembro de 2010, já vimos que havia uma preocupação com o assunto, tanto que o Presidente Lula assinou o Decreto nº 7.418, de 2010, prorrogando a validade dos Restos a Pagar do orçamento inscrito naquele período até 30 de abril de 2011, prazo que se expira agora.

Lembremos que Restos a Pagar são, conforme definição do art. 36 da Lei nº 4.320/64, as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro do ano orçamentário. Portanto, os Restos a Pagar são obrigações assumidas pelo governo e encaminhadas para efetivo pagamento, eis que reconhecida a certeza de liquidez do direito do credor.

Reafirmo aqui o entendimento de que como “restos” devemos compreender a diferença entre o total das obrigações assumidas pelo ente público no exercício financeiro e o volume das obrigações pagas no mesmo período, indicando, obviamente, aquilo que o ente deveria ter pago no exercício, mas não o fez; e “a pagar” compreendemos que é a obrigação assumida, ainda não paga, que será quitada no exercício seguinte.

Como é do conhecimento geral, os Restos a Pagar dividem-se em processados e não processados, Srª Presidente. Aqueles guarnecem as despesas empenhadas e liquidadas, restando apenas a etapa final, a do efetivo pagamento, eis que a despesa só foi legalmente autorizada (art. 58 da Lei nº 4.320/64) e o material ou serviço incorporado ao patrimônio público. Isso é do conhecimento de todos.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, os prefeitos assumiram compromissos e se responsabilizaram por estes já no início das obras, como contrapartida, na expectativa do recebimento de recursos devidamente empenhados. Se esses não forem liberados, assistiremos o desperdício dos recursos municipais, especificamente, que já são escassos, como é do conhecimento de todos. Recordemos que a maior fonte de recursos dos Municípios vem do Fundo de Participação dos Municípios, o que é pouco para

cobrir as despesas básicas de todos os Municípios brasileiros, especificamente dos mais pobres, os mais carentes, aqueles do interior dos Estados nordestinos, onde o IDH, o índice de mortalidade infantil é alto, onde é alto o índice de doença de Chagas, o número de desempregados é muito alto, a densidade pluviométrica é baixíssima, o que resulta nas constantes secas naquelas regiões. Por isso, esses Municípios vivem praticamente do Fundo de Participação.

E é necessário, sim, o apoio do Governo Federal, o apoio dos representantes no Congresso Nacional para, juntos, encontrarmos meios e soluções a fim de amenizarmos as dificuldades por que passa a maioria, Srª Presidente, dos Municípios brasileiros.

Muitas vezes a liberação fica comprometida pelo excesso de burocracia para sua liberação – todos nós somos conscientes disso –, ou mesmo pela falta de funcionários qualificados para atender aos mais de cinco mil Municípios. A grande maioria deles não tem um corpo técnico suficiente para elaborar os projetos dentro das exigências determinadas pelos próprios Ministérios e que mudam a cada mês.

Se observarmos as exigências da Caixa Econômica Federal, basta mudar o técnico que avalia um projeto para se ver que as exigências solicitadas pelo novo técnico, no mesmo projeto, são maiores ou não são consideradas aquelas anteriormente examinadas pelos técnicos anteriores.

Muitas vezes, a liberação fica comprometida, e nós sabemos que tudo isso se deve não somente à falta de apoio técnico ou de qualificação técnica da grande maioria dos Municípios, mas sim à burocracia dos próprios órgãos públicos, dos próprios Ministérios, da própria Caixa Econômica, impossibilitando que um Município consiga liberar, em menos de dois anos, um projeto de R\$150 mil.

Precisamos, sim, nesta Casa, Srª Presidente, Sr. Senador Paim, e todos aqueles que estão nos assistindo, de encontrar meios, soluções, para diminuirmos essa burocracia da coisa pública. Nós não podemos concordar que um Município receba uma ajuda para um projeto de emergência, como temos muitos casos, inclusive no meu Estado da Paraíba – e nos demais Estados não é diferente –, um recurso para emergência, para uma obra de emergência, como uma ponte que caiu, uma bueira que a chuva ou a água levou e, mesmo assim, passarem-se dois, três anos, e o Município não ter acesso aos recursos.

Então, precisamos nos unir no que se refere à diminuição dessa burocracia. E nada é mais necessário do que a sensibilidade, Presidente Ana Amélia, da grande máquina pública do Governo, dos Ministérios, do Ministério do Planejamento especificamente, que

sempre é o autor das portarias, dos decretos e, além de tudo, da burocracia e da complicação para liberar o dinheiro para o Município brasileiro. Isso impossibilita esses Municípios de avançarem, de crescerem, de se desenvolverem e de realizarem aquilo que, na verdade, atende às necessidades da grande maioria da população.

No Governo Lula nós testemunhamos, Senador Paim, algumas determinações que, de fato, amenizaram a burocracia, mas, em breve, a burocracia começou a tomar conta, desde os projetos encalhados nas Sudemas dos Estados, no Ibama, enfim em órgãos públicos, que, na verdade, nada a ver muitos deles têm com aquela obra. Por exemplo, nada mais importante para o Município do que o saneamento básico, para amenizar as doenças, para amenizar muito daquilo que tem feito com que a grande maioria da classe pobre deste País seja acometida de várias e várias doenças, muitas das quais, inclusive, levam pessoas à morte sem que se descubra a causa. Mas a Sudema, por exemplo, impede que se faça um esgotamento sanitário, porque o projeto não está adequado, na maioria das vezes, às exigências da própria Sudema, dos próprios órgãos do meio ambiente e também dos próprios Ministérios.

Por quê? Porque mudam constantemente as normas, as orientações, e, além de tudo, dificultam a aprovação desses projetos. E, por essa razão, os Municípios não têm acesso aos recursos para executarem as respectivas obras.

Várias discussões envolvendo a liberação dos recursos orçamentários já começaram. Há um clima de muita preocupação entre os Municípios e até alguns Estados da Federação. São eles que estão frente a frente com a população e são eles que responderão, em primeiro lugar, aos problemas que surgirão em cada Município, cujo prefeito de fato administra, querendo fazer de tudo para corresponder à expectativa dos seus municípios.

Então, Srª Ana Amélia, temos certeza de que iremos enfrentar essa grande barreira, essa grande dificuldade, esse grande caos que, com certeza, ocorrerá se a Presidenta Dilma não... À Presidente, com certeza, apelo neste dia, como muitos já apelaram, para que, de fato, socorra esses Municípios neste momento.

Se não há condições de pagar ou liquidar estes Restos a Pagar, que se prorogue esse prazo para que os Municípios que agora... Nós temos Municípios, por exemplo, na Paraíba, que têm o seu projeto aprovado há 15 dias pelo Ministério da Integração. Portanto, não se pode licitar sem a aprovação do projeto. E, se não pode licitar, também não se pode iniciar a obra.

Mas os recursos são de 2008, outros de 2009. E, se não for prorrogado, com certeza, uma cidade do interior deixará de concluir um açude, uma barragem para abastecer a população, cidade esta abastecida com carro-pipa, como tantas outras existentes no interior do Nordeste brasileiro, especificamente no semiárido, onde a densidade pluviométrica é mais baixa – a média é muito baixa em relação a muitas outras regiões onde até chove pouco.

Muitas obras já se iniciaram, e os Municípios, na verdade, se encontram neste dilema: não sabem se prorrogarão os convênios, não sabem se esses convênios, de fato, serão liberados.

Desta tribuna, apelo para a equipe econômica do Governo. Repito mais uma vez: Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Casa Civil, nosso companheiro Ministro Palocci, um dos nossos companheiros aqui no Congresso Nacional, que conhece mais do que ninguém a real situação dos Municípios do Nordeste especificamente, porque ele por lá passou várias vezes visitando aquela região. Nós apelamos para que, de fato, haja sensibilidade dessa área econômica e, com isso, prorroguem esses convênios e façam com que os Municípios tenham acesso a esses recursos tão suados, através de emendas parlamentares e até de programas do próprio Governo. Mas, infelizmente, a burocracia não permitiu que essas obras se tornassem realidade.

Salientamos, mais uma vez, que, destes Restos a Pagar, encontraremos muitas obras e projetos iniciados, Srª Presidente. Muitas dessas obras também foram iniciadas; outras, de fato, já foram concluídas, falta o pagamento, a liquidação; e tantas outras não foram iniciadas porque os órgãos públicos não permitiram que se iniciassem. A Caixa Econômica, por exemplo, só permite que se inicie uma obra se chegar a primeira parcela na Caixa Econômica. Como se pode iniciar, se a primeira parcela não foi liberada?

Lógico que precisa, sim, levar em conta todos esses detalhes e que o melhor seria se prorrogassem todos os convênios e, durante um certo tempo, até o final do ano, identificassem os convênios ou os Municípios cuja responsabilidade é do administrador. Tenho certeza de que, na grande maioria, em mais de 90%, a culpa não é dos gestores públicos, mas sim da burocracia, da falta de liberação dos recursos e da capacidade e do interesse no que se refere à conclusão e à aprovação desses projetos.

No mais, Srª Presidente, agradeço a V. Exª e aos meus Pares a atenção. Espero que juntos tenhamos condições de designar, Senador Paim, Senadora Ana Amélia, enfim todos que aqui estão, uma comissão, como fez a Câmara dos Deputados, para atuarmos

junto aos Ministérios da área apelando, comprovando e mostrando que o pior para os Municípios e para o País é o cancelamento desses convênios, desses empenhos. Se concretizados, promoverão desenvolvimento, progresso e bem estar para a grande maioria da população dos Municípios pobres do Brasil.

Os ricos não se interessam porque já têm outras fontes, como ICMS, como cobranças de IPTU e tantos outros recursos, empréstimos internacionais no BNDES, mas os Municípios pobres sobrevivem – repito, a grande maioria deles – do Fundo de Participação e de uma migalha do ICMS. Portanto, as obras só podem ser realizadas e concretizadas com a ajuda do Governo Federal, através dos convênios e dos programas do próprio Governo.

Fica aqui, Srª Presidente, o nosso apelo à Presidenta Dilma, aos Ministros da área econômica e a todas as pessoas sensatas do Governo: que pensem bem antes de cancelarem esses convênios, porque, assim agindo, estarão contribuindo de fato para a desorganização no que se refere às ações administrativas desses Municípios brasileiros.

Por último, podemos afirmar que a população carente desses Municípios é que será penalizada, com certeza, com essa decisão.

Agradeço, Srª Presidente. Tenho certeza de que o Senador Paim, V. Exª, todos os que aqui estão, além daqueles que, de fato, apostam e acreditam na sensibilidade do Governo, na sensibilidade da Presidenta Dilma, na sensibilidade dos Ministros da área envolvida, juntos teremos condições de encontrar uma solução que seja a melhor, para, no mínimo, prorrogar os convênios e, com isso, continuar dando esperança a tantos Municípios pobres pelo Brasil afora.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Wilson Santiago. Na Paraíba, seus problemas são idênticos aos do Acre. Há pouco, o Senador Aníbal Diniz fez referência à importância da prorrogação desse prazo e desses compromissos. Quero dizer-lhe que, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, a situação é a mesma. Alguns prefeitos, exatamente por conta dessa insegurança jurídica, como as obras estavam praticamente concluídas, para pagar os fornecedores, tiveram de recorrer à Justiça, a fim de que a Caixa Econômica Federal liberasse a verba necessária para o cumprimento dessas obras. É preciso também que o Governo faça a prorrogação, para que se estabeleça um relacionamento respeitoso entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional.

Obrigada, Senador Wilson Santiago.

Tem a palavra a Senadora inscrita Marinor Brito.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, estou aqui hoje para me pronunciar, pedindo urgentemente o fim do autoritarismo na Ufopa – Universidade Federal do Oeste do Pará.

O art. 6º da Constituição Federal, que trata dos direitos sociais, estabelece que a educação é um direito a ser garantido ao povo brasileiro pelo Estado. Nada mais distante da realidade!

Em 2009, tínhamos apenas 5,9 milhões de brasileiros no ensino superior, a grande maioria no setor privado. A meta do Ministério da Educação é dobrar esse número nos próximos anos, segundo o Ministro Fernando Haddad declarou na Comissão da Educação, em audiência recente aqui, no Senado Federal. Trata-se de meta bastante ousada, se se considerar que hoje esse percentual é de 13%, sendo que apenas 9% consegue concluir os seus cursos.

Mas as metas do MEC seriam factíveis, Senador Paulo Paim se o Governo, de fato, estabelecesse a educação como prioridade. Isso significaria, entre outras coisas, trabalhar para investir na educação não menos do que 10% do PIB nacional, como reivindica a Conferência Nacional de Educação na sua última edição. Sem investimento, não haverá alteração significativa no quadro atual.

Eu reivindico e tenho orgulho de ser militante da causa da educação, de ser educadora e de ter lutado, desde sempre, por educação pública de qualidade, gratuita, para todos e em todos os níveis.

Foi nesse diapasão que saudei a implantação da UFOPA, a Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém, como muitos trabalhadores e trabalhadoras, como muitos estudantes daquela região, de várias cidades: de Alenquer, de Óbidos, de Oriximiná, de Monte Alegre, de Curuá. São várias cidades que clamam por espaços educacionais, que lutam, que reivindicam, que têm o direito constitucional de ter educação pública de qualidade.

A Ufopa foi criada em 2009 e surgiu da incorporação dos *campi* da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal Rural da Amazônia. A população do oeste do Pará, como eu disse, comemorou entusiasticamente sua implantação.

Entretanto, hoje, depois de dois anos de fundada, o povo do oeste do Pará tem muito pouco a comemorar. O reitor *pro tempore* – leia-se temporário – Prof. José Seixas Lourenço, parece estar deslocado no tempo e no espaço, e reedita práticas comuns aos dirigentes de universidades da época da ditadura militar, Senador Paim. Perseguições políticas e autoritarismo estão na pauta do reitor, galgado ao cargo, infelizmente,

graças ao nosso Ministro da Educação, Ministro Fernando Haddad.

Tive a oportunidade de alertar o Ministro da Educação, depois que assumi o mandato de Senadora da República, por duas ocasiões consecutivas. Primeiro, na Comissão de Educação, quando ele veio apresentar o Plano Nacional de Educação, as metas do Plano Nacional de Educação e, depois, quando estive com uma comissão de parlamentares paraenses, numa audiência pública no Ministério da Educação, para solicitarmos a implantação da Universidade do Sul e Sudeste do Pará, de Ananindeua, que é uma cidade da região metropolitana, de Salinas. Ali, eu já alertava o Ministro da Educação de que não queríamos extensão universitária sem qualidade. Já o alertava dizendo-lhe que o exemplo da Ufopa não interessa ao povo do Pará e ao povo da Amazônia. Alertava o Ministro das dificuldades que a universidade passava no oeste do Pará, do ponto de vista da falta de democracia na gestão, que, até aquele momento, depois de dois anos, não se movimentava no sentido de dar sinais de organizar o processo de eleição direta para reitor, uma prática comum nas universidades públicas brasileiras. E o Pará também tem se movimentado historicamente e conseguido eleger diretamente os seus reitores.

Alertava também o Ministro acerca das dificuldades estruturais da universidade. Não havia sido implantado até hoje o parque tecnológico, o centro tecnológico. Não havia recursos previstos para garantir a pesquisa.

Olha, não nos interessa universidade sem pesquisa, sem extensão e sem ensino de qualidade!

Uma coisa está vinculada à outra. A universidade tem de servir para melhorar as condições de vida da população; a universidade tem de servir como instrumento de mudanças.

Esse modelo do Governo atual, que dá sequência ao do governo de Lula, lamentavelmente tem pensado nas universidades, sobretudo na Amazônia, especialmente no Pará, à luz dos interesses macroeconômicos. Foi por isto que a Ufopa foi implantada em Santarém: por causa do agronegócio. É por isto que a universidade está se deslocando para o sul e para o sudeste do Pará: em função da extração dos minérios pela Vale do Rio Doce. Na área do Município de Salinópolis, com a perspectiva da exploração do petróleo, anuncia-se a implantação do *campus* universitário, apenas na perspectiva do ensino, inclusive com a redução do tempo de formação dos estudantes, previsto para dois anos.

Ora, queremos qualidade, Senador Paim. Não queremos remendo de universidade. A comunidade

acadêmica reivindica aquilo que é essencial ao espaço da academia.

Em Santarém, estão reivindicando democracia. O Reitor José Seixas tem-se negado a discutir com a comunidade medidas para democratizar a gestão naquela universidade. Professores, funcionários e estudantes reivindicam eleição direta para reitor, como acabei de dizer. Querem constituir um conselho universitário que represente os três segmentos da academia. Nada mais democrático e mais justo. Estão discutindo e exigindo a construção de um restaurante universitário, que quase todas as universidades brasileiras têm, e de uma casa para abrigar os estudantes que vêm da região. Como os filhos de pobres do Curuá, de Alenquer, de Monte Alegre, de Óbidos, de Oriximiná vão-se manter em Santarém sem ter um lugar para morar? Não têm a menor possibilidade de se deslocar para Santarém sem ter um espaço de acolhimento que garanta à classe estudantil a possibilidade de interagir, de aprofundar as leituras, de dialogar com os educadores daquela universidade.

Além disso, eles estão querendo discutir o atual modelo de ciclos, que foi imposto sem nenhuma discussão e sobre o qual pesam severas críticas.

Foi nesse sentido, Senadora Ana Amelia, que os estudantes organizaram um protesto pacífico, quando da realização, no dia 18 de março do corrente ano, da aula magna da Ufopa. Note-se que a mesma se realizou num hotel de Santarém, pois não há espaço adequado para reunir a comunidade acadêmica na universidade federal, evidenciando a mais completa falta de estrutura.

A luta da comunidade acadêmica não é contra o reitor, mas a favor da democratização da gestão. A manifestação do dia 18 de março foi decidida em assembleia estudantil e pautou-se pela civilidade e respeito. Estão lá os mais brilhantes estudantes daquela região e educadores que concordam, buscam e também reivindicam que se inicie um diálogo pelo processo de organização por uma gestão democrática. Apesar disso, o reitor achou por bem suspender a aula magna e, pior que isso, instaurar, já no dia seguinte, três processos administrativos contra docentes, funcionários e estudantes. As Portarias 1.011/2011, 1.012/2011 e 1.013/2011 tratam disso.

No último dia 08 de abril, saiu o resultado da portaria que instaurou processo administrativo contra os estudantes e, para surpresa da comunidade, cerca de 40 alunos foram acusados de “tumulto e ações físicas grosseiras”, entre outras.

Os resquícios do autoritarismo ainda persistem em diversas instituições brasileiras e devem ser combatidos incansavelmente.

Em meu mandato de Senadora da República, enquanto aqui eu estiver ou em qualquer outro lugar em que eu esteja, vou continuar combatendo essa visão autoritária, essa visão que é mais do que um resquício da ditadura militar: é uma visão que prevalece, que se quer perpetuar a partir dos interesses do controle social das elites sobre o pensamento, sobre a organização dos trabalhadores e dos estudantes em nosso País.

O espaço acadêmico e a produção de conhecimento não podem se desenvolver com asfixia da democracia.

Solicito a imediata extinção dos processos administrativos que visam a punir indevidamente alunos, funcionários e professores da Ufopa, bem como a imediata abertura de negociação acerca das propostas de democratização e discussão da atual estrutura acadêmica baseada no critério de ciclos.

É o mínimo que se pode esperar de uma instituição pública cuja finalidade maior é produzir conhecimento e servir à comunidade.

Eu passei esse final de semana em atividades pelos municípios do Pará. No sábado, estive em uma diligência em nome da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, na cidade de Altamira, para ouvir as comunidades tradicionais.

As áreas que vão ser atingidas, Senador Paim, pela barragem, têm uma universidade implantada.

Vou prestar contas dessa diligência, com detalhes, com fotos, com depoimentos, na Comissão de Direitos Humanos e para os Senadores e Senadoras da República, para que a gente possa exigir do Governo Federal que ouça as comunidades e conheça os estudos que foram feitos, nada mais, nada menos, por quarenta especialistas em Biologia, em Sociologia, na questão energética e na questão ambiental, entre outras áreas. Eles não foram ouvidos pelo Governo e criticam, de forma dura, a falta de análise técnica, que está gerando uma grande insegurança e uma ameaça socioambiental na nossa região.

Estive também, no domingo, em Eldorado dos Carajás, para participar do ato pelos 15 anos do massacre de dezenove trabalhadores, sendo que dois morreram na sequência. Até hoje, Senador Paim, ninguém está na cadeia. A impunidade persiste. Dois foram condenados, mas respondem em liberdade. O Estado abandonou à sorte as famílias dos que foram vitimados pelo massacre. Até hoje, há trabalhadores que sobreviveram ao massacre e que estão com balas alojadas no corpo, mas que não recebem assistência digna de saúde.

Também estive em Marabá. Na manhã de hoje, realizei uma audiência na Universidade de Marabá, exa-

tamente para discutir com a comunidade acadêmica o processo de implantação da universidade no sul e no sudeste do Pará. Lá, a comunidade acadêmica reuniu-se e elaborou um projeto, relativamente avançado do ponto de vista da luta pela gestão democrática, e o apresentou ao Governo. Trouxemos o projeto técnico e já o entregamos nas mãos do Ministro, para que fossem construídos quatro polos na região – em Marabá, em Xinguara, em Parauapebas e em Rondon do Pará –, para atender àquela área, lembrando que não resolve o problema da região Xingu e que fica descoberto o extremo sul do nosso Estado. Esse modelo de gestão pretende que as organizações nessas cidades-polos tenham autonomia e possam ter organizações próprias, para não dependerem de Belém, a capital, e da universidade, para fazerem um ofício.

Eu discutia esse assunto com os educadores e com a comunidade acadêmica, em Marabá, hoje de manhã. Não é possível que continuemos debatendo as questões educacionais com base em coisas elementares, como a existência de um restaurante universitário, como quer a comunidade do oeste do Pará, ou a existência de um bebedouro, de carteiras e de professores para todas das disciplinas ou a promoção da ampliação desse ou daquele curso. Só vamos sair desse patamar rebaixado de debate quando o Governo Federal assumir sua responsabilidade e colocar a educação em um patamar elevado de discussão.

Pedimos que fosse feita uma avaliação técnica sobre a implantação da universidade no sul e sudeste do Pará, exatamente para não acontecer, Senadora Ana Amélia, o que está acontecendo em Santarém. Falo do risco que se corre quando não há um planejamento à luz dos interesses da comunidade.

Senador Paulo Paim, quero dizer a V. Ex^a que tenho orgulho do povo do meu Estado. Apesar do abandono da região amazônica, o que é histórico, e do fato de os governos estaduais, inclusive, terem gerado esse sentimento de separatismo, auxiliados pelos interesses dos grandes empreendedores, dos madeireiros, do agronegócio e das mineradoras, mesmo assim, o nosso povo resiste.

Quero, aqui, empenhar minha inteira solidariedade, em nome do Partido Socialismo e Liberdade, à comunidade acadêmica, aos estudantes da Ufop, em Santarém. Quero dizer a todos os que nos estão ouvindo neste momento que não vamos, em nenhum minuto, negligenciar nossa tarefa de Senadora da República, de educadora, de alguém que não acredita em desenvolvimento e em inclusão social sem que a educação seja um suporte maior, bem estruturado, com qualidade tanto no ensino e na pesquisa, como também na extensão.

Quero empenhar minha solidariedade ao povo da região do oeste do Pará e dizer que, além das denúncias que já fiz, vou, mais uma vez, pedir providências ao Ministro da Educação, que disse, na Comissão, Senador Paim: “Pode ligar para os reitores das universidades que foram instaladas no Brasil! Está tudo muito bem por lá”. E me lembro de que fiz um alerta ao reitor e uma provocação, inclusive, no bom sentido: “Visite Santarém. Visite as regiões onde vão ser implantadas as universidades e me responda, olhando nos meus olhos, se o senhor colocaria seus filhos para estudarem numa universidade desestruturada, com autoritarismo, com abuso de poder?”.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor Brito, permita-me cumprimentar V. Ex^a, pela fibra, pela raça, pela coragem com que cumpriu essa missão, em nome da Comissão dos Direitos Humanos, de ir a Belo Monte. V. Ex^a, mesmo quando o avião da FAB, que para lá deveria ir, não foi colocado à disposição, mesmo quando inúmeros Senadores disseram que não poderiam ir até lá, V. Ex^a não vacilou. V. Ex^a disse: “Vou de avião de carreira”. Felizmente, conseguimos que assessores da Comissão a acompanhasse. Eu pediria – sei que eu não precisaria pedir isto, mas o faço como Presidente da Comissão de Direitos Humanos – que, amanhã, pela manhã, quando haverá reunião da Comissão de Direitos Humanos, V. Ex^a relatasse todos os fatos. Sei que V. Ex^a foi a Marabá, foi a Carajás e esteve na universidade, mas esteve especificamente em Belo Monte. Para mim, é uma alegria dizer, no plenário do Senado, que tenho muito orgulho de V. Ex^a fazer parte da Comissão de Direitos Humanos. Seu discurso é forte, é contundente, mas busca a justiça, busca efetivamente que, em seus Estados, os estudantes, os trabalhadores, as comunidades quilombolas e as comunidades indígenas tenham seus direitos assegurados. Parabéns a V. Ex^a! Com certeza, amanhã, pela manhã, falaremos na Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Obrigada, Senador Paim. Eu já queria pedir o empenho de V. Ex^a, porque, de fato, foi uma verdadeira maratona conseguir completar essa diligência até o Município de Altamira, visitar as comunidades e os bairros que vão ser afetados, bater de porta em porta, subir nas palafitas, visitar a companhia de saneamento. A companhia de saneamento declarou, Senadora, que, em Altamira, que tem mais de 100 mil habitantes, não há mais de 30% de saneamento e que as obras do PAC previstas para ampliar esses serviços estão paralisadas. O gerente e os engenheiros que ouvimos não sabem, não têm certeza se vão recomeçar os trabalhos.

Estive também no hospital, Senador Paim, e lá já é visível, segundo médicos, enfermeiros e funcionários que trabalham em lavanderias, que o fluxo migratório já começou e que já chegam muitos casos, fruto da violência, a mais do que existia naquela região. E nenhuma obra está prevista para ampliar o serviço de saúde, entre outras questões.

Como V. Ex^a disse, vou preparar um relatório, vou fazer uma exposição nos corredores do Senado com as falas, com as lágrimas daquele povo. Quem não foi lá, Senador Paim, perdeu a possibilidade de ouvir o povo.

Quero pedir a V. Ex^a que me ajude a aprovar uma audiência no Senado. Alguns não foram até lá porque o avião não foi liberado de Brasília ou porque já tinham outro compromisso ou porque, de fato, o deslocamento era muito desfavorável. Alguns Senadores teriam de viajar por 12 horas, dependendo do lugar em que estivessem, já que o avião foi liberado apenas de Belém para Altamira.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora, se V. Ex^a apresentar o requerimento amanhã, pela manhã, nós aprovaremos, amanhã, pela manhã, a realização da audiência solicitada por V. Ex^a.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – O requerimento já está pronto, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Então, nós o aprovaremos amanhã, pela manhã.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Espero que consigamos aprová-lo.

Senadora Ana Amelia, eu lhe agradeço a complacência no avançar do meu tempo e agradeço o aparte ao Senador Paim.

Quero dizer ao povo do Pará: este mandato está a serviço do povo do Pará, para melhorar, para avançar no processo democrático, para avançar nas lutas em defesa da melhoria da qualidade de vida desse povo.

Amanhã, Senadora, vou estar nesta tribuna de novo, para fazer um relatório da minha movimentação na sexta-feira, antes de ir a Altamira, Senador Paim.

Apresentei ao Ministério Público Federal do Estado do Pará uma representação contra o ex-Deputado Jader Barbalho. Amanhã, presto contas disso e informo os detalhes do conteúdo dessa representação e o que disse o Procurador-Geral do Estado em exercício a respeito do que pretende fazer em relação ao recebimento dessa denúncia.

Muito obrigada.

Boa noite a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senadora Marinor. A educação de qualidade é um direito de todos os brasileiros, especialmente da nossa juventude.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, há muito se fala sobre os grandes problemas de infraestrutura de transportes no Brasil. São comuns as críticas e os relatos de que a atual malha rodoviária – por onde passa a maior parte de nosso transporte de cargas – é insuficiente tanto em termos de quantidade quanto em qualidade. Além dos altos gastos necessários para a manutenção, é preciso observar que o transporte rodoviário tem agravantes também em termos ambientais, ou seja, caminhões são poluentes e trazem danos à fauna e flora.

Existem, pois, razões suficientes para se buscar alternativas às rodoviárias. Uma delas é o transporte ferroviário, que foi prestigiado pelo Governo Lula e agora o está sendo pela presidente Dilma. Mas, além das ferrovias, há também outro meio de transporte que é comumente visto como a última alternativa possível.

No entanto, podemos afirmar que há condições objetivas para que o transporte hidroviário venha a desempenhar papel central em nossa matriz de transportes.

A rede hidrográfica brasileira possui 29 mil quilômetros de rios navegáveis sem a necessidade de qualquer tipo de obra, sendo possível aproveitar mais outros 15 mil quilômetros.

Todavia, o uso atual dessa rede é muito menor do que o seu potencial. Apenas 8 mil e 500 quilômetros são utilizados regularmente, sendo que, desses, 5 mil e 700 se encontram na região amazônica.

Comparativamente, a União Europeia tem 37 mil quilômetros de hidrovias, os Estados Unidos, 47 mil e a China, 124 mil.

Além disso, em grandes distâncias, ou seja, acima de mil quilômetros, o custo da hidrovia é muito mais baixo. É por isso que o Brasil tem um custo de transporte da soja quase três vezes maior do que os Estados Unidos, onde há investimentos em hidrovias. O frete hidroviário custa 10% do frete rodoviário e 25% do ferroviário.

Uma barcaça, em média, pode transportar o equivalente a 37 vagões ou 50 caminhões. Em relação ao combustível gasto, é impressionante a diferença. Uma barcaça consome 1 litro para transportar 1 tonelada por 250 quilômetros. Um trem percorre 90 quilômetros para transportar 1 tonelada com 1 litro de combustível. O caminhão, por sua vez faz apenas 23 quilômetros para levar 1 tonelada com 1 litro de combustível.

Em alguns casos, essa proporção pode ser ainda mais favorável para as hidrovias. Na hidrovia Tietê-Paraná, por exemplo, um comboio transporta o equivalente a 135 caminhões.

Vejam só a economia em termos financeiros ou, ainda, em relação à quantidade de emissão de gases causadores do efeito estufa.

Lamentavelmente, porém, tem havido pouca compreensão por parte da sociedade a respeito dos benefícios que podem advir das hidrovias. Notícias espalhadas sem fundamentação científicas apresentam ideias absurdas. Acerca disso, há clara distorção dos defensores do meio ambiente no Brasil. No afã de defender a natureza, não compreendem que as hidrovias trazem benefícios evidentes ao planeta, como a retirada de milhares de caminhões das estradas e a diminuição na emissão de gases de efeito estufa. Além disso, o avanço das hidrovias significa, também, melhorar a vida de milhões de brasileiros.

Em suma, há de se continuar a investir de maneira maciça em transporte hidroviário no Brasil. Trata-se seguramente do meio mais eficiente para que se possa combinar crescimento econômico e justiça social, a fim de que se tenha, efetivamente, desenvolvimento sustentável.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Não havendo mais oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos da nossa sessão do dia de hoje, lembrando às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

REQUERIMENTO N° 298, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 298, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011, por regularem a mesma matéria (institui o dia 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, no calendário das efemérides nacionais).*

2

REQUERIMENTO N° 414, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 414, de 2011, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (isenta instituições da arrecadação de direitos autorais).

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Dou por encerrada a sessão não deliberativa desta segunda-feira, 18 de abril de 2011.

(Levanta-se a Sessão às 18 horas e 41 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 16/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-----------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Marta Suplicy (PT-SP) (2) | 1. Lídice da Mata (PSB-BA) (2) |
| Angela Portela (PT-RR) (2) | 2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2) | |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Paulo Davim (PV-RN) | 1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) |
| Waldemir Moka (PMDB-MS) | 2. João Alberto Souza (PMDB-MA) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Marinor Brito (PSOL-PA) (1) | 1. |
| PTB | |
| Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3) | |

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Anibal Diniz (PT) (2)

Senador Jorge Viana (PT) (1)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) (3)

Senador Gilvam Borges (PMDB) (4,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| | 1. |
| | 2. |
| | 3. |
| | 4. |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾ | 1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾ |
| Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾ | 2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾ |
| Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾ | 3. |
| Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾ | 4. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾ | 1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾ |
| | 2. |
| PTB | |
| Senador Fernando Collor ⁽²⁾ | 1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾ |

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário
o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾ | 1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾ |
| Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾ | 2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾ |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾ | 1. |
| Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9) | 2. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾ | 1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾ |

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Senador Francisco Dornelles (PP) | 1. Senador Humberto Costa (PT) |
| Senador Itamar Franco (PPS) | 2. Senador Vital do Rêgo (PMDB) |
| Senador Fernando Collor (PTB) | 3. Senador Waldemir Moka (PMDB) |
| Senador Aécio Neves (PSDB) | 4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Senador Roberto Requião (PMDB) | 5. Senadora Ana Amélia (PP) |
| Senador Luiz Henrique (PMDB) | 6. Senador Vicentinho Alves (PR) |
| Senador Wellington Dias (PT) | |
| Senador Jorge Viana (PT) | |
| Senador Demóstenes Torres (DEM) | |
| Senador Pedro Taques (PDT) | |
| Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) | |
| Senador Eduardo Braga (PMDB) | |
| Senadora Ana Rita (PT) | |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) | |
| Senadora Lúcia Vânia (PSDB) | |

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Delcídio do Amaral (PT) | 1. José Pimentel (PT) |
| Eduardo Suplicy (PT) | 2. Angela Portela (PT) |
| Gleisi Hoffmann (PT) | 3. Marta Suplicy (PT) |
| Humberto Costa (PT) | 4. Wellington Dias (PT) |
| Lindbergh Farias (PT) | 5. Jorge Viana (PT) |
| Clésio Andrade (PR) | 6. Blairo Maggi (PR) |
| João Ribeiro (PR) | 7. Vicentinho Alves (PR) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 8. Pedro Taques (PDT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 9. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 10. Inácio Arruda (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 1. Vital do Rêgo (PMDB) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 2. Wilson Santiago (PMDB) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 3. Romero Jucá (PMDB) |
| Roberto Requião (PMDB) | 4. Ana Amélia (PP) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 5. Waldemir Moka (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 6. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴⁾ |
| Lobão Filho (PMDB) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| Francisco Dornelles (PP) | 8. Ciro Nogueira (PP) |
| Ivo Cassol (PP) | 9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾ | 1. Alvaro Dias (PSDB) |
| Cyro Miranda (PSDB) | 2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾ |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 3. Paulo Bauer (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 4. Jayme Campos (DEM) |
| Demóstenes Torres (DEM) | 5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾ |
| PTB | |
| Armando Monteiro | 1. Fernando Collor |
| João Vicente Claudino | 2. Gim Argello |

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Marta Suplicy (PT) | 1. Acir Gurgacz (PDT) |
| José Pimentel (PT) | 2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Eduardo Braga (PMDB) | 1. Romero Jucá (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 2. Armando Monteiro (PTB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Flexa Ribeiro (PSDB) |

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Gleisi Hoffmann (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Clésio Andrade (PR) | 2. Lindbergh Farias (PT) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Francisco Dornelles (PP) | 1. Ciro Nogueira (PP) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Waldemir Moka (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾ | 1. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾ |

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Paulo Paim (PT) | 1. Eduardo Suplicy (PT) |
| Angela Portela (PT) | 2. Marta Suplicy (PT) |
| Humberto Costa (PT) | 3. João Pedro (PT) |
| Wellington Dias (PT) | 4. Ana Rita (PT) |
| Vicentinho Alves (PR) | 5. Lindbergh Farias (PT) |
| João Durval (PDT) | 6. Clésio Andrade (PR) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 7. Cristovam Buarque (PDT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 8. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Vital do Rêgo (PMDB) |
| Paulo Davim (PV) (2) | 2. Pedro Simon (PMDB) |
| Romero Jucá (PMDB) ^(3,5) | 3. Lobão Filho (PMDB) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 4. Eduardo Braga (PMDB) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 5. Roberto Requião (PMDB) |
| Eduardo Amorim (PSC) | 6. Sérgio Petecão (PMN) |
| Ana Amélia (PP) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 2. Cyro Miranda (PSDB) |
| Marisa Serrano (PSDB) | 3. Paulo Bauer (PSDB) |
| Jayme Campos (DEM) | 4. Maria do Carmo Alves (DEM) |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti (1) | 1. Armando Monteiro |
| | 2. Gim Argello |

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Lindbergh Farias (PT) | 1. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Wellington Dias (PT) | 2. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Ana Amélia (PP) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 2. Eduardo Amorim (PSC) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Marisa Serrano (PSDB) | 1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾ |

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Humberto Costa (PT) | 1. João Durval (PDT) |
| Ana Rita (PT) ⁽¹⁾ | 2. Wellington Dias (PT) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Eduardo Amorim (PSC) | 1. Vital do Rêgo (PMDB) |
| Waldemir Moka (PMDB) | 2. Ana Amélia (PP) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 1. Maria do Carmo Alves (DEM) |

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Paulo Paim (PT) | 1. Vicentinho Alves (PR) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. João Pedro (PT) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 1. Eduardo Amorim (PSC) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 2. Sérgio Petecão (PMN) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Paulo Bauer (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|----------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Wellington Dias (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 2. Cristovam Buarque (PDT) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Paulo Davim (PV) |
| Ana Amelia (PP) | 2. Eduardo Amorim (PSC) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) | 1. Cícero Lucena (PSDB) |

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| José Pimentel (PT) | 1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾ |
| Marta Suplicy (PT) | 2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾ |
| Pedro Taques (PDT) | 3. Anibal Diniz (PT) ^(10,11) |
| Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾ | 4. Acir Gurgacz (PDT) |
| Magno Malta (PR) | 5. João Ribeiro (PR) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | 6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾ |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 7. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Marcelo Crivella (PRB) | 8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾ |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 1. Renan Calheiros (PMDB) ^(3,5,17) |
| Pedro Simon (PMDB) ^(2,16) | 2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17) |
| Romero Jucá (PMDB) | 3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 5. Lobão Filho (PMDB) |
| Roberto Requião (PMDB) | 6. Waldemir Moka (PMDB) |
| Francisco Dornelles (PP) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| Sérgio Petecão (PMN) | 8. Eduardo Amorim (PSC) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aécio Neves (PSDB) | 1. Mário Couto (PSDB) |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 2. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| Alvaro Dias (PSDB) | 3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾ |
| Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾ | 4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾ |
| PTB | |
| Armando Monteiro | 1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾ |
| Gim Argello | 2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾ |
| PSOL | |
| Randolfe Rodrigues | 1. Marinor Brito |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS N° 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Angela Portela (PT) | 1. Delcídio do Amaral (PT) |
| Wellington Dias (PT) | 2. Aníbal Diniz (PT) |
| Ana Rita (PT) | 3. Marta Suplicy (PT) |
| Paulo Paim (PT) | 4. Gleisi Hoffmann (PT) |
| Walter Pinheiro (PT) | 5. Clésio Andrade (PR) |
| João Ribeiro (PR) | 6. Vicentinho Alves (PR) |
| Magno Malta (PR) | 7. Pedro Taques (PDT) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾ |
| Lídice da Mata (PSB) | 9. |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 10. |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Roberto Requião (PMDB) | 1. VAGO ⁽²⁾ |
| Eduardo Amorim (PSC) | 2. Valdir Raupp (PMDB) |
| Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁷⁾ | 3. Luiz Henrique (PMDB) |
| Garibaldi Alves (PMDB) | 4. Waldemir Moka (PMDB) |
| João Alberto Souza (PMDB) | 5. Vital do Rêgo (PMDB) |
| Pedro Simon (PMDB) | 6. Sérgio Petecão (PMN) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 7. Francisco Dornelles (PP) |
| Benedito de Lira (PP) | 8. |
| Ana Amélia (PP) | 9. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾ | 1. Alvaro Dias (PSDB) |
| Marisa Serrano (PSDB) | 2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾ |
| Paulo Bauer (PSDB) | 3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁾ |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 4. Jayme Campos (DEM) |
| José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾ | 5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾ |
| PTB | |
| Armando Monteiro | 1. Mozarildo Cavalcanti |
| João Vicente Claudino | 2. ⁽¹⁾ |
| PSOL | |
| Marinor Brito | 1. Randolfe Rodrigues |

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Aníbal Diniz (PT) | 1. Ana Rita (PT) |
| João Pedro (PT) | 2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾ |
| Jorge Viana (PT) | 3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Vicentinho Alves (PR) | 4. Blairo Maggi (PR) |
| Pedro Taques (PDT) | 5. Cristovam Buarque (PDT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 6. Antônio Carlos Valadares (PSB) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| Wilson Santiago (PMDB) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 3. Waldemir Moka (PMDB) |
| Romero Jucá (PMDB) | 4. João Alberto Souza (PMDB) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 5. Garibaldi Alves (PMDB) |
| Ivo Cassol (PP) | 6. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Cícero Lucena (PSDB) |
| Marisa Serrano (PSDB) | 2. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| Kátia Abreu (DEM) | 3. Jayme Campos (DEM) |
| PTB | |
| Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾ | 1. João Vicente Claudino ⁽²⁾ |
| PSOL | |
| | 1. Marinor Brito |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-----------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Jorge Viana (PT) | 1. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 2. Cristovam Buarque (PDT) |
| João Pedro (PT) | 3. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Eduardo Braga (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 2. Wilson Santiago (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Marisa Serrano (PSDB) | 1. Kátia Abreu (DEM) |

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-----------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Blairo Maggi (PR) | 1. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Pedro Taques (PDT) | 2. VAGO (1) |
| Anibal Diniz (PT) | 3. Vicentinho Alves (PR) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 2. Waldemir Moka (PMDB) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 3. Lobão Filho (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 2. Jayme Campos (DEM) |
| PTB | |
| Paulo Davim (PV) | 1. João Vicente Claudino |

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|----------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| João Pedro (PT) | 1. Jorge Viana (PT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 2. Pedro Taques (PDT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 3. |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Ivo Cassol (PP) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Eduardo Braga (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| PTB | |
| Paulo Davim (PV) | 1. João Vicente Claudino |

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁴⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Ana Rita (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Marta Suplicy (PT) | 2. Gleisi Hoffmann (PT) |
| Paulo Paim (PT) | 3. Humberto Costa (PT) |
| Wellington Dias (PT) | 4. João Pedro (PT) |
| Magno Malta (PR) | 5. Vicentinho Alves (PR) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 6. João Durval (PDT) |
| | 7. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Pedro Simon (PMDB) | 1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁹⁾ |
| VAGO (2) | 2. Eunício Oliveira (PMDB) |
| Garibaldi Alves (PMDB) | 3. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| João Alberto Souza (PMDB) | 4. Wilson Santiago (PMDB) |
| Sérgio Petecão (PMN) | 5. Eduardo Amorim (PSC) |
| Paulo Davim (PV) | 6. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO (6) | 1. VAGO ⁽⁷⁾ |
| VAGO (8) | 2. Cyro Miranda (PSDB) |
| Demóstenes Torres (DEM) | 3. José Agripino (DEM) |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti (3) | 1. |
| (1) | 2. |
| PSOL | |
| Marinor Brito | 1. Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾ |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Anibal Diniz (PT) | 1. Delcídio do Amaral (PT) |
| Eduardo Suplicy (PT) | 2. Jorge Viana (PT) |
| Gleisi Hoffmann (PT) | 3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾ |
| João Pedro (PT) | 4. Marcelo Crivella (PRB) |
| Blairo Maggi (PR) | 5. Clésio Andrade (PR) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 6. Acir Gurgacz (PDT) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | 7. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Jarbas Vasconcelos (PMDB) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 2. Romero Jucá (PMDB) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 3. Ana Amélia (PP) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. Roberto Requião (PMDB) |
| Pedro Simon (PMDB) | 5. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Francisco Dornelles (PP) | 6. Eduardo Amorim (PSC) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾ | 2. Cyro Miranda (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 3. Demóstenes Torres (DEM) |
| PTB | |
| Fernando Collor | 1. Mozarildo Cavalcanti |
| Gim Argello | 2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾ |
| PSOL | |
| Randolfe Rodrigues | 1. |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|----------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Cristovam Buarque (PDT) | 1. Blairo Maggi (PR) |
| Lindbergh Farias (PT) | 2. Gleisi Hoffmann (PT) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Luiz Henrique (PMDB) | 1. Marcelo Crivella (PRB) |
| Francisco Dornelles (PP) | 2. Inácio Arruda (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1) |

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Blairo Maggi (PR) | 1. Marcelo Crivella (PRB) |
| Jorge Viana (PT) | 2. Acir Gurgacz (PDT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 3. Cristovam Buarque (PDT) |
| Gleisi Hoffmann (PT) | 4. João Pedro (PT) (3) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Valdir Raupp (PMDB) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Ana Amélia (PP) | 2. Jarbas Vasconcelos (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2) | 1. Cyro Miranda (PSDB) (1) |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti | 1. Randolfe Rodrigues (PSOL) |

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, O Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Lindbergh Farias (PT) | 1. Humberto Costa (PT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 2. José Pimentel (PT) |
| Jorge Viana (PT) | 3. Wellington Dias (PT) |
| Walter Pinheiro (PT) | 4. Marcelo Crivella (PRB) |
| Blairo Maggi (PR) | 5. Vicentinho Alves (PR) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 6. Pedro Taques (PDT) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | 7. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 8. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Valdir Raupp (PMDB) | 1. Romero Jucá (PMDB) |
| Waldemir Moka (PMDB) | 2. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾ |
| Lobão Filho (PMDB) | 3. Roberto Requião (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. João Alberto Souza (PMDB) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 5. Wilson Santiago (PMDB) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 6. Casildo Maldaner (PMDB) |
| Ciro Nogueira (PP) | 7. Eduardo Amorim (PSC) |
| Francisco Dornelles (PP) | 8. Ivo Cassol (PP) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾ | 3. Cyro Miranda (PSDB) |
| Demóstenes Torres (DEM) | 4. Jayme Campos (DEM) |
| PTB | |
| Fernando Collor | 1. Armando Monteiro |
| Mozarildo Cavalcanti | 2. João Vicente Claudino |
| PSOL | |
| | 1. |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Wellington Dias (PT) ⁽²⁾ | 1. Paulo Paim (PT) |
| Ana Rita (PT) | 2. João Pedro (PT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾ |
| Vicentinho Alves (PR) | 4. Magno Malta (PR) |
| João Durval (PDT) | 5. Acir Gurgacz (PDT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 6. |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Ana Amélia (PP) | 1. João Alberto Souza (PMDB) |
| Eduardo Amorim (PSC) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 3. VAGO ⁽⁴⁾ |
| Wilson Santiago (PMDB) | 4. Eunício Oliveira (PMDB) |
| Ciro Nogueira (PP) | 5. Ivo Cassol (PP) |
| Benedito de Lira (PP) | 6. Garibaldi Alves (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aécio Neves (PSDB) | 1. Lúcia Vânia (PSDB) |
| Cícero Lucena (PSDB) | 2. Marisa Serrano (PSDB) |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾ |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti | 1. Armando Monteiro |
| PSOL | |
| | 1. |

Notas:

- *. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.
- ***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Wellington Dias (PT) | 1. José Pimentel (PT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. Magno Malta (PR) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Eduardo Amorim (PSC) | 1. Ciro Nogueira (PP) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 2. Wilson Santiago (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 1. Cícero Lucena (PSDB) |

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 1. Acir Gurgacz (PDT) |
| Vicentinho Alves (PR) | 2. João Pedro (PT) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Ana Amelia (PP) | 1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) |
| Ivo Cassol (PP) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aécio Neves (PSDB) | 1. Lúcia Vânia (PSDB) |

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Delcídio do Amaral (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Gleisi Hoffmann (PT) | 2. Eduardo Suplicy (PT) |
| João Pedro (PT) | 3. Walter Pinheiro (PT) |
| Clésio Andrade (PR) | 4. Blaio Maggi (PR) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 5. João Durval (PDT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾ | 6. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Garibaldi Alves (PMDB) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 2. Roberto Requião (PMDB) |
| Eduardo Amorim (PSC) | 3. Valdir Raupp (PMDB) |
| Ana Amélia (PP) | 4. Luiz Henrique (PMDB) |
| Ivo Cassol (PP) | 5. Ciro Nogueira (PP) |
| Benedito de Lira (PP) | 6. João Alberto Souza (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾ | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Cyro Miranda (PSDB) | 2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾ |
| Jayme Campos (DEM) | 3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾ |
| PTB | |
| (1) | 1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾ |
| PSOL | |
| | 1. |

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Angela Portela (PT) | 1. Delcídio do Amaral (PT) |
| Aníbal Diniz (PT) | 2. Paulo Paim (PT) |
| Walter Pinheiro (PT) | 3. Magno Malta (PR) |
| João Ribeiro (PR) | 4. Cristovam Buarque (PDT) |
| Pedro Taques (PDT) | 5. Lídice da Mata (PSB) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| Eduardo Braga (PMDB) | 1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾ |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Luiz Henrique (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 3. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Lobão Filho (PMDB) | 4. Renan Calheiros (PMDB) |
| Ciro Nogueira (PP) | 5. Ivo Cassol (PP) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 6. Benedito de Lira (PP) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 2. Cícero Lucena (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 3. Maria do Carmo Alves (DEM) |
| PTB | |
| Gim Argello | 1. Fernando Collor |
| PSOL | |
| Randolfe Rodrigues | 1. Marinor Brito |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

| SENADORES | CARGO |
|-----------|--------------------------|
| | CORREGEDOR |
| | 1º CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | 2º CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | 3º CORREGEDOR SUBSTITUTO |

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

| SENADOR | CARGO |
|----------------|---------------|
| | OUVIDOR-GERAL |

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁸⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁹⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ivo Cassol (RO) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amelia (RS) ⁽⁷⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁴⁾

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁶⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazzotin (AM) ⁽⁴⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁷⁾

PV

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | MESA DO SENADO FEDERAL |
|---|--|
| <u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS) | <u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP) |
| <u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES) | <u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP) |
| <u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE) | <u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB) |
| <u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO) | <u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB) |
| <u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) | <u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO) |
| <u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE) | <u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI) |
| <u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG) | <u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI) |
| <u>LÍDER DA MAIORIA</u> | <u>LÍDER DA MAIORIA</u> |
| <u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG) | <u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL) |

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

| Lei nº 8.389/91, artigo 4º | Titulares | Suplentes |
|---|-----------|-----------|
| Representante das empresas de rádio (inciso I) | | |
| Representante das empresas de televisão (inciso II) | | |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III) | | |
| Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV) | | |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V) | | |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI) | | |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII) | | |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

| Titulares | Suplentes |
|------------------|------------------|
| | |

Câmara dos Deputados

| Titulares | Suplentes |
|------------------|------------------|
| | |

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

| | |
|---|--------------------------|
| Líder da Maioria | |
| Líder da Minoria | Mário Couto (PSDB/PA) |
| Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional | Fernando Collor (PTB/AL) |

Câmara dos Deputados

| | |
|---|---------------------------------|
| Líder da Maioria | |
| Líder da Minoria | Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG) |
| Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional | Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) |

(Atualizada em 24.3.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

| | |
|---|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada) | R\$ 58,00 |
| Porte do Correio | R\$ 488,40 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada) | R\$ 546,40 |

ANUAL

| | |
|---|---------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada) | R\$ 116,00 |
| Porte do Correio | R\$ 976,80 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada) | R\$ 1.092,80 |

NÚMEROS AVULSOS

| | |
|------------------------|----------|
| Valor do Número Avulso | R\$ 0,50 |
| Porte Avulso | R\$ 3,70 |

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054 **GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054 **GESTÃO - 00001** **COD. - 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49



Edição de hoje: 216 páginas

OS: 2011/11494